ADRIANO DA SILVA ROZENDO

PROTAGONISMO POLÍTICO E SOCIAL NA VELHICE

ASSIS
2013

ADRIANO DA SILVA ROZENDO

PROTAGONISMO POLÍTICO E SOCIAL NA VELHICE

Tese apresentada à Faculdade de Ciências e Letras de Assis – UNESP – Universidade Estadual Paulista para a obtenção do título de Doutor em Psicologia (Área de Conhecimento: Psicologia e Sociedade).

Orientador: José Sterza Justo

ASSIS
2013

R513p

Rozendo, Adriano da Silva.
Protagonismo político e social na velhice / Adriano da Silva Rozendo.--Assis, 2013.
198 f. :il.

Tese (doutorado em Psicologia – Área de Conhecimento: Psicologia e Sociedade) – Faculdade de Ciências e Letras de Assis – Universidade Estadual Paulista – UNESP. Assis, 2013.

1. Política social. 2. Protagonismo político. 3. Protagonismo social. 4. Velhice. 5. Idoso.
I. Título.

361.61

ADRIANO DA SILVA ROZENDO

PROTAGONISMO POLÍTICO E SOCIAL NA VELHICE

Tese apresentada como requisito para a obtenção do título de Doutor em Psicologia (Área de Conhecimento: Psicologia e Sociedade) à Faculdade de Ciências e Letras de Assis — Universidade Estadual Paulista – UNESP.

Banca Examinadora:

Orientador: _____
Prof. Dr. José Sterza Justo.
Faculdade de Ciências e Letras de Assis
Universidade Estadual Paulista – UNESP

Avaliador: _____
Prof. Dr. Deivis Perez Bispo dos Santos
Faculdade de Ciências e Letras de Assis
Universidade Estadual Paulista – UNESP

Avaliador: _____
Profa. Dr. José Artur Molina
Universidade Estadual de Maringá- UEM

Avaliador: _____
Profa. Dra. Soraia Georgina Ferreira Paiva-Cruz
Faculdade de Ciências e Letras de Assis
Universidade Estadual Paulista – UNESP

Avaliador: _____
Profa. Dra. Meyre Eiras Barros Pinto
Universidade Estadual de Londrina – UEL

Assis, SP, 08 de fevereiro de 2013

ROZENDO, A. **PROTAGONISMO POLÍTICO E SOCIAL NA VELHICE.** 2013. 198f. Tese (Doutorado em Psicologia). – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Assis, 2013.

RESUMO

A presente pesquisa se propõe a analisar o protagonismo político e social dos idosos tendo como principal referência, os frequentadores do Núcleo de Estudos e Atividades da Terceira Idade - NEATI, serviço de atenção à velhice desenvolvido por uma universidade pública federal, localizada no Centro-oeste do Brasil, no interior do Estado de Mato Grosso. O protagonismo político e social é uma questão bastante debatida e difundida na atualidade e o idoso passou a integrá-la desde os idos dos anos de (19)90. Discursos acerca da cidadania e participação política e social de cidadãos comuns se associam a uma lógica ideológica de gestão, que coopta a velhice em espaços organizados e coordenados pelo Estado, pelo mercado, pela ciência e pelo terceiro setor. Orientados pelo referencial teórico/metodológico do Construcionismo Social, buscamos extrair das narrativas dos entrevistados se vinham exercendo o papel de protagonistas políticos e sociais, em diversos cenários da vida, e qual é a implicação dos programas de atenção à velhice no protagonismo e empoderamento dos envelhecentes; ou no absentismo e ostracismo político social dos mesmos. Constatou-se que o ingresso nos programas especializados restringe o tempo e os espaços de circulação dos envolvidos, inserindo-os em uma lógica de gestão que inibe protagonizações efetivas no âmbito macropolítico e macrossocial. Por outro lado, os espaços especializados disparam importantes transformações na vida dos envolvidos, tornando-os mais independentes e aptos para realizações mundanas, principalmente no caso das mulheres. Acontecimentos analisados na história do Brasil, assim como no período de realização da pesquisa no NEATI comprovam o potencial de protagonização política e social dos mais velhos, sobretudo diante de situações de carência e violação de direitos.

Palavras-chave: Protagonismo. Empoderamento político. Empoderamento social. Idoso. Velhice.

ROZENDO, S. **POLITICAL AND SOCIAL PROTAGONISM IN OLD AGE.** 2013. 198f. Thesis (Ph. D. in Psychology). – Faculty of Sciences and Literature, Universidade Estadual Paulista, Assis, 2013.

ABSTRACT

The present research is proposed to analyze the political and social protagonism of the seniors citizens taking as a principal reference the members of *Núcleo de Estudos e Atividades da Terceira Idade* - NEATI (Senior Citizen's Activity and Studies Center), a service direct to old age developed by a public federal university located in the Western-centre of Brazil, in the State of Mato Grosso. The political and social protagonism is a question very debated nowadays and the seniors citizens started to integrate it sine the beginning of the (19) 90'. Speeches about the citizenship and political and social participation of common citizens are associated to an ideological logic of management, which co-opts the old age in spaces organized and coordinated by the State, by the market, by the science and by the third sector. Orientated by the referential theorical-methodological from the Social Construcionism,, we look to extract of the narratives of the interviewed ones if they were performing the role of political and social protagonists, in several sceneries of the life and what is the implication of the programs of attention to the old age in the protagonism and empowerment of the elderly; or in the absenteeism and political social ostracism of the same ones. Were found that the admission in the specialized programs restricts the time and the spaces of circulation of the involved ones, inserting them in a logic of management that inhibits the participation/empowerment in the macropolicy and macrosocial areas. By other way, the specialized spaces shoots important transformations in the life of the seniors, making them more independent and suitable for worldly realizations, principally in case of the women's. Events analyzed in the history of Brazil, as well as in the period of realization of the present research in the NEATI proved the potential of participation/empowerment political and social of the elderly, mainly in face of lack and violation of rights.

Keywords: Protagonism. Political empowerment. Social empowerment. Senior citizen. Old age.

Rozendo, A. **PROTAGONISMO POLÍTICO Y SOCIAL EN LA VEJEZ**. 2013. 198f. Tesis (Doctorado en Psicología). - Facultad de Ciencias y Letras, Universidade Estadual Paulista, Assis, 2013.

RESUMEN

Esta investigación tiene como objetivo analizar el papel político y social de las personas ancianas, básandose en el Núcleo de Estudos e Atividades da Terceira Idade - NEATI, como fuente de referencia. El mismo, funciona como servicio de atención a la vejez y es desarrollado por una universidad pública federal ubicada en centro oeste de Brasil, en el interior del Estado de Mato Grosso. El protagonismo político y social tuve su auge en la década del 90 y actualmente es una cuestión muy debatida y difundida. Los discursos sobre la ciudadanía y participación política y social de los ciudadanos comunes están asociados a una lógica ideológica de gestión, que capta a la vejez en espacios organizados y coordinados por el Estado, por el mercado, por la ciencia y por el tercer sector. Guiados por el referencial teórico/metodológico del Construccionismo Social, llegamos a la conclusión a través de los testimonios de los entrevistados, que ellos estaban ejerciendo el papel de protagonistas políticos y sociales en diversos escenarios de la vida y señalando cuál es la consecuencia de los programas de atención a los de edad avanzada en el liderazgo y el apoderamiento de los ancianos; o en el absentismo y ostracismo político-social de ellos. Fue constatado que el ingreso en programas especializados restringe el tiempo y los espacios de circulación de los involucrados, insertándolos en una lógica de gestión que inhibe acciones efectivas en el ámbito macropolítico y macrosocial. Por otro lado, los espacios especializados provocan cambios importantes en la vida de las personas involucradas, haciéndolas más independientes y capaces de realizaciones mundanas, especialmente para las mujeres. Hechos analizados en la historia de Brasil, así como el periodo de investigación en NEATI demuestran el potencial de protagonismo político y social de los mas viejos, sobretodo en situaciones de privación y violación de sus derechos.

Palabras- clave: Protagonismo. Empoderamiento político. Empoderamiento social. Anciano. Vejez.

ROZENDO, A. **PROTAGONISME POLITIQUE ET SOCIAL DANS LA VIEILLESSE**. 2013. 198f. Thèse (Doctorat en Psychologie). – Faculté de Sciences et Lettres, Université de l'État de São Paulo (*Universidade Estadual Paulista*), Assis, 2013.

RÉSUMÉ

La présente recherche vise à analyser le protagonisme politique et social des personnes âgées portant comme référence principale ceux qui sont toujours présents au *Núcleo de Estudos e Atividades da Terceira Idade – NEATI* (Centre d'études et d'activités du troisième âge), service d'attention à la vieillesse développé par une université publique fédérale, située au Centre-ouest du Brésil, à l'intérieur de l'État de Mato Grosso.Le protagonisme politique et social est une question très discutée et diffusée aujourd'hui et la personne âgée vient de l'intégrer dans le courant des années (19)90.Des discours concernant la citoyenneté et la participation politique et sociale de citoyens communs sont souvent associés à une logique idéologique de gestion, où la vieillesse reste cooptée à des espaces organisés et dirigés par l'État, par le secteur privé, par la science et par le troisième secteur. Orientés par l'approche théorico/méthodologique du Constructionnisme Social, nous avons vérifié dans les récits des personnes interviewés s'ils étaient en train d'exercer les rôles de protagonistes politiques et sociaux, au sein de plusieurs décors de la vie. Nous avons aussi identifié quels sont les effets des programmes d'attention à la vieillesse dans le protagonisme et le pouvoir d'agir des personnes âgées ; ou dans leur absentéisme et ostracisme politico-social. On a constaté que l'entrée aux programmes spécialisés restreint le temps et les espaces de circulation des engagés, en les introduisant dans une logique de gestion qui inhibe des protagonisations efficaces dans les champs d'action macropolitique et macrosociale. Par contre, les espaces spécialisés jettent d'importants changements chez les personnes engagées, ce qui leur rendent plus indépendants et capables d'effectuer les tâches de la vie quotidienne, surtout dans le cas des femmes. Des événements analysés dans l'histoire du Brésil, aussi comme dans la période de l'accomplissement de cette recherche au NEATI certifient la puissance de la protagonisation politique et sociale des plus âgées, surtout face aux situations de carence et violation des droits.

Mots-clés: Protagonisme.Pouvoir d'agir. Politique social. Personnes âgées. Vieillesse.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Quadro *Donannt a Nestor Le prix de La Sagasse*' 42
Figura 2 - Quadro O velho e seu neto..... 45
Figura 3 - Q uadro A Fonte da Juventude 47
Figura 4 - Reunião de manifestantes da Zona Leste de São Paulo em 1978..... 94
Figura 5 - Foto dos manifestantes do Movimento dos 147% em Florianópolis, em 1992..... 117
Figura 6 - Manifestantes do Movimento dos 147% 118
Figura 7 - Senhor Quintino Chechinel, violentado pela polícia militar durante Manifestação.... dos 147% 119
Figura 8 - Compilado de fotos da campanha ADA respectivamente (de cima para baixo, da..... esquerda para a direita) em Serra Leoa, Paquistão, Alemanha e Quênia. 124
Figura 9 - Faixa de abertura da manifestação no Desfile cívico de 07 de setembro 178
Figura 10 - Protesto contra a espera de 3 anos para um exame de ecocardiograma 178
Figura 11 - Faixa de encerramento da manifestação no Desfile cívico de 07 de setembro.... 179
Figura 12 Faixa de abertura: ”Crianças Jovens e Adultos: Respeitem os direitos da pessoa..... idosa e construam um futuro melhor para vocês!” 181
Figura 13 - Concentração para o desfile cívico de 07 de setembro 181
Figura 14 - Manifestante reivindicando o direito de assentos preferenciais no transporte ..... coletivo 182
Figura 15 - Idosos atravessando a faixa vestindo a camiseta da campanha de trânsito 183
Figura 16 - Idosos entregam panfletos da campanha aos motoristas 183
Figura 17 - Encerramento das atividades do dia..... 184

SUMÁRIO

1 APRESENTAÇÃO 12
2 PROPOSIÇÃO, JUSTIFICATIVA E DELINEAMENTO DA PESQUISA..... 18
3 REFERENCIAL TEÓRICO METODOLÓGICO PARA A REALIZAÇÃO DA.....
PESQUISA: O CONSTRUCIONISMO SOCIAL..... 22
3.1 A PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO NO CONSTRUCIONISMO SOCIAL 24
3.2 A CONCEPÇÃO DE SUJEITO NO CONSTRUCIONISMO SOCIAL 25
3.3 PRODUÇÃO DE SENTIDO..... 28
3.4 CAMPO DA PESQUISA 30
3.5 TRATAMENTO DO MATERIAL 34
4 AVENIDAS DO ENVELHECIMENTO 35
4.1 A AVENIDA DA HISTÓRIA..... 37
4.1.1 Velhice e história da civilização..... 40
4.1.2 Velhice na sociedade romana..... 42
4.1.3 Velhice na Idade Média..... 44
4.1.4 Velhice no Renascimento 46
4.1.5 Velhice na Modernidade 49
4.2 A AVENIDA DOS ASILOS DE VELHOS 49
4.3 A AVENIDA DO SABER: A GERIATRIA E GERONTOLOGIA..... 54
4. 4 A AVENIDA DA APOSENTADORIA..... 58
4.5 AVENIDA DA LEGISLAÇÃO DO IDOSO 62
4.6 AVENIDA DA TERCEIRA IDADE 71
5 O PROTAGONISMO E O CONTROLE SOCIAL NA CONTEMPORANEIDADE.. 76
5.1 CIDADANIA, ESTADO E SOCIEDADE CIVIL 76
5.2 A EMERGÊNCIA DA SOCIEDADE CIVIL 79
5.3 AFINAL, O QUE É PROTAGONISMO POLÍTICO E SOCIAL? 82
5.4 PARTICIPAÇÃO COMO DISFARCE..... 83
5.5 TERCEIRO SETOR: O QUE DIZEM OS INTELECTUAIS ORGÂNICOS? 86
5.6 MOVIMENTOS SOCIAIS: ALGUNS LEVANTAMENTOS HISTÓRICOS 89
5.7 OS NOVOS MOVIMENTOS SOCIAIS..... 92
5.8 A INSTITUCIONALIZAÇÃO DOS CANAIS DE PARTICIPAÇÃO E O PROCESSO.....
CONSTITUINTE 96

5.9 OS CONSELHOS A PARTIR DA DÉCADA DE (19)90 E OS RUMOS DO CONTROLE SOCIAL 99
5.10 PROTAGONISMO SOCIAL OU ESTRATÉGIA DE GESTÃO? OS MODOS DE..... GESTÃO DE EMPRESAS NA GESTÃO DO ESTADO 102
5.11 A CONSTITUINTE E A CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS APOSENTADOS DO . BRASIL. 111
5.12 O MOVIMENTO DOS 147% 114
5.13 O PROTAGONISMO POLÍTICO E SOCIAL DA VELHICE NO CONTEMPORÂNEO CONFORME A LITERATURA 120
6 PESQUISA DE CAMPO 132
6.1 PERFIL DOS ENTREVISTADOS 136
6.2 ANÁLISE DAS ENTREVISTAS 143
6.2.1 História de vida na família infância 143
6.2.2 As narrativas sobre o protagonismo: o que contam as histórias de vida? 147
6.2.3 Algumas protagonizações 155
6.2.4 Os espaços especializados de circulação 163
6.2.5 Terceira idade: uma fase de realizações pessoais e protagonismo feminino 168
6.2.6 Os Direitos do Idoso descumpridos e a insurgência de protagonistas 173
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS 185
REFERÊNCIAS 189

1 APRESENTAÇÃO

O presente trabalho resulta de uma longa trajetória de estudos e atividades voltados à velhice iniciados ainda nos primeiros anos da graduação em Psicologia cursada na Faculdade de Ciências de Letras de Assis – FCL/Assis. No início de 2004 comecei a trabalhar com os longevos prestando serviços voluntários no asilo São Vicente de Paulo, localizado na cidade de Assis, estado de São Paulo. Em meados do mesmo ano, iniciei um estágio de graduação no programa Universidade Aberta à Terceira Idade - UNATI, com oficinas dirigidas a um grupo de idosos residentes em Instituições de Longa Permanência - ILPs naquela mesma cidade. O estágio supervisionado com os idosos institucionalizados iria espraiar um campo de estudos e atuação no qual estou inserido até os dias atuais.

No ano de 2006 fiz um intercâmbio nos Estados Unidos, onde trabalhei por dois meses em uma ILP denominada *Palmer House,* localizada na cidade de Kingston, Estado de Nova Iorque. Os longos dias de trabalho efetuados nesta instituição iriam revelar a realidade vivenciada cotidianamente por idosos asilados, já que pude acompanhar a rotina do asilo em todos os períodos do dia. Em dias de fortes nevascas, costumava passar até 32 horas seguidas no trabalho, pois as pessoas naquela localidade não costumavam dirigir sob a neve, nem mesmo os taxistas. Por se tratar de uma instituição que contava com muitos recursos, humanos, tecnológicos e financeiros, havia muitos trabalhadores de diversas formações envolvidos nos cuidados dos internos. Havia praticamente um cuidador para cada dois internos, sendo que um deles era acompanhado individualmente durante todo o dia e noite, por funcionários que se revezavam, a cada uma hora, para monitorar todas as suas atividades já que o mesmo apesar de ter um considerável nível de independência, corria riscos letais como quedas e ingestão de alimentos e substâncias letais.

Materiais como fraldas geriátricas; lenços umedecidos tamanho extragrande; luvas; guinchos para suspender os idosos paralisados para banhos e trocas de fralda, suplementos alimentares, poltronas reclináveis elétricas e tantos outros recursos, considerados de luxo dentro de uma instituição asilar, existiam em abundância naquele lugar. As refeições eram preparadas por um cozinheiro requintado (que em alguns dias, se trajava devidamente como chefe de cozinha) e servida de forma sofisticada, como em um *Buffet*. Enfermeiros cuidavam rigorosamente dos horários das medicações, dos cuidados de higienização de lesões, trocas de curativos e sondas. Os quartos eram decorados de acordo com a personalidade dos internos, alguns individuais, outros duplos. As roupas eram etiquetadas com o nome de cada um, os

closets, personalizados. Além de tantas outras 'regalias' que dificilmente uma instituição filantrópica poderia ofertar no Brasil.

Porém, mesmo com tantos recursos e facilidades à disposição, o fenótipo do velho asilado naquela instituição não se diferenciava daquele expresso nos rostos dos residentes em asilos no Brasil. Mesmo com tanta abundância, com tantos cuidados, com tantos trabalhadores atentos e qualificados [1] que cercavam os envelhecentes de cuidados especializados, reinava na instituição um estado de completa apatia entre os internos, além de um considerável índice de mortalidade[2]. Mais tarde, evidenciar-se-ia que a institucionalização desencadeia os mesmos efeitos; seja em qual asilo for e que, o tratamento dispensado aos internos é basicamente o mesmo, independente dos recursos humanos, financeiros e tecnológicos disponibilizado por cada instituição. Com mais, ou menos recursos, o idoso institucionalizado passa por um processo de reificação que anula e aniquila o sujeito em curto ou médio prazo, o que nos esclareceu que a institucionalização da velhice deve ser radicalmente combatida.

---

[1] *Palmer House* é um asilo de velhos, com vinte e quatro internos, custeado pelo governo de Nova Iorque e gerido por uma agência terceirizada chamada *Adults Retardation Center – ARC*, alocada nos condados de *Ulster* e *Greene*. A referida agência era responsável pelo cuidado de outras instituições e atendia a uma vasta clientela, além dos idosos. Por isso mesmo, empregava médicos, psicólogos (mestres e doutores), fisioterapeutas, enfermeiros e assim por diante. No asilo em foco, trabalhavam dois enfermeiros com dedicação exclusiva além de seis funcionários responsáveis pela administração, um pela cozinha e aproximadamente 30 cuidadores que se revezavam nos turnos de oito ou doze horas. O asilo recebia visitas de psicólogos da agência e de voluntários que sempre circulavam pelo lugar, além dos auditores do Estado que faziam visitas periódicas à instituição para se certificarem que os padrões desejáveis de atendimento estavam sendo de fato ofertados aos internos. Os idosos mais independentes passavam o dia em um centro de reabilitação para portadores de deficiência que a agência congregava, diversas faixas etárias recebiam atenção personalizada por profissionais especializados, ou com formação específica. Os cuidados médicos eram personalizados e executados por médicos contratados pela própria agência e com consultórios alocados em uma central que contava com o apoio de outros profissionais. Somente em caso de internação hospitalar os longevos ficavam descobertos pelos cuidados e responsabilidade da *ARC*. Todo o funcionário que ingressava na agência passava por uma série de exames de saúde e avaliações do histórico civil e criminal para comprovar aptidão ao cargo. Os cuidadores de idosos da *ARC*, após contratados, passavam por um curso de uma semana que focava na capacitação para o exercício da função. Por isso mesmo eram denominados não como cuidadores como acontece no Brasil, mas como especialistas: '*resident specialist*'.

[2] Pesquisas realizadas por alunos do quinto ano de graduação, em uma disciplina do curso de Psicologia da Universidade Federal de Mato Grosso - UFMT, em instituições asilares do município de Rondonópolis/MT, no ano de 2012, apontam que o índice de mortalidade nas referidas instituições é geometricamente maior em relação aos idosos frequentadores dos programas especializados da terceira idade. Enquanto em uma instituição asilar, com média de 90 internos há a incidência de aproximadamente 24 óbitos por ano, nos programas de atenção, com média de 250 frequentadores, o número é inferior a 02 óbitos/ano. Apesar de ambos os grupos terem a mesma faixa etária e, apesar dos idosos asilares terem todos os cuidados relativos à saúde corpórea, tal como se constatou nas instituições analisadas, (por exemplo: medicamentos, atendimento e acompanhamento médico regulares, cuidados de auxiliares de enfermagem e enfermeiros, alimentação supervisionada por nutricionistas, cuidadores especializados, cuidados rigorosos com a higiene e rotina regrada) a mortalidade entre idosos institucionalizados chega a ser 33 vezes maior que aquela da população idosa inserida nos programas de atenção especializados. Não pudemos acompanhar os programas de atenção à pessoa idosa nos Estados Unidos para fazer possíveis comparações, mas durante o período de dois meses e meio que estivemos em *Palmer House*, faleceu um dos 24 internos da instituição. Nos meses que se seguiram, de maio a agosto de 2007, tive notícias de mais três óbitos. Evidentemente, devemos levar em consideração que a debilidades físicas, dependência, invalidez, doenças e tantos outros fatores de risco de morte são determinantes para a institucionalização de idosos e também por isso, é elevada a mortalidade nos asilos de velhos.

Após o regresso ao Brasil e conclusão da graduação no ano de 2007, ingressei no mestrado em Psicologia no início de 2008, na mesma instituição onde me graduei; dando continuidade aos estudos e atividades voltadas à velhice. Em meados de 2008, passei a erigir uma relação com o poder público municipal, no sentido de implantar na cidade um serviço de atenção à pessoa idosa. Criei, em parceria com o meu orientador, um projeto com a proposta de um Centro de Referência do Idoso e, em três ocasiões, nos reunimos com representantes do poder público municipal buscado viabilizá-lo. Nesse período tivemos a clareza que é muito difícil fazer proposições ao Estado e, mais ainda, conseguir efetivá-las quando não se faz parte da engrenagem da máquina pública. Enfim, o projeto não foi implantado por falta de interesse do município que temia não obter recursos federais para manutenção do serviço.

Em setembro de 2008 me incorporei ao Conselho Municipal do Idoso de Assis – CMI/Assis. No mesmo mês houve eleição para o cargo de presidência do Conselho, que auferi e cumpri até o final do ano de 2010. Naquele período, os Centros de Referência de Assistência Social - CRASs do município de Assis não realizavam sua função de órgão executivo em relação às ocorrências de violação de direitos da pessoa idosa, que é de sua competência quando a municipalidade não é equipada com um CREAS – Centro de Referência Especializado de Assistência Social.

Dessa forma, a promotoria e juízes da comarca de Assis solicitavam que o Conselho fiscalizasse os casos de denúncias de violação dos direitos da pessoa idosa. As visitas domiciliares, institucionais e despachos do Conselho eram realizados pessoalmente por mim, o que possibilitou o contato com as mais infortunas realidades que podem ser experenciadas na velhice.

Na cidade em tela e com certeza em tantas outras municipalidades, os mais diversos problemas das ‘pessoas idosas’, sujeitos de direitos previstos em legislação específica, tem sido sistematicamente deixados de lado pelo poder público municipal e ignorados pelo judiciário. Em uma localidade desprovida de políticas e serviços voltados à população idosa mais vulnerável (como é o caso de Assis), todo o tipo de problema que envolvesse um ancião em situação de dependência e/ou incapacidade era resolvido pelo poder judiciário por mandados, expedidos por toda uma gleba de juízes, que indicavam a institucionalização do idoso. Aqueles mandados que chegavam ao CMI/Assis eram descumpridos, a ponto de eu ser ameaçado, por um juiz da 4ª vara civil do município, de ser preso em caso de não obedecer ao quarto mandado seguido de uma mesma ocorrência.

Tratava-se do caso de uma idosa de 80 anos de idade. Denúncias anônimas endereçadas ao ministério público relatavam que ela não estava recebendo os devidos

cuidados da filha. A anciã esboçava muito repúdio à institucionalização no decorrer das visitas que fiz até a sua casa, mas sua opinião pouco importava ao judiciário, que se baseava em um laudo médico-pericial, efetuado por um psiquiatra forense, para declará-la incapaz de responder por suas obrigações civis, indicando a sua interdição e asilamento (com o auxílio de força policial). Nos ofícios de respostas que enviei aos juízes, neste e noutros casos, sinalizava o encaminhamento dos idosos para os CRASs; o acompanhamento domiciliar por equipe de saúde; assim como arranjos que poderiam ser firmados com familiares e com a comunidade, tentando excluir a hipótese de institucionalização. Noutros momentos, despachava ofícios à promotoria do idoso denunciado a falta de serviços adequados no município, o que impulsionava a institucionalização de idosos que poderiam ser atendidos por suas próprias famílias, ou pela comunidade. Puro Quixotismo, pois nunca alguma medida foi tomada e pouca (ou nenhuma) era a influência exercida pelo Conselho no poder público municipal, assim como no judiciário. O que pude alterar na minha atuação no Conselho, foi sua própria composição, incorporando um terço de membros representantes de idosos usuários dos serviços públicos do município; que passaram a frequentar assiduamente as reuniões. A experiência no Conselho Municipal do Idoso de Assis me deu base para a realização da dissertação de mestrado que buscava retratar a construção social do envelhecimento e as experiências vivenciadas pela velhice no real[3].

Em 2010 me candidatei ao cargo de Conselheiro Estadual do Idoso de São Paulo, como representante da sociedade civil, sendo eleito por votações realizadas em duas conferências, uma regional e outra Estadual. Meu principal intuito no Conselho Estadual do idoso era buscar um canal mais efetivo para discussão e proposição de políticas públicas em âmbito estadual. Achava que ali era um espaço onde poderia traçar metas a serem cumpridas em todo o Estado. Ledo engano, pois aquele Conselho era puramente emblemático, sendo capitaneado por membros de secretarias estaduais, que o mantinham como mera formalidade de uma conduta democrático-falaciosa do governo. Após um ano e meio frequentando as reuniões do Conselho Estadual do Idoso, sem êxitos, ou progressos nas discussões, deixei o cargo à disposição da suplência.

Passei então a me dedicar mais às atividades acadêmicas, defendendo minha dissertação de mestrado em julho de 2010 e ingressando no doutorado em agosto do mesmo ano. Em março de 2011 comecei meu trabalho como docente na Universidade Federal de

[3] ROZENDO, A. S. *Construção social do envelhecimento e experiências da velhice.* 2009, 113 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia), Faculdade de Ciências e Letras de Assis – UNESP, Assis.

Mato Grosso, *campus* de Rondonópolis – UFMT/CUR; sendo que a partir de junho de 2011, assumi a coordenação do Núcleo de Estudos e Atividades da Terceira Idade – NEATI, *locus* principal da realização da presente pesquisa. O NEATI é um programa (ou serviço, já que tem caráter fixo e duradouro) de atenção à pessoa idosa, desenvolvido pela UFMT/CUR, que atende a indivíduos de idade avançada, principalmente àqueles que buscam uma vida mais cercada de pessoas e atividades, fora do espaço recluso e, muitas vezes, solitário do lar.

No NEATI pude de fato capitanear ações planejadas, como nunca antes pude por falta de autonomia. Além dos trabalhos administrativos que fazem parte da função de coordenação, alterei e implantei algumas atividades, principalmente aquelas sinalizadas pelos usuários, que têm mostrado satisfação com o serviço. Sem deixar de lado os idosos institucionalizados, criei, a partir de maio de 2012, atividades específicas aos velhos dos asilos que passaram a frequentar o NEATI duas vezes por semana, realizando as mesmas atividades ofertadas aos demais.

Foi no próprio NEATI que realizei as entrevistas utilizadas como matéria-prima desta tese, que se orienta pelo alvitre metodológico proposto pelo Construcionismo Social. As narrativas foram sendo utilizadas no decorrer do trabalho, nos momentos em que alguns apontamentos teóricos cruzavam com as falas e inquietações dos entrevistados. A exposição das narrativas se condensa na parte final do trabalho, na qual se propõe a analisá-las mais especificamente. 48 (quarenta e oito) frequentadores do NEATI participaram das entrevistas e nos transmitiram impressões, experiências e importantes ensinamentos que adquiriram durante todas suas trajetórias de vida.

Enfim, o percurso que orientou a realização deste trabalho é o de práticas e estudos voltados à população idosa, sendo que o último tema que chamou nossa atenção foi a questão da ‘participação política e social da velhice’. Nas andanças pelos Conselhos e Conferência do Idoso e tantas outras instâncias pelas quais circulei muito (conselhos de saúde; assistência social; da criança e do adolescente; conferências; etc.), assim como na leitura de leis e normas da assistência social, da saúde, da educação, da criança e do adolescente e a própria legislação do idoso, pude constatar que a velhice e tantas outras clientelas têm sido retratadas nos discursos jurídicos e normas de Estado como cidadãos em pleno gozo dos direitos civis, políticos, humanos e sociais. Mais do que isso, os grupos de direitos humanos e a população em geral, estariam cada dia mais sendo empoderados da vida pública, assumindo funções e assentos da gestão das coisas públicas. Gestão participativa, controle social, cidadania, empoderamento, protagonismo e participação são palavras de ordem constantes nestas textualidades.

Porém, minhas experiências não poderiam avalizar tais ‘ladainhas’ e sofismas baratos. O real trazia à tona que idosos; os usuários da assistência social; as pessoas com deficiência; os ‘menores’ infratores e tantas outras clientelas, não assumiam seus postos na gestão das políticas voltadas aos mesmos, sendo representados na maioria das vezes, por membros do governo e de organizações não governamentais. Apesar de os escribas e intelectuais orgânicos do Estado afirmarem o contrário, na verdade, além de mal feitas (quando executadas), estas políticas são impostas por haste vertical, sem a participação de seus contemplados no seu planejamento; implantação; execução e fiscalização.

Por isso mesmo, busquei analisar se os longevos vinham assumindo, ou se teriam condições de assumir esse papel de protagonistas que é tão difundido pelas leis e normas do Estado. Se de fato, o discurso ideológico estaria se materializando de alguma forma que pudesse emergir nas narrativas dos idosos. Se os discursos proferidos pelo Estado e seus arautos da cidadania vêm se concretizando na formação de protagonistas ativos político e socialmente, ou se tais textualidades buscam apenas aliciar e camuflar condutas de submissão de docilização de populações.

As inquietações e considerações equivocadas, pessoais e inconclusivas seguem no decorrer do trabalho.

2 PROPOSIÇÃO, JUSTIFICATIVA E DELINEAMENTO DA PESQUISA

O aumento da proporção de idosos já é notado nos espaços públicos e nas famílias brasileiras. A visibilidade está avançando rapidamente nos mais diferentes espaços sociais, até mesmo naqueles antes completamente vetados aos mais velhos, como o popular programa de TV Big Brother Brasil, que no ano de 2009, contou com a participação de dois envelhecentes. As políticas públicas e programas de atenção voltados para os idosos são outra importante mostra da visibilidade adquirida pelos longevos. O Estatuto do Idoso é uma evidente demonstração do reconhecimento social e da necessidade de se retirar os idosos do limbo, do esquecimento, do silêncio e de codificá-los nos meios de produção, circulação e consumo.

Que a visibilidade e o reconhecimento da importância social do idoso sejam hoje notórios parece um fato incontestável, no entanto, resta interrogar e investigar precisamente que tipo de lugar social se pretende para o idoso. Se ele está sendo resgatado socialmente como mero consumidor e sujeito passivo do sistema econômico e político ou se lhe está sendo facultada alguma posição como protagonista social, tanto no âmbito da macropolítica como no da micropolítica travada principalmente no âmbito das relações pessoais e familiares. Estaria o idoso sendo um mero dinamizador da economia por representar um segmento de mercado, ainda que formado por rendimentos restritos, em geral, provenientes de aposentadorias, mas que podem ser apropriados pelo grande capital, como se observa nas investidas das financeiras dispostas a conceder empréstimos a esse segmento e assim abocanhar, como juros, parte dos parcos seus rendimentos mensais dos aposentados e pensionistas? Ao contrário disso, estaria o idoso sendo fortalecido como protagonista social, isto é, estaria sendo possível aos idosos exercerem algum papel ativo no sentido de agir sobre a história, sobre o tempo e o espaço, tanto no que diz respeito ao próprio destino dos longevos como ao destino da sociedade como um todo?

Portanto, a questão norteadora deste trabalho é identificar e discutir as formas de participação social do idoso e verificar até que ponto tais formas caracterizam uma posição social e política ativa, de protagonismo, ou passiva e de submissão. Buscaremos mapear, se os programas especializados de atenção à velhice (tendo como fonte matricial o NEATI) favorecem a formação de cidadãos aptos ao exercício do protagonismo; aptos a tomarem as rédeas dos rumos político e social do país, ou se tais programas acabam minando o tempo e a disposição dos envelhecentes que poderiam ser destinados à reflexão e exercícios de atores ativos no cenário da mundaneidade.

Atualmente, as principais questões norteadoras descritas acima, já foram abordadas – mesmo que timidamente – pela literatura, que trata desta problemática, na maioria das vezes, de forma bastante otimista. Grande parte dos trabalhos publicados sinaliza que os idosos vêm assumindo o papel de protagonistas da vida pública, nos programas de atenção à velhice, nos mais espaços especializados a eles destinados e no mundo de forma mais indiscriminada. Porém, um primeiro olhar na superfície desta questão, nos dá a impressão de que as ações especializadas acabam alienando os idosos da vida pública, inserindo-os em um mundo de realizações e protagonismo pessoais, próprios da vida privada e das sensações do corpo individual.

A literatura internacional, produzida por pensadores, governos, ONGs[4] internacionais e organizações translaterais[5] são bastante enfáticas ao sinalizarem que o 'empoderamento', ou '*empowerment*' e a educação para o exercício do protagonismo, ou '*protagonism*' é o caminho para o bem-estar geral dos grupos de direitos humanos (inclusive a velhice), da pobreza e da população em geral (WALTER, 2008; JOSEPH ROWNTREE FOUNDATION, 2011; HELPAGE INTERNATIONAL, 2011; UNITED NATIONS, 2011a; 2011b; BEALES, 2012).

O protagonista político e social é descrito de maneira bastante clara pelos especialistas e buscamos levantar seus quesitos e atribuições, tais como se empoderar das políticas públicas e tomar frente na gestão do Estado. Todavia, passamos a considerar outras categorias de protagonismo que se enquadraram melhor na realidade vivenciada pelos idosos, que foi emergindo no decorrer das entrevistas. Levamos em consideração categorias micropolíticas e microssociais[6], que foram sendo construídas em sintonia com as narrativas dos frequentadores do Núcleo de Estudos e Atividades da Terceira Idade – NEATI.

---

[4] A sigla ONG refere-se às Organizações não Governamentais da sociedade civil.

[5] O termo 'organizações translaterais' refere-se a organizações que norteiam políticas públicas em todo o mundo capitalista, como por exemplo, o FMI, a ONU, UNICEF e a UNESCO, que deliberam, internacionalmente sobre questões relativas à economia, segurança e direitos civis e políticos, políticas voltadas à infância, políticas de educação, cultura e assim por diante. O termo 'translateral' denota que estas organizações não têm fronteiras, não têm limites, exercem sua influência em todo o mundo, que ultrapassa autonomia dos Estados-Nação. Sobre o assunto consultar: HARDT, M. NEGRI, A. *Império*. Rio de Janeiro: Record, 1999.

[6] Os termos micropolítica e microssocial foram utilizados aqui fazendo alusão ao conceito de 'microfísica' difundido por Foucault. Microfísica designa a economia efetivada em âmbitos pequenos, ou micro, no nível do sujeito, de sua relação consigo mesmo, com seus pares e seus conflitos pessoais. Grosseiramente, poderíamos resumir o emprego do prefixo 'micro', como uma crítica foucaultiana aos saberes que apregoam que as transformações devam ocorrer nos âmbitos macroestruturais para depois afetarem os sujeitos e seus conflitos. Desta forma, as revoluções deveriam ocorrer primeiramente nas relações pessoais, ou ainda no próprio sujeito, para depois alcançar níveis maiores como a política, o sistema capitalista, o Estado e assim por diante. FOUCAULT, M. *A Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1999. FOUCAULT, M..*Estratégia, poder, saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003.

As entrevistas[7] foram realizadas no NEATI durante as atividades ofertadas no ano de 2012. Os entrevistados responderam as questões previamente constituídas em um roteiro de orientação, mas tiveram liberdade para tracionarem as conversas para tantas direções distintas e singulares. Todavia, pudemos constatar que existe certa uniformidade em algumas questões gerais da vida que cercam os frequentadores do NEATI e de tantos outros programas de atenção ao idoso. Além das entrevistas, algumas cenas cotidianas e alguns episódios ocorridos durante a realização do trabalho envolvendo os frequentadores do NEATI foram levados em consideração na análise da temática proposta.

Acolá todos os convenientes envolvidos na escolha do NEATI como fonte matricial para a coleta das narrativas, tal opção também foi influenciada por tratar-se de um programa pioneiro de atenção à população idosa na cidade de Rondonópolis, fundado em 1993. O NEATI iniciou suas atividades em um período em que os programas de atenção à terceira idade começavam a ser implantados no Brasil em larga escala nas regiões sul e sudeste. Desta forma, o NEATI iria inaugurar no Estado de Mato Grosso (até os dias atuais, o único campus da UFMT que oferece o programa universidade aberta à terceira idade é o de Rondonópolis), uma forte tendência nos ramos de serviço destinados às populações longevas. Por sua influência, outros programas de atenção seriam instalados na cidade, que hoje ultrapassam (entre projetos e programas), 50 ações distintas, que agrega a aproximadamente 300 pessoas entre professores, extensionistas, colaboradores, direção e frequentadores.

Os entrevistados[8] permitiram a divulgação dos seus nomes reais nesta tese, o que possibilitou vincular autoria às narrativas no decorrer da presente pesquisa. Além do Construcionismo Social, transitamos por outros referenciais na escrita desta tese, tais como a teoria da complexidade de Morin e alguns ensinamentos de Foucault e Marx.

De Morin, emprestamos alguns conceitos sobre complexidade para tentarmos explicar, de maneira sistêmica, os fenômenos que envolvem e significam o envelhecimento e a velhice. Buscamos nos preceitos de Foucault, bases teóricas para análise da velhice como uma construção histórica, que vem sendo erigida desde os primórdios da civilização. De Foucault extraímos ainda outros princípios e conceitos fundamentais para a realização desta pesquisa, tais como as noções de microfísica; bioidentidade; biopolítica; biopoder; população, governo e assim por diante. Marx, por seu turno, nos conferiu raciocínios únicos para a compreensão das funções do Estado e sua relação com a burguesia (e mais recentemente com o ‘terceiro

[7] Foram realizadas 46 entrevistas para a realização do presente trabalho, 10 delas aplicadas em pessoas do sexo masculino e 36 do sexo feminino.
[8] Todos, exceto um entrevistado, permitiram a divulgação dos seus nomes reais e demais informações coletadas verbalmente.

setor'); das noções de sociedade civil; das influências do mundo do trabalho sobre a vida em um plano geral; sobre a autoridade dos modos de produção sobre os modelos de gestão do Estado e tantos outros raciocínios que são imanentes ao presente trabalho.

Talvez o leitor esteja se perguntando como é possível construir um trabalho com referenciais que pouco se aproximam e que, em alguns casos, se digladiam teoricamente? Seja como for, acreditamos que um referencial teórico/metodológico serve para explicar um ou mais fenômenos do mundo, porém, todos os fenômenos do mundo (mesmo que apenas na esfera das ciências humanas) não podem ser explicados por um único referencial. Partindo desta costura teórica, de autores que não dialogam, ou não mantém relações amistosas entre si, procuramos construir um conhecimento que cruza ensinamentos teóricos com as narrativas dos idosos entrevistados e com alguns episódios que pudemos vivenciar durante a escrita desta tese.

Tentamos utilizar as entrevistas como principal veículo de tração do texto, mas de qualquer maneira, os levantamentos e apontamento aqui feitos convergem para tantas outras narrativas, para tantos outros estudos e ideias com as quais nos deparamos nas nossas trajetórias e leituras, sobretudo, em alguns trabalhos voltados à velhice. As opiniões aqui descritas podem ser validadas, ou não, pelo leitor e, desde já, assumimos que em alguns momentos, principalmente naqueles onde nossa autoria pôde emergir mais livremente, sustentamos e propalamos opiniões políticas, econômicas, culturais, sociais, religiosas e de tantas outras instâncias da vida, sem nos preocupar com a pseudoneutralidade e imparcialidade tão difundida por filões de ciência que se julgam (ou se fazem passar por) verdadeiros.

3 REFERENCIAL TEÓRICO METODOLÓGICO PARA A REALIZAÇÃO DA PESQUISA: O CONSTRUCIONISMO SOCIAL

O Construcionismo Social foi a principal orientação teórico-medotológica para a realização da presente pesquisa. O Construcionismo é fruto de uma revisão da ciência e da psicologia rumo a novos paradigmas na construção do conhecimento. A base desta linha de pensamento é a despreocupação com a representação fiel da realidade, já que esta nada mais é do que uma construção coletiva, intermediada pela linguagem. A realidade, portanto, não pode ser concebida como algo apartado da produção do homem, ou seja, como algo objetivo passível de ser apreendido em sua materialidade própria por instrumentos e procedimentos desprovidos de qualquer subjetividade.

Essa abordagem se assenta em algumas bases epistemológicas centrais. Uma primeira diz respeito, precisamente, ao entendimento de que a realidade não existe como algo independente da interpretação subjetiva do homem e, portanto, não pode ser conhecida integralmente. Outro esteio fundamental diz respeito ao papel da linguagem e das relações sociais na produção da "realidade humana", construída a partir dos sentidos que o mundo adquire quando apreendido pela linguagem.

Cabe inclusive ressaltar que, para o Construcionismo Social, o conhecimento possível é aquele construído coletivamente sem estar restrito à classe dos pensadores. Uma forma válida de produzir conhecimentos sobre o mundo e a realidade é aquela construída pelo senso comum, desprovida da voraz busca pela verdade.

A ciência moderna nasce e se fortalece, sobretudo, no mundo ocidental, travando uma fervorosa batalha em duas frentes: uma combatendo os dogmas religiosos e outra, combatendo o senso comum. Na frente de batalha contra os dogmas religiosos o enorme desafio era mostrar que muitos dogmas sustentados pela religião não correspondiam aos fatos demonstrados pela ciência com seu método irrefutável. Na outra frente, essa também formada por crenças bastante arraigadas na mentalidade do homem comum, mas com um poder de resistência bem menor do que a religião, o desafio era demonstrar que muitos convencimentos e saberes populares, criados nas práticas cotidianas, também não correspondiam às evidencias científicas.

Se na batalha contra os dogmas religiosos a ciência não conseguiu uma vitória plena, erradicando-os inteiramente da mente humana, pelo menos os desalojou e, inclusive, ocupou seu lugar junto ao Estado Moderno. Em relação ao senso comum, talvez tenha obtido um sucesso maior, logrando um amplo convencimento e reconhecimento popular. O povo,

renunciando às suas crenças construídas na labuta do cotidiano, incorporou os saberes e tecnologias produzidos e disseminados pela ciência.

No entanto, o sucesso e a hegemonia conquistados pela ciência podem ter sido a causa maior de seu fracasso ou de seu desgaste ao longo do avanço da modernidade. O sonho calcado na crença moderna de que a ciência iria sanar todos os problemas do homem e conduzi-lo a um estado último de felicidade, foi logo se desfazendo.

Conforme assinala Santos (2001) os impasses da ciência moderna, na contemporaneidade, a levaram a se destituir da arrogância salvacionista e a se reconciliar com seus antigos adversários, sobretudo, o senso comum e o saber popular. Segundo o autor em questão, a ciência contemporânea ou "pós-moderna" como ele mesmo nomeia a ciência atual, está realizando duas rupturas epistemológicas fundamentais: uma é aquela que procura desfazer a dicotomia sujeito-objeto tão cultivada pela ciência moderna positivista e a outra é justamente reconciliar o conhecimento científico com o conhecimento popular que de adversário, passa a ser visto como um importante e valioso aliado.

O construcionismo, indubitavelmente, faz parte dessas duas rupturas epistemológicas operadas na ciência atual. Por um lado, promove um encontro do sujeito com o objeto, ambos tão distanciados pela ciência moderna clássica e, por outro lado, aproxima o saber científico do saber popular construído no cotidiano.

Ao considerar o saber como uma construção sempre dinâmica, o Construcionismo Social não se preocupa em alcançar a verdade, pois esta não é única, nem neutra, portanto, não é absoluta.

Quanto à impossibilidade de desvendarmos verdades absolutas, Shotter e Gergen (1994, apud CAMARGO-BORDES, 2007, p.35) nos atentam para o fato de que o conhecimento é obtido e legitimado dentro de um sistema de crenças e valores que não é relativo, uma vez que é fortemente sustentado por determinados grupos.

Além disso, o importante é que espaços dialógicos sejam constantemente construídos e que o pesquisador não se restrinja ou se amordace buscando uma verdade transcendente. Para Camargo-Bordes (2007), ao pensarmos uma realidade, é preciso considerar a existência de diversas versões de verdade, características de um contexto particular, vivenciadas por pessoas que coordenam suas práticas discursivas e constroem significados compartilhados.

Da mesma forma que não existe uma realidade *a priori* às coisas do mundo, não é possível agregar a elas um sentido predeterminado e pronto. O conhecimento, a realidade, o sentido das coisas e o próprio sujeito são elementos construídos socialmente. Estas não são atividades cognitivas intraindividuais, nem a mera reprodução de modelos. São práticas

sociais, dialógicas, que envolvem a linguagem em uso, o contexto e a história (SPINK; MEDRADO, 2000).

3.1 A PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO NO CONSTRUCIONISMO SOCIAL

Para o Construcionismo Social produzir conhecimento é uma forma de gerar relatos, criar e recriar mundos. A busca pelo conhecimento parte do questionamento e do anseio por investigar, descobrir e criar e, portanto, a única diferença entre o cientista e o curioso é a disciplina.

Um conjunto de normas e leis sustenta a pesquisa científica, assegura a cientificidade e, ao mesmo tempo, a validade do conhecimento produzido na academia. Spink (2000) salienta que o conhecimento não deve ser automaticamente válido por estar associado à academia ou à ciência, o que nos leva a considerar a validade do conhecimento produzido no cotidiano, por pessoas implicadas na sua relação com o mundo.

No cotidiano, o sujeito produtor de conhecimento é levado por sua curiosidade a investigar o mundo, debater ideias e fazer interconexões com o saber produzido por outros.

Shotter (1992) (apud ARENDT, 2003), reportando-se à passagem da ciência moderna à ciência pós-moderna, ressalta uma mudança de estilo: inicialmente o observador se mantinha afastado e imparcial ao testar suas teorias, valendo-se do raciocínio positivista de que a implicação do pesquisador com o objeto traria interferências insanáveis na produção de verdades e leis universais. A filosofia da ciência pós-moderna admite que todo conhecimento é provisório e está em constante tensão, sendo válido apenas para determinado espaço e tempo; estando assim, em constante transformação (KUHN, 1996).

A ciência contemporânea admite, ainda, a possibilidade de adoção de diferentes metodologias no processo de produção do conhecimento e, a inerente implicação do pesquisador na produção do saber (FEYERABEND, 1989; SANTOS, 2001).

Valendo-se destes pressupostos, o construcionismo concebe a produção de conhecimento de modo interativo, no qual o observador participante testa procedimentos de forma interessada, implicando-se ativamente na construção do conhecimento (GERGEN, 2009).

Para Gergen (1996) citado por Arendt (2003), ao utilizar métodos que ultrapassem a tentativa de compreender nossas práticas em termos de teorias, o pesquisador estaria assumindo uma poética social, fundada nas relações responsáveis, dialógicas da construção

social. Uma mudança da expressão da razão para a expressão das emoções, permitindo ver novas conexões com o meio, captar algo de novo na articulação das circunstâncias sociais que conduzam a uma inovação compreensão das redes de conexões e relações entre eventos.

Seria uma concepção de teoria que, ao invés de efetuar predições para o futuro, criaria o futuro através do diálogo, por meio de uma avaliação crítica de práticas culturais, que permita a geração de formas inteligíveis para as ações pessoais ou coletivas e, além disso, que crie caminhos para futuros alternativos.

Arendt (2003, p. 9, grifo do autor) diz que, "ao propor uma “poética social” no lugar da “teoria”, Shotter parece compreender a linguagem como veículo caracteristicamente humano de consciência, no qual participantes de uma “dança” se permitam ‘ir’ com os outros".

3.2 A CONCEPÇÃO DE SUJEITO NO CONSTRUCIONISMO SOCIAL

No pensamento Construcionista a essência do sujeito é concebida como *self*, constituída na linguagem entre interlocutores. Além disso, o sujeito não é algo estável ou duradouro, pois é construído nos contextos relacionais, ou seja, depende dos relacionamentos (ROSA; TURETA; BRITO, 2006).

A ênfase da constituição do sujeito está no contato social, no processo dialógico do conhecer e responder ao outro (RASERA; JAPUR, 2001). O sujeito, no contato com o outro, dá sentido ao mundo. Assim, a representação da realidade, do sujeito e dos fenômenos psíquicos é produzida através da linguagem.

> […] the self is viewed, then, as achieved through dialogic processes that are continuously in motion. (…) That is, when we say, "I am angry," "I love you," and the like, we are not trying to describe a far off land of the mind, or a state of the neurons. Rather, we are performing in a relationship, and the phrases themselves are only a constituent of more fully embodied actions, including movements of the limbs, vocal intonations, patterns of gaze, and so on. (GERGEN, 1996 p. 08-11)

Na construção do sujeito o foco é deslocado de uma estrutura privada para o contato social, da autoria individual para a conjunta. "Existe, portanto, uma multiplicidade de *selves* articulados em cada momento de acordo com a demanda de um diálogo" (ROSA; TURETA; BRITO, 2006, p.45).

As pessoas se constroem à medida que, via linguagem, agem e reagem umas às outras, narram suas estórias para nós e sobre nós.

> Ser significa comunicar... ser significa ser para o outro, e através do outro, para alguém. Uma pessoa não tem um território interno independente, ela está completamente e sempre na fronteira; olhando para dentro de si, ela olha nos olhos do outro ou com os olhos do outro (BAKHTIN, 1984 apud RASERA; JAPUR, 2001, p. 202).

Gergen (1994, apud GUANAES; JAPUR, 2003) ao refletir sobre a constituição do *self*, recorre à noção de *self* narrativo. A compreensão de *self* no Construcionismo Social refere-se às narrativas e explicações que as pessoas descrevem a si mesmas, através da organização temporal de eventos pessoais, estabelecendo conexões entre eventos vividos, inteligíveis a elas mesmas e aos outros.

O '*self* narrativo' é compreendido como uma 'estrutura' consciente. De acordo com Spink (2002) o sentido é tomado como possibilidade de elaboração das vivências do cotidiano, sendo, portanto, um ato da consciência, expresso pela mediação da memória. A memória, por sua vez, é entendida como elemento de significação e componente intrínseco ao processo de significação. Sendo assim, narração, memória e produção de sentidos, são os elementos básicos na construção do sujeito.

Desta maneira, o Construcionismo Social abandona a investigação dos processos e estruturas internas da psique humana, voltando-se à exterioridade dos processos e interações (DUARTE-ALVES; JUSTO, 2007).

A linguagem assume um papel central no construcionismo, uma vez que as práticas discursivas são responsáveis pela interação social e pela constituição da realidade, ou seja, pela produção de sentidos sobre o mundo.

Como afirma Traverso-Yépez (1999, p. 47), "a experiência da realidade, a identidade e os fenômenos psicossociais se constituem na e através da linguagem". Nesse sentido, a linguagem não é apenas um reflexo da sociedade, mas sua constituição.

Atadas ao contexto, à época e à cultura em que são produzidas, as práticas discursivas nos remetem aos momentos de ressignificações. Lima (2005) afirma que:

> [...] as pessoas não constroem suas materialidades e compreensões do mundo no vazio, mas na concretude da vida cotidiana, por onde um fluxo contínuo e dinâmico de atos de fala em tensões, conflitos, negociações, solidariedades, contradições, vão configurando sentidos em contínua produção e reprodução. (LIMA, 2005, p. 3).

Para Spink e Medrado (2000), as práticas discursivas são definidas como linguagem em ação, pois a partir delas as pessoas produzem sentidos e se posicionam nas relações sociais cotidianas.

A fim de melhor compreender esta definição, apresentamos a afirmação de Billig (1991, apud SPINK; MEDRADO, 2000, p. 47), segundo a qual “[...] quando falamos, estamos invariavelmente realizando ações – acusando, perguntando, justificando etc. –, produzindo um jogo de posicionamento com os nossos interlocutores, tenhamos ou não essa intenção”.

Sempre que nos expressamos existe algo que nos atravessa, seja uma lembrança, a nossa própria história, uma ideologia ou até mesmo algo que se manifesta sem que percebamos.

Uma forma particular de linguagem enfatizada pelo Construcionismo Social é a narrativa, por ser uma prática discursiva mais popular. Por se fundamentar mais nas experiências de vida do que na retransmissão ideológica, a narrativa é capaz de dar maior vazão à expressão de sentimentos e leituras de mundo.

A narração não existe apenas como voz, ela é acompanhada por movimentos das mãos, gestos, expressões faciais, diferentes entonações que sustentam o que está sendo dito.

Além de mobilizar todo o corpo e as emoções do sujeito, na narrativa pode-se recorrer à experiência não só de uma pessoa, mas de outras pessoas, pois o narrador acrescenta às suas palavras o que “ouviu dizer” (BENJAMIN, 1994).

Assim, a narrativa engloba tanto experiências individuais quanto coletivas à medida que entrelaça a história pessoal à grupalidade, mas também faz emergir traços singulares de cada indivíduo quando suas práticas discursivas se diferenciam das narrativas mais comuns, mais usuais. A narrativa do desvio e a diferença são entendidas como atividade criativa do sujeito no enfrentamento do mundo, que, ainda, dão significado as suas experiências (SPINK, 2002).

Na narrativa o que se preza é a transmissão de sabedorias populares, adquiridas com a vivência e a experiência, tal como o conselho (Benjamin, 1994). Não há preocupação com veracidade, legitimidade, status ou dominação, mas sim com a preservação de tradições de pequenos grupos.

A narrativa tende a permitir a leitura do mundo porque sua própria construção está atada ao coletivo. Benjamin (1994) destaca que a narrativa se funda na troca de experiências, na sabedoria popular, na tradição e na reminiscência. A narrativa é uma história que se cria a partir de um acontecimento e se desdobra para muito além dele, agregando fatos e vivências cada vez que é transmitida. "Narrar é trafegar entre as trajetórias de vida individuais e coletivas" (SANCHES-JUSTO, 2008, p. 35).

Desta forma, o termo "narrar" pode ser compreendido como uma produção discursiva atravessada pela história e pelas vivências sociais, pois “se a linguagem é ação no mundo, é

performance, a mudança narrativa é uma mudança que ocorre não somente nas palavras, mas também nas coisas" (CAMARGO-BORDES, 2007, p.32).

3.3 PRODUÇÃO DE SENTIDO

Segundo Spink e Medrado (2000), através das práticas discursivas, mais especificamente da narrativa, os sentidos são produzidos. A produção de sentido pode ser definida como a forma de perceber o mundo, de significá-lo, interpretá-lo, inscrita num tempo e lugar, em relações sociais concretamente constituídas. Os sentidos que o homem produz e atribui a sua experiência estão intimamente vinculados ao social, jamais desvencilhados do coletivo.

> O sentido é uma construção social, um empreendimento coletivo, mais precisamente interativo, por meio do qual as pessoas - na dinâmica das relações sociais historicamente datadas e culturalmente localizadas - constroem os termos a partir dos quais compreendem e lidam com as situações e fenômenos a sua volta (SPINK; MEDRADO, 2000, p.41).

A ênfase está no social[9], como alicerce da produção de sentido, e se contrapõe tanto à ideia de que a interpretação do mundo se dá de dentro para fora ou inversamente. Os sentidos emergem na interação, nas práticas cotidianas, portanto, não está nem no polo de uma interioridade individual, nem no polo oposto de determinações objetivas. Emergem, isto sim, na relação do sujeito com outros sujeitos, nas dobras que os conecta e os interliga na convivência social (DUARTE-ALVES; JUSTO, 2007).

A produção de sentidos é uma construção complexa, que acompanha a história de vida dos sujeitos postos em interação e na conversação. Todo momento, interpretamos o mundo ao nosso redor, construímos sentidos e verdades que em um momento posterior podem se transformar ou deixar de existir.

---

[9] Social pode ser compreendido como um termo que designa redes de instituições (entidades abstratas que se formalizam em leis, normas, práticas, organizações, etc.) que se articulam para gerir a vida e as relações humanas em sua totalidade (BAREMBLITT, 1998). Ou ainda como o campo de atuação de diversos atores políticos, econômicos, científicos. Nesta teia circulam, concomitantemente, diversos saberes, funções, ideologias e tantos outros elementos, nos seus respectivos espaços e cruzamentos. É neste campo que a divisão de classes se efetiva, se evidência e se oculta, por meio de discursos ideológicos e de procedimentos disciplinares, normativos, alguns mais, outros menos aparentes. É onde ocorrem relações entre sujeitos, conscientes ou não, entre atores, protagonistas e figurantes, que assumem suas funções e instituem processos de dominação, docilização, resistência, transformação, de ruptura e continuidade (JUSTO; SANCHES; ROZENDO, 2012).

Na sua trajetória de vida o sujeito vai tomando suas escolhas, se posicionando, colhendo vivências e criando narrativas que vão formar sua identidade e seu modo de ver o mundo.

Segundo Pinheiro (2000), o sentido que o sujeito dá ao mundo é produzido interativamente, na relação com os outros e se transforma a cada influência que recebemos daqueles com quem interagimos.

Os pressupostos construcionistas assumem os paradigmas emergentes da ciência contemporânea ao proporem uma nova visão de mundo, de homem e de sociedade. Assim, não existe uma preocupação em buscar a verdade universal e absoluta e nem mesmo em pensar o sujeito como um indivíduo autônomo cuja relação com o objeto seja desinteressada e objetiva. Os saberes sobre o objeto devem ser construídos no contato direto com o objeto, delegando a autoria do saber ao sujeito que narra a sua própria história.

A investigação construcionista se ocupa, principalmente, de analisar os processos pelos quais as pessoas descrevem, explicam, ou, de alguma forma, dão conta do mundo em que vivem, incluindo-se elas mesmas. O foco de estudo passa das estruturas sociais e mentais para a compreensão das ações práticas sociais e, sobretudo, dos sistemas de significação que dão sentido ao mundo (GERGEN, 2009).

Terminologias como sujeito e objeto se confundem no campo de pesquisa construcionista, que horizontaliza qualquer tipo de hierarquia envolvida na produção do conhecimento. Ciência, senso comum e até mesmo a religião são elementos válidos na produção de saberes legítimos.

Os termos em que o mundo é conhecido são artefatos sociais, produtos de intercâmbios historicamente situados entre pessoas. A relação sujeito-objeto é, portanto, a todo momento, atravessada pelas “relações sociais estabelecidas num determinado contexto histórico e dependendo dos interesses individuais” (BURR, 1995, apud NOGUEIRA, 2001, p.45).

O discurso produzido pelo sujeito sempre receberá influência das inter-relações pessoais e do contexto histórico e cultural em que é produzido. Tal discurso pode, portanto, tornar-se fragmentado, incoerente e múltiplo. A multiplicidade reflete a fragmentação do próprio sujeito que, em constante transformação, cria versões parciais e paradoxais do objeto.

A relação do sujeito com o mundo é, portanto, construída como um processo flexível de significação e ressignificação. Podemos ilustrar este processo ao tomarmos o sujeito como aquele que dá sentido às suas vivências, que ativamente percebe o mundo, transformando-o ao mesmo tempo em que é transformado. Cada nova experiência agrega significação à vida e um

conjunto de experiências pode ganhar novos sentidos quando o sujeito as percebe de outra maneira.

O objeto, por sua vez, intrínseco ao sujeito, pode ser compreendido como tudo aquilo a que o sujeito atribui sentido: o mundo, as experiências, o conhecimento, as pessoas ou até mesmo a própria vida. Sujeito e objeto não existem dissociados: a forma como vejo o mundo é apenas minha. Ainda que o mundo seja o objeto da minha percepção, tal objeto não pode ser pensado como algo que está fora, pois esta forma (particular) de perceber o mundo cabe apenas a mim.

Além da ruptura com a divisão clássica proposta pela ciência moderna entre 'sujeito' e 'objeto'; o construcionismo propõe ainda a legitimação do discurso do outro. O construcionismo, portanto, promove um encontro do sujeito com o objeto e aproxima o saber científico do saber popular. Abrem-se então, na produção dos saberes, espaços para a construção de singularidades e para leituras diferenciadas sobre o mundo.

Finalmente, cabe ressaltar que esta abordagem visa construir um modo de observar os fenômenos sociais que tenha como foco a tensão entre a universalidade e a particularidade, entre o consenso e a diversidade, com vistas a produzir uma ferramenta útil para as transformações da ordem social.

3.4 CAMPO DA PESQUISA

Inclinados ao pensamento construcionista, fomos a campo ouvir os principais sujeitos desta pesquisa, idosos frequentadores do Núcleo de Estudos e Atividades da Terceira Idade, desenvolvido na Universidade Federal de Mato Grosso, no *campus* de Rondonópolis. As narrativas colhidas durante a realização das entrevistas são a matéria-prima para as considerações e resultados obtidos no trabalho.

O roteiro das entrevistas não foram utilizados de forma rígida, permitindo o livre diálogo com os entrevistados. As perguntas buscaram coletar as histórias de vida e no decorrer das conversas procuramos direcionar o diálogo para o tema da pesquisa, para questões relacionadas à participação política e social dos entrevistados. Nas primeiras perguntas, procuramos estabelecer conversas destinadas a mapear o perfil dos participantes, como o sexo, a idade, a escolaridade, a renda e a profissão que exerceram ou que ainda exerciam nesta fase da vida.

Depois foram feitas perguntas sobre as histórias de vida familiar, na infância, na adolescência, na vida adulta, na situação atual e como foi, e é atualmente, a atuação dos entrevistados na família. Seguíamos as entrevistas perguntando sobre as mudanças que ocorreram com o envelhecimento, assim como aquelas que foram desencadeadas após o ingresso no NEATI; quais os lugares que frequentavam atualmente e que tipo de participação tinham nestas instâncias. Enfim, partindo para a temática central da pesquisa, foram feitas questões sobre qual o entendimento dos entrevistados sobre a política, sobre os movimentos sociais e políticos, sobre o governo e assim por diante. Nesta fase do diálogo questionávamos se participavam, ou se já haviam participado de algum movimento ou organização política e social. Nos casos daqueles idosos que já haviam participado de movimentos e organizações políticas e sociais e, que haviam deixado de fazê-lo no decorrer do tempo, procuramos questioná-los por quais motivos haviam se afastado destas funções. No decorrer da pesquisa, outras questões foram incluídas no roteiro, buscando mapear se o próprio NEATI possibilitava a participação e protagonismo dos frequentadores dentro do Núcleo; assim como se as atividades desenvolvidas pelo Núcleo, assanhavam a participação política e social dos frequentadores em outras instâncias.

As entrevistas foram realizadas do período de abril[10] a dezembro de 2012, tendo como *locus* principal o Núcleo de Estudos e Atividades da Terceira Idade – NEATI, situado na Universidade Federal de Mato Grosso, Campus Universitário de Rondonópolis/MT. Não pretendemos aqui produzir generalizações, ou verdades universais, mas faz-se necessário levar em consideração que a experiência do envelhecimento e da velhice (ou da terceira idade) pode ser considerada análoga, (pelo menos em seus aspectos fundamentais), em todo o território nacional, já que as políticas de atendimento ao idoso, a legislação pertinente à população idosa e as principais noções que circulam sobre o envelhecimento são praticamente as mesmas em todo o conjunto da federação.

Ademais, os processos do envelhecimento vêm sendo normatizados no mundo em geral e experiências locais acabam se assemelhando às experiências de tantas outras localidades. Curiosamente, tive a oportunidade de entrevistar uma idosa[11] recém-chegada de Cuba, que havia iniciado suas atividades no NEATI a partir de maio de 2012. Ex-professora de matemática do ensino fundamental em Havana, a idosa relata que, mesmo nos países de

---

[10] Apesar de iniciarmos as entrevistas em abril de 2012, já estávamos inseridos na ‘cotidianeidade’ e ‘sociabilidade’ do Núcleo e na rotina dos frequentadores e da equipe desde meados de 2011, quando assumimos a coordenação do programa.

[11] A idosa não permitiu a divulgação do seu nome temendo sua extradição, retaliações e perseguição política, pois fez algumas considerações sobre o regime de Fidel Castro.

governo ‘socialista’, a reinvenção da velhice (por meio de políticas públicas e serviços específicos) e sua conversão em terceira idade é uma tecnologia já adotada e convertida em políticas públicas. A referida idosa relata que já vinha participando de programas de atenção à velhice em Cuba e, segundo seus relatos, estes não se diferenciam consideravelmente, daqueles desenvolvidos no Brasil.

> E lá eu também participava do ‘grupo das avós’, porém lá também se fazia exercícios.
>
> O que vocês faziam lá?
>
> Lá se fazia muito exercício, e atividades de passeio, almoçávamos em restaurante, visitávamos centros turísticos e culturais [...].
>
> E qual a principal diferença daqui do NEATI pra aquele que a senhora frequentava lá?
>
> Ah, porque aqui tem mais atividades (informação verbal) [12].

Aliás, o governo cubano e tantos outros países latinos têm investido bastante nos programas de atenção à velhice. Em Cuba as primeiras políticas especializadas iniciaram-se ainda na década de (19)70, com a introdução de serviços de atendimento e acompanhamento médico e de enfermagem domiciliar, voltados aos idosos e à família em geral (SAMPER, 2007). Mais recentemente, Cuba tem angariado programas em uma linha de políticas públicas especializada, capitaneada pelo *Ministerio de Salud Pública* (MINSAP). Tal como acontece no Brasil, o governo cubano organizou uma política nacional destinada aos idosos, que congrega diversos setores de políticas públicas:

> el Programa Nacional de Atención al Adulto Mayor, lo cual hace evidente el interés del estado cubano en brindar una atención óptima a las personas de 60 años y más. Este programa además de ofrecer aglutinación a favor del adulto mayor es aplicable en todos los niveles de atención, que incluye no sólo salud, sino seguridad deportes, cultura, legislación y otros. Este programa, en implementación y perfeccionamiento, contiene en sí tres subprogramas que a continuación relacionamos:
>
> • SUBPROGRAMA DE ATENCIÓN COMUNITARIA AL ADULTO MAYOR.
>
> • SUBPROGRAMA DE ATENCIÓN INSTITUCIONAL AL ADULTO MAYOR.
> • SUBPROGRAMA DE ATENCIÓN HOSPITALARIA AL ADULTO MAYOR[13].

---

[12] Entrevista concedida no NEATI, em maio de 2012.

[13] O programa nacional de atenção ao idoso, no qual se evidencia o interesse do Estado em prestigiar a atenção as pessoas com sessenta anos ou mais. Este programa, além de oferecer aglutinação em favor do idoso, é aplicável em todos os níveis de atenção que inclui não só a saúde, mas também a seguridade social, esportes, cultura, legislação e outros. Este programa em implementação e aperfeiçoamento, contém em si três subprogramas: Subprograma de atenção comunitária ao idoso; Subprograma de atenção institucional ao idoso e; Subprograma de atenção hospitalar ao idoso (tradução nossa).

De maneira geral, as políticas de atenção à velhice vêm se difundido em larga escala por todo o mundo, sendo orientadas por tratados internacionais elaborados pelas Organização das Nações Unidas – ONU, em conjunto com outras organizações internacionais, como por exemplo, a *Comisión Económica para América Latina y Caribe* – CEPAL, deliberam sobre os rumos das políticas públicas nos países latino-americanos, a partir de conferências, convenções e relatórios internacionais. Tais tratados acabam uniformizando as políticas e lides voltadas à população idosa e, de certa forma, alinham as experiências vivenciadas no processo do envelhecimento na mundialidade. O 'Relatório sobre a aplicação da estratégia regional de implementação para a América Latina e o Caribe do Plano de Ação Internacional de Madri sobre o Envelhecimento', por exemplo, é um documento que vem orientando a implantação de políticas nacionais do idoso em diversos países latinos, como na Colômbia (COLOMBIA, 2007) e na Costa Rica (COSTA RICA, 2011). O 'Plano de Ação Internacional para o Envelhecimento' serve de modelo para a implantação de políticas especializadas, não só nos países supracitados e não apenas na América Latina, mas no mundo inteiro. No Brasil, por exemplo, a 'Secretaria Especial de Direitos Humanos' – SEDH, organização governamental vinculada ao Ministério da Justiça e responsável pela execução, planejamento e fiscalização da 'Política Nacional do Idoso' (BRASIL, 1994) traduziu e distribuiu, gratuitamente, o referido documento publicado originalmente pela ONU, aos diversos setores e profissionais envolvidos com políticas e prestação de serviços à pessoa idosa para servir de modelo às políticas desenvolvidas em todo o país.

Em suma, importa mais a existência de políticas e serviços dirigidos à população idosa; a consolidação de uma rede de atendimento e reconhecimento do idoso como sujeito de direitos e políticas públicas e leis específicas; que propriamente a localização geográfica de dada localidade no território nacional. Regionalismos e pequenas peculiaridades à parte, podemos encarar as mais diversas municipalidades como um mesmo espaço ao tratarmos de um grupo bioidentitário[14], como é o caso da velhice. A experiência do envelhecimento não

[14] Bioidentidade e biopolítica são termos que se referem a estratificações políticas, econômicas e sociais, capitaneadas pelo Estado, ciência e mercado, com vistas a facilitar a gestão de populações. Cada um destes grupos bioidentitários é objeto de produção de saberes específicos, leis específicas, políticas públicas específicas, produtos específicos, dentre tantas outras especialidades. Assim como já descrevemos aqui, no exemplo da velhice, sobre a qual incide saberes especializados (sobretudo aqueles difundidos pela geriatria e pela gerontologia); leis específicas catalogadas na "legislação do idoso", tais como a "Política Nacional do Idoso" e o "Estatuto do Idoso" e as políticas públicas específicas (como as universidades abertas à terceira idade, os grupos e centros de convivência, os asilos de velhos, atenções à saúde do idoso e tantos outros serviços, programas e projetos capitaneados pelo governo e pela iniciativa privada). Não bastassem tantas especificidades, agem ainda sobre a velhice os interesses de mercado, que lhes produzem produtos específicos, tais como as linhas de crédito, pacotes de viagens, medicamentos e uma verdadeira miscelânea de mercadorias e serviços. Poderíamos citar

difere simplesmente pelos limites artificiais das fronteiras geográficas, pelo contrário, acabam se uniformizando em uma lógica de gestão internacional, que extrapola os limites de um Estado-nação como o Brasil, que apesar de sua diversidade cultural, é um país extremamente globalizado.

3.5 TRATAMENTO DO MATERIAL

As entrevistas foram gravadas por equipamento de áudio e áudio visual. As transcrições foram feitas integralmente, sem correções gramaticais. As narrativas foram lidas e, de cada narrador, foram extraídos trechos que compunham uma trama hodierna onde – presumimos - que a velhice está inserida. Os temas, as repostas, as perguntas, as frustrações e as inquietações seguiram praticamente uma linha tecida pela coletividade, retratando assim, experiências comuns no envelhecimento. Portanto, a fala dos sujeitos individuais compõe a fala de um sujeito coletivo, que narra a realidade vivenciada no envelhecimento.

A partir das transcrições foram criados temas de análise, que surgiram dos próprios relatos, antes ou depois de cada trecho. Assim, a análise das entrevistas se pautou por recortes temáticos que poderiam subsidiar a discussão do protagonismo do idoso.

---

aqui outros exemplos como os da infância, dos portadores de necessidades especiais, dos grupos étnicos e assim por diante, que são permeadas pelo mesmo esquema que classifica, descreve e faz a gestão do envelhecimento (leis específicas, instituições específicas de atendimento, especialidades científicas específicas, políticas públicas específicas, produtos específicos de mercado, etc). As estratégias de biopoder teriam sido iniciadas ainda nos séculos XVII e XVIII, mas se refinariam e galgariam maiores proporções com o advento do Estado de Bem-estar keynesiano, especialmente com as políticas de seguridade social angariadas pelos Estados neoliberais.

4 AVENIDAS DO ENVELHECIMENTO

Pretendemos aqui desvelar a velhice como uma construção histórica bastante complexificada, para tanto buscamos alguns elementos da teoria da complexidade proposta por Edgar Morin, da psicologia histórica apregoada por Michel Foucault, assim como alguns ensinamentos específicos sobre a velhice difundidos, principalmente, por Simone de Beauvoir; Erving Goffman; Daniel Groisman; Guita Grin Debert; Eneida Haddad; Anita Neri e Júlio Simões.

Morin (2005) ao tratar da complexidade, assevera que ela deve ser entendida por vários vieses, denominados 'avenidas da complexidade', metáfora que designa os caminhos que levam ao pensamento complexo. Valendo-se do raciocínio difundido por Pascal no século XVII, Morin (1999) descreve que o desafio do conhecimento é o de entender as partes de um objeto, para assim poder entendê-lo em sua completude e 'complexidade'. O conhecimento das partes, leva ao conhecimento e funcionamento do todo; esta dinâmica é descrita por Morin (1999) como princípio sistêmico ou organizacional. A ideia sistêmica (ou complexa), oposta à reducionista, entende que "o todo é mais do que a soma das partes". O próprio termo 'complexo', emprestado do *Latim* pelo referido autor, descortina bem a sua teoria:

> *Complexus* significa o que foi tecido junto; de fato, há complexidade quando elementos diferentes são inseparáveis constitutivos do todo (como o econômico, o político, o sociológico, o psicológico, o afetivo, o mitológico), e há um tecido interdependente, interativo e inter-retroativo entre o objeto de conhecimento e seu contexto, as partes e o todo, o todo e as partes, as partes entre si. Por isso, a complexidade é a união entre a unidade e a multiplicidade. Os desenvolvimentos próprios a nossa era planetária nos confrontam cada vez mais e de maneira cada vez mais inelutável com os desafios da complexidade (MORIN, 2000, p. 38).

Das oito avenidas que levam ao pensamento complexo, conforme a proposta de Morin (2005) destacamos quatro no entendimento sistêmico da velhice, analisada sobre a luz das ciências humanas[15]: a segunda, a quinta, a sétima e a oitava avenida.

Segundo Morin (2005) a segunda avenida da complexidade refere-se à transgressão dos limites daquilo que o autor denomina 'abstração universalista', que elimina a singularidade, a localidade e a temporalidade da análise. Neste sentido, é necessário compreendermos a velhice de forma singular e localizada em determinada espacialidade e

[15] Conforme o pensamento sistêmico de Morin (1999), a velhice deveria ser enxergada como objeto complexo a partir das diversas áreas do conhecimento. Porém, aqui falaremos da velhice partindo de uma visão complexificada dentro da lógica das ciências humanas, já que não teríamos condições de refletir sobre a velhice sobre outras perspectivas.

temporalidade. Dessa forma, buscamos compreender a velhice em seus aspectos históricos, partindo de uma análise macroestrutural em direção a uma análise microestrutural. Em suma, tentamos compreender a velhice como um todo, partindo da análise de suas partes, para depois juntar os discursos dos idosos envolvidos na pesquisa e tecermos uma compreensão mais pormenorizada de sua realidade.

A quinta avenida da complexidade é a da ‘organização’, entendida como “aquilo que constitui um sistema a partir de elementos diferentes; portanto, ela constitui, ao mesmo tempo, uma unidade e uma multiplicidade” (MORIN, 2005, p. 180). Morin (2005, p. 181) faz alusão ao holograma para expressar seu raciocínio. O “holograma é a imagem física cujas qualidades de relevo, de cor e de presença são devidas ao fato de cada um dos seus pontos incluírem quase toda a informação do conjunto que ele representa”.

A quinta avenida da complexidade abre caminhos para pensarmos a velhice, como parte constituinte da sociedade, carrega os valores, normas, leis, cultura e tantos elementos sociais. Por outro lado, a sociedade em geral, pode ser compreendida como um todo constituído pelos mesmos atributos acima mencionados, desta vez, provenientes da velhice. Trocando em miúdos a velhice é constituída na e pela sociedade, ao mesmo tempo em que imprime suas vivências, suas formas de entender e sentir a vida no plano social. Partindo de uma visão micropolítica, cada velho seria um átomo desta substância, composta, por sociedade, velhice e suas demais moléculas. Morin (2005) faz uma criativa alusão desta realidade com o corpo humano, composto por membros, órgãos, e DNA. O DNA carrega informações de todo o corpo, sendo assim, uma chave de entendimento de cada organismo e, ao mesmo tempo, determina, biologicamente, as condições de vida de cada um destes organismos.

> E, vocês até têm esse princípio eminentemente irônico, mas muito significativo de que "ninguém pode ser considerado ignorante da lei", isto é, que toda a legislação penal e repressiva, em princípio, deve estar presente na mente do indivíduo. Portanto, de certo modo, o todo da sociedade está presente na parte — indivíduo — inclusive nas nossas sociedades que sofrem de uma hiperespecialização no trabalho. Isso quer dizer que não podemos mais considerar um sistema complexo segundo a alternativa do reducionismo (que quer compreender o todo partindo só das qualidades das partes) ou do "holismo", que não é menos simplificador e que negligencia as partes para compreender o todo. Pascal já dizia: "Só posso compreender um todo se conheço, especificamente, as partes, mas só posso compreender as partes se conhecer o todo." [...] Uma sociedade é produzida pelas interações entre indivíduos e essas interações produzem um todo organizador que retroage sobre os indivíduos para co-produzi-los enquanto indivíduos humanos, o que eles não seriam se não dispusessem da instrução, da linguagem e da cultura Portanto, o processo social é um círculo produtivo ininterrupto no qual, de algum modo, os produtos são necessários à produção daquilo que os produz (MORIN, 2005, p. 182).

Eis então que o autor adentra a sétima avenida para a complexidade, a avenida da ‘crise de conceitos fechados e claros’ que critica o raciocínio que a ciência experimental impôs com sucesso, de retirar um ‘objeto de estudo’ do seu meio ambiente, situá-lo num meio artificial, que é o da experiência, modificá-lo e controlar as modificações para conhecê-lo. Neste sentido, procuramos analisar a velhice (ou a terceira idade) nos seus espaços de convivência e circulação, ou seja, no seu *habitat* natural. Mais do que isso, procuramos nos integrar a estes *habitats* fazendo parte da cotidianidade destes lugares, circulando por eles e estreitando relações com os envolvidos.

Neste sentido, chegamos à oitava avenida da complexidade, que leva a volta do observador na sua observação, buscando se distanciar apenas da filosofia da ciência moderna que apregoava a neutralidade e distanciamento do observador como objeto de produção de conhecimentos verdadeiros e perenes.

> Daí vem essa regra de complexidade: o observador-conceptor deve se integrar na sua observação e na sua concepção. Ele deve tentar conceber seu *hic et nunc* sociocultural. Tudo isso não é só uma volta à modéstia intelectual, também é volta a uma aspiração autêntica da verdade. [...] Como conseqüência, podemos formular o princípio da reintegração do conceptor na concepção: a teoria, qualquer que seja ela e do que quer que trate, deve explicar o que torna possível a produção da própria teoria e, se ela não pode explicar, deve saber que o problema permanece (MORIN, 2005, p. 185-186).

Orientados por estas direções-chave, seguindo o rumo apontado pelas referidas ‘avenidas’, procuramos situar a velhice como o objeto complexo, como de fato se constitui. Para tanto, propomos outras seis avenidas específicas do envelhecimento que descortinam a realidade dos longevos, as imagens e concepções da velhice que foram sendo formadas historicamente, em específico, no decorrer da história da civilização até chegarmos ao contemporâneo. São elas as avenidas da história (principalmente da história ocidental e seus respectivos períodos); dos asilos de velhos; dos saberes geriátrico-gerontológico; da aposentadoria; da legislação do idoso e, enfim, da terceira idade.

4.1 A AVENIDA DA HISTÓRIA

Segundo Foucault é importante enxergarmos como se dá, através da história, a constituição de um sujeito que se erige no interior mesmo da história, e que é a cada instante fundado e refundado pela história, que está em constante movimento de reconstituição e que, portanto, não é dado por definitivo, não pode ser compreendido como objeto estável e perene.

“Ora, a meu ver isso é o que deve ser feito: a constituição histórica de um sujeito através de um discurso tomado como um conjunto de estratégias que fazem parte das práticas sociais” (FOUCAULT, 2005, p. 10-11). Para iniciarmos nossa análise histórica sobre a velhice, emprestamos alguns levantamentos feitos por Beauvoir (1990) que parte de levantamentos e análises referentes a algumas organizações sociais tribais até chegar ao período moderno da civilização.

Conforme Beauvoir (1990) em algumas tribos existiam distintas formas de se conceber o envelhecimento e, em decorrência desta realidade, variados tratamentos e representações recaiam sobre os mais velhos. No caso dos ‘Arandas’ (caçadores coletores da Austrália) eram atribuídos à velhice poderes sobrenaturais e somente os mais velhos exerciam o papel de líderes espirituais e chefes da comunidade, onde nada poderia ser feito sem o consentimento destes. Aos velhos era delegado o poder de cura, sendo responsáveis pela transmissão do conhecimento e saberes pragmáticos aos jovens, que em contrapartida, os fortaleciam ofertando-lhes seu sangue, que era assimilado por banho ou ingestão (BEAUVOIR, 1990).

Entre os Bushongs, a divisão do trabalho organizada dentro da tribo lhes conferia apenas um número reduzido de tarefas. Os longevos praticam a poligamia, apropriando-se das mulheres que trabalham para eles e os seus genros, por sua vez, também deviam lhes prestar diversos serviços. Os jovens tinham direito, apenas, a uma esposa coletiva (BEAUVOIR, 1990).

Os Kikuyus do Quênia, por sua vez, tinham o ‘conselho das velhas mulheres’, responsáveis por punir os jovens infratores. Nestas tribos os velhos eram considerados santos, serenos e desprendidos do mundo. “As mulheres idosas são muito respeitadas quando não têm mais dentes; os Kykuyus julgam que elas são “cheias de inteligência”, e as enterram com pompa, ao invés de abandonarem seus cadáveres às hienas” (BEAUVOIR, 1990, p. 89, grifo do autor). O exemplo dado por Beauvoir (1990) acerca destas tribos revelam que elas adotavam um modelo de organização ‘gerontocrático’, onde os mais velhos, além de serem extremamente respeitados, eram suas maiores lideranças e os protagonistas de suas organizações sociais.

Por outro lado, muitas sociedades primitivas respeitavam as pessoas idosas apenas enquanto estavam lúcidas e robustas, mas, se livravam delas quando se tornavam decrépitas e senis.

No caso dos Hoteontes, na África, os filhos faziam uma festa de despedida para seus membros quando chegavam a uma idade avançada. Findada a celebridade os colocavam sobre

um boi que era escoltado até uma cabana afastada onde eram abandonados com um pouco de comida. Lá morriam de fome, ou eram devorados por animais selvagens (BEAUVOIR, 1990).

No caso dos esquimós, cujos recursos eram precários, pedia-se aos velhos que se deitassem na neve e, que ali esperassem a morte. Podia-se ainda trancá-los em um iglu durante uma expedição de pesca, deixando-os findarem. Noutros casos, o próprio ancião podia se matar quando se sentia uma carga pesada, incorporando assim uma tradição social de abandono e aniquilação dos longevos.

"Conta-se que em Bali, [...] numa aldeia perdida nas montanhas, os velhos eram sacrificados e devorados. Numa certa época não restava mais um só deles [...]" (BEAUVOIR, 1990, p. 96).

Em algumas tribos de regiões do Japão, a escassez de alimentos era tamanha, que os recém-nascidos eram abandonados nos rios, as crianças (meninas) vendidas e os velhos abandonados a própria sorte em montes, onde findavam por frio e/ou fome[16].

Em relação às sociedades primitivas, Beauvoir (1990) assevera que os idosos tinham mais condições de sobreviver e receberem tratamento distinto naquelas mais ricas do que nas pobres, o mesmo raciocínio se aplicava, respectivamente, nas sedentárias, com mais provisões e nas nômades, com menos recursos. Em suma, a autora defende a hipótese de que, na história das tribos primitivas, a condição dos velhos dependia do contexto e da realidade de cada sociedade. Nas menos produtivas, a idade avançada significa invalidez e peso morto. Nas mais 'desenvolvidas' o idoso podia assumir um papel de destaque e ser integrado à comunidade (BEAUVOIR, 1990).

A lógica entre escassez e reserva (ou abundância de recursos), e a forma como esta realidade recai sobre a velhice, fora também aplicada sobre a infância, mesmo nas sociedades ocidentais, conforme se pode avaliar nos ensinamentos de Ariès (1978), que revela que a 'infantillização' e 'paparicação' das crianças ocorreu junto com a acumulação de capital, no seio da família nuclear burguesa.

Beauvoir (1990) apregoa que infância e velhice se associam, quando se trata de um pensamento produtivista adotado por muitas organizações sociais. Segundo a referida autora:

> Em muitas sociedades, homens e mulheres idosos têm estreita relação com a criança. Há uma relação entre a impotência do lactente e a do decrépito. [...] Praticamente são todos bocas inúteis e bagagens incômodas: tribos muito pobres, sobretudo nômades que praticam o infanticídio e o assassinato dos velhos. [...]. Muitas vezes

[16] Esta realidade vivenciada por muitas tribos primitivas foi bem retratada no filme 'Balada de Narayama', dirigido por Keisuke Kinoshita e condecorado pelas palmas de ouro do Festival de Cannes em 1983.

> netos e avós são estreitamente associados: pertencem, simbolicamente, a uma mesma classe de idade [...] (BEAUVOIR, 1990, p. 105).

Outro importante apontamento feito por Beauvoir (1990), relacionado com as formas de tratamento e de concepção da velhice está atrelado aos tratamentos dirigidos pelos adultos à infância. Segundo a autora, existe um ciclo que condiciona uma dinâmica visível. Se os adultos tratam os infantes com respeito, seriam agraciados pela benevolência dos membros da comunidade quando envelhecessem. Caso os tratamentos dirigidos à infância fossem cruéis e malfazejos, o velho seria mal tratado e desrespeitado pelos seus pares e familiares no final de suas vidas. Desta forma, as soluções práticas adotadas pelos povos primitivos com relação aos problemas que os velhos lhes colocam poderiam ser muito diversas: poder-se-ia matá-los, deixar que morressem, conceder-lhes um mínimo vital, assegurar-lhes um fim confortável, ou mesmo honrá-los e cumulá-los de atenções (BEAUVOIR,1990).

No caso dos Iacutos, tribo seminômade do nordeste siberiano de organização patriarcal:

> O pai era dono os rebanhos, ele exercia sobre seus filhos uma autoridade absoluta, ele podia vendê-los ou matá-los, muitas vezes livrava-se das filhas. Se o filho insultasse o pai ou lhe desobedecesse este o deserdava. Enquanto continuava vigoroso, o pai tiranizava a família. Tão logo enfraquecia, seus filhos lhe extorquiam seus bens e mais ou menos deixavam-no morrer. Maltratados na infância não tinham qualquer piedade com os velhos pais. Um Iacuto, a quem se recriminava por mal tratar o velho pai respondeu: “Ele que chore! Que passe fome! Fez-me chorar mais de uma vez e lamentava a comida que me dava. Espancava-me por nada” [...] Para escapar deste horrível destino, muitas vezes estes velhos pediam aos filhos que os matassem com uma facada no coração (BEAUVOIR, 1990, p. 58-59).

Dessa maneira, um sábio provérbio popular, de autoria desconhecida, traz importantes ensinamentos sobre a dinâmica dos relacionamentos entre velhice e demais idade da vida: “Desprezar a velhice ou não ter por ela a consideração que lhe é devida, é trabalhar para receber no futuro o mesmo tratamento”.

4.1.1 Velhice e história da civilização

Ao lançar seu olhar sobre a história da civilização, Beauvoir (1990) inicia sua análise na sociedade grega, mais especificamente, parte de um exame dos poemas homéricos, história escrita, entendida como marco da formação dos povos civilizados (MORGAN, 1967). Na literatura clássica, a velhice estava associada a algumas virtudes do homem, sobretudo à

sabedoria. Entretanto, noutras passagens, o velho era representado como um sujeito fisicamente e, até mesmo, psiquicamente enfraquecido, sem razão e vigor físico necessários para elaboração de táticas e enfrentamentos de guerra, tão importantes na sociedade grega. O corpo envelhecido não poderia se armar para os enfrentamentos de guerra e, por isso, recaiam sobre os longevos algumas representações pejorativas. “A velhice ocupava um lugar marcante nas queixas da vida terrestre dos gregos. Num hino que lhe é atribuído, Afrodite diz: “Os deuses também odeiam a velhice” (BEAUVOIR, 1990, p. 122).

Partindo para a realidade social vivenciada na cotidianidade grega, Beauvoir (1990) considera que os velhos ocupavam um papel honorífico, exercendo a função de conselheiros; concedida aos cidadãos mais respeitados das cidades. Nestas instâncias, temia-se a ambição e entusiasmo dos jovens e apreciava-se a cadência espiritual e a experiência dos envelhecentes (BEAUVOIR, 1990). A velhice era, em muitas das antigas cidades, uma qualidade dos cidadãos.

Platão e Aristóteles, ilustres representantes da filosofia grega, refletiram sobre a velhice e chegaram a conclusões opostas. Platão, partindo de uma visão metafísica, acreditava que a virtude emanava do conhecimento da verdade e do exercício da política, sendo que os homens só estariam capacitados a frutificá-las plenamente por um processo de educação que se completaria aos 50 anos de idade. Na filosofia platônica os guardiões das leis deveriam ter entre 50 e 70 anos. “A partir dessa idade, o filósofo possui a verdade e se torna, então, guardião da polis” (BEAUVOIR, 1990, p. 134). Segundo o referido filósofo o corpo não passaria de uma aparência ilusória e com o decréscimo dos apetites físicos a alma se tornaria mais livre. “A libido desapareceria com o vigor sexual; graças a essa harmonia, o velho teria acesso a uma serenidade interdita aos homens que ainda são presas de seus instintos. Os mais idosos devem mandar e os jovens, obedecer” (BEAUVOIR, 1990, p. 135).

Já Aristóteles, partindo de um enfoque mais materialista, acreditava que a alma estava em plena relação com a forma do corpo e, os males que afetam o último atingiriam o indivíduo como um todo. Apregoava que o homem progredia até os 50 anos, entretanto, a partir desta idade, o declínio do corpo degeneraria o indivíduo como um todo e, por isso, os mais velhos deveriam ser afastados do governo.

É possível visualizarmos nas artes gregas que os envelhecentes eram venerados por sua sabedoria, porém, relegados aos exercícios da mente, em detrimento daqueles exercidos pelo corpo. No quadro de Joseph Desirè Court[17] (1796 – 1865), intitulado ‘*Aqulle Donannt a*

[17] COURT, J. D. *Aqulle Donannt a Nestor Le prix de La Sagasse.* [18--].

Nestor Le prix de La Sagasse', O autor retrata Aquiles[18] entregando a Nestor[19] o 'prêmio da vitória'. Nesta pintura é possível observarmos que Aquiles é retratado como um jovem adornado com poucos trajes de guerra, exibindo sua forma física escultural, prestando homenagens a Nestor, que por sua vez, foi retratado pelo artista como um velho de barba e cabelo branco, com seu corpo coberto por longas vestes, sentado em seu trono, visualizando a jovialidade do guerreiro Aquiles.

Figura 1 - Quadro *Donannt a Nestor Le prix de La Sagasse*'

Fonte: COURT ([188--])[20].

4.1.2 Velhice na sociedade romana

Na sociedade romana, o velho era estimado como um sujeito portador de uma sabedoria ímpar. Na vida política, o voto dos mais velhos tinha mais peso em relação aos demais. A situação privilegiada dos mais velhos afirmava-se, ainda mais no interior da

[18] Herói de guerra da mitologia grega, perpetuado como protagonista principal da guerra de Tróia e maior guerreiro da Ilíada de Homero.
[19] Outro personagem da mitologia grega conhecido como um velho rei corajoso e eloquente.
[20] : Disponível em: <http://www.maicar.com/GML/Nestor.html> Acesso em 5 jun. 2011.

família. O poder dos *paterfamilias*[21] era quase sem limites, tendo até mesmo o direito de vender, matar e mutilar os outros membros. Um filho que agredisse o pai era considerado como um *monstrum* e passava a não mais pertencer à sociedade; era declarado *sacer*, isto é, rejeitado do mundo e condenado à morte. Para as bênçãos ao casamento, o pretendente deveria pedir permissão ao pai e ao avô da noiva, caso este ainda fosse vivo. O patriarca conservava sua autoridade até o fim de sua existência (BEAUVOIR, 1990).

O filme 'Poderoso Chefão I' dirigido por Francis Ford Coppola em 1972, mostra bem como os anos delegavam poder aos mais velhos no império romano. O longa-metragem retrata o submundo nova-iorquino em meados do século XX. O protagonista do filme, Marlon Brando, atua como o 'padrinho', figura de maior poder na trama. É um senhor avançado na idade cujas decisões são acatadas pelos demais personagens, que compunham uma organização criminosa conhecida como 'máfia italiana'. A organização mafiosa retratada no filme era baseada na organização social e militar romana, onde o mais velho do grupo era a liderança maior. Com isso, é possível visualizarmos no decorrer da película que a idade continuou sendo valorizada na cultura italiana, herdeira da tradição do período romano, já que nenhuma decisão era tomada pelo conjunto sem consultar o 'padrinho', ou 'poderoso chefão' e, todas as suas ordens eram integralmente acatadas pelos demais. No longa-metragem em tela, o personagem principal, representava o papel do *parterfamilias* romano.

Para Cícero (106 a.c. - 46 a.c. apud BEAUVOIR, 1990, p. 147), orador, político e representante notório da filosofia romana, os grandes feitos se realizavam através do conselho, da autoridade, da sábia maturidade da qual a velhice, longe de estar despojada, encontra-se, ao contrário, mais abundantemente provida. "Os Estados sempre foram arruinados pelos jovens e salvos e restaurados pelos velhos". Para o filósofo em foco, a velhice acarretava a decadência do vigor físico, mas a força física pouco lhe importava, se comparada com a capacidade intelectual do sujeito.

Para Sêneca, filósofo do mesmo período conhecido por ser um amante do ócio, a velhice era uma grande virtude.

> Acolhamos bem a velhice, amemo-la, ela abunda em doçuras, se dela soubermos tirar partido. Só os frutos do passado têm todo o seu sabor. É uma época delicada, aquela na qual deslizamos no declive dos anos, num movimento que não tem nada de brutal [...]. Se quisermos, o próprio fato de não sentir a necessidade, vem substituir o prazer. [...] A alma está no seu verdor e desabrocha, por não ter mais com o corpo grande comércio. (apud BEAUVOIR, 1990, p. 149).

[21] O termo *Parterfamilias* foi herdado da cultura judaica e designava a autoridade máxima exercida pelo homem, pelo patriarca.

A igreja católica, instituição de grande peso na história da civilização, propagadora de ideologias que marcaram e ainda marcam a humanidade, já no império romano dirigia seus olhares à velhice com 'benevolência', tutela e caridade. Foi a idealizadora e gestora de hospitais e de asilos de velhos em Roma, a partir do século IV. Foi exatamente sobre este olhar de caridade, lançado pelo catolicismo, que na Idade Média os velhos começaram a ser compreendidos como dependentes e inimputáveis, sendo assim excluídos da vida pública e relegados ao ostracismo. Com isso, a juventude passou a conduzir o mundo ocidental e até mesmo o papado da igreja passou a ser assumido pelos mais jovens.

4.1.3 Velhice na Idade Média

Na Idade Média, com o advento do feudalismo, ainda por volta do século XI, a imagem do velho se tornaria apagada e praticamente esquecida pela literatura. O feudo exigia vigor e força física capaz de empenhar os trabalhos no campo, ou de empunhar uma espada e montar um cavalo para defendê-lo. BEAUVOIR (1990) define bem quais 'virtudes' eram exaltadas na Idade Média e o perfil do sujeito almejado naquele período, que não coadunava com as características da velhice:

> O bom cavaleiro é um atleta 'ossudo', 'membrudo', de corpo 'bem talhado', dotado de um vigoroso apetite, que ama a guerra, a caça e os torneios. As qualidades exaltadas pelas canções são a bravura e a generosidade. O herói admirado é o que não mede esforços na luta: Defende a viúva e o órfão, vem em socorro dos fracos, lança desafio aos rivais. [...] são valores que não podem estar encarnados em velhos de sangue gelado, de nervos enferrujados (BEAUVOIR , 1990, p. 161).

A jovialidade e o vigor físico eram valores enaltecidos e galgados mesmo na vida fora dos feudos, entre os plebeus e mercadores. Importava, sobretudo, a capacidade de empunhar armas e a aptidão à guerra. O declínio físico e a longevidade obrigavam o ancião a se 'aposentar', ou 'mendigar' e, usualmente, o velho era despojado de poderes, sendo suplantado pelo filho na chefia da casa. Neste sentido, a velhice era uma niveladora social tanto para nobres, quanto para camponeses, por homogeneizar as experiências de vida social nas idades avançadas. Tamanha desvalorização dos mais velhos na Idade Média, que a morte poderia ser considerada um alívio. Em 1265, Philippe de Novare considerava que "A vida dos velhos não é mais que trabalho e dor, depois dos 80 anos, não nos resta mais nada a não ser desejar a morte" (BEAUVOIR, 1990, p. 167). Quando algum personagem velho era retratado pela

literatura ou nas pinturas, usualmente incorporava a imagem de uma bruxa, de uma feiticeira malvada e perigosa, ou de um velho adoecido e carcomido pelo tempo, de face sofrida e farta em rugas e verrugas. No famoso quadro de Domenico Ghirlandaio (1449 – 1494), denominado 'O velho e seu neto'[22], pode-se visualizar um senhor de idade, de olhar calmo e cansado, observando seu neto, que, em contrapartida, lança um olhar que mistura caridade, pena, compaixão e afeto ao avô.

Figura 2 - Quadro O velho e seu neto

Fonte: GUILHARDAIO (1480).

[22] GUILHARDAIO, D. *O velho e o seu neto*. 1480.

Raros eram os envelhecentes mais avançados na Idade Média, sendo que, usualmente, 30 anos de vida eram considerados uma idade já bastante longeva. A pele enrugada e os cabelos grisalhos eram temidos pelos medievos, que já buscavam as 'curas para o envelhecimento'. Ao fim da Idade Média, as condições de vida permaneciam precárias e a longevidade rara. O rejuvenescimento e o anseio à 'fonte da juventude' marcaram a experiência da velhice até o renascimento.

4.1.4 Velhice no Renascimento

Com o renascimento e a vida urbana o mercantilismo passou a ser respeitado e uma nova classe passa a se constituir – a burguesia. Daí em diante, a força física passa a não ser mais pré-requisito para uma vida ativa, "aparece então o mercador, avesso a violência. Podem-se então estocar as mercadorias e dinheiro. Esta transformação modifica, nas classes abastadas, a condição dos velhos: através da acumulação das riquezas, eles podem tornar-se poderosos" (BEAUVOIR, 1990, p. 175). Com o surgimento da figura do velho avarento e prestigioso, a literatura passa a relatar um novo personagem, o velho rico que desposa jovens e belas mulheres. Paradoxalmente, a figura do longevo, sexualmente ativo, passa a causar repugnância e a sexualidade na velhice passa a enojar a sociedade. As praticas sexuais dos velhos eram caricaturizadas com deboche e aversão e ganham grande popularidade.

A renascença primava pela beleza da mulher jovem e a fealdade dos velhos era detestável, especialmente a das mulheres velhas. A literatura popular retratava o homem idoso, pejorativamente, especialmente por sua 'impotência falocrática', tal como podemos observar nos versos abaixo arrolados:

> Ora é frouxo, ridículo e mole;
> Velho, cúpido e mal-falante;
> Não vejo se não tolas e tolos;
> Na verdade avizinha-se o fim;
> Tudo vai mal (Autor desconhecido, apud BEAUVOIR, 1990, p. 179).

Já a mulher de idade avançada era lembrada por sua fealdade:

> Quando me olho toda desnuda
> E me vejo tão mudada
> Pobre, seca, magra e miúda, quase fico toda irada (Autor desconhecido, apud BEAUVOIR, 1990, p.180).

Qualquer interesse sexual demonstrado pelas mulheres de idade avançada era bastante fustigado na renascença:

> Essas mulheres decrépitas, esses cadáveres ambulantes, essas carcaças infectas que exalam por toda parte um odor sepulcral, e que, no entanto, exclamam a cada instante: 'Nada é tão doce como a vida ... Ora mostram suas mamas flácidas e nojentas, ora tentam despertar o vigor de seus amantes com os guinchos de suas vozes trêmulas [...] (Autor desconhecido, apud BEAUVOIR, 1990, p. 183).
>
> Queres tu velha enrugada, ouvir
> Porque não te posso amar?[...]
> Com engodos repugnantes
> Pensas despertar meus sentidos? (Autor desconhecido, apud BEAUVOIR, 1990, p 184).

Se a velhice do gênero masculino era respeitada, por sua capacidade de acumulação de bens e riquezas, pela usura, entendida pela literatura da época como uma qualidade inerente à velhice; por outro lado, o velho era considerado inescrupuloso e farto de vícios por seus apetites vivazes.

Um tema popular de grande relevância no renascimento foi a "fonte da juventude', inspiradora de inúmeras gravuras no século XV. Cranach talvez tenha esboçado bem esta tendência ao pintar a famosa tela 'A fonte da juventude", em 1546, retratando a decrepitude dos velhos sendo levados a uma fonte de água que lhes regenerava a juventude. Passando pelo processo de rejuvenescimento, o velho estava apto as mais diversas habilidades e seus vícios se purificavam junto com o regresso às idades joviais.

Figura 3 - Quadro A Fonte da Juventude

Fonte: CRANACH (1546).

Se por um lado a vitalidade e os prazeres da velhice despertavam o repudio e o enojamento popular, por outro, a vileza vinculada à sexualidade das senhoras de mais idade fez despertar a sexualidade e o mais amplo desejo em algumas mentes férteis da literatura. O Marquês Sade (1983) talvez tenha sido o mais sagaz narrador do imaginário coletivo das representações das pessoas de idade avançada vívidas ao sexo. Em sua inestimável obra dedicada à lubricidade, 'Os cento e vinte dias em Sodoma' – que emprestou o nome do Marquês aos saberes da psicanálise apregoados por Freud – nosso narrador descreve o que de mais libidinoso possa ter sido relatado pela literatura. Nesta narrativa Sade (1983) assanha a história de quatro velhas adoradoras das práticas sexuais mais peculiares que a mente humana possa imaginar. A descrição destas senhoras traz à tona quatro objetos totalmente sexualizados e aptos às mais instigantes orgias que o cérebro humano pudesse idealizar. Até mesmo a fealdade que algumas vezes é vinculada a uma das velhas, assanha o desejo dos personagens do referido livro. Eis então a descrição de nossas quatro personagens sádicas e libertinas, mulheres de idade avançada que se entregam aos mais infames vícios da vida, como o assassinato, o deboche e a sodomia:

> Madame Duclos [...] tinha olhos muito bonitos, uma pele excessivamente branca, e uma das bundas mais esplêndidas que se tenha visto por ai; a boca limpa e fresca, seio soberbo, bonitos cabelos castanhos. Uma figura pesada, mas nobre, e todo o ar e tom de uma brilhante prostituta. [...] Madame Champville era uma mulher alta de cerca de cincoenta anos, bem feita, com a qualidade mais voluptuosa em seu aspecto e porte [...] seus olhos eram ainda excessivamente atraentes, azuis, e continham a expressão mais agradável. Sua boca era agradável, ainda fresca, não lhe faltando nenhum dente [...] seu clitóris saia uns sete centímetros quando bem aquecido; bastava mexer nessa sua parte para logo ficar em êxtase [...] Madame Marteine, uma imponente matrona de cincoenta e dois anos [...] dotada das nádegas maiores e mais bonitas que se possa desejar [...]. Devotara sua vida ao deboche sodomitico. [...] Madame Desgranges, era o vício e a lascívia em pessoa; alta, magra, cincoenta e seis anos [...] sua alma era o depositório de todos os crimes e vícios mais espantosos: incendiária, parricida, sodomita, tríbade, assassina, envenenadora, culpada de incesto, de estupro, ladra, de abortos e sacrilégios, pode veridicamente afirmar-se, que não há um único crime no mundo que esta vilã não tivesse cometido [...] (SADE, 1983, p. 35-36).

Apesar de depositar muita libido nas personagens femininas de idade avançadas, Sade (1983) descrevia as práticas sexuais dos velhos sempre de forma debochada, na maioria das vezes, zombando da flacidez de seus pênis, da dificuldade que tinham em ejacular e dos vícios mais infames que sondavam as fantasias sexuais dos velhos, sobretudo a coprofilia.

4.1.5 Velhice na Modernidade

Nos idos da modernidade, o velho passa a adquirir uma importância singular, pois, passou a simbolizar a unidade e a permanência da família, através da acumulação e transmissão de riquezas. Juntamente com a infância, a modernidade coroa a velhice como uma fase importante da vida, merecedora de respeito e consideração.

> Ao envelhecer, o chefe de família permanece detentor de suas propriedades, e goza de um prestígio econômico; o respeito que lhe inspira reveste-se de uma forma sentimental. [...] Exalta-se a virtude; os contos morais abundam; são "tratados de humanidade". Há uma preocupação complacente com os fracos: a criançinha e o idoso (BEAUVOIR, 1990, p. 223-225, grifo do autor).

A família; a moral; a ética; a parcimônia; a razão; o governo de si e tantos outros valores apregoados pela burguesia na modernidade eram considerados como 'virtudes naturais' dos mais velhos, adquiridas pelos anos de experiência. A deflexão das paixões e dos apetites do corpo, supostamente, se erigia com a longevidade. Com isso, os envelhecentes galgaram considerável respeito e consideração no seio familiar e social.

> Se o velho aparece como uma garantia, é porque a ideologia burguesa da época lhe atribuía grande valor. Na França, como na Inglaterra sob a rainha Vitória, as virtudes preconizadas são as que os puritanos haviam privilegiados; o rigor moral e o sucesso econômico caminhavam lado a lado; a austeridade era regra, uma vez que era preciso reinvestir os lucros. Ora, toda uma tradição apresenta o velho como naturalmente despido de apetites e, consequentemente, votado ao ascetismo [...] Pensa-se que é sempre bom acumular; acumular anos é realizar um lucro, é adquirir um valor diante da qual a burguesia do século XX se inclina com respeito: a experiência (BEAUVOIR, 1990, p. 245).

Com o advento do capitalismo industrial e do Estado moderno, a modernidade iria inaugurar as políticas de atenção à velhice, conforme iremos abordar a seguir. Tais políticas iriam incorporar sentidos e representações sobre o envelhecimento, sobretudo através de termos pejorativos que iriam se incorporar à velhice.

4.2 A AVENIDA DOS ASILOS DE VELHOS

Com o desenvolvimento do capitalismo industrial, a Europa vivenciou um intenso fluxo migratório do campo para a cidade. Com isso, as urbes europeias passaram a aglomerar grande volume de população. Foi desencadeada, então, uma política que agregava forças do Estado, da medicina e da sociedade civil, no sentido de controlar a vida citadina, com um foco

higiênico e moral. Desta forma, desenvolveu-se na Europa, no século XVIII, um movimento denominado higienismo[23]. De acordo com Donzelot (1986) o movimento higienista era formado por segmentos do Estado, da filantropia, das ciências (principalmente da medicina), e da aristocracia. O principal intuito dos higienistas era higienizar os hábitos de vida da população que passava a ocupar as cidades, preparando-os para uma vida baseada em preceitos morais e cuidados com a saúde. Os hábitos instaurados pelos higienistas intervinham sobre a mente e o corpo da população, em especial, da população pobre, visando torná-la mais apta ao trabalho e ao modelo de vida burguês; arauto da família, do trabalho, das boas maneiras, da moral e da propriedade privada.

Se por um lado o higienismo e os hábitos de saúde por ele propagados favoreceram a longevidade e melhores condições de vida para a velhice, por outro, marcou de forma pejorativa o envelhecimento dos mais pobres.

A população pauperizada, que não tinha condições físicas para vender sua força de trabalho ao capital, usualmente, passava a ocupar as ruas, aumentando um vasto rol de mendicância que se formava nos grandes centros. Órfãos, velhos, viúvas, mendigos, prostitutas e a população de rua em geral, passaram a representar um risco de saúde e à moralidade almejada pelo higienismo. Por isso mesmo, neste período, uma série de instituições foram sendo criadas e difundidas para alocar os despossuídos e a vadiagem em geral, como, por exemplo, os orfanatos, as *work houses*, os presídios e os asilos de velhos. Sobre este forte ímpeto de higienização, os asilos se tornaram instituições comuns nos contextos citadinos e passaram a marcar de forma relevante a experiência do envelhecimento.

Groisman (1999) analisa a formação de instituições asilares no Brasil e suas implicações sobre os sentidos e representações incorporados à velhice. No país, a criação dos primeiros asilos de velhos datam do final do século XIX. Em 1890 foi fundada a primeira instituição asilar no país o "*Asylo São Luiz para a Velhice Desamparada*". Fundado na cidade do Rio de janeiro, acompanhava todo o ímpeto desenvolvimentista e higienista trazidos pela coroa portuguesa na urbanização da cidade do Rio de Janeiro no início do século XIX (COSTA, 1989).

De acordo com Groisman (1999) no intuito de angariar recursos financeiros para o *Asylo* São Luiz, em conjunto com a imprensa, difundiam notícias jornalísticas carregadas de simbolismo, que vinculavam a velhice à tristeza, à desilusão, ao desamparo, à invalidez, à

[23] Segundo Costa, o termo Higienismo remete à teoria e à prática da medicina da política de higienização das cidades, da população e da família. No Brasil, assim como na Europa, foi criado um conjunto de instituições com o objetivo de isolar os "riscos sociais" como órfãos, velhos desamparados, prostitutas, mendigos, etc. (COSTA, 1989).

santidade, à proximidade de deus, à morte, à pobreza, etc. Tais imagens foram incorporadas ao imaginário coletivo e à própria velhice como categoria de pensamento e, ainda na atualidade, circulam no imaginário coletivo.

> O Correio da Manhã de agosto de 1908 exprime este aspecto, ao falar dos asilados do São Luiz: quem os vê, com suas faces bondosas, cheias de resignação, atravessando, satisfeitos, o último quartel da vida, sente-se comovido, sente-se cheio de amor por uma caridade tão formosa. Todos aqueles velhos têm sua história cheia de recordações felizes e alegres. Hoje, reunidos, pobres e ricos, debaixo da proteção do bálsamo santo da caridade, eles esperam, na paz do asilo, a morte que os levará à eternidade (GROISMAN, 1999b, p. 96).

A fundação do asilo de velhos representou o reconhecimento da velhice como alvo de uma prática institucional. Funcionando como elemento de separação e demarcação da velhice. Como uma separação espacial, o asilo produz imagens sociais da velhice (GROISMAN, 1999b).

Partindo para uma análise institucional avalizada por Goffman [24] (2010, p. 11), podemos classificar o asilo de velhos como uma ‘instituição total’. De acordo com a definição dada pelo autor em tela: “uma instituição total pode ser definida como um espaço de residência e/ou trabalho onde um grande número de indivíduos com situação semelhante, separados da sociedade mais ampla por um determinado período de tempo, leva uma vida fechada e formalmente administrada”.

As instituições totais impõem uma barreira de fechamento, de modo que impedem a relação do interno com o mundo externo. Esta restrição pode ser feita por proibições à saída ou pelo esquema estrutural: portas fechadas, grades, muros altos, arame farpado, fossos de água ao redor, construção em áreas afastadas, florestas, pântanos, etc. Em primeiro lugar, nas instituições totais, todos os aspectos da vida são realizados em um único espaço fechado, sob uma mesma autoridade. Em segundo lugar, cada atividade diária do participante é realizada na companhia imediata de um grupo relativamente grande de pessoas; todas elas tratadas da mesma forma e obrigadas a fazer as mesmas coisas em conjunto. Em terceiro lugar, todas as atividades diárias são rigorosamente estabelecidas em horários, pois uma atividade leva, em tempo predeterminado, à seguinte, e toda a sequência de atividades é imposta verticalmente, por um conjunto de regras elaboradas num plano racional único, imbuídas na atenção dos objetivos oficiais da instituição.

---

[24] Apesar de ter sido publicada em 1961, a análise institucional apregoada por Goffman é bastante atual, pelo menos no caso dos asilos de velhos.

Goffman (2010 classifica as instituições totais em cinco categorias. A primeira delas são aquelas criadas para cuidar de pessoas incapazes, mas que representam um risco, como no caso dos sanatórios e leprosários. A segunda, aquelas criadas para proteger a sociedade de perigos intencionais, como as penitenciárias e os campos de concentração. A Terceira, aquelas criadas para realizar adequadamente dada tarefa, como os quartéis e escolas internas. A quarta, aquelas criadas para servir de refúgio do mundo e instrução para religiosos, como as abadias, mosteiros, conventos e claustros. Enfim, a quinta delas são criadas para cuidar de pessoas incapazes e inofensivas, como os orfanatos, albergues e os asilos de velhos. De acordo com a classificação dada pelo autor supracitado, a instituição asilar reforça a noção de que a velhice é uma fase da vida de incapacidade, dependência e de isolamento social.

Goffman (2010) considera que, ao adentrar uma instituição total, o indivíduo possui uma história pessoal e singular. Segundo o referido autor "as instituições totais não substituem algo que já foi formado pela sua cultura específica" (2010, p. 23). Pelo contrário, a institucionalização desencadeia um processo de desculturamento e afastamento do mundo exterior. O processo de desterritorialização é disparado pelo isolamento no mundo institucional é denominado pelo autor como 'mortificação do eu'. O novato chega ao estabelecimento com uma concepção de si mesmo que se tornou possível por algumas disposições sociais estáveis no seu mundo doméstico. Ao entrar, é imediatamente despido do apoio dado por tais disposições. O seu eu é sistematicamente, embora não muitas vezes intencionalmente, mortificado (2010, p. 24).

De acordo com Goffman (2010) os processos de mortificação dos sujeitos desencadeados pela institucionalização total são, relativamente, padronizados. Iremos nos ater àqueles processos correspondentes aos asilos de velhos. Segundo o referido autor:

> A barreira que as instituições totais colocam entre o internado e o mundo externo assinala a primeira mutilação do eu. Na vida civil, a sequência de horários dos papéis do indivíduo, tanto no ciclo vital, quanto nas repetidas rotinas diárias, assegura um papel que desempenhe não impeça sua realização e suas ligações em outro. Nas instituições totais, ao contrário [...] a separação entre o internado e o mundo mais amplo dura o tempo todo e pode continuar por vários anos (GOFFMAN, 2010, p. 24).

A vida nas instituições totais caminha para o isolamento e fragmentação do sujeito desde seu ingresso institucional, ou seja, ainda no processo de admissão. Segundo Goffman (2010), na fase inicial da admissão, as instituições totais procuram:

> [...] obter uma história de vida, tirar fotografia, pesar, tirar impressões digitais, atribuir números, procurar e enumerar bens pessoais para que sejam guardados, despir, dar banho, desinfetar, cortar os cabelos, distribuir roupas da instituição, dar instruções quanto a regras, designar um local para o internado. Os processos de admissão talvez pudessem ser denominados "arrumação" ou "programação", pois ao ser "enquadrado", o novato admite ser conformado e codificado num objeto que pode ser colocado na máquina [...] modelados suavemente pelas operações de rotina [produção em série] [...] com a consequente padronização (GOFFMAN, 2010, p. 26).

Pesa ainda, sobre o idoso asilado, o fato de ser encarado como um 'objeto de trabalho', 'como uma tarefa a ser cumprida' no olhar dos funcionários e dirigentes. Como objeto inanimado de trabalho, aplica-se sobre o interno um pensamento econômico e funcional.

> Como material de trabalho, as pessoas podem adquirir características de objetos inanimados. Os cirurgiões preferem operar pacientes magros a operar pacientes gordos, pois com estes os instrumentos ficam escorregadios e existem mais camadas que devem ser cortadas. Os encarregados de funerais [...] preferem mulheres magras a homens gordos, pois é difícil carregar "cadáveres" pesados, e os homens geralmente precisam ser vertidos com roupas de passeio, nas quais é difícil passar braços e dedos endurecidos. [...] no caso dos objetos inanimados; é preciso regular a temperatura de qualquer depósito, seja de pessoas, seja de coisas (GOFFMAN, 2010, p. 70).

Segundo Goffman (2010) cada objeto particular possui um significado singular para seu portador. Cada estilo de vestir, de se pentear, se maquiar, cortar os cabelos, enfim, cada maneira singular de se portar, exigiria esforços que são impraticáveis na rotina de uma instituição total. O indivíduo precisa de um "estojo de identidade" para o controle de sua aparência pessoal (GOFFMAN, 2010, p. 28, grifo do autor). Mais do que isso, um conjunto de bens individuais e 'estilo' próprio denota o controle do indivíduo de si mesmo, denota liberdade para apresentar-se diante dos demais. No entanto, ao ser admitido em uma instituição total, é muito provável que o indivíduo seja despido de sua aparência usual, bem como dos equipamentos e serviços com os quais a mantém, o que provoca desfiguração pessoal. Roupas, pentes, agulhas e linha, cosméticos, toalha, sabão, aparelho de barba, recursos de banho – tudo isso pode ser tirado dele ou a ele negado (GOFFMAN, 2010). O tratamento asilar, seguindo os preceitos das instituições totais, despersonaliza o ancião, padronizando-o em um cotidiano desterritorializado. Agrega ainda a ideia de que o envelhecimento é uma fase a ser tutelada, por ser dócil e facilmente controlada.

É bem sabido que o ambiente de uma instituição total é bastante aversivo, e buscando se afastar desta realidade que causa sofrimento, os internos passam a utilizar alguns mecanismos de defesa:

> Em primeiro lugar existe a tática de afastamento. O internado aparentemente deixa de dar atenção a tudo, com exceção dos acontecimentos que cercam o seu corpo [...]. Evidentemente a abstenção total de participação em acontecimentos de interação é mais conhecida em hospitais para doentes mentais onde recebe o título de "regressão". Alguns aspectos da "psicose de prisão" ou de "agitação simples" representam o mesmo ajustamento, tal como ocorre em certas formas de despersonalização aguda, descritas em campos de concentração e alienação, aparentemente encontrada em marinheiros da marinha mercante (GOFFMAN, 2010, p. 59).

Descritas algumas características do asilo como instituição, clareia-se sobre nosso horizonte a realidade de muitos idosos que têm nos asilos de velhos seu destino último. Longe de poder ser comparado como uma instância de participação em qualquer esfera da vida, o asilo de velhos é uma instituição responsável por muitos estigmas vinculados ao envelhecimento, como tentamos esclarecer aqui. O asilo de velhos representa, na atualidade, o coeficiente máximo de insucesso no envelhecimento. É o abrigo não somente de velhos pobres, mas de velhos despossuídos de qualquer sustentação que a vida pode oferecer no plano social; aquele que confere no seu corpo os mais desagradáveis estigmas do envelhecimento. Dessa forma, o velho asilado está longe de ocupar o espaço designado aos protagonistas políticos/sociais; estando apartado do mundo como um todo.

4.3 A AVENIDA DO SABER: A GERIATRIA E GERONTOLOGIA

O fundador da Geriatria teria sido o médico norte-americano, Ignatz Leo Nasher. Foi ele quem introduziu o termo geriatria na comunidade médica, com um artigo de 1909, escrito para o *New York Medical Journal.* A publicação de seu livro *Geriatrics: the diseases of old age and their treatments* (Geriatria: as doenças da velhice e seus tratamentos), em 1914, é considerado o marco fundamental da especialidade geriátrica (GROISMAN, 2002).

O envelhecimento, para Nasher, era compreendido como um processo de adoecimento e perda de funções, disparado pela degeneração celular do organismo. Nas quatrocentas páginas que compunham *Geriatrics*, ele se dedicava a detalhar, com o máximo de precisão, a maneira como os velhos deveriam ser diferenciados a partir de seus corpos. De acordo com Katz (1996, apud GROISMAN, 1999), capítulos sobre queda de cabelos, unhas quebradiças, ressecamento da pele, irregularidades da textura muscular, perda de dentes, entre outros, mapearam o estágio de degeneração fisiológica como sendo diretamente relacionado ao nível celular. Desse modo, o que caracterizaria o envelhecimento seriam os processos patológicos.

Nasher tinha dificuldades para distinguir entre o estado normal e o patológico na velhice. É impossível, escreveu ele, traçar uma linha precisa entre a saúde e a doença na velhice (KATZ, 1996, apud GROISMAN, 2002). De acordo com os saberes propagados pela geriatria, assim como pela gerontologia, o envelhecimento:

> É um processo dinâmico e progressivo onde há modificações tanto morfológicas como funcionais, bioquímicas e psicológicas que determinam progressiva perda da capacidade de adaptação do indivíduo ao meio ambiente, ocasionando maior vulnerabilidade e maior incidência de processos patológicos que terminam por levá-los à morte (BRÊTAS; OLIVEIRA, 1999, p.61).

De acordo com Debert (1999) a gerontologia surgiu na década de 30 do século XX, no interior de disciplinas como a psicologia e a sociologia. Segundo Katz (1996, apud SILVA 2008), o termo teria sido cunhado em 1913 por Elie Metchnikoff, um médico discípulo de Charcot. A gerontologia emergiu como uma especialidade interdisciplinar, com vistas a dar suporte à geriatria que, em contrapartida, lhe conferiu legitimidade. O quadro de profissionais cadastrados no Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia – SBGG, está distribuído da seguinte forma: Médicos: 65,50%; Assistentes Sociais: 1,35%; Dentistas: 3,84%; Enfermeiro(a)s: 3,32%; Fisioterapeutas: 4,95%; Fonoaudiólogo(a)s: 1,54%, Nutricionistas: 1,35%, Pedagogo(a)s: 0,75%, Professore(a)s: 2,73%, Psicólogo(a)s: 4,43%, Terapeutas Ocupacionais: 2,49%, Outras áreas: 7,75% (ROZENDO, 2009).

De acordo com Featherstone (1994): A possibilidade da manutenção do autocuidado durante todo o processo de vida é condição básica para um envelhecimento bem sucedido, visto que a integridade física e psíquica do corpo, representadas pela capacidade de autonomia do ser humano no desenvolvimento de habilidades cognitivas, controles fisiológicos do organismo e controles emocionais, é o marco delimitador entre o processo de envelhecimento saudável e o patológico (apud BRÊTAS; OLIVEIRA, 1999, p. 71).

De acordo com Groisman (2002, p.77), é preciso fazer uma abordagem crítica do discurso geriátrico-gerontológico, pois a natureza interventiva das referidas especialidades estaria relacionada a uma estratégia de controle social sobre seu objeto. Conforme o autor:

> A prevenção parece ser a saída encontrada pela gerontologia para escapar do binômio saúde-doença. Com o discurso da prevenção, todos os sujeitos são passíveis de intervenção, independentemente de seu estado de saúde ou de sua inserção na normalidade. Pela urgência da prevenção, não importa também quando começa a velhice, pois a prevenção deve começar muito antes. Lutando por um envelhecimento bem sucedido, a geriatria/ gerontologia parece delinear o seu mais ambicioso projeto, que é disciplinar a vida humana em toda a sua extensão.

Neste mesmo sentido, Silvana Tótora nos alerta que:

> É preciso governar os corpos ao longo da vida e mesmo os jovens estão presos nas malhas dessa relação de poder, cujo objetivo é a salvação de cada um, individualmente, e da população, em geral, dos males do envelhecimento. [...] Tratar a velhice como doença é a forma de produção de um sujeito sujeitado ao poder, ao saber do médico e aos demais profissionais da área de saúde [...]. Saúde a qualquer custo significa eliminar os riscos de envelhecer. O idoso torna-se em nossa sociedade um grupo de risco, como já dito, risco de morrer, risco de adoecer. Em qualquer momento da nossa existência, desde o nosso nascimento, temos de evitar o envelhecimento, com a ajuda dos especialistas, é claro! Mas não estamos todos nós virtualmente sujeitos a esse risco? Ora, só não envelhece quem está morto. Além disso, é preciso paralisar o processo de envelhecimento. Os cientistas estão empenhados em descobrir a cura para a morte. Não é mais a vida eterna após a morte que esses novos sacerdotes prometem, mas a eternidade nesta vida. Uma existência que quer evitar a morte e a doença é uma existência fraca. [...] Experimentamos em nossa existência múltiplas mortes para potencializar a vida. Estancar o processo de envelhecimento é o mesmo que paralisar a vida (TÓTORA, 2008, p. 24-25).

Correa (2011) nos alerta que os esforços dos saberes especializados, agregados aos interesses do Estado e do mercado, produziram uma verdadeira negação generalizada da morte que é difundida na velhice e em tantas outras fases da vida. A referida autora cita exemplos de crianças de sete anos de idade que já fazem aplicação de toxina botulínica, com vistas a retardar o processo de envelhecimento e assim, afastar-se cada vez mais da velhice e do fim da vida. A morte tornou-se hoje um assunto proibido, um tabu, tal como ocorreu com a sexualidade até as últimas décadas do século XX. Com isso a morte deixou de ser encarada como uma etapa da vida, sendo afastada cada vez mais do cotidiano, em grande parte, graças aos esforços da gerontologia e da geriatria em alongar ao máximo a vida, negando a possibilidade da morte.

Com a promessa da vida eterna, a geriatria e a gerontologia conquistam cada vez mais espaço, legitimidade e atenção da sociedade, do Estado e do mercado. Segundo King e Calasanti (2006), os cuidados com a estética que nega o envelhecimento têm como principal arauto a Academia America de Medicina do Antienvelhecimento – A4M, que, no ano de 2001 foi responsável pela movimentação de 30 bilhões de dólares em cirurgias estéticas; regimes, exercícios e diárias em *spas*. Conforme os referidos autores, o lucro da A4M: “represent part of its own assertion of legitimacy as a medical field and its pitch to practitioners who might join. Thus, on the one hand, A4M presents itself as a nonprofit organization[25]” (KING; CALASANTI, 2006, p. 143).

[25] Representa parte da sua própria afirmação de legitimidade como um campo médico e o seu convite a profissionais da medicina que poderiam juntar-se a ela. Mesmo assim a A4M apresenta-se como uma organização sem fins lucrativos (tradução nossa).

Haddad (1986) analisa as representações sobre o envelhecimento formadas nos e pelos discursos da geriatria, da gerontologia. A referida autora afiança a noção crítica de que a gerontologia e a geriatria são as duas principais instâncias produtoras de ideologias sobre o envelhecimento, sendo propagadoras de:

> [...] idéias, noções, valores, normas, etc. que ocultam a realidade vivida pelos homens no interior da nossa sociedade [falsa consciência], ocultando, enquanto prática da dominação e da mistificação, que a velhice é produto da existência objetiva dos homens. Essas representações, expressão dos interesses da classe dominante, integrantes, portanto, da cultura dominante, são compreendidas como um conjunto de categorias que buscam comandar na prática a percepção e a manipulação mais imediata da realidade, isto é, são entendidas como um conjunto de categorias constituídas num modelo que visa um alvo [...] (HADDAD, 1986, p. 18).

Segundo Haddad (1986) o principal intuito da ideologia da velhice, capitaneada pela geriatria e pela gerontologia, articulada com instituições, mercado e Estado é a de criar 'um velho tutelado' e dominado pelo saber (HADDAD, 1986). O Estado coordena a transformação do velho em objeto de reeducação constante, o que é possível através do trabalho social, amparado pelo saber médico e gerontológico. Assim, tais saberes estão articulados com as práticas normativas: o Estado objetiva a criação de todo um aparato posto em funcionamento por profissionais especializados como assistentes sociais, médicos, educadores, sociólogos, psicólogos e outros. Os profissionais em questão são colocados a serviço dos velhos e compõe um quadro de serviçais ideal e supostamente apto para garantir um bom padrão de atendimento ao idoso.

Segundo Haddad (1986), "a ideologia da velhice", enquanto falsa consciência formulada pelos gerontólogos e geriatras – intelectuais orgânicos a serviço da burguesia e do Estado – é difundida através de projetos criados pelo Estado que conta com o apoio de serviçais devotos da ciência. Em 1986, a referida autora buscava traçar um mapa, esboçando a aliança firmada entre o Estado, a geriatria e a gerontologia; através da análise das diretrizes que regulavam as políticas de atendimento ao idoso naquele período. A autora em foco, também pôde mapear a presença dos saberes geriátrico-gerontológico nas leis dirigidas aos idosos, como nas diretrizes de programas de assistência estudados por ela. Com o advento da legislação do idoso, a partir da década de (19)90 a geriatria e a gerontologia iriam conquistar um amplo espaço, junto às leis do Estado, na propagação de noções e ideologias acerca do envelhecimento, conquistando ainda os espaços de idealização e execução das políticas de gestão das idades avançadas da vida (ROZENDO, 2009).

4. 4 A AVENIDA DA APOSENTADORIA

A aposentadoria, mais do que um salário benefício garantido aos trabalhadores segurados tornou-se outra importante marca na história da velhice, conferindo-lhe imagens, identidade e representações sociais. Trata-se de uma política pública partícipe na construção de sentidos e imagens relacionados ao envelhecimento (CORREA; FRANÇA; HASHIMOTO, 2010). A aposentadoria existe desde o século XVIII, com as caixas de aposentadoria de funcionários civis e do exército na França. Com o envelhecimento da primeira geração de operários fabris o tema passou a ter grande visibilidade política (DEBERT; SIMÕES, 1994). No Brasil ela surgiria no final do século XIX como uma política de assistência ou seguro social do trabalhador, sendo provedora de recursos financeiros aos inválidos, dentre eles, os de idade avançada (HADDAD, 1986).

No Brasil, a primeira concessão ao direito à aposentadoria data do final do século XIX, mais precisamente de 1890, quando o Ministério da Função Pública concedeu o benefício aos trabalhadores das estradas de ferro federais. Nos anos que se seguiram, outros funcionários públicos adquiriram este direito: trabalhadores do Ministério das Finanças (1891), da Marinha (1892), da Casa da Moeda (1911), dos Portos do Rio de Janeiro (1912). Entretanto, só a partir dos anos 20, com a elaboração da Lei Elói Chaves, que cria as caixas de aposentadoria e pensão (CAPs), é que se desenvolveu um sistema de proteção social no interior das empresas (SIMÕES, 2000; PEIXOTO, 2007).

Com a transição da economia agrária para a industrial, no início da década de (19)30, o Estado iria se engajar ainda mais sobre o sistema de aposentadoria ao criar os Institutos de Aposentadorias e Pensões – IAPs, que passaram a agrupar as CAPs por categorias profissionais, sob o comando do governo. De acordo com Faleiros (2007), aposentadoria por idade foi um direito assegurado, aos trabalhadores segurados, pela Constituição Federal de 1934, promulgada no governo Vargas. Conforme o referido autor, a Constituição de 1934 voltava sua atenção à velhice somente no quesito da aposentadoria, retratando-a como uma fase da vida de invalidez, carência, tutela e dependência. Segundo Faleiros (2007, p.40, grifo do autor):

> A Constituição de 1934 referia-se a velhice como uma fase improdutiva que merecia favor e apoiava a filantropia das instituições de caridade para idosos. Somente haveria direitos se a pessoa tivesse sido inscrita na produção. Assim os direitos da pessoa idosa foram inscritos na Constituição de 1934 (artigo 21, item h) como direitos trabalhistas, na implantação da previdência social “a favor da velhice”. Ao se tornar improdutivo, na era industrial, o sujeito passava a ser considerado velho, a partir do pressuposto de sua exclusão da esfera do trabalho, como operário. Ao

> trabalhador rural de então não foram reconhecidos direitos trabalhistas, pois ficava na esfera do "aluguel de mão-de-obra" sob a tutela da oligarquia rural.

A proteção ao direito à aposentadoria e as noções pejorativas ventiladas pelo discurso legal iriam se repetir nas Constituições seguintes, tais como as de 1937 e de 1946.

Em 1966, com a promulgação da LOPS – Lei orgânica da Previdência Social - Decreto 3.807/60, haveria uma maior uniformização do sistema de aposentadoria, sobre um mesmo referencial legal. A LOPS estipulava a contribuição tripartite tendo como base de cálculo, 8% do salário do empregado. De acordo com Haddad (1986, p.58) "o governo militar iria criar 'um imenso aparelho burocrático' o Instituto Nacional de Previdência social – INPS, que fundia os IAPs aos demais serviços de seguro social, tais como os serviços de Assistência médica e alimentar". O INPS passou a instituir a aposentadoria por idade para segurados, inválidos, dependentes e carentes, com pouco tempo de contribuição (12 meses), com 70 anos ou mais de idade. De acordo com Haddad (1986) tal medida buscava ocultar a face malfazeja do governo militar, atribuindo ao Estado o slogan de protetor da velhice.

Analisando a previdência social no Brasil, Groisman (1999, p. 30) afirma que o surgimento das aposentadorias estaria vinculado às modificações ocorridas nas práticas filantrópicas de assistência à população carente. "As empresas, e posteriormente o Estado, assumiriam um papel até então desempenhado pelas organizações filantrópicas".

A mudança na prática de assistência reflete o refinamento de gestão de populações exercido pelo Estado moderno. No caso da velhice, o Estado toma mão de uma estratégia bastante eficaz difundida mundialmente: o seguro social. Os sistemas de seguridade social tomaram proporções globalizadas a partir da década de (19)30 com a consolidação do neoliberalismo e do Estado de bem-estar Keynesiano.

No Brasil a seguridade social é uma política garantida como direito do cidadão desde 1988, com a promulgação da nova Constituição Federal. O seguro social é formado pelo chamado 'tripé' da saúde, previdência e assistência social. Desde a promulgação da LOAS[26], em 1993, todo o idoso, diante de sua condição de pobreza, tem direito ao benefício de um salário mínimo mensal, seja através da aposentadoria, seja através do Benefício de Prestação Continuada – BPC.

Para Foucault (2008, p. 274) a seguridade social é uma estratégia de gestão de populações que visa dar "condições de assegurar em toda e qualquer circunstância a subsistência do indivíduo e das pessoas a seu encargo". Porém, tais encargos ou os recursos

[26] Lei Orgânica da Assistência Social

necessários para seus provimentos são descontados do próprio salário da classe trabalhadora, uma "solidariedade que é imposta a massa dos assalariados para seu único e exclusivo benefício, para o benefício de seus filhos e de seus idosos" (FOUCAULT, 2008, p. 274).

O seguro social constitui a garantia do mínimo necessário para a sobrevivência de seus segurados. Foucault define os provimentos da seguridade social da seguinte maneira:

> Em linhas gerais, trata-se simplesmente de assegurar, não a manutenção de um poder aquisitivo, isso de forma alguma, mas de um mínimo vital para os que, de modo definitivo ou passageiro, não poderiam assegurar sua própria existência. É a transferência marginal de um máximo a um mínimo. Não é em absoluto o estabelecimento, a regulação tendente a uma média (2008, p. 196-197, grifo nosso).

Tanto os asilos de velhos quanto a aposentadoria, se tornariam mais que políticas de assistência voltadas à população idosa. Tais estratégias de gestão se incorporariam à velhice, conferindo-lhe uma identidade própria a partir da condição de seus beneficiários ou usuários. Algumas das imagens ventiladas pela aposentadoria, assim como no caso dos asilos de velhos, vinculariam as idades avançadas da vida à invalidez e à pobreza, à dependência, os pré-requisitos básicos para a concessão do benefício. Ao retratar as imagens vinculadas aos primeiros grupos de aposentados, Debert e Simões (1994, p. 29) asseguram que "a velhice estava associada à invalidez, à incapacidade de produzir. Como outras formas de invalidez que atingiam a classe operária, tratava-se de saber o que fazer com aqueles que não poderiam mais garantir sua sobrevivência por meio do trabalho".

De acordo com Debert e Simões (1994), durante a propagação dos sistemas de aposentadoria, no final do século XIX e início do século XX, alguns setores da sociedade foram contra tal medida. A igreja, por exemplo, ao tentar assegurar seu poder sobre os mais velhos, achava que a aposentadoria poderia fragilizar os vínculos familiares com o idoso, já que eximia a família do provimento das necessidades dos envelhecentes. Os sindicatos, norte-americanos, sobre forte influência produtivista, empenhavam-se em evitar a demissão dos trabalhadores mais velhos em oposição à propagação das aposentadorias. Acreditava-se assim, que a velhice era capaz de produzir e de manter seus próprios provimentos, tanto é, que na atualidade, não existe aposentadoria compulsória nos Estados Unidos. Porém, teóricos da administração científica difundida por Taylor, acreditavam que a idade avançada acarretava incapacidade para o trabalho organizado cientificamente que enfatizava 'a velocidade como meio de assegurar e eficiência'. Desta forma, estes teóricos defendiam a saída dos envelhecentes dos modos de produção, atribuindo, ainda, à aposentadoria, o caráter de exclusão, declínio e incapacidade.

A aposentadoria por idade iria delimitar um marco cronológico da velhice. A idade e os anos de vida passaram a ser tomados como referências de demarcação da velhice. Vale ressaltar que os marcos etários[27] estabelecidos pelas legislações pertinentes não são naturais, porém, se incorporam como uma fronteira entre idade adulta e velhice.

Segundo Peixoto (2009) a nomenclatura 'idoso' e a própria invenção da 'terceira idade' (conforme será abordado mais adiante) estão diretamente vinculadas à propagação das aposentadorias. Segundo a referida autora, até a década de (19)60, não havia na França outro termo além de 'velho', para designar as idades avançadas da vida. Entretanto, com o advento da aposentadoria e mais ampla aparição dos longevos nos termos legais: "a categoria idoso invade todos os domínios e o termo "velho" passa as ser sinônimo de decadência, sendo banido dos textos oficiais" (PEIXOTO, 2009, p. 78, grifo do autor).

Segundo Debert e Simões (1994) a partir de meados do século XX, a classe média passou por um processo de 'assalariação' e o termo velho não serviria mais para designar os 'novos aposentados' que surgiam a partir de então. Os autores reforçam que a aposentadoria foi um importante fator para a invenção da 'terceira idade'.

A aposentadoria passou a articular políticas públicas, saberes e discursos que dirigiam os idosos para um envelhecimento mais 'organizado' e capitaneado pelo Estado e pela ciência. De acordo com Haddad (1986) as medidas assistenciais do Estado passaram a dinamizar os – atualmente tão difundidos – grupos de idosos, que tinham como objetivo "elevar o nível de participação e de convivência social da clientela e prevenir as dificuldades decorrentes do envelhecimento" (HADDAD, 1986, p. 66).

A difusão das aposentadorias abriu um vasto leque para as intervenções políticas do Estado no sentido de gerenciar os idosos como uma população específica.
De acordo com Debert e Simões (1994, p. 33) as aposentadorias abriram:

> Um campo privilegiado de intervenção das políticas sociais voltadas para esta população. [...] Esse momento correspondeu a uma mudança no aparelho produtivo que provocou a ampliação das camadas médias assalariadas: tratava-se então de pensar a aposentadoria para um setor com níveis mais altos de aptidões, aspirações e consumo. Essa nova sensibilidade é bem representada pela idéia da 'terceira idade' [...].

A aposentadoria seria uma marca ímpar na catalogação da velhice e uma porta de abertura para a gestão do Estado sobre o envelhecimento. Após a consolidação dos sistemas

[27] Conforme classificação da Organização Mundial de Saúde – OMS, a idade utilizada como marco cronológico para classificação da pessoa idosa é de 65 anos em países desenvolvidos e de 60 anos em países em desenvolvimento.

de aposentadorias, vivenciamos, no Brasil, desde a primeira metade da década de (19)90, a formação e a consolidação de uma vasta legislação voltada às garantias dos direitos da pessoa idosa. Junto com estas medidas legais, espraiam-se as políticas públicas previstas em lei, algumas mais, outras menos cumpridas, além daquelas que 'nunca saíram do papel'.

A avenida da aposentadoria tem vários cruzamentos que iriam constituir muitas concepções sobre a velhice. Esta avenida daria acesso também ao palco principal de atuação dos idosos como protagonistas políticos e sociais nos anos de (19)80 e (19)90, principalmente com o 'movimento dos 147%' deflagrado no ano de 1992, conforme será abordado mais adiante.

4.5 AVENIDA DA LEGISLAÇÃO DO IDOSO

Atualmente, no Brasil, o idoso assume personalidade jurídica própria. O termo 'pessoa idosa', bastante utilizado pelo Estado, pela ciência e pela sociedade em geral, é matricialmente jurídico, e denota a concessão de direitos especiais à população idosa. A partir da Constituição Federal de 1988 foram promulgadas um vasto campo de leis voltadas exclusivamente à população idosa, que passou a ser incluída nos grupos especiais de direitos humanos, tais como indígenas, pessoa com necessidades especiais, negros, crianças e adolescentes, etc. Atualmente, este conjunto de leis formam a chamada 'legislação do idoso', que estabelece uma série de políticas e direitos voltados ao idoso. Dentro da Legislação do Idoso, escolhemos quatro leis para análise, a 'Constituição Federal de 1988'; a 'Política Nacional do Idoso', de 1994; o 'Estatuto do Idoso' de 2003 e a 'Lei 12.213', de 2012.

Não é possível iniciar qualquer discussão sobre direitos da pessoa idosa, sem mencionar a Constituição Federal de 1988. Mesmo não sendo uma lei dirigida especificamente à população idosa é considerada um marco legal de reconhecimento dos direitos do idoso. A Constituição Federal, 'lei maior no Brasil', conhecida como "Constituição Cidadã" foi, segundo Ceneviva (2004, p. 12): "o campo apropriado e original de catalogação específica do idoso como um subsistema individuado no universo do direito". Deste modo, o idoso passaria a ser catalogado, como um público específico, com características biológicas, psicológicas e sociais próprias, necessitando assim de leis, tratamentos e políticas exclusivas.

Dentre os direitos atribuídos à velhice pela Constituição de 1988, tendo a idade como único critério de concessão, nota-se maior atenção às questões relacionadas à seguridade

social. Foram estabelecidos os direitos à saúde; à aposentadoria; à previdência; à assistência social e ao amparo na velhice (artigos: 40; 93; 201; 202; 203; 229 e 230). São também direitos garantidos pelo mecanismo constitucional, a indiscriminação por idade (artigo 30 inciso IV); o voto facultativo aos maiores de setenta anos (artigo 14, parágrafo 1°, alínea "b"); o transporte coletivo urbano gratuito aos maiores de sessenta e cinco anos (art. 230, parágrafo 20); vantagem ao candidato mais velho em caso de empate em eleições (art. 77); a isenção de contribuição previdenciária aos aposentados que exerceram cargo efetivo na administração pública, direta, autárquica e fundacional (art. 53); a aposentadoria por idade aos segurados da previdência social (art. 201, parágrafo 70, inciso II) e salário benefício (BPC) de um salário mínimo mensal para os não segurados da previdência social, alijados de recursos para prover sua própria subsistência (artigo 203, inciso IV).

A participação ativa do idoso na comunidade também foi mencionada na Constituição, mesmo que de maneira muito tímida:

> Art. 230. A família, a sociedade e o Estado têm o dever de amparar as pessoas idosas, assegurando sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade e bem-estar e garantindo-lhes o direito à vida (BRASIL, 1988).

Apesar de ser considerada como marco fundamental para a formação de um conjunto de leis e direitos especiais do idoso, a Constituição Federal não concedeu apenas "vantagens" aos mais velhos. A idade avançada também foi considerada como critério de exclusão (para aqueles com sessenta e cinco anos ou mais) para admissão aos cargos de ministro do Tribunal de Contas da União (art. 73); do Supremo Tribunal Federal (art. 101); do Supremo Tribunal de Justiça (artigo 104); do Tribunal Superior do Trabalho (artigo 111, Parágrafo 10) e para o cargo de Juiz (artigo 107). A aposentadoria compulsória aos setenta anos de idade prevista aos servidores públicos e juízes, também pode ser entendida como um critério de exclusão, pois a idade avançada é tomada como único critério para o afastamento do cargo (Artigo 40, parágrafo 10, inciso II; artigo 93, inciso VI).

No artigo 93, é possível enxergar nitidamente a relação entre a idade avançada e invalidez no texto constitucional, ao tratar da aposentadoria compulsória, vinculando a idade avançada a um estado, natural, de invalidez.

> Art. 93. Lei complementar, de iniciativa do Supremo Tribunal Federal, disporá sobre o Estatuto da Magistratura, observados os seguintes princípios: [...]
> VI - a aposentadoria com proventos integrais é compulsória <u>por invalidez ou aos setenta anos de idade</u>, e facultativa aos trinta anos de serviço, após cinco anos de exercício efetivo na judiciatura; (BRASIL, 1988, grifo nosso).

Seis anos após a promulgação da atual Constituição Federal, entrava em vigor no dia 4 de janeiro de 1994, a Lei n. 8.842, a Política Nacional do Idoso – PNI. A referida lei estabelecia diretrizes para as políticas públicas voltadas aos longevos, estipulando finalidades, princípios, organização e gestão da política nacional do idoso. Pela primeira vez no país, promulgou-se uma lei tratando de ações coordenadas voltadas às políticas de atenção à população idosa. Se a Constituição de 1988 é amplamente conhecida como um marco legal, como a primeira lei específica de reconhecimento e garantia dos direitos da pessoa idosa. A partir de 1994, não se tratava mais de reconhecer o idoso como um sujeito portador de direitos especiais. Tratava-se, sobretudo, de garantir a efetivação de tais direitos por meio de políticas públicas e ações coordenadas pelo Estado, pela família e pela sociedade em geral. Muitas pastas do governo federal, tais como a educação, a assistência social, a saúde, etc., ficaram responsáveis por ações especificadas pela lei.

A PNI iniciou uma discussão amplamente difundida na atualidade, por meio do objetivo de atrelar políticas de atendimento à pessoa idosa, com a cidadania e a participação política e social do idoso. Incitava desta forma, o protagonismo do idoso, tanto nas políticas públicas a ele destinadas, quanto nas demais instâncias da vida. Em alguns trechos da Lei é possível visualizarmos 'intenção' de promover a cidadania e o protagonismo político e social:

> Art. 3°. A política nacional do idoso reger-se-á pelos seguintes princípios:
> IV - o idoso deve ser o principal agente e o destinatário das transformações a serem efetivadas através desta política; [...]
> Artigo 4º - Constituem diretrizes da política nacional do idoso:
> II - participação do idoso, através de suas organizações representativas, na formulação, implementação e avaliação das políticas, planos, programas e projetos a serem desenvolvidos (BRASIL, 1994, grifo nosso).

A inclinação legal de delegar aos beneficiários parte da responsabilidade sobre as políticas e ações governamentais a eles destinadas, tal como está exposto na PNI, tem dois vieses de análise. O primeiro deles nos leva a raciocinar que o Estado democrático abre (ou tenta abrir) canais de participação popular na gestão da coisa pública, promovendo assim, um maior senso de cidadania. Por outro lado, podemos pensar que, ao delegar tais responsabilidades, aos idosos, o Estado se exime de parte significativa de sua própria responsabilidade, podendo atrelar o fracasso, ou a inexistência de políticas voltadas à velhice, por conta da não implicação, ou inabilidade desta população na gestão das políticas a ela destinadas.

Partindo de qualquer um dos eixos de interpretação expostos, não é possível desconsiderar que, ao mesmo tempo em que o discurso legal delega responsabilidade e prevê a participação dos idosos nas políticas públicas, por outro lado, exclui os mesmos daquele que seria o principal canal de participação, os conselhos do idoso. É necessário ressaltar que a PNI criou os Conselhos do idoso em âmbito nacional. A Lei instituiu que tais órgãos são responsáveis diretos pelas políticas e direito do idoso. Entretanto, a PNI não buscou garantir a participação dos próprios idosos nestas instâncias, reforçando as imagens de invalidez, ostracismo e incapacidade relacionadas à velhice. Por outro lado, reforçou a cooptação governamental nas instâncias de participação popular (como já havia feito no caso dos conselhos de Saúde e Assistência Social) desvirtuando assim as origens destes órgãos, caracterizados como espaços legítimos de protagonismo político popular, conforme iremos discutir mais adiante.

> Art. 5º. Competirá ao órgão ministerial responsável pela assistência e promoção social a coordenação geral da Política Nacional do Idoso, com a participação dos conselhos nacional, estaduais, do Distrito Federal e municipais do idoso.
> Artigo 6º - Os conselhos nacional, estaduais, do Distrito Federal e municipais do idoso serão órgãos permanentes, paritários e deliberativos, compostos por igual número de representantes dos órgãos e entidades públicas e de organizações representativas da sociedade civil ligadas à área.
> Artigo 7º - Compete aos conselhos de que trata o artigo anterior a formulação, coordenação, supervisão e avaliação da política nacional do idoso, no âmbito das respectivas instâncias político-administrativas (BRASIL, 1994, grifo nosso).

A PNI não deixa dúvidas de que a competência dos conselhos do idoso é bastante importante, sendo eles os responsáveis pela formulação, coordenação, supervisão e avaliação das políticas destinadas à população idosa. Mesmo assim, a PNI não prevê assentos destinados à pessoa idosa, que passa a ser representada nestes conselhos, por membros de entidades públicas e de organizações representativas. Eis aí uma contradição nevralgia exposta na PNI, que tem como um objetivo bastante claro: ‘incentivar a participação política e social do idoso’; porém, ao criar o que seria o principal canal desta participação, exclui os idosos destas instâncias.

Passados quase dez anos após a promulgação da PNI, entrava em vigor a Lei 10.741, o Estatuto do Idoso. Promulgado no dia internacional da pessoa idosa, 1° de outubro de 2003, é atualmente a legislação maior de garantia dos direitos dos idosos no Brasil. Em conjunto com a PNI, dispõe sobre normas e diretrizes para a formulação e execução de políticas públicas e serviços destinados aos longevos definidos pelo próprio Estatuto como aqueles com 60 anos ou mais.

Não podemos afirmar que o Estatuto do Idoso trouxe mudanças significativas aos direitos da pessoa idosa, mas sim, extensões e especificações de direitos já previstos anteriormente. Alguns deles já estabelecidos desde a Declaração Universal dos Direitos do Homem de 1948. Pode-se afirmar assim que, o Estatuto tornou público que a velhice é portadora de direitos, refletindo a necessidade da imposição de um mecanismo legal (e punitivo) para o cumprimento destes direitos (NERI, 2005). O Estatuto acaba refletindo bastante a importância que a velhice adquiriu na sociedade brasileira desde o final do século passado.

O Estatuto reflete e ao mesmo tempo produz um sentimento nacional em relação à velhice. Possui um caráter universalista e disciplinador do entendimento que se tem da velhice e do tratamento que se deve dispensar a ela no cenário social. É fruto de um amplo consenso em torno do qual se reúnem setores organizados dos próprios idosos, entidades prestadoras de serviços especializados, políticos que têm suas bases eleitorais e interesses nesse segmento[28]; profissionais que atuam junto a essa população, o terceiro setor em geral; pesquisadores e acadêmicos e assim por diante.

Para Neri (2005, p. 7), o Estatuto "reflete a influência de atuação de especialistas, políticos e segmentos organizados de idosos". Estabelece como direitos específicos alguns que já eram considerados universais, como o direito à saúde, educação, liberdade, previdência, assistência social, etc. Segundo a autora, algumas inovações previstas pelo Estatuto acabam revelando o modo pela qual a velhice vem sendo retratada e registrada nas leis brasileiras, como carente e frágil necessitada de proteção e prioridades.

Portanto, é notável como o Estatuto, enquanto um dispositivo jurídico produz um efeito de sentido de verdade, de determinação e de direito inquestionável. A linguagem jurídica não pode ser desprezada como produtora de importantes efeitos de sentido neste documento. A organização do texto sob a forma de capítulos, parágrafos, incisos, etc. e a redação sintética, direta e clara, geram sentidos de objetividade e determinação, ainda mais quando aliados a uma suposta força da lei.

Dentre as políticas públicas previstas no Estatuto, a saúde se desponta como uma preocupação fundamental. À saúde foi dedicado um extenso capítulo, além de várias outras menções que surgem no decorrer da leitura do Estatuto. O artigo 15 elenca a prevenção, promoção, proteção e recuperação da saúde do idoso como prioridades. A insistente

[28] O Deputado Paulo Paim, quem apresentou ao Congresso Nacional o Projeto de Lei do Estatuto, tem uma forte atuação junto à população idosa. Atualmente tem no idoso um eleitorado específico e trabalha em parceira com as associações de aposentados e pensionistas.

preocupação com a saúde do idoso sugere ao leitor que o envelhecimento vem acompanhado de doenças e degenerações, assim como alude à geriatria clássica e os programas de prevenção da saúde do idoso que tomaram conta do cenário social. O trecho abaixo retrata bem a face do Estatuto que concebe o idoso como limitado e frágil (JUSTO; ROZENDO, 2010).

> Art. 79. Regem-se pelas disposições desta Lei as ações de responsabilidade por ofensa aos direitos assegurados ao idoso, referentes à omissão ou ao oferecimento insatisfatório de:
> I – acesso às ações e serviços de saúde;
> II – atendimento especializado ao idoso portador de deficiência ou com limitação incapacitante; [...] (BRASIL, 2003).

Não são poucas as menções estatutárias às limitações físicas e psíquicas que supostamente acompanham a "peculiar condição da pessoa idosa" e que acabam caracterizando a velhice como uma fase marcada por uma constrição da vida. Mesmo quando retrata o idoso como independente, apto a realizações de atividades educacionais, culturais, esportivas e de lazer, o Estatuto vincula sua imagem a supostas peculiaridades limitadoras que acompanham o envelhecimento: "Art. 20. O idoso tem direito a educação, cultura, esporte, lazer, diversões, espetáculos, produtos e serviços que respeitem sua peculiar condição de idade" (BRASIL, 2003).

Perante a figura de um idoso fragilizado, idealizada pelo Estatuto, são feitas muitas menções sobre as chamadas "medidas de proteção" previstas na Lei, tal como podemos observar no Art. 2º "O idoso goza de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei [...]"; ou no inciso III do parágrafo único do Art. 3° "A garantia de prioridade compreende: [...] destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas com a proteção ao idoso" (BRASIL, 2003). Assim, o Estatuto delibera sobre uma série de medidas protetivas, dispostas em um título e dois capítulos exclusivos, reincidentes também em outros capítulos e demais trechos da referida Lei.

> Art. 43. As medidas de proteção ao idoso são aplicáveis sempre que os direitos reconhecidos nesta Lei forem ameaçados ou violados:
> I – por ação ou omissão da sociedade ou do Estado;
> II – por falta, omissão ou abuso da família, curador ou entidade de atendimento;
> III – em razão de sua condição pessoal (BRASIL, 2003).

A linguagem utilizada pelo Estatuto e a ênfase na assistência voltada à velhice carente, não deixa margem de dúvida de que o idoso é retratado pelo Estatuto é pobre e carente. O capítulo abaixo arrolado, por exemplo, trata da assistência alimentar, dirigida aos idosos miseráveis:

> CAPÍTULO III
> DOS ALIMENTOS
> Art. 11. Os alimentos serão prestados ao idoso na forma da lei civil.
> Art. 12. A obrigação alimentar é solidária, podendo o idoso optar entre os prestadores.
> Art. 13. As transações relativas a alimentos poderão ser celebradas perante o Promotor de Justiça, que as referendará, e passarão a ter efeito de título executivo extrajudicial nos termos da lei processual civil.
> Art. 14. Se o idoso ou seus familiares não possuírem condições econômicas de prover o seu sustento, impõe-se ao Poder Público esse provimento, no âmbito da assistência social (BRASIL, 2003).

Além dos miseráveis, que não podem suprir a sua própria alimentação, o Estatuto garante algumas regalias aos idosos pobres, se referindo aos aposentados com renda entre um e dois salários mínimos:

> Art. 40. No sistema de transporte coletivo interestadual observar-se-á, nos termos da legislação específica: [...]
> II – desconto de 50% (cinqüenta por cento), no mínimo, no valor das passagens, para os idosos que excederem as vagas gratuitas, com renda igual ou inferior a 2 (dois) salários-mínimos.
>
> Art. 23. A participação dos idosos em atividades culturais e de lazer será proporcionada mediante descontos de pelo menos 50% (cinqüenta por cento) nos ingressos para eventos artísticos, culturais, esportivos e de lazer, bem como o acesso preferencial aos respectivos locais (BRASIL, 2003).

Conforme o Jornal Folha de São Paulo[29,] em 2009, 54% dos aposentados no Brasil eram contemplados com um salário mínimo mensal, 25% deles necessitavam de ajuda financeira de parentes e amigos para sobreviverem e 33% continuavam trabalhando para complementar sua renda. Diante do baixo poder aquisitivo do salário mínimo, de fato, a realidade comprova que o Estatuto atinge a uma grande clientela, pois a maioria dos idosos do Brasil vivem em situação de pobreza.

Um interessante depoimento dado por um idoso e divulgado pelo Jornal Correio Popular de 30 de março de 2004, retrata que parte dos cidadãos idosos tem consciência da situação pauperizada em que vivem e criticam as medidas paliativas do Estado que buscam delegar suas tarefas e responsabilidades precípuas a instâncias não governamentais:

---

[29] Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u534966.shtml>. Acesso em 29 ago. 2012.

> Sou aposentada e me mantenho, exclusivamente, com a merreca que recebo do INSS. [...] Se o idoso tivesse um benefício de acordo com o valor contribuído para a sua aposentadoria, não precisaria passar pelo constrangimento de esmolar uma sessão de cinema (apud PERES, 2007, p. 155).

Assim como na PNI a participação do idoso em diversos cenários da vida é entendida como um direito da pessoa idosa, assegurado pelo Estatuto. A alusão ao tema foi muito modestamente, se comparada com outras preocupações estatutárias, que denotam fragilidade, limitação, doença, carência e tantos outros pejorativismos significados que se ocultam por detrás do discurso legal:

> Art. 3º [...]
> IV – viabilização de formas alternativas de participação, ocupação e convívio do idoso com as demais gerações; [...]
>
> Art. 10. É obrigação do Estado e da sociedade, assegurar à pessoa idosa a liberdade, o respeito e a dignidade, como pessoa humana e sujeito de direitos civis, políticos, individuais e sociais, garantidos na Constituição e nas leis.
> [...]
> V – participação na vida familiar e comunitária;
> VI – participação na vida política, na forma da lei;
> VII – faculdade de buscar refúgio, auxílio e orientação. [...]
>
> Art. 21. O Poder Público criará oportunidades de acesso do idoso à educação, adequando currículos, metodologias e material didático aos programas educacionais a ele destinados. [...]
> § 2º Os idosos participarão das comemorações de caráter cívico ou cultural, para transmissão de conhecimentos e vivências às demais gerações, no sentido da preservação da memória e da identidade culturais. [...]
>
> Art. 23. A participação dos idosos em atividades culturais e de lazer será proporcionada mediante [...]
>
> Art. 35. Todas as entidades de longa permanência, ou casa-lar, são obrigadas a firmar contrato de prestação de serviços com a pessoa idosa abrigada.
> § 1º No caso de entidades filantrópicas, ou casa-lar, é facultada a cobrança de participação do idoso no custeio da entidade [...]
>
> Art. 49. As entidades que desenvolvam programas de institucionalização de longa permanência adotarão os seguintes princípios: [...]
> IV – participação do idoso nas atividades comunitárias, de caráter interno e externo; [...] (BRASIL, 2003, grifo nosso).

Outra importante Lei de Estado, recentemente promulgada, prevê a criação de "Fundos' de captação e investimento de recursos destinados à ações dirigidas à população idosa, em todo o território nacional, nas esferas municipais, estaduais e nacional. Trata-se da Lei 12.213 que foi promulgada pela presidência da república no dia 20 de janeiro de 2010, produto final de longas e acalentadas discussões que vinham sendo feitas nos diversos conselhos do idoso espalhados por todo o conjunto da federação. O foco das discussões era a

inexistência de incentivos fiscais, como a dedução de impostos, para doações em dinheiro feitas às instituições prestadoras de serviços voltados à população idosa. Em 2009, a proposta de criação dos fundos do idoso foi apresentada ao Congresso Nacional, pelo Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa, sendo aprovada e convertida em Lei federal.

O principal artigo dessa lei estabelece o seguinte:

> Art. 3º. A pessoa jurídica poderá deduzir do imposto de renda devido, em cada período de apuração, o total das doações feitas aos Fundos Nacional, Estaduais ou Municipais do Idoso devidamente comprovadas, vedada a dedução como despesa operacional.
> Parágrafo único. A dedução a que se refere o caput deste artigo, somada à dedução relativa às doações efetuadas aos Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente, a que se refere o art. 260 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, com a redação dada pelo art. 10 da Lei nº 8.242, de 12 de outubro de 1991, não poderá ultrapassar 1% (um por cento) do imposto devido (BRASIL, 2010).

Uma primeira observação, de ordem geral, refere-se à preocupação do Estado em gerar recursos financeiros para assegurar ações e serviços destinados à população idosa. Revela-se aqui, mais uma vez, a inevitável constatação de que esse segmento será objeto da preocupação e das ações do Estado por ocupar um espaço cada vez mais amplo e desafiador por trazer uma nova realidade no cenário social do país.

Outra observação refere-se à disposição do Estado em abrir mão de um poderoso instrumento de gestão de populações – a arrecadação fiscal que garante os investimentos em políticas públicas – para compartilhar com a iniciativa privada, com os empresários e empresas, a elaboração de estratégias, a tomada de decisões e direcionamentos das políticas de assistência e de administração velhice. Ao deixar o contribuinte – pessoa física ou jurídica – escolher para onde serão destinados recursos públicos, o Estado abre mão de parcela do seu poder e a transfere para a chamada iniciativa privada.

Cabe enfatizar que tal transferência de poder, ocorre sem qualquer ônus financeiro para as empresas ou pessoas físicas porque o montante que eventualmente podem destinar a projetos de assistência aos idosos seria, de qualquer maneira, pago ao Estado como imposto devido.

Fica, portanto, uma interrogação. Porque o poder público abre mão de parte suas prerrogativas e a transfere para o setor privado? Porque, no caso, deixa a critério de empresários e demais contribuintes decidirem sobre a destinação de recursos públicos? Seria uma abertura para a sociedade, e os próprios idosos passassem a assumir maior responsabilidade nas questões da velhice, ou uma política de redução do poder do público e de implantação de uma filosofia de Estado mínimo? Uma estratégia superavançada de

administração pública calcada na prática de terceirização de serviços? Seria uma simples negociação para repartição de dividendos entre eternos aliados que comandam a economia, a política e a gestão da vida? Procuraremos contemplar estas questões mais adiante, sobre a luz do advento e difusão do terceiro setor.

O fato é que alguns fundos já estão funcionando em alguns municípios (tal como no caso de Rondonópolis/MT) e Estados, assim como o Fundo Nacional do Idoso, que já vem captando e repassando recursos de pessoas físicas e jurídicas.

4.6 AVENIDA DA TERCEIRA IDADE

Phillip Ariès (1978) foi um dos estudiosos a enfatizar que as categorias etárias são construídas nos processos sociais. Ao pesquisar a construção social da infância, constatou que ela não existia até a idade média tal como é concebida atualmente, sendo constituída a partir do século XVIII. Segundo o autor, uma série de procedimentos, tratamentos e espaços sociais passaram a permear a infância, conforme ela ia concretizando-se como uma fase da vida distinta das demais. Mas, não só a infância se configura como uma construção social. Áries, no mesmo livro que trata da infância e da família, também ressalta que a velhice é uma construção social antiga e aparece descrita como uma fase peculiar da vida, normalmente associada a características ‘negativas’. Segundo ele, uma conhecida enciclopédia da Idade Média, que compilava conhecimentos diversos e muito antigos, já descrevia a velhice como um período de decrepitude física e mental.

Na sociedade contemporânea é comum nos defrontarmos com diferentes nomenclaturas que designam as idades avançadas da vida: “melhor idade”, “futuridade”, “feliz idade”, “maturidade”, “nova juventude” e assim por diante. Duas delas apresentam significados matriciais que delimitam formas de existência bastante distintas entre os envelhecentes, a “velhice” e a “terceira idade”. Ambas as categorias coabitam no cenário social no Brasil, mas são separadas por um fosso psicossocial e econômico. O termo velhice carrega uma série de conotativos pejorativos que marcam o estigma da experiência do envelhecimento; enquanto ‘terceira idade’ designa uma parcela da população idosa inserida nas práticas ética, estética e política de uma sociedade capitalista e consumista.

A expressão ‘terceira idade’ é usada para designar uma fase da vida produtiva e, sobretudo, inserida no mercado de consumidores: uma figuração do idoso refuncionalizada e revitalizada em espaços sociais estreitamente ligados à produção e ao consumo. Enfim,

diferente da “velhice”, a “terceira idade” se caracterizaria pelas realizações pessoais. As nomenclaturas utilizadas para delimitar distinções entre os mais velhos são importantes: a “velhice” e a “terceira idade”, os “velhos” e os “idosos”.

A velhice, a terceira idade e outros recortes etários servem para periodicizar a vida e conferir identidades a seus referentes. Estes recortes não são naturais ou inerentes à ‘essência humana’, pois são produzidos socialmente através de períodos históricos da humanidade (DEBERT, 2007). Para Silva (2008), o termo velho é fortemente associado aos sinais de decadência física e incapacidade produtiva, sendo utilizado como forma de tratamento pejorativo, sobretudo para os velhos pobres. Porém, nem sempre o vocábulo velho esteve associado a ‘negatividades’.

Segundo Peixoto (2007), até meados do século XX, o termo velhice não tinha pares e a denominação “velho” e “velhote” serviam para designar pessoas com mais ou menos status social. Os significados depreciativos dos termos teriam surgido junto com o desenvolvimento dos meios de produção capitalista e se impregnaram nas idades avançadas da vida com imagens vinculadas à invalidez para o trabalho.

Mercadante (2005) sugere que a visão de um corpo imperfeito, em declínio, enfraquecido, enrugado, que acompanha as idades avançadas da vida, em especial ao segmento denominado velhice, tende a ultrapassar os limites do corpo, agregando tais imagens à identidade dos sujeitos. Segundo a autora, as imagens pejorativas sobre os mais velhos não avaliam só o corpo, mas, expandem-se para a personalidade, o papel social, econômico e cultural do ancião. É estabelecida uma relação com o tempo, em relação à proximidade da morte que mina as expectativas do sujeito e o seu posicionamento frente a si, aos outros, às coisas do mundo e enfim, à sociedade.

Usualmente a imagem da velhice está associada ao declínio, à invalidez, ao fracasso, à doença, a decrepitude, à morte e tantos outros pejorativismos.

Segundo Debert (1999), o termo terceira idade teria sido criado na França, durante a década de (19)60, com a inauguração do programa ‘Université du Troisième Âge’, difundido no Brasil como: ‘Universidade Aberta à Terceira Idade’. Segundo a referida autora a nomenclatura ‘terceira idade’ serve para delimitar as diferenças entre dois públicos bastante distintos. O termo velhice serviria para designar um período da vida de retraimento frente à pobreza, a dependência e a passividade. Tal denominação retrata o ancião como “doente, isolado, abandonado pela família e alimentado pelo Estado”. Já o termo ‘terceira idade’ designa idosos ativos (inclusive sexualmente), aptos a desafios e novas experiências, com poder aquisitivo suficiente para driblar os estigmas e os sinais estéticos do envelhecimento.

Para Peixoto (2007) o vocábulo ‘terceira idade’ surgiu junto com instituições e agentes especializados no tratamento da velhice que prescreviam a este grupo etário vigilância alimentar, exercícios físicos, necessidades culturais, sociais e psicológicas.

Haddad (1986) aponta que, no final dos anos de (19)60, se inaugurava no Brasil um novo paradigma de serviços à velhice que seria um importante propagador das noções de terceira idade, inicialmente promovido pelo SESC e, posteriormente, pelas Universidades Abertas à Terceira Idade – UNATIs (DEBERT, 1999). O paradigma emergente no SESC tinha como objetivos a promoção do bem-estar social, a ocupação do tempo livre e a refuncionalização da velhice; implantados dentro de espaços criados especialmente para esses fins, nomeados como “espaços de convivência”. As atividades desenvolvidas no SESC estavam atreladas a práticas esportivas, ao lazer, à cultura, ao conhecimento, enfim, vinculavam a velhice a uma fase ativa da vida. Este modelo de atendimento à velhice colaborou para a criação da ‘terceira idade’ no Brasil. De maneira distinta da categoria ‘velhice’, a ‘terceira idade’ passa a ser retratada como uma fase de vida ativa, repleta de dinamismo e possibilidades de realização. Podemos encontrar tais representações em algumas das nomenclaturas vinculadas ao público idoso, como ‘melhor idade’ e‘feliz idade’.

Uma das universidades pioneiras na implantação do programa UNATI no Brasil, foi a Pontifícia Católica de Santos/SP, conforme descrito por Santos (1997). O programa santista visava ocupar o espaço e o tempo ociosos do campus e dos participantes, respectivamente. “Tal proposta não se destinava especificamente às pessoas da terceira idade, mas, “às preocupadas em se manter dinamicamente atualizadas e em contato com as principais tendências do pensamento moderno e que, além disso, tivessem disponibilidade no período vespertino” (SANTOS, 1997, p. 8). Porém, devido à intensa procura de idosos que passaram a formar extensas filas de espera, a coordenação do campus resolveu elaborar um programa específico para esta faixa etária. De acordo com dados apresentados pelos fundadores do Programa, a maioria dos usuários da UNATI é composta por mulheres, entre 50 e 75 anos, casadas ou viúvas, com escolaridade compreendida entre primeiro grau completo e ensino superior. Seus principais interesses na UNATI são assuntos relacionados à saúde, relações familiares, aprimoramento pessoal e cultura.

Ao ser inserido em uma lógica de gestão voltada especificamente para as idades avançadas da vida, que busca refuncionalizar o idoso em espaços destinados ao consumo e a prevenção e saúde, a terceira idade passa a ser aclamada pelo mercado e pelos prestadores de serviços que lhes dirigem comerciais televisivos exclusivos oferecendo-lhes pacotes

turísticos, produtos específicos e empréstimos bancários para dar conta de todo o consumo prescrito.

Se por um lado, a terceira idade segue padronizada dentro do planejamento capitalista a ela prescrito, por outro, a velhice, não atende ou não se enquadra em muitas expectativas político-econômicas e acaba sendo incorporada a estratégias de gestão menos aclamadas, como no caso dos asilos de velhos.

É interessante notarmos que os idosos da atualidade não se enxergam como velhos, no sentido conotativo dos termos, conforme já mencionado. Não raramente, nos deparamos com pessoas bastante envelhecidas que, ao se referirem à velhice, posicionam-se a léguas de distância dela, apesar dos anos que lhes acompanham. Em alguns casos chegam até mesmo a lançar um tom de caridade ao se dirigirem aos chamados velhos. Esta ocorrência é bastante comum dentre os dirigentes de instituições asilares, já idosos, mas que não se colocam, absolutamente, no lugar de velhos. Esta cena cotidiana foi bem retratada durante a realização de uma oficina com um grupo de idosos frequentadores da UNATI na Faculdade de Ciências e Letras de Assis, descrita a seguir por Correa (2008, p.43):

> Realizamos uma atividade na qual os participantes teriam de se expressar com gestos e comportamentos típicos, de acordo com as várias idades da vida. Na fase referida à infância, eles a representaram de forma lúdica, imitando brincadeiras e fazendo gracejos. O olhar sobre a adolescência foi caracterizado por gestos típicos, tais como um andar desmazelado, o emprego de uma fala com gírias e trejeitos consumistas e frívolos. A fase adulta foi caracterizada pela escassez do tempo, na figura de um adulto envolto com seu trabalho, na correria do dia-a-dia. Por fim, ao solicitarmos que os idosos representassem a velhice, eles a caracterizaram como uma fase decrépita, como se o corpo estivesse em franco estágio de degenerescência e ruína. Esses gestos nos chamaram a atenção, pois percebemos claramente que o grupo não se via nessa condição de velhice. Afinal, que velhice era aquela significada por eles? E como esse grupo de fato se representava?

Pudemos constatar que esta mesma realidade se repete no NEATI, conforme podemos visualizar na fala de um dos frequentadores, quando questionada se, se considerava um idoso:

> Não. Eu considero uma pessoa responsável, pela uma idade especial né, sem medo de errar em qualquer coisa que eu for fazer, porque eu to lúcido né, uma pessoa que tem toda saúde, graças a Deus, isso é que eu falo muito pras pessoas, agradecer a deus por ter me mantido nesse padrão de vida. Idoso pra mim, o cara fala, “tá velho”, eu tenho pé de jabuticaba lá em casa, da altura daquele pé de coco lá assim (aponta para um coqueiro – Bocaiúva -ao lado de onde estava sendo realizada a conversa), você chega eu to lá em cima. Noventa quilos né, mas subo, “mas você não tem medo de cair”? “não, mas se cair do chão não vai passar”, por que, a base é a terra. [...] Eu precisar de outro ser humano me ajudar, não vou dizer que não

> preciso que uma hora pode precisar né? Mas eu nunca precisei né? Eu tenho uma saúde muito especial, graças a deus (informação verbal)[30].

Para os ‘novos velhos’, ou terceira idade, seguir a risca o receituário prescrito pelos programas de atenção à velhice é um poderoso remédio contra o envelhecimento.

De forma distinta à terceira idade, a velhice não cumpre inteiramente as lições e tarefas dos programas de atenção à população idosa, os mandamentos do mercado, a vida dada a assente, preferindo, ainda, um ritmo cadenciado de consumo e a cotidianidade singular, baseada em hábitos não recomendados, como o consumo de tabaco, álcool, roupas e artigos antiquados, alimentos ‘não saudáveis’ e tantos outros hábitos e ‘vícios’. Desvia dos padrões estéticos da sociedade contemporânea, que cultua o corpo jovial e disciplinado, privilegiando outros estímulos e sensações relativos à corporeidade. Escapa à política que tenta normatizar e ordenar as camadas envelhecidas da população, dentro de uma série de disciplinas, preferindo viver suas singularidades ao seu próprio tempo e espaço. A velhice não segue, religiosamente, os mandamentos do mercado, preferindo ainda, um ritmo cadenciado de consumo. Abstém-se dos programas de atenção à terceira idade, que tentam normatizar e ordenar as camadas envelhecidas da população. Enfim, alguns, considerados ‘velhos’ não se enquadram em uma série de disciplinas, preferindo viver suas singularidades ao seu próprio tempo e espaço (ROZENDO, 2009).

[30] Entrevista concedida pelo Senhor Geraldo, de 65 anos, no NEATI, em maio de 2012.

5 O PROTAGONISMO E O CONTROLE SOCIAL NA CONTEMPORANEIDADE

Após tentarmos relatar a velhice em sua complexidade, buscaremos aqui compreendermos alguns conceitos-chave sobre política, participação e movimentos sociais, canais de participação populares e outros conceitos fundamentais para a compreensão da participação política e social na velhice no contemporâneo.

5.1 CIDADANIA, ESTADO E SOCIEDADE CIVIL

A compreensão do conceito de cidadania é fundamental para compreendermos nosso objeto de estudo. Além de sua conceituação formal, procuramos ainda buscar sentidos encobertos pelo termo frequentemente utilizado pelas políticas públicas e pela ciência.

Conforme Gohn (2008) o conceito de cidadania tem sido amplamente difundido pela ciência, pelo Estado e pela mídia, de certa forma, de maneira abusiva. Segundo a referida autora a cidadania não é uma definição estanque, mas um conceito histórico que varia no tempo e no espaço. A origem do conceito de cidadania data do período clássico grego, entre os séculos V e IV a.C. Ele surgiu nas primeiras formas de democracia e designava, segundo Aristóteles (apud GOHN, 2008), o direito de contribuir para a formação do governo; participação ativa nas assembleias e, consequentemente, tomada de decisões na vida pública. Os cidadãos gregos eram portadores de virtudes cívicas, mas o conceito de cidadania não se expandia indiscriminadamente, pois escravos, mulheres e estrangeiros eram relegados ao ostracismo. Para Guarinello (2010), apesar de ser excludente, a democracia grega permitia a participação direta no poder e na tomada de decisões na vida política, civil e comunitária por ‘todos’ os cidadãos, independente de riqueza ou posição social.

Em Roma, a cidadania foi reforçada por leis que deliberavam sobre direitos e deveres dos cidadãos, definido ainda os membros da comunidade política romana, a ‘*res-pública*’. “A coisa pública separa-se da privada, surge o Direito Romano. Os indivíduos tornam-se cidadãos pela lei, e há o reconhecimento da cidadania como uma questão de igualdade formal no domínio público” (GUARINELLO, 2010, p. 19). Conforme Funari (2010), a aprovação da Lei Hortência, no ano de 287 a.C. garantia que todos os cidadãos romanos exercessem a soberania popular, dando aos plebiscitos força de lei, mesmo sem a aprovação do senado. Até mesmo nos jogos de gladiadores, quem decidia se o perdedor deveria ou não ser morto era o público; “não cabia ao magistrado ou ao imperador decidir o destino do perdedor: apenas os

espectadores podiam fazê-lo. A decisão estava assim nas mãos da multidão [...] um ato de soberania popular" (FUNARI, 2010 p. 71). Funari (2010) destaca ainda algumas peculiaridades da cidadania romana que iriam servir de modelo às democracias modernas, como a liberdade do cidadão; a participação popular na vida social e o voto secreto.

Na idade média, com o fortalecimento e propagação do cristianismo capitaneado pela igreja católica, repousava no cenário político, civil e social as noções dos direitos naturais dados por deus, que emanava um ímpeto individualista e pouco democrático na Europa. Em suma, o governo baseava-se no poder soberano e clerical, onde, de forma alguma a cidadania poderia ser desfrutada de forma indiscriminada. Curiosamente, tamanha a influência política e social fora exercida pelo cristianismo e pela igreja católica, que a submissão popular aos poderes instituídos era livremente consentida e endossada pela influência dos dogmas e crendices cristãs, que enalteciam a pobreza, o sofrimento terreno e a passividade (HOORNAERT, 2010).

Foucault (2008b) atribui ao cristianismo o ímpeto de submissão, devoção e obediência instaurado na população. Conforme o referido autor, o cristianismo apregoa uma forma de governo denominada 'pastoril', ou seja, de rebanhos guiados, conduzidos e controlados por um pastor, pela figura de um líder. A governantabilidade apregoada pelo cristianismo seria capaz de transformar massas desorganizadas e dispersas em um todo controlável e dócil, adjetivos que fundam o próprio conceito de população difundido por Foucault (2008b).

Passado um longo período de ostracismo político e social na idade média, a modernidade iria retomar as noções de cidadania, democracia e soberania popular (COUTINHO, 1999). Com o advento do protestantismo, do capitalismo e da ciência moderna, a liberdade e a livre iniciativa tornaram-se imperativos na modernidade.

> A legitimidade de uma sociedade hierarquizada fundada em privilégios de nascença perdeu a força. A crítica interna dos religiosos" da Reforma e a "crítica externa dos cientistas" do Renascimento inviabilizaram a continuidade absoluta de uma maneira transcendente de Compreender a História. O homem passou não apenas a traçar o seu destino, mas também a ter total capacidade de explicá-lo (MONDAINI, 2010, p. 115).

Segundo Funari (2010), o conceito de cidadania desposado na modernidade designava o conjunto de membros da sociedade que tinham direitos e decidiam o destino do Estado. Conforme Coutinho (1999, p.42), o conceito de cidadania difundido na modernidade pode ser definido "como a presença efetiva das condições sociais e institucionais que possibilitam ao conjunto dos cidadãos a participação ativa na formação do governo e, em consequência, no

controle da vida social". É neste período que começava a ser difundido o liberalismo político e econômico, que galgava a liberdade do mercado em detrimento ao poder ilimitado do Estado.

O cidadão moderno era compreendido como o indivíduo capaz de se apropriar dos bens socialmente criados, se inscrevendo no plano social de forma participativa. Para Rousseau (apud COUTINHO, 1999) a democracia é concebida como a construção coletiva do espaço público, com plena participação popular no controle da esfera política. Já para Marx (apud COUTINHO, 1999), a democracia moderna era um engodo ideológico, pois a divisão de classes e do trabalho inerentes ao capitalismo fabril alienava o proletariado, impedindo-o de tomar mão das riquezas por eles produzidas, assim como do poder político, que era dominado pelas classes dominantes. É importante lembrarmos que neste período os modos de produção capitalista iriam disparar uma divisão social de classes, que dividia burguesia e proletariado. O livre arbítrio, a livre iniciativa, a cidadania e tantas outras liberdades eram mais acessíveis aos proprietários e detentores do capital àqueles que dependiam da venda de sua força de trabalho para sobreviverem, tendo em vista que estes se encontravam em um verdadeiro estado de 'claustro fabril', dedicando de 12 a 18 horas por dia à produção manufatureira.

Segundo Coutinho (1999) na 'sociedade de classes antagônicas' é impossível o exercício da cidadania, já que a apropriação das riquezas produzidas no coletivo, não poderia se concretizar no sistema capitalista. Citando a Constituição francesa de 1791, o autor descortina a hegemonia dos liberais expressa na divisão dos cidadãos ativos (proprietários e pagadores de impostos) e passivos (mulheres e trabalhadores). Os primeiros teriam direitos políticos e civis, enquanto os segundos tinham apenas os direitos civis, sobretudo, o direito ao trabalho. Os direitos políticos só iriam se espraiar na Europa durante o século XX, a partir de mobilizações dos trabalhadores buscando galgar, principalmente, o direito a greve, à organização sindical e ao voto.

Outra conquista dos cidadãos do século XX teria sido os 'direitos sociais', compreendidos como acesso mínimo às riquezas materiais produzidas na coletividade. Os direitos sociais mais difundidos foram a educação; habitação; saúde; assistência e previdência social. A partir de meados do século XX, os direitos sociais seriam amplamente coroados pelas políticas keynesianas capitaneadas pelo Estado de Bem-estar social, ou *welfare state*. Tais direitos passaram a ser garantidos pelos governos e a integrar as constituições dos Estados-nação, tal como ocorreu no caso do Brasil, na Constituição Federal de 1988.

Porém, nem sempre garantias de direitos e a presença de um Estado mantenedor pode significar formação de cidadãos, de atores políticos e sociais ativos e conscientes (DEMO, 2002). Demo (1995) dá o exemplo de duas formas de cidadania comumente dissipada no Brasil do bem-estar social: a tutelada e a assistida. A primeira é a concessão de direitos políticos concedidos pela elite econômica. O Estado, por sua vez, toma mão do clientelismo e do paternalismo, com o objetivo de manter a população atrelada ao seu projeto político-econômico. O resultado mais típico da cidadania tutelada, que, na prática, é sua negação/repressão e a reprodução indefinida da sempre mesma elite histórica. A segunda é permeada pela situação de pobreza política e material; imbuída pela noção de acesso aos direitos sociais (como no caso da assistência social). Camufla a marginalização dos excluídos políticos e econômicos por meio de medidas de bem-estar social que amenizam ambas as pobrezas. Distribuem-se os mínimos vitais aos empobrecidos, ao passo que os delegam exercícios assistidos de cidadania, como o direito ao voto e à assistência social.

Demo (1995) discorre que a cidadania é a raiz dos direitos humanos, da emancipação popular e do progresso democrático e que o seu pleno gozo demanda a superação da pobreza política da população, considerada a raiz da ignorância e mola propulsora das manobras de massa, responsável por formar o ‘não cidadão’. De acordo com o referido autor:

> Pobreza política é o resultado do cultivo da ignorância, a condição de massa de manobra na qual a pessoa é manipulada de fora para dentro, geralmente sem perceber. Invés de apostar na emancipação, acomoda-se na ajuda externa nas recomendações do próprio algoz, na boa vontade da causa principal da marginalização. [...] O atual discurso sobre solidariedade pode conter esse efeito imbecilizante: além de ser tendencialmente o discurso dos dominantes não passa de ajuda residual. Dificilmente implica emancipação e autonomia das populações pertinentes (DEMO, 2002, p.34).

Dessa maneira, o exercício e os conceitos de cidadania, ativa e passiva; de participação e ostracismo político e social se misturam nas explicações de diversos pensadores e nos deixam dúvidas sobre como a democracia se concretiza no plano real. Quem de fato são os verdadeiros cidadãos, representantes da sociedade e que não fazem parte da administração direta do governo?

5.2 A EMERGÊNCIA DA SOCIEDADE CIVIL

Para o bem, ou para o mal, com a ampliação dos discursos e noções de cidadania, a literatura aponta a emergência de uma nova classe política, que embora já tenha sido mapeada

desde os primórdios da modernidade, ganha maior relevo no contemporâneo. Trata-se da sociedade civil, estrato social empenhado no exercício e participação política.

Marx, já no século XIX, enxergava a formação desta classe política. Segundo o autor:

> A sociedade civil abarca o conjunto das relações materiais dos indivíduos no interior de um determinado estádio de desenvolvimento das forças produtivas. Encerra o conjunto da vida comercial e industrial existente numa dada fase e ultrapassa por isso mesmo o Estado e a nação, se bem que deva afirmar-se no exterior como nacionalidade e organizar-se no interior como Estado. O termo sociedade civil surgiu no século XVIII, quando as relações de propriedade se desligaram da comunidade antiga e medieval. A sociedade civil enquanto tal só se desenvolve com a burguesia; todavia, a organização social diretamente resultante da produção e do comércio, e que constituiu sempre a base do Estado e do resto da superestrutura idealista, tem sido constantemente designada pelo mesmo nome (MARX, 1974, p. 58).

De acordo com Demo (1991) a sociedade civil se contrapõe ao Estado no sentido da organização do poder. É o 'não Estado' em confronto com o Estado, acrescida de funções de mantê-lo e controlá-lo. Este confronto se desenha na determinação do Estado de encampar a sociedade civil, ora lhe delegando funções e autonomia, ora manipulando-a em seu proveito. Na concepção difundida por Demo (1991), o Estado domina a sociedade civil, que o sustenta, usando-a como massa de manobra.

É correta a crítica que vê no Estado um agente de desmobilização, porque isso faz simplesmente parte da lógica dinâmica do poder. Nesse sentido, a desmobilização é normalmente paga pelo Estado, enquanto que os lutadores em prol da participação precisam trabalhar dobrado e de graça (DEMO, 1991). É uma ingenuidade esperar que o Estado seja corifeu da participação. Somente é realista quem parte da tendência desmobilizadora do Estado, não quem a ignora e em seguida se admira inutilmente com ela. Não há liberdade, se mantida por outrem, pois ela só pode ser conquistada pelo interessado. O Estado aprecia a participação enquanto for fonte de justificação ideológica, ou seja, enquanto não atrapalhar seus planos e os do grande capital (DEMO, 1991).

Já Montaño (2003) propõe uma discussão mais complexa sobre a sociedade civil, que se enquadra melhor na política e na vida social vivenciadas na realidade hodierna; dando outro emprego e sentido ao termo. Para ele a sociedade civil pode ser equiparada à nomenclatura 'terceiro setor', bastante difundida na atualidade.

O terceiro setor distinguir-se-ia, formalmente, do primeiro setor (Estado) e do segundo setor (mercado), identificando-se com os termos: 'setor sem fins lucrativos'; 'setor voluntário'; 'setor social-econômico'; 'setor ONG'; 'setor de caridade' e, principalmente, com o termo 'sociedade civil' (SALAMON, 2000). Teoricamente, o terceiro setor seria um

contraponto às ações do Estado e do mercado (FERNANDES, 2000). Porém, segundo Montaño (2003), no plano real a sociedade não se divide em primeiro, segundo ou terceiro setor, pois tal visão é, na verdade, um artifício positivista propagado por intelectuais orgânicos a serviço do Estado e da burguesia. Na realidade os três setores em tela se articulam e atuam conforme seus interesses em comum.

Conforme Montaño (2003) a sociedade civil, ou terceiro setor, está se empoderando de uma vasta gama de funções outrora executadas pelo Estado, principalmente, aquelas relacionadas às questões sociais. De acordo com Montaño (2003) o terceiro setor estaria representado na execução de políticas públicas e prestação de serviços pelas ONGs; pelas instituições de caridade e religiosas; pelas atividades filantrópicas; pelas ações solidárias e ações voluntárias. Tais instâncias e seus representantes "geralmente fazem um papel intermediário: ligam o cidadão comum com entidades e organizações que podem participar da solução de problemas identificados", fornecendo algum tipo de serviço (IOSCHPE, 1997, p. 92, apud MONTAÑO, p. 184).

Segundo o autor em questão as organizações sem fins lucrativos (OSFL), especialmente aquelas atreladas diretamente às grandes empresas, tais como as Fundações Rockfeller; Roberto Marinho; Bradesco; Bill Gates; Parmalat; Ronald Mac Donald; Albino Souza Cruz; Telefônica; Odebretch; etc. tem um claro interesse econômico por trás de suas ações sociais. A isenção de impostos, a melhoria da imagem da organização e de seus produtos se converteria em lucratividade certa às instituições 'filantrópicas'.

> Seria, no mínimo, ingenuidade (ou enganação) afirmar, como a ex-primeira-dama, que "o empresariado brasileiro já entendeu a responsabilidade de participar de ações sociais". Ora a questão não é a de "conscientizar" o empresariado da importância social de suas atividades filantrópicas, mas de ele comprovar se estas dando retorno financeiro, no lucro direta ou indiretamente derivado dessa atividade. Pensar nessas atividades filantrópicas das fundações empresariais como produto de uma maior "sensibilidade" e "responsabilidade social" do empresariado resulta de uma visão romântica e fetichizada da realidade. Longe disso, as vantagens econômicas e/ou política da atividade filantrópica trazem para a empresa maiores benefícios que seus custos (MONTAÑO, 2003, p. 213).

Assim, os arautos do capitalismo e da exploração, as próprias empresas, passam a ser enxergadas como 'empresas cidadãs', ou empresas com 'consciência social', através de ações que são custeadas pela isenção de impostos e, até mesmo, por subsídios estatais. Melhoram sua imagem, a dos seus serviços e a de suas mercadorias tomando mão de recursos e funções precipuamente estatais. Trata-se de uma verdadeira terceirização de funções de Estado que são privatizadas e assumidas por gestores do capital que se condecoram com emblemas de responsabilidade social à custa do dinheiro público. Dissipam sua imagem pelos meios de

comunicação como empresas compromissadas com as causas sociais, ao mesmo tempo em que engrenam um sofisticado projeto burguês de dominação social camuflada.

Ao concluir seu raciocínio, Montaño (2003, p. 277) assevera que a lógica de delegar atribuições à sociedade civil/terceiro setor é gerencial e funcional à manutenção da ordem, que tem como objetivo eliminar as contradições os interesses de classe. “Esta é uma mobilização por gestão controlada por recursos comunitários. Mesmo as atividades que contam com a efetiva participação popular seguem direções traçadas pelo interesse do Estado”, “uma mobilização como resultado da ação do governo [...] a comunidade se mobiliza e participa em ações já estabelecidas pelo poder instituído”. Portanto, a abertura do Estado para a gestão do terceiro setor aumenta o prestígio e poderio do mercado, dos especialistas, de alguns oportunistas e empresários; em detrimento do empoderamento e protagonismo político e social dos cidadãos comuns, usualmente utilizados como pano de fundo para legitimação destas práticas.

5.3 AFINAL, O QUE É PROTAGONISMO POLÍTICO E SOCIAL?

Segundo Gohn, (2008) a palavra ‘protagonismo’ vem do vocabulário grego, que designava o lutador principal de um torneio, passando, posteriormente, a ser empregada aos atores principais de um enredo teatral, ou personagens principais de uma trama literária.

Segundo Costa (2000, apud BRAIDO, 2009) a palavra protagonismo é formada três vocábulos gregos: *proto* que significa ‘o primeiro, o principal’; *agon*, que significa ‘luta’ e *agonistes*, por sua vez, significa “lutador”. Protagonista quer dizer, então, o lutador, personagem principal, ator principal, ou agente de uma ação, seja ele jovem, adulto, velho, representante da sociedade civil ou do Estado, uma pessoa, um grupo, ou uma instituição (BRAIDO, 2009).

As palavras protagonista e protagonismo são comumente utilizadas no campo da literatura, empregadas para se referir a personagens de uma história responsáveis pelo desenrolar do enredo. No campo das ciências sociais a palavra tem sido usada como uma variante de sujeito para designar grupos ou conjuntos de atores que desencadeiam ações, que se colocam ativamente na construção da história. A própria expressão ‘atores sociais’ tem sido amplamente empregada no lugar do antigo ‘sujeito’, numa referência clara ao entendimento de que a sociedade se caracteriza como um cenário de acontecimentos parecido com o de uma peça de teatro. Essa linguagem, que tende a tomar emprestados termos das

artes dramáticas e da literatura, não o faz por acaso. Pertencem a teorias do campo da sociologia ou da psicologia que privilegiam a linguagem e a narrativa na constituição do homem e do seu mundo (JUSTO, et al. 2010).

Gohn (2008), fazendo uma leitura sociopolítica do termo, apregoa que o protagonismo está vinculado à participação em movimentos organizados da sociedade civil, que lutam por direitos de um grupo específico de cidadãos. A ideia de participação, no campo da política, foi bastante revitalizada no Brasil após o jejum democrático imposto pela Ditadura Militar, e recebeu, ainda, um forte impulso do avanço da modernidade ou do salto pós-moderno, que se acelerou no final do século XX. Segundo Gohn (2008), atualmente no Brasil, o protagonismo tem se ampliado em vários setores da sociedade civil, que passa a atuar como uma parceira do Estado na gestão da coisa pública. O Estado mínimo abre as instâncias básicas de gestão de populações para setores não governamentais da sociedade, preocupado apenas com as prestidigitações relativas à economia.

A capacidade de controlar o Estado e a economia é uma dimensão insubstituível da cidadania, o que coloca, para ser competente, a necessidade de organização da sociedade civil. Estado é delegação. O cidadão é seu mantenedor e mandante. Não o contrário (COUTINHO, 1984, apud GOHN, 2008).

Porém, na realidade, nos deparamos com um cenário de uma população ‘não cidadã’, de protagonistas da sociedade civil que representam interesses particulares e/ou de pequenos grupos e tantas outras mazelas que já trouxemos à baila. Como admitem os próprios intelectuais orgânicos, protagonismo, empoderamento, participação são termos meliorativos, sofismas, eufemismos empregados pelo mercado e pelo terceiro setor na gestão de populações (IOSCHPE, 2004, p. 04).

5.4 PARTICIPAÇÃO COMO DISFARCE

A democracia participativa vivenciada no Brasil, assim como os diversos canais de participação popular que iremos avaliar mais adiante, seriam evidências materiais de um cenário repleto de atores políticos, que assumiriam seus papéis e funções indiscriminadamente. Porém, as experiências vivenciadas no real não comprovam esta hipótese e nos levam a um constante estado de suspeição em relação aos discursos políticos e científicos que apregoam a cidadania e a participação política e social como condição comum

da população brasileira, independente de idade, sexo, raça, condição econômica e assim por diante.

Conforme Demo (1991) é essencial que o cidadão mantenha uma desconfiança ‘sadia’ em relação ao Estado e suas funções. Participação política e social constitui-se através de um processo histórico de conquista das condições de autodeterminação. Portanto, a participação não pode ser dada, outorgada, imposta, pois ela só pode existir se, e enquanto, for conquistada. Participação é sempre um processo e nunca um produto acabado. A participação não pode ser implantada por decreto, nem pode ser consequência automática de qualquer esforço de governo.

Para Demo (1991) o poder se disfarça e não costuma vir ao público sem máscara, porque seria surpreendido em sua fome de imposição. O poder não pode chegar ao seu destino como poder; por isso, com frequência, usa a capa da participação. “Este é o seu melhor disfarce. Quando a imposição é aceita como forma de participação, temos o poder hábil, estratégico, capaz. O próprio temor à contestação leva-o a criar toda a sorte de disfarce” (DEMO, 1991, p. 101). Dito de outra maneira: a participação interessa enquanto não atrapalha, enquanto for disfarce, enquanto for estratégia de consolidação de poder (DEMO, 1991).

O disfarce do poder exercido pelo Estado e pelos modos de produção se dissipa através de ideologias, entendidas como discursos e práticas voltadas para modelar comportamentos. De acordo com Justo (1989) o termo ideologia refere-se ao conjunto de ideias e discursos ocultadores da realidade, difundidos por forças hegemônicas no intuito de legitimar o seu exercício de poder que segue a direção de seus próprios interesses. Para Gaulejac (2007, p.65)

> Designar aqui o caráter ideológico [...] é mostrar que, por trás dos instrumentos, dos procedimentos, dos dispositivos de informação e de comunicação encontram-se em ação certa visão do mundo e um sistema de crenças. A ideologia é um sistema de pensamento que se apresenta como racional, ao passo que mantém uma ilusão e dissimula um projeto de dominação; [...] da modelação das condutas humanas; dominação de um sistema econômico que legitima o lucro como finalidade. Esse projeto aparece claramente por meio dos mecanismos de poder, dos quais são objetos a formação e a pesquisa em gerenciamento. Na hora da globalização, elas são cada vez mais dominadas por um modelo americano que impõe suas normas ao mundo inteiro.

Na mesma linha de raciocínio, Demo (2002, p. 29-30), apregoa que:

> Ideologia é reflexo necessário do poder e se configura como tentativa sempre renovada de justificação do cultivo e manutenção do poder. Ideologia é discurso

> orientado, em primeiro lugar, para justificar encobrir, pregar subalternidades, [...] Ideologia inteligente vende-se como ciência evolução lógica, rodeios aparentemente fundamentados, números reveladores, porque sabe que a relação de poder torna-se mais aceitável quando manejada sob o véu do envolvimento lógico e emocional.

Conforme os raciocínios dos dois autores supracitados, pode-se compreender que a ideologia é um mecanismo utilizado por forças dominantes, sobre as forças a serem dominadas, com interesses de conquista de poderes econômicos e políticos, com vistas a favorecer o primeiro grupo. Desta forma, os discursos sobre a participação e protagonismo político e social, enquadram-se perfeitamente no *rol* de ideologias de dominação.

Bobbio (1982), valendo-se do raciocínio gramsciano, assevera que a dominação política está, necessariamente, atrelada à dominação cultural exercida em um plano superestrutural e ideológico. Nesta arquitetura de preponderância vale modelar a 'vontade coletiva' homogeneizando partes heterogêneas da sociedade e difundindo os ditames da classe dominante à classe dominada, engajando a segunda nos projetos de interesses exclusivos da primeira. Um dos polos práticos de formação desta vontade coletiva é o Estado, compreendido como um mecanismo de ordenação e controle de classes.

Ao lançarmos nossos olhares sobe o Estado, seguimos a linha que o compreende como uma forma de dominação de uma determinada classe sobre toda a sociedade. Engels (1974, p.181) foi bastante enfático na dissipação destas noções de Estado ainda no século XIX, que para ele:

> É antes um produto da sociedade quando esta chega a um determinado grau de desenvolvimento. É reconhecimento de que esta sociedade está enredada numa irremediável contradição com ela própria, que está dividida em oposições inconciliáveis de que ela não é capaz de se livrar. Mas para que estas oposições, classes com interesses econômicos em conflito não se devorem e não consumam a sociedade numa luta estéril, tornou-se necessário um poder situado aparentemente acima da sociedade, chamado a amortecer o choque e mantê-lo dentro do limite da "ordem". Esse poder, surgido da sociedade, mas que se coloca acima dela é o Estado.

Bobbio (1982, p. 22) entende o Estado como um instrumento de coerção, a favor das classes dominantes. Segundo o referido autor o Estado é um:

> Instrumento de dominação de classe, pelo que "o poder político do Estado moderno não é mais do que um comitê, que administra os negócios comuns de toda a burguesia": ou seja, uma concepção particularista do Estado, oposta à concepção universalista, que é própria de todas as teorias do direito natural [...].

Bobbio (1982) divide a sociedade em dois estratos políticos, a saber: a sociedade política e a sociedade civil. A conotação dada pelo referido autor à nomenclatura sociedade civil sugere que esta é a plataforma de assentamento das classes dominantes, ou seja, um núcleo fundamental de dominação e regulação do Estado, do mercado, das ciências, enfim, do conjunto da sociedade. O autor afirma que o Estado e a ordem política são elementos subordinados, enquanto a sociedade civil domina as relações econômicas, sendo assim, um elemento regulador. "Não é o Estado que condiciona e regula a sociedade civil, mas a sociedade civil é que condiciona e regula o Estado (BOBBIO,1982, p. 23).

Tamanho seria o poderio da sociedade civil, que na perspectiva apresentada por Bobbio (1982) existe uma projeção de domínio completo da sociedade civil sobre toda a vida pública e privada, desencadeando assim, o fim do Estado e uma nova era de gestão social, a 'sociedade regulada'. Apesar de o seu trabalho ter sido publicado, originalmente, há mais de três décadas, a atualidade presencia a concretização das projeções do autor. A ampliação do terceiro setor, das 'Fundações' vinculadas às empresas privadas citada por Montaño (2003); assim como a terceirização de tarefas anteriormente executadas pelo Estado demonstram bem a tendência de uma gestão política capitaneada pela sociedade civil. Estas Fundações financiam desde programas sociais, até a aquisição de insumos a serem utilizados nos próprios serviços públicos. Considerando que o dinheiro gasto em tais ações é descontado de impostos, é plausível considerar que o dinheiro público está sendo desviado da gestão do Estado, gerenciado diretamente por determinados grupos empresariais, ou, em alguns casos, por apenas um determinado empresário.

Esta realidade já está tão naturalizada que as ações coordenadas pelo terceiro setor assumem uma conotação melhorativa no imaginário social e, desta forma, endossa-se uma gestão baseada no 'tino', nos interesses e nas inclinações de determinados integrantes da sociedade civil que poderiam ser amplamente questionáveis.

5.5 TERCEIRO SETOR: O QUE DIZEM OS INTELECTUAIS ORGÂNICOS?

Devido à importância assumida pelo terceiro setor no atual cenário político, jurídico, econômico e social, sua conceituação e análise demandam maior atenção. Na atualidade, o terceiro setor vem assumindo ações antes executadas pela filantropia desde os tempos mais remotos da civilização. Hospitais, asilos de velhos, leprosários, e algumas universidades são exemplos de instituições capitaneadas pela filantropia cristã e/ou burguesa há muitos séculos

atrás e que se vinculam às noções e campo de atuação do terceiro setor e/ou sociedade civil organizada.

Thompson (2000, p. 43), partindo de pesquisa realizada na América Latina anuncia que a ampliação do terceiro setor data das décadas de (19)60 e (19)70, durante períodos de ditaduras militares. Sua constituição e fortalecimento contaram com apoio de diversas agências de cooperação internacionais, tais como o *Rotary* e o *Lions* clube. Na década de (19)80, o terceiro setor, passou a ter presença marcante em todo o mundo, sobretudo na figura das ONGs. Conforme dados levantados por SALAMON (2000), em oito países da América do Norte, Europa e Ásia, no início da década de (19)90, um a cada vinte trabalhadores formais estavam lotados em instituições do terceiro setor e, aproximadamente, 0,5% do total de empregados estavam alocados nestas instituições como voluntários. Nesta mesma pesquisa, Salamon (2000) revela que dos recursos envolvidos nas ações do terceiro setor, 47% são captados pelos serviços prestados pelas próprias instituições; 10% proveem de doções particulares (abatidas de impostos que seriam dirigidos ao governo) e 43% são de subsídios governamentais. Desta forma, juntando os recursos deduzidos de impostos, com o repasse direto do governo, fica mais evidente que o Estado é, na realidade, o maior provedor das organizações da sociedade civil, empregando 53% do total de recursos utilizados em suas empreitas.

> Se fossemos somar todos os trabalhadores de tempo integral no setor sem fins lucrativos, nesses oito países, e compará-los ao nível de emprego nas maiores empresas privadas de cada um deles (General Motors nos Estados Unidos, Daimler-Benz na Alemanha, Hitachi no Japão, por exemplo), o emprego sem fins lucrativos superaria o regular numa proporção de seis para um (SALAMON, 2000, p. 94).

No Brasil já existem mais de 400 mil instituições capitaneadas pelo terceiro setor, que empregam juntas mais 2,2% da população economicamente ativa do país e contou com o apoio voluntário de 22% dos adultos brasileiros no ano de 2001, além de 70 dissertações e teses acadêmicas produzidas em um intervalo de 17 anos. A presença marcante do terceiro setor no Brasil e no mundo, seu poderio que abrange as esferas econômica, política, jurídica, cultural e social, evidencia que, tal setor vem, cada vez mais, ampliando sua presença e poderio na mundanalidade (SANTOS, 2006).

Uma grande parcela de pensadores respeitados considera a ampliação do terceiro setor como um avanço político e econômico para a sociedade, dirigindo suas produções acadêmicas em sua defesa e promoção. Por meio de sofismas criam e recriam teorias acerca de assuntos que ‘rodeiam’ e fundamentam a ampliação do poderio do terceiro; ou da ‘nova sociedade

civil', como é comumente denominado (CARDOSO, 2000; IOSCHPE 2000; SALAMON, 2000; THOMPSOM, 2000; FRANCO, 2001, 2002; NAVES, 2010). Valem-se da lógica que a democracia e o verdadeiro exercício da cidadania não podem ser realizados em uma sociedade que depende do Estado para custear e executar todas as políticas públicas. Utilizam exemplos dos governos militares na América latina, como um produto natural de uma sociedade civil eximida de responsabilidades políticas e sociais, sem considerar os interesses macropolíticos e macroeconômicos que estavam por detrás de tais regimes. Tomam mão da emergência dos movimentos sociais, políticos e populares das décadas de (19)60 e (19)70 como referências para endossar a necessidade e utilidade da 'sociedade civil organizada', sem levar em consideração os aspectos que motivaram estas insurgências.

Franco (2002) é um dos maiores arautos do terceiro setor e chega a defender que as ações empenhadas por tal instância possam até mesmo visar o lucro; em detrimento de outros autores que limitam as ações do terceiro setor àquelas sem fins lucrativos (CARDOSO, 2000; FERNANDES, 2000). Franco (2002) é um radical defensor da terceirização das funções do Estado, defendendo que algumas delas devem ser exercidas, em parte, pelo mercado e, em outra parte, pelo terceiro setor. Na visão do referido autor, o Estado deveria se eximir completamente de tarefas que 'não são de sua competência', transferindo-as aos dois outros setores, sobretudo àquelas que demandam condutas 'competitivas' (características do mercado) e cooperativas (típicas do terceiro setor).

Naves (2010) explica que a participação do terceiro setor, na formulação, execução e fiscalização de políticas públicas é endossada por lei. O autor se refere à Lei 9.790/99 denominada 'Marco Legal do Terceiro Setor'. A Lei em tela delibera sobre requisitos para reconhecimento de entidades 'sem fins lucrativos' e de utilidade pública. Institui ainda a possibilidade de estas instituições celebrarem termos de parceria com o poder público e a área de atuação das entidades. Naves (2010) defende ainda que tais entidades deveriam participar da formulação das peças orçamentárias[31], do planejamento de políticas e da aplicação dos recursos do Estado, deliberando sobre suas aprovações ou reprovações.

Já que os intelectuais orgânicos procuram assegurar que a cidadania seja exercida por meio da participação dos 'cidadãos' na formulação e execução das políticas públicas, nos perguntamos: Enfim, quem é a 'sociedade civil organizada'? 'Quem é o setor sem fins

[31] Peça Orçamentária refere-se aqui às leis de orçamento dos gastos públicos, tal como a Lei de Orçamento Anual – LOA, que preveem todos os gastos públicos a serem efetuados a cada ano, nos Estados, Município, União e Distrito Federal. A LOA é elaborada por cada ente federativo, a partir de deliberações do poder legislativo e executivo. Em alguns entes, são realizadas audiências públicas voltadas à elaboração da Lei com a participação de cidadãos comuns.

lucrativos? Qual a validade e quais são os verdadeiros interesses do terceiro setor? Tais termos são sinônimos de povo, de população, de penúria ou nada mais são que um truque para maquiar o cruzamento simbiótico entre o mercado e o Estado, melhorado geneticamente pelo esforço de pensadores, de políticos, de empresários visionários e da casta privilegiada de 'cidadãos' contemplada pelos truques do capital e da gestão neoliberal de Estado. Não podemos dar respostas seguras, mas é possível sinalizar que é justamente nesta trama, que o mercado e o Estado ampliam o seu poder, representados, sobretudo pelo terceiro setor "em instituições fora do aparelho estatal [que] resulta de uma visão participativa da cidadania" (NAVES, 2010, p.567).

Todavia, apesar de levantarmos algumas questões suspeitas e, até mesmo fazermos algumas considerações desabonadoras sobre o terceiro setor neste trabalho, não podemos deixar a impressão de que as organizações da sociedade civil sejam todas (ou totalmente) perniciosas. Buscamos esclarecer algumas impressões demasiadamente otimistas que circulam dentro de uma ideologia de dominação capitalista. Porém, não podemos desconsiderar que existam organizações legítimas, como aquelas capitaneadas pelos próprios referentes, pelos próprios beneficiários, como no caso de algumas associações dos sem-teto, dos moradores de rua, dos aposentados e pensionistas, dos trabalhadores sem-terra e assim por diante. Por outro lado, vale sempre a desconfiança sobre tais organizações quando estas são influenciadas ou geridas por grupos ou indivíduos com interesses políticos e econômicos personalistas que desviem do foco principal dos envolvidos. Enfim a questão é bastante complexa. Grosso modo, podemos avaliar que a legitimidade democrática, cidadã e popular de uma organização não governamental está atrelada à participação ativa (e espontânea) e à gestão do grupo de interesse envolvido, seja ele um grupo de velhos, de pessoas portadoras de deficiência, de usuários de drogas, de sem-terras, etc.

5.6 MOVIMENTOS SOCIAIS: ALGUNS LEVANTAMENTOS HISTÓRICOS

O tema do protagonismo e do 'controle e participação social' tem sido bastante discutido por inúmeros pesquisadores no Brasil, de certa maneira, com uma tônica bastante otimista (CORTES, 2002; PRESOTO; WESTPHAL, 2005; ZAMBON; OGATA, 2010). O termo controle social é revestido por dois sentidos paradoxais. Por um lado, pode ser compreendido como o controle exercido pelo Estado sobre a população. Por outro, como a participação de diferentes segmentos da sociedade na formulação, acompanhamento e

fiscalização de políticas e serviços públicos. A última definição assume um sentido predominante nas ciências sociais na atualidade, que tem demonstrado grande interesse pela temática.

Tal temática relaciona-se estritamente com a história dos movimentos sociais, sendo a modernidade seu período inaugural. A modernidade foi marcada pelo advento do Estado moderno, da ciência e da burguesia, em detrimento do poder soberano, da religião e da nobreza vigorantes na idade média. As revoluções talvez tenham sido as primeiras manifestações dos movimentos sociais modernos, tendo como principais emblemas a francesa e a americana (ARENDT, 1998).

Outra marca emblemática da modernidade é o advento do capitalismo. A industrialização dos grandes centros europeus tem como marcas indeléveis do capitalismo a exploração da força de trabalho e das riquezas por ela produzida (MARX, 1982). Marx (1982) relata a realidade do trabalho nas indústrias durante o século XIX, sobretudo a baixa remuneração da mão de obra e as longas jornadas de trabalho que, usualmente, chegavam a 18 horas diárias. Iniciar-se ia então, uma delongada luta entre a classe dos assalariados (trabalhadores) e dos possuidores dos modos de produção (burguesia).

Para o capitalista industrial moderno, interessava extrair o máximo o esforço material dos adultos, mulheres e crianças "encurtando a duração da força de trabalho, como um agricultor voraz que consegue uma grande produção exaurindo a terra de sua fertilidade" (MARX, 1982, p. 301); partindo do coeficiente perverso da exploração, que alongava a jornada de trabalho, pagando o mínimo necessário à produção e reprodução da vida dos operários e sua prole. Diante da realidade brutal relatada por Marx (1982), os trabalhadores iriam se mobilizar em torno de movimentos organizados de oposição aos industriais, forçando o Estado a estabelecer leis específicas de proteção ao trabalho:

> Logo que a classe trabalhadora, atordoada pelo tumulto da produção, recobra seus sentidos, tem início sua resistência, primeiro na Inglaterra, a terra natal da grande indústria [...]. De 1802 a 1803, promulgou o parlamento cinco leis sobre o trabalho [...] Assim nasceu a Lei Fabril adicional de 7 de junho de 1844, entrou em vigor em 10 de setembro do mesmo ano (MARX, 1982, p. 316-320).

De acordo com Antunes (1989) o produto das lutas entre trabalhadores e classes dominantes desencadeou a formação das organizações sindicais. Os primeiros sindicatos foram formados na Inglaterra, ainda no século XVIII, mas eram violentamente reprimidos no exercício de suas atividades. Com a aprovação da lei de livre associação, promulgada em 1824 pelo parlamento inglês, o sindicalismo galgaria o estatuto da legalidade.

> Conquistado o direito de livre associação as uniões sindicais – trade-unions, como as chamam os ingleses – desenvolveram-se por toda a Inglaterra, tornando-se bastante poderosas. Em todos os ramos industriais, diz ainda Engels, formaram-se trade-unions com o objetivo de fortalecer o operário na luta contra a exploração capitalista (ANTUNES, 1989, p. 17).

Os sindicatos passaram a representar instâncias de luta do interesse coletivo do operariado em detrimento do interesse capitalista. Ainda em meados do século XIX iriam se dissipar nos países europeus de produção industrial e nos Estados Unidos. Logo os sindicatos se refinariam e suas reivindicações passariam a se concretizar em um forte ímpeto revolucionário que buscava a emancipação da classe operária em relação à burguesia e ao Estado burguês. Um exemplo crucial do poderio sindical foi a Revolução Socialista da Rússia, dissipada em 1917, conforme explica Antunes (1989, p. 30):

> Na Rússia czarista, fase imperial anterior à Revolução Socialista de 1917, os sindicatos que surgiram nos fins do século XIX foram locais de organização fundamentais para o avanço da classe operária. Em São Petesburgo, por exemplo, o movimento sindical foi muito ativo, sendo justamente daí que nasceu a Revolução de Fevereiro, que antecipou a Revolução Socialista de Outubro.

No Brasil os sindicatos iriam ser formados com a crise da economia cafeeira e industrialização da produção, ainda no início da década de (19)30, embora a organização sindical já existisse no país desde 1903 (DIAS, 1977). O sindicalismo brasileiro foi criado durante o regime do Governo Vargas, sobre subordinação do Estado e do interesse das elites agrárias e industriais, dissimulado pelo discurso da ‘colaboração entre classes’. Segundo Dias (1977 p. 224) ainda em 1917 houve greves gerais angariadas por associações sindicais irrompidas pelo desespero em que se encontrava o operariado paulistano. Estava-se em pleno estado de sítio, com as associações operárias fechadas pela polícia, “as portas lacradas, uma vigilância severa e permanente sobre todos os elementos considerados <<agitadores perigosos à ordem pública>>, portanto com pouca ou quase nenhuma possibilidade de reunião”.

O grande marco inaugural do sindicalismo nacional datou de 1931, com o decreto 19.770, pilar sobre o qual se erigiu a estrutura sindical brasileira e cuja caracterização foi expressa claramente pelo primeiro ministro do trabalho, Lindolfo Collor, na exposição de motivos daquele decreto: “Os sindicatos ou associações de classe serão os pára-choques dessas tendências antagônicas; os salários mínimos, os regimes e as horas de trabalho serão assuntos de sua prerrogativa imediata, sob as vistas cautelosas do Estado” (ANTUNES, 1982, p. 76).

Com a promulgação do Decreto e com a regulação sindical por parte do Estado, os sindicatos tornar-se-iam instâncias mais desmobilizadoras. Até mesmo o controle financeiro dos recursos sindicais passou a ser gerenciados pelo governo. O Estado passou a regular ainda a participação de estrangeiros nas associações sindicais, pois constituíam a parcela politicamente mais avançada dentre os operários. Foi proibido ainda o exercício de atividades políticas e ideológicas por parte dos sindicatos (ANTUNES, 1989).

As direções dos sindicatos passaram a ser escolhidas burocraticamente entre os dirigentes sindicais fascistas e entre os representantes dos 'patrões'. Os líderes sindicais deste período eram designados como 'pelegos', termo que denota uma posição que alicerça e camufla o peso do poder exercido pelos patrões sobre os trabalhadores. Porém, como retrata Antunes (1989) a política sindical do governo Vargas não seria exitosa, sendo que, a grande maioria dos sindicatos dos polos industriais iria funcionar de maneira autônoma e clandestina, portanto, de forma ilegal, não considerando as diretrizes governamentais. Instaurou-se no país um clima de descontentamento em relação às políticas do governo Vargas, que deflagrou na constituição da Aliança Nacional Libertadora – ANL, um movimento de resistência que alinhava as vanguardas políticas, operárias e militares do país. Ainda em 1930 as tendências mais importantes no seio do movimento sindical eram, de um lado, o anarco-sindicalismo, o comunismo, o trotskysmo e o socialismo, todas expressando uma postura de esquerda e, de outro, os pelegos, pugnando pela defesa da política oficialista e conservadora e os católicos. (ANTUNES, 1989).

Diante da oposição e mobilização de diversos setores da sociedade, o Estado promulgaria a lei de segurança nacional, em 04 de abril de 1935, que passou a reprimir severamente todas as mobilizações da ANL.

As lutas sindicais seriam ainda mais sufocadas no governo militar, a partir dos anos de (19)60, onde parte dos direitos civis e políticos da sociedade em geral foram caçados pelos militares golpistas. Só a partir da década de (19)70 os movimentos políticos e sociais passaram a repercutir na comunidade.

5.7 OS NOVOS MOVIMENTOS SOCIAIS

Os anos de 1970 ficaram bastante conhecidos pela censura à imprensa, cassação de direitos políticos e privação das liberdades individuais e coletivas impostas pelo regime militar. Por outro lado, este período foi marcado pela formação de espaços de resistência e de

enfrentamento, tais como os diversos partidos e organizações clandestinas que optaram pela luta armada e os movimentos sociais urbanos que insurgiram nessa época. Movimentos de bairro, a 'Igreja Popular', o movimento feminista, os Centros de Assessoria aos Movimentos Populares e tantas outras organizações civis floresciam no cenário brasileiro, investidos por um forte ímpeto anti-institucionalista[32]. (CARVALHO apud ANDRADE ,2007, p. 59-60).

Conforme Simões (2000, p. 5) os movimentos sociais passaram a ser objeto de estudos da ciência na década de (19)70, tendo como foco uma vasta gama de mobilizações de base popular em torno de benefícios, serviços e equipamentos urbanos que deveriam ser providos pelo poder público. Os partícipes compartilhavam vivências individuais, aprendiam a formular questões sobre experiências de vida e buscavam a renovação dos padrões socioculturais e sociopsíquico nas microestruturas cultural, social, política e econômica.

A década de (19)80 foi marcada pela emergência dos chamados 'novos movimentos sociais' que extrapolavam as fronteiras do mundo do trabalho e mobilizavam a comunidade em geral. Caracterizavam-se pela organização da população em torno de reivindicações por direitos políticos, melhorias na qualidade de vida, saúde, acesso à renda e participação na gestão da sociedade. Segundo Sader (1988), estes movimentos tinham em comum um espírito de coletividade. Dentre eles destacaram-se o 'Movimento de Saúde da Zona Leste', São Paulo (capital e o 'Movimento de Amigos de Bairro' propagado em Nova Iguaçu/RJ; Porto Nacional/GO; Apucarana/PR e Aratuba/CE (BOHADANA, 1982, apud STOTZ, 2006). Mais comunidades se destacaram na organização de protestos e mobilizações em várias outras localidades do país, como no Bairro Ibiribeira, Bairro do Coque e dos Coelhos em Recife/PE; no bairro de Cangaíba, em São Paulo/SP; na Favela do Jardim Londres, na cidade de Campinas/SP e nas Favelas do Chapéu Mangueira, dos Guararapes e do Vidigal, no Rio de Janeiro/RJ. Outro trabalho comunitário de forte repercussão foi o 'Movimento Contra a Carestia'[33], que veio à tona na capital e interior do Estado de São Paulo e nos Estados de Alagoas, Rio Grande do Sul, Pará, Minas Gerias, Paraná, Bahia e Ceará (BRANDT, 1983).

A região metropolitana de São Paulo pode ser considerada como o principal foco de insurgência dos movimentos sociais das décadas de 1970 e 1980 no Brasil. A literatura aponta

---

[32] Mesmo tratando os 'novos movimentos sociais' como manifestações legítimas de protagonismo político e social das classes populares, não podemos deixar de lembrar que instituições e grupos do terceiro setor deram alicerce à tais mobilizações (BRANDT, 1983; SADER, 1988).

[33] Os Movimentos Contra a Carestia ocorreram principalmente em bairros pobres da Zona Sul de São Paulo, nas décadas de 1970 e 1980. Como revela o próprio nome, estas mobilizações tinham como eixo principal de debate o custo de elementos vitais de consumo e reivindicações por melhorias salariais da classe operária. Assim como o movimento de Saúde da Zona Leste, o Movimento Contra a Carestia tinha sua base popular, composta principalmente de donas de casas, mães e operários.

que, dentre eles, o de maior impacto e repercussão foi o ‘Movimento de Saúde’, da periferia da zona Leste, por ter sido considerado paradigmático na formação de canais de participação e controle social no Brasil (SADER 1988; BRANDT 1983).

Em 27 de novembro de 1978 foi publicado no jornal Folha de São Paulo uma matéria intitulada ‘Saúde e o custo de vida em debate’. Acima do título havia o retrato de um numeroso grupo de pessoas que lotavam salão e estavam munidas de faixas e cartazes com palavras de ordem, como ‘Abaixo à Repressão’.

Figura 4 - Reunião de manifestantes da Zona Leste de São Paulo em 1978

Fonte: BRANCO (1978).

Seguia-se, abaixo da foto, a matéria jornalística:

> A população da zona Leste de São Paulo acha que nem santo poderá resolver seu problema de saúde, enquanto metade dos trabalhadores de São Paulo, Estado mais rico do país, continuar a receber menos de dois salários mínimos por mês. Nem médico e hospital evita a morte por tuberculose de um brasileiro a cada meia hora, nem de uma criança desnutrida a cada dois minutos, enquanto 40 milhões de pessoas, quase metade da população brasileira é desnutrida. Desnutrida porque não tem dinheiro para comprar comida, se alimentar decentemente, já que seriam necessários Cr$ 1.500 por cabeça, para garantir uma alimentação sadia. Estes foram os assuntos discutidos por mais de 700 pessoas que se reuniram ontem à tarde no salão da igreja Bom Jesus de Cangaíba para promover a primeira reunião de Saúde e custo de vida da Zona Leste.
> Ali moram 1.500.00 pessoas, só existem dois prontos socorros municipais e trinta e quatro centros de saúde. Metade das casas não tem água encanada e 80% não têm esgoto. Nas ruas corre um aguaceiro preto, escuro e fétido responsável por verminose (90% das crianças dali têm este problema), por uma epidemia de tifo que houve em São Miguel, no ano passado e muitas outras doenças como hepatite ou febre tifóide.
> Na maioria dos bairros que formam a Zona Leste também não há coleta de lixo e por isso mesmo, outro dia morreu uma pessoa de leptospirose, a doença contraída através da urina do rato.
> Em Cangaíba há um foco de paralisia infantil. Em São Miguel três casos de tuberculose por semana. Na Penha o posto de saúde está atendendo a 200 casos de lepra (hanseníase). Só 30% das crianças da área estão vacinadas, segundo levantamento da pastoral da saúde da Leste 2. Prova é que só em Agosto cinco crianças morreram de sarampo, outra vez em Cangaíba (BRANCO, 1978).

De acordo com o jornal, os dados mencionados faziam parte de um levantamento feito pela própria comunidade da Zona Leste, em parceria com a pastoral da região, no intuito de mapearem o diagnóstico de saúde daquela área. No final da reportagem, foram arroladas algumas conquistas advindas da mobilização da comunidade Leste:

> Uma assembléia popular de 2.000 pessoas na vila Aimoré, no Itaim, conseguiu o fim do lixão, assembléia popular de 1.500 pessoas na vila Curuca consegue água; em Itaquera e vila Nordeste a conquista foi de um posto de Saúde em Artur Alvim, as porteiras na linha do trem e com isso o fim das mortes; e Monte Santo agora tem coleta de lixo (BRANCO, 1978).

Indubitavelmente, a matéria reportava uma manifestação popular de grandes dimensões, que reivindicava melhorias vitais. Ao analisar a formação do Movimento de Saúde da Zona Leste, Sader (1988, p. 261) entende que o motivador das mobilizações foi a carência "percebida como negação de um direito que provoca uma luta para conquistá-lo". Para Singer (1983, p. 216) os movimentos sociais são movidos por reivindicações que "emanam, sem dúvida, das necessidades sentidas pela categoria social em movimento". Segundo Gohn (2008), os movimentos que lutam por direitos sociais, econômicos e políticos

são constituídos, usualmente, por segmentos sociais excluídos, pertencentes às camadas populares.

Todavia, com o avanço do neoliberalismo e do Estado do bem-estar social, principalmente nas três últimas gestões do governo federal, houve um considerável fortalecimento da seguridade social, mais especificamente nas áreas da saúde e assistência social. Com isso, percebe-se uma maior garantia de acesso da população aos mínimos vitais. O programa Bolsa Família e outros capitaneados pela Assistência Social na atualidade, retratam bem esta realidade, assim como o Sistema Único de Saúde – SUS e sua ampla cobertura não contributiva. Se, por um lado, tais 'avanços' minimizaram a pobreza e a miséria que assolavam o país, por outro, contribuíram para a estagnação das mobilizações organizadas das massas.

5.8 A INSTITUCIONALIZAÇÃO DOS CANAIS DE PARTICIPAÇÃO E O PROCESSO CONSTITUINTE

O primeiro conselho de participação popular no Brasil foi implantado no final da década de 1970. Tratava-se do Conselho de Saúde do Jardim Nordeste, situado na cidade de São Paulo. Reconhecido pela Secretaria de Estado da Saúde, era composto por membros da comunidade, eleitos por 8.146 moradores da comunidade (BÓGUS, et al., 2003).

Os conselhos de saúde eram compostos, majoritariamente, por mães e donas de casa de cada localidade mobilizada, conforme retrata a matéria jornalística publicada pela Folha de São Paulo:

> Comunidade apóia serviço médico: Conselhos de Saúde são realidade na Zona Leste.
> Em 19 bairros da populosa e carente Zona Leste já estão funcionando os Conselhos de Saúde da comunidade, compostos por representantes dos moradores escolhidos em eleição direta, os Conselhos atuam nos Centros de Saúde fiscalizando suas atividades e fazendo a cobrança de seu efetivo funcionamento [...]. Os conselheiros foram eleitos em outubro passado e tomaram posse no último dia 15 de novembro. Cerca de 95 mil moradores votaram elegendo mães e donas de casa para integrá-los, já que são elas as principais usuárias dos Centros de Saúde. (BIZORDI, 1981).

Na abrangente discussão sobre protagonismo, participação e controle social, a figura dos conselhos assume o papel de principal canal democrático para o exercício da cidadania (ANDRADE, 2007). De acordo Krüger (2008) estes órgãos representam a materialização da participação social na agenda democrática da história do Brasil. Segundo Andrade, os

Conselhos passaram a representar uma nova forma de interação entre Estado e sociedade civil. Como tal, atendem a "uma antiga demanda dos movimentos sociais que lutaram durante os anos de 1970 pela restituição dos direitos civis e políticos, pela ampliação dos direitos sociais e pelo direito de participar na administração da sociedade" (ANDRADE, 2007, p.16).

Para a Andrade (2007), os conselhos representam espaços democráticos alternativos aos da representação formal, com potencial de aumentar a transparência da gestão das políticas sociais.

É necessário ponderar que não há um único modelo de Conselho, pois podem diferir quanto à composição, à forma de seleção de seus membros, às suas competências, entre outros. Os Conselhos podem ser classificados em três tipos: (1) aqueles de programas e serviços, que são vinculados a programas governamentais específicos, tais como os de distribuição de alimentos, de merenda escolar e de aleitamento, ou a unidades prestadoras de serviços, tais como os Conselhos de unidades hospitalares; (2) os temáticos, que cobrem temas específicos, como, por exemplo, a defesa de direitos dos idosos, das mulheres, dos portadores de deficiência e outros; e (3) os setoriais, que estão voltados para a formulação, a implementação e o monitoramento de políticas públicas presentes nas três esferas da federação, ou seja, a União, os Estados e os Municípios (ANDRADE, 2007).

Além dos Conselhos, existem outros canais 'oficiais' de participação popular na gestão das políticas públicas na atualidade, como os Fóruns e Conferências de diversos setores da administração pública. Estes eventos têm como principal função analisar e propor políticas públicas setoriais, como acontece no caso das Conferências de Saúde, de Assistência Social e de Educação, realizadas quadrienalmente. Nelas, diversos setores da sociedade podem ser manifestar, mas, na maioria das vezes, o direito ao voto restringe-se aos 'delegados', usualmente escolhidos entre os membros da administração pública e dos Conselhos envolvidos na temática. As conferências, teoricamente, nortearíam diversas políticas públicas, de acordo com as deliberações aprovadas em cada evento.

Este é o esboço geral das formas mais aparentes de como o controle social vem sendo exercido na atualidade. A arquitetura participativa em foco é, verdadeiramente, aclamada pelo Estado, pela filantropia, pelas ONGs, por uma parcela considerável de pesquisadores e especialistas e por tantos outros setores da sociedade, como sendo espaços efetivos de participação e protagonismo social, de todo e qualquer cidadão comum.

Muitos autores assinalam que os movimentos populares da década de (19)70 e (19)80 foram os responsáveis não apenas pela formação dos conselhos de saúde, mas também pelo processo de redemocratização do país, que resultou na formulação e aprovação da

Constituição Federal de 1988 (LUZ, 2000; LABRA, FIGUEIREDO, 2002; STOTZ, 2006; KRÜGER, 2008). Neste sentido, Andrade (2007, p. 61), afirma que:

> Os anos de 1980 mostram a emergência dos chamados 'novos movimentos sociais', que se distinguem pela demanda por mais participação, não só na redefinição dos direitos como também na gestão da sociedade. Crescem os partidos de oposição, fortalecem-se os sindicatos e as entidades de classe e, em 1984, o país mobiliza-se na campanha Diretas Já, em que há a união de amplos setores da sociedade pelas eleições diretas para a Presidência da República. Entretanto, a Emenda Dante de Oliveira, pelas eleições diretas, derrotada na Câmara dos Deputados em 25 de abril e a eleição indireta é que assinala o fim da ditadura militar, mas o processo de redemocratização se completa em 1988, no governo José Sarney, com a promulgação da nova Constituição.

Apesar de elementos históricos que vinculam aspectos pejorativos à Constituição de 1988 (COUTO; ARANTES, 2006; SOARES; ARAUJO, 2008; SOUZA, 2008) é possível encontrar nela a garantia de direitos relacionados às reivindicações populares, principalmente daquelas deflagradas pelos movimentos sociais que a antecederam. Dentre estes direitos, sublinhamos a participação popular na gestão, formulação e controle das políticas da seguridade social: Saúde, Assistência e Previdência Social (Artigos: 10; 194; 198 e 204); o plebiscito, o referendo e a iniciativa popular como instâncias do exercício da soberania popular (Art. 14); o direito de participação na administração pública direta e indiretamente, na regulação de serviços e acesso aos usuários a registros administrativos e informações de atos do governo no Art. 37 (BRASIL, 1988). Também é necessário levar em consideração que a simples menção, ou previsão da participação popular na tomada de decisões políticas é bastante significativa em relação às privações estabelecidas pelos governos militares antecessores.

Mesmo considerando que a participação popular e que o controle social terem sido tratados de forma restrita pela Constituição, ela disparou a criação de diversas categorias de conselhos nos anos que se seguiram. Porém, seguindo a mesma tendência dos bastidores políticos das Constituintes, os canais de participação popular, regulados pelo Estado, acabaram drenando toda a potencialidade dos movimentos sociais em currais políticos dominados, principalmente, pelo próprio poder público e pelo terceiro setor. Nestes espaços, a participação popular acabou sendo reduzida, na maioria das vezes, a uma atuação simbólica e docilizada.

5.9 OS CONSELHOS A PARTIR DA DÉCADA DE (19)90 E OS RUMOS DO CONTROLE SOCIAL

A década de 1990 foi marcada pela implantação dos direitos sociais previstos no mecanismo constitucional de 1988. A partir de então, o governo federal passou a criar uma extensa variedade de canais participativos dirigidos ao planejamento, gestão e fiscalização de políticas e serviços públicos. Tais medidas focavam-se, principalmente, na criação dos Conselhos instituídos, inicialmente, na esfera federal, através da promulgação de leis e decretos, que, posteriormente, passariam a se propagar por todo o país.

Foram muitos os Conselhos constituídos neste período, dentre os quais destacamos os conselhos de saúde, de assistência social, da educação, da pessoa com deficiência, da criança e do adolescente e do idoso.

A área da saúde foi a primeira a ser contemplada pela regulação dos conselhos. A lei n° 8.142 de 28 de dezembro de 1990 dispunha, dentre outras providências, sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema SUS e sobre a composição dos Conselhos de Saúde (Nacional, Estadual e Federal). O parágrafo segundo do seu Art. 2° trata da composição dos conselhos, enquanto o parágrafo quarto dispõe sobre a proporção das representações.

> 2°. O Conselho de Saúde, tem caráter permanente e deliberativo, órgão colegiado composto por representantes do governo, prestadores de serviço, profissionais de saúde e usuários, atua na formulação de estratégias e no controle da execução da política de saúde na instância correspondente, inclusive nos aspectos econômicos e financeiros, cujas decisões serão homologadas pelo chefe do poder legalmente constituído em cada esfera do governo.
>
> [...]
>
> 4° A representação dos usuários nos Conselhos de Saúde e Conferências será paritária em relação ao conjunto dos demais segmentos (BRASIL, 1990).

Os dispostos acima arrolados podem ser interpretados de maneira bastante distinta. Pode-se compreendê-los como a garantia da participação dos usuários dos serviços públicos de saúde, nos conselhos de saúde e, consequentemente, como participação da população na gestão das políticas nessa área. Deste modo, pode-se ter a impressão de que se trata de uma medida extremamente democrática. Esta concepção tem sido sustentada pelos escrivães do Estado nos discursos legais e científicos.

Por outro lado, se durante a análise desta Lei forem levadas em consideração os assentos desses Conselhos em sua origem (como o do Jardim nordeste, da cidade de São

Paulo), reservados exclusivamente às donas de casa e cidadãos comuns, podemos interpretar que, ao invés de uma garantia democrática, o dispositivo legal prevê a infiltração do Estado, em um território antes, exclusivamente, de ocupação popular. Nesta ótica, a cooptação estatal pode ser flagrada em duas manobras: na primeira, quando o poder público assume a iniciativa de propor a constituição e implantação dos Conselhos, tomando a frente de eventuais iniciativas populares. Na segunda, quando se impõe, nos termos da Lei, a participação de membros do poder público como titulares dos assentos destes órgãos.

A criação dos Conselhos de Assistência Social seguiu a mesma tendência dos Conselhos de Saúde. Eles foram instituídos em âmbito nacional a partir da promulgação da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), em 07 de dezembro de 1993. A LOAS tinha como função precípua regularizar os dispostos do Art. 204 da Constituição Federal que tratava da organização e gestão da política de assistência social. De acordo com a referida lei, o Conselho Nacional de Assistência Social – que seria seguido como modelo para a constituição dos demais Conselhos de Assistência, no conjunto da federação – é um órgão autônomo e soberano, responsável pela tomada de decisão e direcionamento de recursos na assistência social (BRASIL, 1993).

Todavia, devemos sempre analisar cuidadosamente as concessões do Estado. Seguindo a tendência de institucionalização dos espaços criados a *priori* pela iniciativa popular, a LOAS reservava a metade das cadeiras dos conselhos de assistência aos representantes do governo. A outra metade ficou dividida entre os prestadores de serviços, representantes de entidades de assistência social, usuários e representantes de organizações de usuários da assistência social. A estrutura proposta pelo Estado fez com que o segmento dos usuários fosse o de menor representatividade na tomada de decisões destas políticas. A composição do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) retrata bem a preocupação em assegurar a hegemonia do poder público justamente em um setor no qual a participação popular deveria ser valorizada e incentivada.

> Art. 17 Fica instituído o Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), órgão superior de deliberação colegiada, vinculado à estrutura do órgão da Administração Pública Federal responsável pela coordenação da Política Nacional de Assistência Social, cujos membros, nomeados pelo Presidente da República, têm mandato de 2 (dois) anos, permitida uma única recondução por igual período.
> § 1º O Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) é composto por 18 (dezoito) membros e respectivos suplentes, cujos nomes são indicados ao órgão da Administração Pública Federal responsável pela coordenação da Política Nacional de Assistência Social, de acordo com os critérios seguintes:
> I - 9 (nove) representantes governamentais, incluindo 1 (um) representante dos Estados e 1 (um) dos Municípios;

> II - 9 (nove) representantes da sociedade civil, dentre representantes dos usuários ou de organizações de usuários, das entidades e organizações de assistência social e dos trabalhadores do setor, escolhidos em foro próprio sob fiscalização do Ministério Público Federal (BRASIL, 1993, grifo nosso).

Vale ressaltar, que no caso de alguns conselhos (por exemplo, o próprio Conselho Nacional do Idoso) não há sequer menção à participação de usuários, nem mesmo de forma simbólica, como usualmente acontece através da reserva de um ou dois assentos. Se por um lado a população, o povo, os usuários não têm seus assentos garantidos nestes canais de 'participação popular', a ampla participação do terceiro setor fica garantida pela sempre evocada participação da sociedade civil.

Desta forma, é possível compreendermos que o termo 'sociedade civil' tem sido empregado como um subterfúgio governamental, destinado a excluir cidadãos comuns e usuários de um dado serviço das cadeiras dos diversos Conselhos e conferências, criando assim canais domesticados de participação. Sendo assim, 'sociedade civil' torna-se um termo excludente, um não sinônimo dos termos povo, cidadão comum, população, trabalhadores, pobres e assim por diante.

Nos conselhos de 'participação popular', a sociedade civil vem sendo representada por apêndices das classes dominantes que se assentam na administração pública sobre o trono imaculado e inquestionável do Estado, entendido aqui como fonte matricial na produção de 'verdades'. O termo tem sido empregado pelo Estado em seu *stricto sensu* aqui discutido, ou seja, servindo para delimitar estratos hegemônicos da sociedade, diretamente vinculados à gestão pública e privada e que se beneficiam de recursos públicos.

Presenciamos, na verdade, a formação de canais de participação dissimulados e excludentes. A intervenção do Estado-burguês nestas instâncias desencadeou uma perceptível descaracterização das causas populares, jugulando-as em verdadeiros currais políticos. Assim, toda a potência e legitimidade das lutas sociais, tais como aquelas desencadeadas no Brasil nas décadas de (19)70 e (19)80 foram subjugadas pelos governantes, que transformaram o '*alter popular*' em subalternidade. Desse modo, o controle social previsto nas instâncias democráticas é deveras simbólico e restrito.

O verdadeiro intuito do Estado com o suporte e legalização dos 'canais de participação popular', como os Conselhos, é a disciplinarização e controle desses espaços supostamente destinados aos usuários ou à participação do povo.

5.10 PROTAGONISMO SOCIAL OU ESTRATÉGIA DE GESTÃO? OS MODOS DE GESTÃO DE EMPRESAS NA GESTÃO DO ESTADO

Feitas as devidas considerações que aproximam os interesses do Estado aos do mercado, representado pelo terceiro setor, não poderíamos ignorar a influência do capitalismo e dos modos de produção na gestão do governo. Para tanto, propomos aqui, uma breve discussão acerca desta temática.

A complexidade e instabilidade das relações sociais, políticas e econômicas impulsionadas pela fluidez do mundo contemporâneo, ou pós-modernidade foram estabelecendo mudanças acirradas nas formas de gestão de pessoas, tanto na esfera pública quanto na privada.

Nas empresas privadas, por exemplo, a ampla dissipação do modelo da acumulação flexível, disparada pelos modos de produção toyotizados, desmantelou as formas mais ortodoxas de gestão hierarquizada, capitaneada exclusivamente pela figura do chefe, gerente ou supervisor. Se no início do século XX, Taylor (1914 – 1995) e Fayol (1916 – 1970) iriam revolucionar os modos de produção e de organização do trabalho adotando modelos de gestão totalmente verticais e hierarquizados, a contemporaneidade passou a privilegiar a chamada ‘gestão participativa’, que busca engajar os funcionários no gerenciamento das organizações (CHIAVENATO, 1994, grifo do autor).

Taylor (1995) é amplamente reconhecido pela literatura como o ‘pai’ da administração científica. A partir dos seus estudos publicados em sua obra clássica ‘Princípios de Administração Científica’, o autor revolucionou os modos de produção com sua metodologia de trabalho, possibilitando um significativo aumento de produção com redução de jornada de trabalho. Os estudos de Taylor favoreceram diretamente o progresso e dissipação do capitalismo em escalas nunca antes imaginadas até o início do século XX. O autor em tela acreditava que um trabalhador braçal era tão ignorante que um gorila bem treinado poderia desenvolver as mesmas tarefas se fosse seguido um rígido esquema e administração científica com definição e padronização de tarefas especializadas, bem divididas e esquadrinhadas por tempo e movimentos uniformes.

> [...] a ciência que estuda a ação dos trabalhadores é tão vasta e complicada que o operário, ainda mais competente, é incapaz de compreender esta ciência, sem a orientação e auxílio de colaboradores e chefes, que por falta de instrução, quer por capacidade intelectual insuficiente. A fim de que o trabalho possa ser feito de acordo com leis científicas, é necessário melhor divisão de responsabilidades entre direção e trabalhador. (TAYLOR, 1995, p. 34).

Uma das questões fundamentais apregoadas por Taylor (1995) era transferir o *savoir faire*, ou 'saber fazer' do trabalhador para o maquinário e para as técnicas de trabalho. Segundo o referido autor, chegaria um tempo que qualquer trabalhador poderia ser substituído por outro, já que a técnica estaria embutida nas metodologias e tecnologias do trabalho, eliminando assim, a necessidade do trabalhador acumular experiências em um dado ofício. Este pleito iria se materializar na contemporaneidade, onde todo o saber fazer é transferido às tecnologias informatizadas. Um interessante relato de um dos idosos entrevistados na presente pesquisa retrata bem esta realidade. Trata-se de um fotógrafo, ainda na ativa:

> E no trabalho, o senhor acha que o senhor tem mais demanda, agora que o senhor é mais experiente do que antes, ou o senhor tem menos demanda, ou a demanda foi sempre a mesma?
>
> Olha, isso é até assim, uma coisa difícil de falar no momento pelo seguinte, porque o trabalho hoje, já não depende mais de mim, da minha experiência, mas sim por causa da evolução, da 'câmera digital', da coisa, da tecnologia. Aí no caso, por exemplo, se falar assim, em renda, em prática, caiu oitenta por cento.
>
> Caiu?
>
> Caiu.
>
> Pra todo mundo, não é só pro senhor?
>
> Exatamente. No geral.
>
> Por que a tecnologia faz tudo sem precisar da experiência?
>
> Hoje, você sabe, o pessoal é o seguinte. Ás vezes, eu não sei se eu quero falar mal do povo, assim no sentido. Mas eu acho que enquanto a tecnologia ta avançando o povo ta ficando pra trás. Por exemplo, veja só, antes o fotógrafo era procurado a dedo, o profissional competente. Não quero me gabar, mas graças a deus, desde a época manual, filme, eu tinha uma boa perfeição e uma boa procura. Tinha dia que eu não dava conta, não dava conta do serviço. E agora não, eu vejo o povo assim, que parece que já não tem aquela, aquele valor por aquilo que faz. Qualquer um pega um celular e vai fotografar uma festinha, pega qualquer uma maquininha aí é um 'quinze anos', até casamento já. Então eu acho que mais é por isso aí, não pela forma de trabalhar, mas sim pelo próprio povo mesmo. Você vai num casamento, antes você ia num casamento, o fotógrafo era respeitado, ele era o líder ali, ele era o máximo ali no evento, hoje se você não tiver cuidado a maquininha tira você te empurra, joga pra escanteio e você fica sem aproveitar o momento. Então o pessoal já não faz aquela assim, aquela prioridade por um bom trabalho. Qualquer foto presta, qualquer coisa, tem vez você vê cada foto de casamento, de festinha, às vezes a pessoa gasta mil, vários mil reais numa festinha e acaba tirando uma foto mais insignificante. Então eu acho que essa é assim, eu acho que a tecnologia avançou e o povo atrasou. Por exemplo, a fotografia, ela normalmente é feita pra ver, hoje o pessoal quer guardar, guarda em computador, guarda em 'CD'. Quem vai pra ver uma foto daquela ali, só quem tem um computador, tem um momento, que quando antes não, um álbum você pegava um álbum bem arrumado você ia lá pro fundo do poço você ta vendo as fotos, você vai lá pra roça você ta vendo as fotos, lá pra cidade, você não tem escolha né? Hoje o pessoal guarda no computador, e deixa às vezes, até perde lá e não sabe, não guarda lá aquela recordação de assim, de valor que fez aquele momento. Então eu acho que o que caiu muito também foi essa parte.

> Às vezes, você chega num lugar, ontem mesmo eu tava lá na 'Assembléia de Deus' fotografando um batismo que houve lá. Rapaz! O pessoal não tá respeitando nem o momento ali e é aquele fuzuê aquela coisa, criança com celular, com maquininha te empurra, te joga pra cá, te joga pra lá e você tem que às vezes ser até mal educado pra poder alcançar o lance desejado, pra poder ter uma boa qualidade[34], se não? Então eu acho que o significado é isso, como em todos os setor da tecnologia tá deixando o ser humano pra trás.
>
> O senhor está me dizendo que o cenário mudou com a tecnologia, e a foto em si, o retrato. O que o senhor acha que mudou no retrato, quando o senhor vê uma foto de hoje e uma foto de antigamente, quando o senhor vê uma foto em preto e branco e uma foto de hoje, o que mudou pro senhor, a imagem?
>
> Ah, mudou muito, a imagem do passado não deixa a desejar nunca pra tecnologia de hoje. Por exemplo, eu tenho a 'meditão' né? Eu fotografo nela, é uma fotografia bonita, linda, nítida, mas o antigo ainda é melhor. É mais difícil, mais complicado. A gente, às vezes nos reunimos, às vezes conversamos, um grupo de fotógrafos, que 'antes pra ser fotografo tinha que ser fotógrafo, tinha que entender' [...] Hoje não, você pega uma digital, coloca ela no automático e ela faz tudo, você entendeu? Não faz, não tem, você faz o que qualquer um fotógrafo ou qualquer uma pessoa que nunca foi fotógrafo faz. Aí não tem diferença, se ele tem uma digital boa não faz diferença entre o profissional e o amador. Então, agora no contexto geral da qualidade eu sou mais o filme. Ainda é melhor do que a tecnologia de hoje. [...] Então isso aí são coisas assim né, mas a tecnologia avançou, mas por outro lado a tecnologia tá avançando e o povo ta ficando pra trás. Por que nos não damos conta de acompanhar a tecnologia, não tem jeito mais (informação verbal)[35.]

Henry Fayol (1970), por seu turno, focou mais na elaboração de um forte esquema disciplinar de gestão de pessoas nas organizações. Seguindo a mesma linha do raciocínio taylorista, Fayol acreditava que um rígido esquema de divisão do trabalho que não permitia ao trabalhador braçal tomar parte nas decisões da empresa, seria um poderoso aliado à produtividade e progresso do capitalismo.

> A divisão do trabalho faz parte da natureza [...] tem por finalidade produzir mais e melhor com o mesmo esforço. [...] A divisão do trabalho permite reduzir o número de objetivos sobre os quais devem ser aplicados a atenção e o esforço. Reconhece-se que esta é a melhor maneira de obter o máximo proveito do indivíduo e da coletividade. [...] A autoridade consiste no direito de mandar e no poder de se fazer obedecer. Distingue-se num chefe a autoridade estatutária ou regimental inerente à função e à autoridade pessoal [...]. A disciplina consiste, essencialmente, na obediência, na assiduidade, na atividade, na presença e nos sinais exteriores de respeito (FAYOL, 1970, p. 44-47).

Os autores supracitados desenvolveram suas teorias em um contexto de sociedade disciplinar, tal como descrito por Foucault (1977), onde as organizações sociais, políticas e de mercado, avalizados pela ciência buscavam controlar o corpo da população situando-os em

---

[34] Em uma das comemorações do NEATI pudemos acompanhar o trabalho do Senhor Wilson como fotógrafo. De fato, o fotógrafo profissional tem que disputar espaço no lance, com celulares e máquinas digitais, que surgem e se amontoam diante do cenário e personagens a serem fotografados. E depois de todo o alvoroço, com apenas um clique de sua máquina de filme, o senhor Wilson registra com maestria a cena.

[35] Entrevista concedida pelo Senhor Wilson, de 64 anos, no NEATI, em junho de 2012.

espaços e lugares bem definidos e distribuídos, através de disciplinas que incidiam sobre o controle minucioso do corpo e da sexualidade. Este ímpeto disciplinar iria incidir sobre os modos de produção capitalista, sobretudo com o advento do fordismo, conforme descrito por Harvey (2000).

Henry Ford acreditava que um novo tipo de sociedade poderia ser construído simplesmente com a aplicação adequada do poder coorporativo. O propósito das modificações empenhadas por Ford, como por exemplo 'o dia de oito horas e cinco dólares[36]' só em parte era obrigar o trabalhador a adquirir disciplina necessária à operação do sistema de linha de montagem de alta produtividade. Era também dar aos trabalhadores renda e tempo de lazer suficientes para que consumissem os produtos produzidos em massa, que as corporações estavam por fabricar em quantidade cada vez maiores. Mas, isso presumia que o trabalhador soubesse gastar seu dinheiro adequadamente. Neste encalço, em 1916, Ford enviou um exército de assistentes sociais aos lares dos seus trabalhadores 'privilegiados' (em larga medida imigrantes) para ter certeza que o 'novo homem' da produção em massa tinha o tipo certo de probidade moral, de vida familiar e de capacidade de consumo prudente (isto é 'não alcoólico') e racional para corresponder às necessidades da corporação (HARVEY, 2000).

Com o advento do Toyotismo, ou acumulação flexível, no início da década de (19)70, significativas mudanças iriam ocorrer nos modos de produção e na própria organização e gestão do social, tanto é, que alguns autores relacionam o surgimento da pós-modernidade com a insurgência da acumulação flexível (HARDT; NEGRI, 1999). O toyotismo constitui um modelo de organização do trabalho amplamente informatizado, que demanda do trabalhador, competências intelectuais para a execução de sua tarefa. A indústria toyotista é dividida em módulos, ou células e, cada uma destas divisões, produz parte da mercadoria final; uma mercadoria não é mais produzida integralmente em um mesmo espaço. Outra importante alteração nos modos de produção disparada pela acumulação flexível é a globalização e internacionalização das empresas, que se espalham por toda a face do planeta, seguindo o modelo celular, onde, cada unidade produz parte da mercadoria. Outra marca indelével do toyotismo são os contratos temporários, que iriam dinamizar a rotatividade dos trabalhadores em diversas empresas. Paradoxalmente, a acumulação flexível promoveu a flexibilização e fragmentação da produção, da sociedade e do próprio homem (sujeito desterritorializado e sem vínculos), ao passo que adotou formas menos hierarquizadas e mais

[36] Ford multiplicou o salário dos operários, ao mesmo tempo em que diminuiu as horas de trabalho.

participativas na gestão do trabalho, onde os trabalhadores passariam a tomar frente nas decisões das empresas.

Com isso, os teóricos organizacionais iriam lançar seus olhares sobre questões relativas à chamada ‘gestão participativa’ e, definitivamente, iriam prescrever um receituário participativo aos operários braçais, invertendo o raciocino clássico da administração científica moderna apregoada por Taylor e Fayol. Todavia, a abertura gerencial proporcionada pelas empresas aos seus trabalhadores não buscava atender às demandas levantadas pelos operariados. Procurava-se, na verdade, estabelecer a impressão de que aqueles que são gerenciados, governados e ordenados participavam diretamente do processo de gestão organizacional, tal como ocorre na gestão política do Estado no contemporâneo. Eis aí uma importante chave de interpretação para a ‘abertura’ política ofertada pelo Estado à população.

O raciocínio fundamental adotado pelos teóricos da administração das empresas é que a simples impressão de participação na tomada das decisões dociliza a conduta dos funcionários, tornando-os cada vez mais adeptos e obedientes às ordens estabelecidas, favorecendo assim, menos resistência e maior produtividade. A impressão de participar ativamente da gestão organizacional tem ainda a utilidade de ocultar as relações de dominação no trabalho e motivar o trabalhador a produzir mais. Trechos extraídos da teoria das organizações, descritos por March e Simon, um dos primeiros tratados organizacionais, publicado originalmente em 1958, demonstram bem como esta estratégia de controle foi inicialmente adotada pelas empresas.

> Quando há mesmo participação, as alternativas são sugeridas num ambiente em que a hierarquia da organização tem condições de controlar (ao menos em parte) tudo o que seja evocado. [...] Sem dúvida, os estudos sobre o assunto, em sua maioria sugerem que quanto maior for o senso de participação nas decisões, menos visíveis serão as diferenças de poder na organização, e que este último fator, por sua vez, reduz a evocação de alternativas desaprovadas pela organização. Tudo isso indica que a norma de independência representa um fator real. Demais, muitos estudiosos do assunto sustentam que a simples idéia do indivíduo de estar participando da escolha de objetos é, sob muitos aspectos, equivalente a uma participação verdadeira. Destarte, a influência efetiva que o indivíduo exerce sobre a decisão específica que esteja sendo tomada é menos importante para ele do que a consciência de desfrutar de uma posição influente. [...] Quanto maior for o senso de participação, maior o controle da organização sobre a evocação de alternativas e, portanto, menor a evocação de alternativas não desejadas pela organização (MARCH; SIMON, 1970, p. 86).

O modelo de gestão empenhado pelas organizações estratégicas, interessadas em cooptar a subjetividade humana, engajando-a na produção (SILVA; HASHIMOTO, 2012) passam a ser emprestados pela gestão do Estado. Estas estratégias de gestão de pessoas e

populações se assentam no contemporâneo camuflando o controle e o domínio exercido pelas classes dominantes sobre o povo, seja no trabalho, seja na sociedade, seja na política. Enriquez, ao tratar das organizações estratégicas, esclarece que a cooptação de subjetividade é um passo decisivo para o sucesso na gestão estratégica. Para o referido autor, o indivíduo nunca esteve tão encerrado nas malhas das organizações e tão pouco livre em relação ao seu corpo, ao seu modo de pensar, à sua psique (ENRIQUEZ, 1997). Nas empresas de estrutura estratégica, vale cooptar a mente, engajando a psique e tantas pulsões na produção, onde se transforma libido em produtividade (GAULEJAC, 2007). O principal instrumento de adesão por parte do trabalhador são as ideologias propagadas pela empresa. Para não nos delongarmos no conteúdo destes discursos ideológicos, vamos tomar mão de alguns termos comuns que circulam entre eles, tais como: ‘colaboradores’; ‘gestão participativa’; ‘capital humano’; ‘estrutura horizontal’ e assim por diante. Trata-se de significantes de persuasão engajados no convencimento dos trabalhadores a aderirem espontaneamente aos projetos e interesses das empresas.

O mesmo instrumento ideológico aplicado pelas empresas aos seus funcionários vem sendo utilizado pelo Estado no governo de populações. A insígnia da participação e do empoderamento das massas esconde, por detrás de seu reluzente brasão, um esquema sofisticado de controle social. Mais uma vez, valendo-se da ignorância e pobreza política das massas, o mercado e o Estado, unem seus esforços para manobrá-la, porém, desta vez, delegando poderes e responsabilidades aos ‘não cidadãos’, dando-lhes a impressão de que participam ativamente do direcionamento dos rumos da mundaneidade.

Como bem retratam March e Simon (1970), defensores dos modelos participativos de gestão nas empresas, o senso de participação se converte em motivação para o trabalho e em produtividade. Mais recentemente, a participação dos empregados na gestão da empresa se incorpora à falácia da ‘qualidade total’. Tamanha a eficácia da participação dos funcionários na gestão das empresas, no quesito adesão e produtividade, que os estudiosos mais recentes apontam a necessidade do trabalhador participar na tomada de decisões em todos os níveis da empresa, se tornando mais ativo no plano gerencial, através de programas de sugestões individuais; equipes de melhoria de processo e equipes de solução de problemas (RABELO, 1995).

Com isso, o Estado e o terceiro setor se coroam com os louros da vitória e relegam a responsabilidade dos fracassos aos cidadãos que não se implicaram, ou não tiveram responsabilidades e competências suficientes para o sucesso na administração pública.

A terceirização de algumas tarefas precípuas do Estado (por exemplo, produção e distribuição de energia; telefonia; prestação de serviços, etc.), assim como o empoderamento do terceiro setor nas funções públicas é mais uma evidência da infiltração da filosofia empresarial na gestão política e social capitaneada pelas governanças. A lógica de competitividade e produtividade também se instaura nas lides dos trabalhadores (ou dos poucos que ainda restam) nos serviços públicos, tal como acontece no caso do professorado do ensino superior, que a cada dia segue mais o modelo de produtividade; 'produção por peça'; competitividade; cooptação do autoerotismo em prol da produção e tantos outros elementos difundidos entre funcionários do setor privado.

Os canais de participação popular dados pelo Estado muito se assemelham ao esquema de gestão participativa adotado no período da acumulação flexível, onde o controle social é apenas um denotativo que não se concretiza na *práxis*. Neste sentido, podemos visualizar os denominados 'canais de participação popular' como estratégias refinadas de gestão populacional importadas da gestão capitalista de mercado. Desta forma, reforça-se o pensamento marxiano de dominação nos modos de produção capitalista na gestão da sociedade como um todo (MARX, 1982). Reforça-se ainda o pensamento de Engel (1974) e Bobbio (1982) que compreendem o Estado como apêndice dos modos de produção dominados pela grande burguesia.

Os canais de participação aqui discutidos são sorrateiramente camuflados por discursos sofisticados, que designam funções e deveres políticos aos cidadãos comuns, dando a impressão de vigência de um Estado de direitos democráticos. É nesse contexto que ecoam termos como protagonista e protagonismo social. Como já descrevemos, tais nomenclaturas são comumente utilizadas no campo da literatura e empregadas para designar personagens de uma história, responsáveis pelo desenrolar de um enredo. Traduzidas para a realidade política vivenciada no país, fazem parte de uma produção semiológica, aliciada pelos escribas do Estado, visando persuadir a população, de que 'figurantes' do cenário sociopolítico vêm desempenhando o papel de protagonistas.

> Em outros termos, as representações têm que dominar as condições, os instrumentos, para serem de fato protagonistas, sujeitos da ação, e não meros complementos. Um dos efeitos nocivos da democracia participativa vivida na Nova República foi a doença do partipacionismo, que terminou transformando o "povo" em coisa que se põe na reunião, na assembléia, etc. O "povo" virou munição para os dirigentes conseguirem verbas nas lutas de orçamento; o "povo" é a moeda para alguns ganharem força. Em outras palavras, o "povo" vira uma presença que preenche espaços, mas que é congelada em sua capacidade de autoria histórica. (SPOSATI; LOBO, 2002, p. 373)

Assim como o desafio de controlar o operariado, que se organizava em sindicatos e deflagravam greves, foi (praticamente) superado pela gestão participativa e outras estratégias de cooptação da subjetividade humana em prol da produção (GOULEJAC, 2007); o Estado vence o desafio de gestão das massas passando a expandir seus territórios, ocupando-os e dominando-os, tomando frente da gestão de instâncias de contestação, como acontece nos casos dos chamados 'canais de participação' já sublinhados. Trata-se de assentar a movimentação política das massas em espaços controlados pelo poder estatal, ou seja, de neutralizar e frear forças instituintes da mundaneidade (VIRILIO, 1996; JUSTO, 2004). Trata-se, ainda, de um mecanismo sádico de controle que se utiliza da ignorância das massas para sua própria constrição.

Foucault (1977) assinalava que a sociedade disciplinar moderna abdicava dos exercícios de castigo sobre o corpo, adotados pela sociedade soberana medieval, para adotar medidas de disciplina sobre a alma dos indivíduos. Se na sociedade disciplinar, analisada pelo autor, as estratégias de controle do Estado eram investidas por medidas marcadas pela punição, obrigatoriedade e até mesmo pelo enclausuramento, a pós-modernidade toma mão de mecanismos menos perceptíveis de gestão, que excedem os limites das instituições disciplinares. De acordo com Deleuze (1992), na contemporaneidade o controle se espalha por todo o terreno social, extrapolando qualquer limite espacial.

De acordo com Prata (2005), a sociedade disciplinar moderna vem se transformando em uma sociedade de controle. Na sociedade contemporânea, o controle não mais se concentra na paralisação dos corpos em espaços de clausura, como os das instituições disciplinares. Conforme assinala Bauman (1998; 2001), a pós-modernidade é um período marcado por repentinas transformações, que diluem em velocidade sem precedentes tudo aquilo que é sólido, transformando a matéria em seu estado mais fluído: o líquido e o gasoso. Por isso, não é mais possível estacionar e exercer vigilância sobre os corpos em espaços fechados, como no caso das instituições disciplinares clássicas. Ao contrário, busca-se o controle exatamente nos movimentos das massas, engajando-as ideologicamente na sua autogestão, ou seja, no controle de si mesma.

As estratégias de gestão na contemporaneidade integram questões relacionadas aos dilemas éticos e políticos inseridos na dinâmica de cada sociedade. Compreendidas como uma prática social inerente às relações histórico-culturais tais estratégias são materializadas em proposições nas quais os atores sociais são engajados na manutenção ou reestruturação dos sistemas de gerenciamento. Nesta perspectiva estratégica, o Estado investe na ocupação de espaços de poder sob os quais tem pouco controle, buscando fazer valer seus objetivos e

interesses nos diversos níveis administrativos, mantendo-se como portador e defensor da transmissão de uma ordem político-econômica que é dissimulada por meio de instrumentos ideológicos (JUNQUILHO, 2001).

Desta forma, presencia-se no contemporâneo o refinamento das estratégias de gestão utilizadas pelo Estado moderno. Na atualidade o Estado toma mão de mecanismos de controle calcados em práticas discursivas com considerável poder de persuasão social. Trata-se, sobretudo de um mecanismo ideológico de convencimento universal e alienação das massas. Esta realidade se efetiva nos discursos e nos canais de participação popular, ou controle social, como os Conselhos e as conferências dos diversos setores de políticas públicas, tais como da saúde, da educação e da assistência social, nas políticas e serviços destinados à população idosa e assim por diante.

No caso das conferências, as despesas dos eventos são custeadas pelo governo e, atualmente, contam com um contingente cada vez maior de participantes que se sentem prestigiados por opinarem sobre os rumos das políticas públicas no país. A espetacularização das conferências forma uma cortina de fumaça que encobre as ações que são efetivamente empreendidas pelo Estado. Sua vinculação ao exercício clássico da democracia inibe qualquer forma de questionamento sobre sua legitimidade e sobre seus reais desdobramentos, por exemplo, sobre a materialização ou não das propostas deliberadas nestas conferências. Assim como na 'sociedade do espetáculo' descrita por Debord (2005), vale mais a impressão de se estar participando do que, de fato, uma participação no sentido rigoroso do termo.

A mesma fermentação ocorre no caso dos diversos Conselhos. A implantação de alguns deles tem sido, inclusive, obrigatória, como no caso dos Conselhos de assistência social, saúde, educação, da criança e do adolescente e assim por diante. O funcionamento dos referidos Conselhos tornou-se pré-requisito para a efetivação de políticas públicas setoriais, assim como para a aquisição de recursos públicos a serem repassados pelo governo federal e estadual aos demais entes federados. Esta obrigatoriedade impulsionou a proliferação destes órgãos, de maneira massiva, por todo território nacional, conferindo assim, um caráter democrático ao país.

As forças das lutas sociais das décadas de 1970 e 1980 acabaram sendo entorpecidas pelas políticas sociais do Estado-neoliberal. Os Conselhos de participação popular, que se originaram como um potencial espaço de reivindicações, de lutas, de exercício de democracia e cidadania, foram se degringolando através das intervenções governamentais. Nas últimas duas décadas, vêm se transformando em aríetes de vigorosas políticas destinadas à gestão de populações, tais como pobres em situação de risco, doentes, educandos, velhos, etc. Com isso,

os Conselhos de participação popular foram, na prática, extinguindo-se, restando apenas impressões românticas sobre a soberania e participação social no cenário político do país, sustentadas por protagonizações canalizadas pela intervenção do Estado, mesmo assim sujeitadas e institucionalizadas.

Neste contexto, a sociedade civil é convidada a participar junto com o governo da gestão e operacionalização dos canais de participação popular. Eis aí uma grande contradição entre o que é propagado acerca destas instâncias e aquilo que se materializa nelas. Como já foi discutido, o termo sociedade civil é utilizado de maneira excludente, deixando de lado a participação de estratos menos favorecidos da população que, aliás, são os maiores interessados na atuação efetiva destes canais de participação na gestão do Estado, por serem dependentes diretos dos serviços públicos. Sendo assim, alguns canais participativos são meramente símbolos de uma participação representativa que, muitas vezes, nem sequer abre espaço para a figuração das massas.

Demo (1991) acredita que esta lógica dinâmica, faz parte do poder e da sua farsa. Como todo poder oprime, é fundamental que esconda a opressão. É um poder ingênuo – e por isso incompetente – aquele que revela candidamente a sua opressão. A ideologia é necessidade do poder, porque é a linguagem específica de sua justificação, ela busca legitimá-lo ou pelo menos fazer a cena da legitimação com vistas a não ser impugnado. A melhor farsa ainda é a roupagem da participação, poder inteligente é aquele que se traveste de conquista popular; por isso, distribui assistências, porque, mesmo não resolvendo os problemas, pelo menos os compensa. Faz políticas sociais porque desmobiliza o adversário, seja destruindo-o, seja manietando-o. A política social que promove a conquista de espaço por parte do desigual é temerária, sendo preferível distribuir bens materiais, mas não poder, este passa a ser distribuído apenas no âmbito do simbólico. Quando o Estado anuncia participação, deve-se desconfiar, pois atrás de uma proposta aparentemente avançada, existe um ímpeto desmobilizante. Este é o sumo da lógica dinâmica do poder materializada na contemporaneidade.

5.11 A CONSTITUINTE E A CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS APOSENTADOS DO BRASIL.

Devemos destacar que o processo de formulação da Constituição Federal de 1988, conhecido como ‘constituinte’, contou com a influência de setores representantes dos

interesses da pessoa idosa, sobretudo da COBAP[37], que tomou frente nas assembleias constituintes, sendo interlocutora de algumas conquistas previdenciárias, tais como a "irredutibilidade do valor dos benefícios"; o "caráter democrático e descentralizado da gestão administrativa, com a participação da comunidade em especial dos trabalhadores, empresários e aposentados"; a universalização da cobertura da Previdência; a equidade nos benefícios e serviços e equidade na forma de participação e no seu custeio (HADDAD, 1993, p. 67).

Portanto, durante as assembleias constituintes, de uma forma mais ou menos ativa, a COBAP pode ser considerada uma organização representativa do terceiro setor, porém idealizada e constituída pelos próprios aposentados e pensionistas. Com a formação da COBAP e sua participação no processo constituinte, a figura do idoso começava a despontar como a do protagonista político e social no cenário brasileiro. Conforme entrevista do então presidente da COBAP neste período, Oswaldo Lourenço a instituição conseguiu, por seus esforços e mobilizações, um capítulo exclusivo para a seguridade social.

> Esse capítulo, conquistado na Constituição, foi praticamente um trabalho exclusivo dos aposentados porque os trabalhadores da ativa não estavam entendendo o alcance da seguridade social. [...] Eles estavam completamente alienados deste processo, do que significam para os trabalhadores os avanços sociais. Eles viviam em torno do economicismo, do assistencialismo e do corporativismo. [...] Já ao contrário aconteceu com os aposentados, porque os aposentados têm sua condução feita por lideranças que participaram do movimento sindical [...], (HADDAD, 1993, p. 63).

Durante os trabalhos da constituinte, a COBAP se organizou em todo o território nacional, se multiplicando em filiais. Em 1986 realizou o I Congresso dos Aposentados e Pensionistas do Paraná, 08 a 07 de setembro em Curitiba (HADDAD, 1993). Já na ata de abertura dos trabalhos, foi registrada a inquietação das associações com as conquistas na Constituição, sendo que, no mesmo ano, a COBAP iria eleger um representante no Congresso Nacional para defender os interesses dos aposentados e pensionistas na constituinte. Haddad (1993) destaca que vários congressos de aposentados e pensionistas foram palco de discussões e de elaboração de documentos de reivindicações levantadas nestes eventos[38].

---

[37] Confederação dos Aposentados e Pensionistas, criada em 13 de outubro de 1985, com o intuito de recuperar a defasagem nos proventos dos beneficiários da previdência social. A COBAP foi uma instância de muito relevo nas ações de protagonismo político e social nas idades avançadas, principalmente durante o governo Collor. Conforme o estatuto social da instituição a COBAP trata-se de uma sociedade civil, sem fins lucrativos, com a finalidade de congregar e coordenar, em nível nacional, as entidades representativas de aposentados, reformados e pensionistas, quaisquer que sejam suas origens profissionais (HADDAD, 1993).

[38] Haddad (1993, p. 68-69) transcreve algumas resoluções elencadas nos congressos de aposentados e pensionistas como, por exemplo, no de Praia Grande, em 1987, da seguinte forma:
Que sejam instituídos, através de lei, direções colegiadas em todos os níveis, para a gestão administrativa fiscalizadora e assistencial, Federal, Estadual e Regional, de forma quadripartite, com a participação da União, dos Empregadores e dos Segurados, da ativa e aposentados. Que seja vetada constitucionalmente a utilização de

Haddad (1993, p. 76-77) ainda cita outros artigos constitucionais derivados das reivindicações do segmento idoso organizado:

> O artigo 201 traz uma série de mudanças:
> - a garantia do reajustamento dos benefícios;
> - correção monetária de todos os salários de contribuição considerados no cálculo do benefício;
> - garantia de que nenhum benefício que substitua o salário de contribuição ou o rendimento do trabalho do segurado terá o valor mensal inferior ao salário-mínimo;
> - garantia de que a gratificação natalina dos aposentados e pensionistas terá por base o valor dos proventos do mês de dezembro de cada ano.
> Algumas disposições do artigo 202 materializam reivindicações do Movimento de Aposentados e Pensionistas:
> - mudança no cálculo da aposentadoria;
> - diminuição da idade, no caso da aposentadoria por velhice, para o trabalhador rural de ambos sexos e outros.

O Art. 202 registrou ainda a elevação dos benefícios de pensão por morte; a universalidade da assistência social – não contributiva; a elevação do Benefício de Prestação Continuada - BPC[39] de 50 e 60% do valor do salário mínimo, para um salário mínimo integral e o financiamento da seguridade social com recursos do Estado, empregados e empregadores, considerando faturamento e lucro da empresa (HADDAD,1993, grifo nosso).

Ora, sancionar que a seguridade seja custeada, mesmo que parcialmente, por recursos privados, provenientes do lucro – expropriação do trabalho – é fazer o mínimo de justiça social, é devolver ao trabalhador, na ativa ou inativo, parte do seu trabalho que lhe foi roubado. Portanto, devemos considerar a atuação, as reivindicações e as conquistas dos movimentos organizados de idosos e reconhecermos sua potencialidade (HADDAD, 1993).

Após a promulgação da Constituição Federal de 1988, os idosos permaneceram organizados e passaram a lutar pelo cumprimento dos dispostos constitucionais, como por exemplo, pelo pagamento do 13° salário aos aposentados e pensionistas. As associações de aposentados e pensionistas determinaram, logo após a promulgação da Constituição:

---

receitas da Previdência Social para custeio de quaisquer benefícios que não digam respeito à Previdência, tais como renda vitalícia, LBA, FUNABEM etc.
Esse congresso protesta contra a transferência de recursos da Previdência Social para os Estados e Municípios, mesmo à guisa de convênios de prestação de serviços médicos dos trabalhadores da ativa, aposentados e seus dependentes, bem como exigimos que o INAMPS baixe normas proibindo a cobrança de qualquer adicional médico, hospitalar ou odontológico, sob que pretexto seja.
Este congresso se manifesta contra qualquer tipo de anistia aos devedores da Previdência Social e exige a apuração rigorosa de todos os débitos, inclusive os da União, instaurando-se para isto, se preciso, ações judiciais.
Que os órgãos da Previdência Social providenciem novo recadastramento dos segurados, para atualização dos fichários, a fim de que se possa evitar qualquer tipo de fraude.

[39] Benefício dirigido à pessoas com 65 anos ou mais e portadores de necessidades especiais, sem condição de suprir sua própria subsistência e com renda familiar inferior a ¼ de salário mínimo.

> Isto posto, alertamos os companheiros que só podemos contar vitórias quando essas conquistas saírem do papel e forem postas em prática. Para isso será necessário que continuemos organizados e mobilizados, como estivemos enquanto durou a Assembléia Nacional Constituinte. Companheiros, a luta não acabou; cada batalha vencida por nós é mais um avanço para nossa efetiva participação na vida social, econômica e política brasileira (HADDAD, 1993, p. 83).

As mobilizações em torno das assembleias constituintes e a materialização de muitas reivindicações dos idosos organizados, principalmente em relação à Previdência, comprovam o peso e a eficácia da articulação dos mais velhos. Seria ainda em torno de questões previdenciárias que iria insurgir a maior mobilização dos idosos no país, ainda no início da década de (19)90.

5.12 O MOVIMENTO DOS 147%

Simões (2000) retrata bem como os longevos já ocuparam um papel importante no contexto político e social do Brasil contemporâneo. Em sua tese de doutorado, que analisa a implicação política dos movimentos de aposentados e pensionistas, o autor relembra episódios que a atuação deste segmento marcou a história do país. O autor descreve o movimento dos aposentados e pensionistas que culminou em um famoso episódio de protagonização da população idosa, quando trouxe a público seus descontentamentos, mostrando o poderio de organização e mobilização político-social dos envelhecentes. O referido episódio ficou conhecido como ‘mobilização dos 147%’, desencadeado entre 1991 e 1992.

No capítulo intitulado: ‘Os “caras enrugadas” e o bem comum[40]’, Simões (2000) trata do movimento, ou mobilização dos 147%, analisa a capacidade dos aposentados e pensionistas militantes em promover protestos públicos e alcançar visibilidade na mídia para sua causa. Os caras enrugadas foram os legítimos[41] protagonistas e se mobilizaram em protesto ao projeto de reforma da Previdência Social, que estipulava reajustes menores das aposentadorias e pensões em relação ao reajuste vinculado ao salário mínimo. Neste evento, ocorreram mobilizações e numerosas passeatas de em todo o Brasil, tendo a capital paulista, mais precisamente a Praça da Sé, como ponto de referência e convergência das diversas

[40] ‘Caras enrugadas’ refere-se ao movimento dos velhos aposentados. Esta nomenclatura serve para contrastar com outra, denominada ‘caras pintadas’, movimento angariado por jovens contra o governo Collor.

[41] Simões (2000) demonstra que houve muitos interesses de políticos e sindicalistas profissionais que impulsionaram o movimento dos 147%, inclusive daqueles que apoiaram a candidatura e ocuparam cargos políticos no governo Collor. Independente dos ‘bastidores’ e das ‘más intenções’ por detrás do movimento, a participação ativa dos aposentados que ocuparam as ruas nas passeatas e mobilizações, tendo como resultado a conquista de suas reivindicações, endossa a legitimidade deste episódio na história do país e na história da participação política e social da velhice.

categorias de trabalhadores aposentados. Os principais meios de comunicação do país (redes televisivas como a Globo; jornais como a Folha de São Paulo e o Estado de São Paulo e revistas como a Veja) passaram a noticiar, episódios referentes à mobilização dos 147% que ganhava a cada dia, mais notoriedade pública.

Notícias divulgadas pelos meios de comunicação social tiveram grande repercussão em todo cenário político e social do país. Segue abaixo uma matéria divulgada no Jornal Folha de São Paulo em 08 de Janeiro de 1992, que escandalizava a realidade dos aposentados do Brasil, a partir da realidade vivenciada pelo Pai do então Ministro da Previdência e do Trabalho, Antônio Rogério Magri:

> "Os aposentados são uma classe esquecida". O desabafo é de Antônio Magri. Não o Ministro da Previdência e do Trabalho, Antônio Rogério Magri, responsável pela sorte e pelo contracheque de 12 milhões de brasileiros que deixaram a ativa, mas de seu pai, carpinteiro aposentado pela antiga Light.
> Antônio fala do esquecimento em relação aos aposentados como parte de seu drama pessoal. Aos 85 anos, viúvo com problemas cardíacos, ele vive solitariamente numa praia do litoral sul paulista - o Balneário Flórida, na Praia Grande -, onde sua residência pode ser um quarto de pensão, um apartamento da colônia de férias dos eletricitários ou a casa de veraneio de um de seus filhos. "Estou indignado", diz seu Antônio. Há mais de três meses não vejo o Magri. O Ministro que em maio do ano passado afirmou que cachorros "também são seres humanos" – depois de ser flagrado usando um carro oficial para levar sua cadela ao veterinário -, esteve com o pai pela última vez, por uma hora apenas, em outubro. "Foi no aniversário dele", lembra seu Antônio. [...]
> O aposentado deixou seu cargo de carpinteiro na Light em 1965, após 30 anos de trabalho, e diz não saber ao certo quanto ganha – "uns 90 ou 100 mil cruzeiros". "Minha nora recebe por mim. Quando preciso de alguma coisa, eu peço". [...]
> Quando o assunto é o reajuste dos 147% para as aposentadorias, contra o qual o Ministro Magri vem se batendo nos últimos meses, ele é duro com o governo. "A aposentadoria é uma novela. Agora, vamos ver o último capítulo e, depois, o vale a pena ver de novo. Os políticos, o governo, todo mundo fala, mas ninguém faz nada pelos aposentados. Eu só acredito (no reajuste) quando estiver no bolso" (apud Simões, 2000, p. 212 – 213).

No dia 10 de Janeiro de 1992 a imprensa noticiava um episódio que também iria marcar a luta dos aposentados e pensionistas do movimento dos 147%. Um aposentado no Rio de Janeiro morreu de infarto fulminante na fila de uma agência bancária, na espera para receber seu benefício. O falecimento do aposentado ocorreu por volta do meio dia e o corpo permaneceu na agência durante toda a tarde, aguardando um médico para atestar o óbito. Conforme retrata Simões (2000, p. 217):

> As declarações do superintendente do INSS do Rio, reproduzidas em reportagens de TV à noite e nos jornais do dia seguinte contribuíram para aumentar a carga dramática do episódio:
> Morrer faz parte da vida. Assim como ele morreu na fila, poderia morrer em casa. A responsabilidade é dos próprios aposentados, que querem ir todos ao mesmo tempo

> ver a cor do dinheiro. São velhos doentes e estressados (Jornal O Estado de São Paulo, 11 de janeiro de 1992, apud SIMÕES, 2000, p. 217).

O episódio supracitado e as palavras do superintendente do INSS iriam se impregnar fortemente na consciência do povo, dando ainda maior propulsão e visibilidade às manifestações dos aposentados e pensionistas.

Uma declaração de Luiz Inácio Lula da Silva, dada em um palanque diante de uma manifestação dos aposentados e pensionistas e, publicada no jornal Folha de São Paulo em 25 de janeiro de 1992, revela bem o peso do movimento dos 147%: “talvez a revolução comece com os aposentados, talvez o movimento de aposentados aponte uma terceira alternativa para a liderança da revolução entre os trabalhadores da cidade e os trabalhadores do campo” (SIMÕES, 2000, p. 223-224). Lula fez um bom diagnóstico da realidade naquela ocasião, pois mesmo não sendo concretizada a revolução profetizada pelo ex-presidente, os aposentados teriam se antecipado à juventude e ao movimento dos caras pintadas no *impeachment* de Collor, elevando, assim, a velhice à vanguarda dos movimentos políticos e sociais.

Os próprios meios de comunicação passaram a vincular a imagem dos aposentados ao protagonista político e social; ao vanguardista, ao revolucionário. Conforme Simões (2000, p. 225):

> A intensificação do conflito em torno dos 147% e a percepção de seu significado pela mídia na ocasião ganhou um formato peculiar em duas matérias publicadas respectivamente nas edições de domingo da Folha de S. Paulo de 26 de janeiro e 2 de fevereiro de 1992, enfatizando os aposentados como protagonistas. As manchetes usadas nas duas matérias destacavam o impacto político da mobilização dos aposentados na conjuntura do governo Collor e vinculavam-na a um inusitado engajamento social dos idosos. A de 26 de janeiro intitulava-se “Aposentados colocam o governo em xeque: são os únicos a protestar nas ruas contra o planalto”; e a de 2 de fevereiro, “Aposentados ocupam vanguarda social: o movimento pelo pagamento dos 147% mobiliza cidadãos com mais de 65 anos em passeatas e ocupações”.

O jornal ‘O Estado’ de Florianópolis trouxe, no dia 29 de janeiro de 1992, uma notícia de capa sobre um episódio emblemático da mobilização dos 147%:

Figura 5 - Foto dos manifestantes do Movimento dos 147% em Florianópolis, em 1992

Tumulto e violência em protesto de aposentados

Um grupo de aposentados de Criciúma, Içara e outras cidades da região Sul chegou ontem a Florianópolis. A intenção era marchar até o Palácio Santa Catarina para falar com o governador. Na tentativa de impedir que bloqueassem a Ponte Pedro Ivo, a Polícia Militar agiu com exagero e houve agressões, tumulto e bombas de gás lacrimogêneo. Mais tarde, já no Palácio, o governador Vilson Kleinübing pediu desculpas pelo excesso da PM e prometeu apurar as responsabilidades. Também fez contato com o ministro da Previdência pedindo apoio. Página 6

Policiais militares tentam prender um dos manifestantes na Ponte Pedro Ivo durante o protesto

Fonte: GONÇALVES (1992).[42]

Na página 6 do jornal estava estampada a seguinte matéria:

> Violência Contra Aposentados: Tumulto começou quando manifestantes estavam na travessia Pedro Ivo
>
> A polícia militar reprimiu com violência e bombas de gás lacrimogêneo a manifestação dos aposentados da Região Sul do Estado, ontem à tarde na capital. O tumulto começou na ponte Pedro Ivo Campos e foi terminar no Palácio do Governo. O Secretário Estadual de Segurança Pública, coronel Sidney Pacheco, disse que determinou o final da interdição da ponte com a utilização de "todos os meios necessários". O governador Vilson Kleinübing, durante a audiência com os aposentados, pediu formalmente desculpas e afirmou que resolverá "internamente" a apuração dos culpados pela pancadaria.

[42] GONÇALVES, Gilberto. Violência Contra Protesto dos Aposentados. Florianópolis/SC: *Jornal O Estado*, Florianópolis. 29 jan. 1992.

> Os aposentados teriam uma audiência com o governador para pedir apoio político à causa dos 147% de reajuste. Cerca de 400 aposentados de Criciúma e Içara chegaram por volta das 14 horas a ponte Pedro Ivo Campos. A polícia não queria permitir que os aposentados atravessassem a ponte em passeata. Quando eles insistiram em fazer o percurso à pé, começou a confusão.
> O primeiro agredido foi o aposentado Quintino Sichinel, de 70 anos que recebeu uma cassetada no queixo assim que desembarcou do ônibus, segundo seu relato. Como os manifestantes começaram a ocupar a ponte a polícia começou a jogar bombas de gás e aproveitou a confusão para agredir os aposentados, Dominiciano de Mello, 60 anos, e Edgar dos Santos, 51 anos, ambos mineiros, receberam cassetadas nas costas e no abdômem. Cerca de 100 pessoas ficaram feridas, segundo a Associação dos Aposentados.
> Da Pedro Ivo, os aposentados seguiram até ao Palácio, sempre acompanhados por cerca de 300 policiais militares. Na chegada, novo tumulto e pancadaria. O secretário Pacheco anunciou neste momento que assumiria as responsabilidades pela ação policial.
> O governador Kleinünbig lembrou que nenhum caso de violência havia sido registrado ainda no seu governo. Ele garantiu que irá apurar as responsabilidades pelo início da violência (JORNAL O ESTADO - FLORIANÓPOLIS, 1992. p.6).

A matéria jornalística era acompanhada dos seguintes retratos da manifestação:

Figura 6 – Manifestantes do Movimento dos 147%

Fonte: GONÇALVES (1992)[43].

[43] GONÇALVES, Gilberto. Violência Contra Protesto dos Aposentados. Florianópolis/SC: *Jornal O Estado*, Florianópolis. 29 jan. 1992.

Figura 7 - Senhor Quintino Chechinel, violentado pela polícia militar durante Manifestação dos 147%

Fonte: GONÇALVES (1992)[44].

As fotos dos aposentados organizados em passeata sobre a ponte que ligava a cidade de Florianópolis ao continente e a imagem do aposentado ensanguentado iriam se propagar ainda mais em escala nacional pelos noticiários da Rede Globo, que captou imagens da manifestação. O Senhor Quintino Sichinel se tornaria um ícone da luta dos 147% e o sangue em sua camisa atordoaria o governo que enfim, teve que recuar e conceder o reajuste pleiteado pelos idosos, nos benefício de aposentadorias e pensões do INSS.

O movimento dos 147% mostrou que a população idosa tinha mais potencial que a juventude e a idade adulta para se mobilizar e criar estratégias de reivindicação efetivas. Por isso mesmo, assim como nos caso dos canais de participação, o governo iria investir seus recursos em serviços que docilizassem a população idosa e que adestrassem seu ímpeto revolucionários. Desta forma, coincidentemente no início da década de (19)90, foi implantados em todo o país um vasto leque de programas de atenção ao idoso como os centros de convivência e as próprias universidades abertas à terceira idade.

[44] GONÇALVES, Gilberto. Violência Contra Protesto dos Aposentados. Florianópolis/SC: *Jornal O Estado*, Florianópolis. 29 jan. 1992.

5.13 O PROTAGONISMO POLÍTICO E SOCIAL DA VELHICE NO CONTEMPORÂNEO CONFORME A LITERATURA

Harvey (2000) destaca como elemento paradigmático da cultura pós-moderna, dentre outros, o apelo à participação, ao contrário da cultura moderna clássica que promovia a noção de distanciamento entre governantes/governados, patrão/empregado, capital/trabalho, chefe/subordinado, pais/filhos, velhos/jovens, profissional/cliente, ciência/senso comum e assim por diante.

O pós-moderno, segundo o autor, estimula a proximidade, a pluralidade, as relações horizontais, encurta distâncias, desfaz fronteiras, estimula as parcerias, arranjos entre as diferenças e dissuade o confronto. A noção de conflito, tão cara à modernidade e que foi sua marca fundadora, perde força na mentalidade pós-moderna mais afeita à composição, à negociação, à bricolagem e todas as formas de coexistência. Por isso mesmo observamos na contemporaneidade a ascensão do pensamento ecológico, das ideias de autosustentabilidade e da própria noção de participação. O cidadão atual não é mais mantido à distância, mas sim é chamado a participar e auxiliar nas mais variadas tarefas e a opinar sobre assuntos diversos. Pais são chamados a participar da educação escolar dos filhos, familiares são convocados a colaborar em tratamentos de saúde física e mental de seus membros acometidos por alguma doença ou transtorno, e assim por diante – coisas inimagináveis dentro do rígido espírito de hierarquia do pensamento e da organização social na modernidade.

Esse clima de distensão, de dissuasão do espírito beligerante, de aproximação e composição das diferenças e das divergências é bastante propício para a requalificação do idoso como ator social e como participante ativo da construção de sua vida e do seu mundo.

A noção de participação combina intimamente com outra noção preciosa da pós-modernidade: a de micronarrativa. Segundo Lyotard (2000), a cultura pós-moderna prima pela produção de micronarrativas no lugar das grandes narrativas ou das narrativas totalizantes típicas da modernidade. No campo da política, as metanarrativas da modernidade – histórias capazes de abarcar toda a humanidade em um sonho universalista e totalizante – propiciaram o surgimento de ideologias e de sistemas sociais e políticos homogeneizantes, baseados em organizações amplas e onipresentes.

As micronarrativas da atualidade primam por uma visão relativista, desdogmatizadora e refratária à busca de um absoluto. Acompanham o surgimento das práticas micropolíticas e dos movimentos sociais organizados setorialmente ou por segmentos da sociedade. Movimentos de bairros, movimento feminista, movimento LGBTT, de sem-terra ou sem-teto,

e assim por diante, revelam essa tendência a problematizar as relações de poder, a governança e a política nas microrrelações e nos microespaços sociais onde se acreditam estarem cravados os dramas da vida e as possibilidades de seus desenlaces.

A organização dos idosos como segmento político ou como movimento social encaixa-se perfeitamente nessa tendência de produção de micronarrativas da contemporaneidade. Evidentemente que a micronarrativa no campo da política bem pode se prestar a estratégias de particularização dos problemas sociais e de divisionismo das forças, como também pode articular causas e ações particulares e locais em um campo de forças maior, fortalecendo assim os processos de mudança e de transformação.

É na especificidade da constituição do sujeito e do exercício da cidadania no contemporâneo que nos propomos a focalizar a figura do idoso como protagonista. Levantamentos sobre o assunto foram realizados em algumas das principais bases de dados do Brasil e do mundo – Portal da CAPES; Scielo; Google Acadêmico; PsycLIT; Portal Teses e BVS-Psi. Palavras-chave como ‘protagonismo’; ‘político’; ‘social’; ‘velhice’; ‘idoso’; ‘terceira idade’; ‘participação’ ‘empoderamento’ e ‘cidadania’ foram digitadas nos referidos sites, em português, inglês e espanhol, nos ícones de ‘busca’ e ‘busca avançada’. Encontramos alguns trabalhos acadêmicos (artigos, teses e dissertações), documentos oficiais de governo e outras publicações de organizações internacionais e translaterais, voltados mais especificamente ao tema em foco. Apesar de encontrarmos produções relacionadas ao tema em foco, vale ressaltar que são poucas e que o ‘idoso como protagonista’, não tem recebido tanto destaque pela literatura científica, quanto pelo Estado, pelas organizações não governamentais – ONGs e translaterais, em especial a Organização das Nações Unidas – ONU e seus capilares regionais.

Braido (2009, p. 28) retrata bem, como o tema participação política e social, no segmento idoso, tem sido pouco abordada: “Dando continuidade à revisão de literatura sobre movimentos sociais elaborada por Gohn (2005), encontramos o termo protagonismo, mas ao relacioná-lo ao tema comunidade também não obtivemos informações sobre uma atuação específica de idosos”.

Os trabalhos mapeados e analisados revelaram que a ciência considera o protagonismo na velhice como algo extremamente importante. Estudos recentes chegam a afirmar que o empoderamento, ou *empowerment* – entendido como o gerenciamento e o controle de funções sociais – é a base essencial para o bem-estar físico e psíquico nas idades avançadas da vida.

> Empowerment links to inequality, because inequality tends to become more pronounced at both ends of the lifecourse. The negative impact of inequality is a barrier to reducing absolute poverty and hinders the fulfilment of a variety of human rights, including the capacity to be heard. Empowerment also determines ability to extend opportunity and to enhance capabilities. […] The biggest risk factor for Alzheimer's and other dementias is advancing age. By 2050, the numbers of people over 60 with dementia will account for 70 per cent of dementia sufferers globally. Dementia may constrain the capacity of the sufferer to act autonomously. Any exploration of empowerment of older people in the grip of dementia would need to look at how to protect and restore autonomy and also reduce threats by ensuring adequate safeguards. […] A positive approach to empowerment in old age will require us to identify the features that disempower and to adopt practices and behaviours alongside policy prescriptions that work to empower. Examining empowerment in old age requires an approach that is able to track and analyse a range of enabling and constraining interactions in the personal, social, economic, political, physical and legal sphere which confer dignity, agency and status on the older person[45] (BEALES, 2012, p. 02).

Em alguns países da América Latina, os saberes científicos e normas de Estado convidam os idosos a se empoderarem da vida política e social nos âmbitos comunitários, familiar, pessoal; assim como no planejamento e gestão das políticas públicas a eles direcionadas (BRASIL, 1994; COLOMBIA, 2007; COSTA RICA, 2011). "Los nuevos conceptos gerontológicos exigen gran participación de la familia y la comunidad y las organizaciones políticas y no gubernamentales en un trabajo colectivo donde el protagonista principal es el adulto mayor (SAMPER, 2007, p. 14)"[46]

Organizações não governamentais de envergadura internacional têm investido seus esforços no sentido de empoderar os idosos de diversos países na gestão e planejamento das políticas públicas. A *HelpAge International* (Ajuda Idade Internacional*)*, por exemplo, é uma ONG que atua em vários países; dos mais pauperizados aos mais ricos, dos mais fechados politicamente aos mais abertos. O objetivo das ações capitaneadas pela referida ONG é estimular o exercício da cidadania e do protagonismo político e social nos mais velhos, pois a

---

[45] O empoderamento vincula-se liga à desigualdade, porque a desigualdade tende a ficar mais pronunciada no fim da vida. O impacto negativo da desigualdade é uma barreira à redução de pobreza absoluta e impede o cumprimento de vários direitos humanos, inclusive a capacidade do sujeito de ser ouvido. O empoderamento também determina a capacidade de realçar capacidades. […] O maior fator de riscos de Alzheimer e outras demências é a idade avançada. Antes de 2050, o número de pessoas com mais de 60 com demência chegará a 70 por cento em todo o mundo. A demência pode minar a capacidade do doente para atuar autonomamente. Qualquer pesquisa acerca do empoderamento de pessoas mais velhas terá que se atentar sobre como é possível proteger e restaurar a autonomia dos envelhecentes e como reduzir ameaças assegurando as proteções adequadas. [...] Ações que visem o empoderamento na velhice precisarão identificar as características do desempoderamento e favorecer a adoção de práticas e comportamentos, junto com políticas públicas, que busquem o empoderamento. Pesquisas sobre o empoderamento na velhice demandam aproximações que levem a pistas e análises de uma variedade de empoderamentos e interações nas esferas pessoal, social, econômica, política, física e legal, que, em conjunto, conferem a dignidade, a autogestão e o *status* das pessoas mais velhas (tradução nossa).

[46] Os novos conceitos gerontológicos exigem grande uma participação da família, das comunidades, das organizações políticas e não governamentais, em um trabalho coletivo onde o protagonista principal é o idoso (tradução nossa).

organização acredita que a pobreza econômica e o déficit de direitos vitais à velhice poderão ser superados se os próprios idosos tomarem a frente dos processos políticos e sociais dos seus países. No caso de um projeto voltado à população idosa da Jamaica, a *HelpAge International* deixa bem claro seus propósitos:

> The purpose of the Project was to improve access to, and delivery of social assistance programmes benefiting older people in Jamaica by empowering and encouraging older persons to dialogue with government and the media to seek improvements in the access and delivery of these programmes. The approach will therefore be one in which older citizens monitor public policies in order to achieve the project purpose.
> 2.3 Project Objectives
> The specific objectives of the Older Citizens Monitoring Project were:
> To monitor effectiveness of JADEP, NHF, and PATH in reducing poverty amongst older people.
> To develop the capacity of the four partners – SACDA, Children First, Hope for Children Development Company (HCDC) and St Andrew Settlement – and their older people, to undertake monitoring
> To advocate for changes to JADEP, PATH and NHF in order to improve the delivery of services to older people (HELPAGE INTERNATIONAL, 2010, p. 6)[47].

Com o *Slogan Age Demands Action* – ADA (Idade Demanda Ação), a *HelpAge* organizou uma campanha, em mais de 50 países para manifestações a serem realizadas no dia internacional da pessoa idosa (1° de outubro) no ano de 2011. Ocorreram diversas e intensas mobilizações e protestos com a participação de idosos que empunhavam faixas e cartazes reivindicando: maior participação política em seus países; seguro social; aposentadorias (concessão do benefício, concessão de aposentadoria por idade, ou maior cobertura do benefício); pensões por morte de segurado; direitos humanos; dentre tantos outros anseios e necessidades[48].

---

[47] O objetivo do Projeto foi melhorar o acesso e implantação de programas sociais voltados à população idosa da Jamaica empoderando e estimulando os idosos a manterem diálogos com o governo e os meios de comunicação, para buscarem melhorias no acesso à implantação desses programas. A aproximação com as governanças possibilita que os cidadãos longevos passem a controlar e executar as políticas públicas.
2.3 Objetivos de Projeto
Os objetivos específicos dos cidadãos idosos que controlam o projeto foram:
Controlar a eficácia de JADEP, NHF, e CAMINHO na redução de pobreza entre os idosos.
Desenvolver a capacidade dos quatro parceiros – SACDA, *Children First*, *Hope for Children Development Company* (HCDC) e *St Andrew Settlement* – e colocar os próprios idosos no monitoramento das ações.
Defender modificações na *JADEP*, *PATH* e *NHF* para melhorar a implantação dos serviços aos mais velhos (Tradução nossa).

[48]Disponível em: http://www.helpage.org/blogs/barbara-dockalova-1302/age-demands-action-campaign-photoblog-pictures-from-around-the-world-325/ Acesso em 29 de dezembro de 2012.

Figura 8 - Compilado de fotos da campanha ADA respectivamente (de cima para baixo, da esquerda para a direita) em Serra Leoa, Paquistão, Alemanha e Quênia[49].

Fonte: HelpAge International (2011).

Não podemos afirmar que as ONGs de defesa dos direitos da pessoa idosa, tal como a *HelpAge International* vêm agindo de boa, ou má fé; se as mobilizações que relatam organizar buscam atender aos direitos da pessoa idosa, ou a interesses pessoais de seus próprios membros. Ou ainda, se os idosos que participam destes eventos executam o papel de protagonistas, ou figurantes de uma trama alheia aos seus interesses. O que é possível afirmar é que o tema do 'protagonismo político e social' na velhice já rompeu todas as barreiras dos Estados-Nação, sendo discutido em todo o mundo, por diversos setores da sociedade e vinculado diretamente às campanhas internacionais de defesa e promoção de direitos humanos, civis, políticos e sociais.

No caso do Brasil não é diferente. A ciência já tomou conhecimento do assunto e pesquisas apontam a presença dos idosos como atores essenciais na gestão dos programas de atenção voltados à terceira idade como grupos de convivência (BRAIDO, 2009); em repúblicas da terceira idade (OLIVEIRA, 2009); nas Universidades Abertas (NUNES, 2000; VERAS, CALDAS, 2004); nos grupos de promoção à saúde (TEIXEIRA, 2002) e nos grupos de convivência do idoso (MARTINS, 2006). Outros estudos ressaltam que o protagonismo do

[49] Estas e outras fotos da campanha estão disponíveis em: http://www.helpage.org/blogs/barbara-dockalova-1302/age-demands-action-campaign-photoblog-pictures-from-around-the-world-325/ Acesso em 29 dez.2012.

idoso tende a extrapolar os limites dos espaços construídos e dirigidos especificamente à terceira idade, espraiando-se para campos mais amplos da sociedade, como a internet e as redes sociais (SOUSA, 2009).

Ao analisar a participação e o protagonismo de idosos em comissões gestoras de programas de atenção à terceira idade, Braido (2009) retrata que a participação dos idosos nestas instâncias ocorre por ações capitaneadas pela livre iniciativa dos próprios idosos em conjunto com o setor privado. O idoso como protagonista político dos serviços a eles direcionados, não tem como palco a coisa pública. Tem que se afastar dela e achar seu espaço no setor privado, ou através da sua própria iniciativa.

Nunes (2000) analisa o programa Universidade Aberta à Terceira Idade capitaneado pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro – UNATI/UERJ. Em pesquisa realizada no programa mencionado, a autora mapeou baixos índices de renda; escolaridade; consciência e atuação política dos usuários, em sua maioria, mulheres viúvas. Por fim, a autora entende que é dever das universidades abertas, formar cidadãos mais críticos, sendo importantes canais para a formação de protagonistas políticos e sociais nas idades avançadas:

> Mas será que nosso idoso conhece a sua política? Sabemos que nossos idosos não têm informações sobre estas questões, por isso cabe a nós, profissionais dos programas de terceira idade, inserirmos esses conteúdos, pois temos certeza de que as políticas para o idoso só avançarão se houver mobilização dos profissionais e dos idosos numa parceria de concidadania participativa (NUNES, 2000, p. 22).

Veras e Caldas (2004), fazendo uma leitura mais otimista dos programas Universidade Aberta à Terceira Idade, acreditam que estes sejam potenciais promotores de saúde e autonomia aos beneficiários. No mesmo sentido, Silva (1999) acredita que frequentar os programas Universidade Aberta à Terceira Idade, sob orientação dos saberes gerontológicos, pode contribuir para o empoderamento político dos mais velhos.

Conforme Veras e Caldas (2004) ao estabelecerem estratégias de lazer, ensino, cultura e pesquisa, configuram-se como uma proposta de saúde coletiva baseada num modelo de vida ativa com cidadania. Segundo os referidos autores, as universidades abertas, se enquadram então, em dois eixos básicos de atenção ao idoso, que se conectam na *práxis*: saúde e promoção da cidadania. Segundo Teixeira (2002) as noções de saúde, na atualidade, atentam-se aos aspectos psicossociais do envelhecimento, como a participação político-social em detrimento do ostracismo, isolamento e solidão, não raramente vivenciados nas idades avançadas da vida.

A Carta de Otawa (1986, apud VERAS; CALDAS, 2004, p. 426, grifo do autor), que estabelecia diretrizes internacionais para a constituição dos sistemas públicos de saúde, tinha um forte ímpeto político ao atrelar a saúde à cidadania, vinculando a participação da comunidade nos sistemas públicos de saúde.

> A Carta de Ottawa define cinco campos vitais à promoção da saúde:
> 1) elaboração e implementação de políticas públicas saudáveis;
> 2) criação de ambientes favoráveis à saúde;
> 3) reforço da ação comunitária;
> 4) desenvolvimento de habilidades pessoais;
> 5) reorientação do sistema e dos serviços de saúde.

Desta forma, tendo foco na saúde e promoção da cidadania, as universidades abertas poderiam ser importantes *locus* de formação política e de atores sociais.

Teixeira (2002) considera a Carta de Ottawa, como um marco teórico para o campo da promoção da saúde e protagonismo de atores sociais, sobretudo, dos mais velhos. O referido documento objetiva proporcionar os meios pelo qual a população venha a desenvolver ao máximo o seu potencial de saúde. Afiança que isso só será possível se as pessoas forem capazes de assumir o controle daquilo que determina seu estado de saúde. Isso implica em dizer, que é preciso proporcionar os meios para que as pessoas se empoderem, ou seja, obtenham controle sobre suas vidas. De acordo com Figueiredo (et. al., 2007 p. 425,), "foi na carta de Otawa que surgiu a noção de *'empowerment', ou empoderamento* inserido no contexto de promoção da saúde".

Conforme Buss (2000, apud TEIXEIRA, 2002) a promoção de saúde passa a ser entendida como o conjunto de atividades, processos e recursos, de ordem institucional, governamental e da cidadania, orientados a propiciar a melhoria das condições de bem-estar e acesso a bens e serviços sociais, que favoreçam o desenvolvimento de conhecimentos, atitudes e comportamentos favoráveis ao cuidado da saúde; além do desenvolvimento de estratégias que permitam à população maior controle sobre sua saúde e suas condições de vida, a níveis individual e coletivo.

A saúde pública passa a utilizar conceitos de participação/controle social, ou 'empoderamento', para trabalhar a promoção da saúde, na medida em que reconhece que a sua falta se constitui num fator de risco para o aparecimento e desenvolvimento de doenças. Consequentemente, o empoderamento entra, assim, como uma estratégia das políticas públicas de saúde, que iriam incidir consideravelmente sobre a população idosa. O empoderamento está associado a formas alternativas de se trabalhar as realidades sociais,

suporte mútuo, formas cooperativas, formas de democracia participativa, autogestão e movimentos sociais autônomos (TEIXEIRA, 2002).

De acordo com Martins (2006) ‘Empoderamento’ é um conceito originário das ciências políticas, que surgiu a partir dos anos de (19)70 da luta de movimentos organizados pelos direitos civis. Teixeira (2002, p.24-26) apresenta diversas definições para emponderamento, tais como:

> “processo pelo qual indivíduos, comunidades e organizações obtém controle sobre suas vidas”;
> “aumento do poder pessoal e coletivo de indivíduos e grupos sociais nas relações interpessoais e institucionais, principalmente daqueles submetidos a relações de opressão e dominação social”;
> “habilidade de pessoas conseguirem um entendimento e um controle sobre suas forças pessoais, sociais, econômicas e políticas, para poderem agir de modo a melhorar sua situação de vida”;
> “ganho de poder”;
> “habilidade de agir e criar mudanças dentro de uma desejada direção”;
> “recursos de poder pessoal, social e político, para criar mudanças”.

Wallerstein & Bernstein (1994 apud GAULEJAC, 2007) também definem três níveis de empoderamento:

> Empoderamento individual ou psicológico, quando se refere à habilidade do indivíduo para tomar decisões e ter controle sobre sua própria vida. Empoderamento individual combina eficiência pessoal e competência, um sentido de domínio e controle, e um processo de participação para influenciar instituições e decisões (WALLERSTEIN; BERNSTEIN, 1994, p.52 apud GAULEJAC, 2007, p. 28).
>
> Empoderamento organizacional quando se refere ao controle democrático onde cada membro compartilha informação e poder. Ele utiliza um processo cooperativo de tomar decisões e está envolvido em aumentar os esforços em direção de uma mesma meta definida (WALLERSTEIN; BERNSTEIN, 1994, p.153 apud GAULEJAC, 2007, p. 28).
>
> Empoderamento comunitário sendo aquele onde indivíduos e organizações aplicam suas habilidades e recursos nos esforços coletivos, para encontrar suas respectivas necessidades. Este nível tem a possibilidade de influenciar decisões e mudanças no sistema social mais amplo. É composto de capacidade e ação; onde capacidade é definida pelo uso de poder para resolver problemas e ação é definida por conseguir uma razoável partilha de recursos (WALLERSTEIN; BERNSTEIN, 1994, p.153 apud GAULEJAC, 2007, p. 28).

Teixeira (2002, p. 31) conclui que os grupos de terceira idade promovem o emponderamento dos participantes, sobretudo no quesito de ‘autocontrole das funções sociais e grupais’. Apesar dos ganhos relativos à participação ativa nos espaços públicos, a referida autora se atenta para os aspectos tutelares inerentes às ações dos grupos de terceira idade, por serem serviços propostos pelo Estado.

> De um lado, os serviços são sempre veículos através dos quais grupos marginais se tornam envolvidos em ações políticas e decisões públicas; de outro lado, os serviços podem sempre ser desempoderados e ter uma dependência não saudável do Estado. Assim, eles diminuem o senso de autonomia entre os grupos, evitando o engajamento na ação política desses mesmos grupos.

Teixeira (2002) acredita que delegar poder aos mais velhos, através de políticas públicas e a intervenção da reconstrução social, só tem eficácia para sociedades ocidentais, onde a visão do processo de envelhecimento é, ainda, pejorativa. Tal modelo seria ineficaz, ou desnecessário, em sociedades onde o envelhecimento é visto positivamente, com respeito e veneração.

> Pode-se pensar, por exemplo, no Japão, onde as pessoas idosas são tradicionalmente respeitadas em virtude de sua idade. Nestas sociedades, o primeiro estágio da falência social, que é a depressão pela incorporação de valores sociais negativos, não existe, porque, embora possa haver a dependência física, é mantido o respeito à pessoa idosa pelos membros mais jovens da família. Por isso, a falência social não existe e o idoso não se sente desempoderado, do mesmo modo como acontece nas sociedades ocidentais. Um outro exemplo é dado na cultura budista, onde o status emocional é fornecido pelo aumento da idade; ou seja, quanto mais velha, mais valorizada é a pessoa. Na sociedade ocidental, ao contrário, quanto mais velha, menos poder a pessoa tem. Esses exemplos mostram a necessidade de se considerar o empoderamento individual dentro de um contexto cultural.
>
> Deste modo, o empoderamento das pessoas idosas nas culturas orientais pode ser visto como contraproducente, da forma como foi definido dentro do contexto da falência social. Por outro lado, o empoderamento, sob a perspectiva de bem-estar, já é um conceito viável em todas culturas. Isso porque as pessoas idosas, que experimentam bem-estar, estão aptas a encontrar expectativas em suas culturas fazendo escolhas, que aumentem o seu bem-estar na velhice. O bem-estar permite às pessoas experimentarem um senso de empoderamento, não importando suas circunstâncias de vida. Dessa forma, a perspectiva de empoderamento sob a filosofia de bem-estar tem uma aplicabilidade transcultural muito maior do que o modelo de falência social (TEIXEIRA, 2002, p. 37-38).

De acordo com Martins (2006) a participação social, para as mulheres idosas, significa fazer parte de um grupo, de um contexto, podendo assim, romper com a invisibilidade social. Conforme a referida autora, a participação social é prescindida pela autogestão, compreendida como capacidade do sujeito de criar seus próprios caminhos; um instrumento de promoção de mudanças, tanto a nível pessoal, como social. A autogestão, por seu turno, estaria vinculada à emancipação dos sujeitos envelhecidos, construída por meio da educação e da cidadania.

Conforme Sousa (2009) o surgimento da terceira idade, a partir da década de (19)70 já denota uma fase da velhice mais participativa e empoderada. “Terceira idade é um conceito intimamente ligado a um empoderamento dos idosos, à independência, à longevidade e aos valores positivos de reforço e autoestima” (SOUSA, 2009, p. 101). De acordo com a autora em tela, o protagonismo social na velhice está atrelado à organização deste grupo geracional

em torno de interesses comuns. Sousa (2009) assevera que o protagonismo capitaneado pela velhice ainda é muito tímido em relação a outros grupos de direitos humanos, como mulheres, negros, LGBTT, etc. Nas suas considerações sobre o protagonismo dos idosos na internet no Brasil e na Espanha, a autora revela que, de fato, mesmo nos espaços especializados para a participação exclusiva dos idosos, estes não têm o pleno controle destes meios, sendo moderados e vigiados pelos responsáveis dos sites, ao passo que estudos apontam que a utilização das Tecnologias da Comunicação e da Informação (TICs) são fundamentais para a autonomia do idoso na contemporaneidade (LODOVICI; MERCADANTE, 2011).

Segundo Sousa (2009) parte significativa da atenção da terceira idade e dos serviços, produtos e saberes especializados voltados à velhice têm seu foco voltado à atenção ao corpo, sobretudo no esforço de retardar o envelhecimento e de assegurar sinais da juventude[50]. Tal objetivo desviaria a atenção da terceira idade às questões relativas à participação política e social e das lutas dobre os direitos da pessoa idosa. Neste sentido, Debert (1999, p. 143-144, apud SOUSA, 2009) enxerga uma divisão de dois movimentos distintos angariados pelos mais velhos, um político e outro social constituídos pela a 'terceira idade' e pelos aposentados respectivamente.

Segundo a referida autora:

> São, entretanto, formas distintas de empreender esta luta. O movimento dos aposentados pretende estabelecer uma aliança com outros setores desfavorecidos da sociedade, na luta contra o Estado na redistribuição de renda e por direitos sociais. Nos programas para a terceira idade, a luta contra os preconceitos e estereótipos leva uma celebração do envelhecimento com um momento em que a realização pessoal, a satisfação e o prazer encontram seu auge e são vividos de maneira mais madura e profícua.

Enquanto nas atividades voltadas à terceira idade as mulheres são maioria esmagadora, nos movimentos de aposentados e pensionistas o domínio é masculino Conforme Debert (1999, p. 139) "é difícil obter dados sobre a participação feminina no movimento, mas sabemos que as mulheres raramente têm cargo de direção nas associações ou são chamadas para falar em nome dos aposentados em manifestações políticas e na imprensa".

Já os homens de idade avançada se implicariam mais na luta pelos direitos do cidadão e pela distribuição de riquezas, as mulheres longevas estariam mais engajadas nos movimentos sociais que buscam mudanças culturais.

---

[50] Vale ressaltar que não pretendemos aqui vincular pejorativismos com os cuidados estéticos com o corpo, seja na velhice, seja em qualquer outra fase da vida. O que se pretendeu aqui foi criticar o foco unilateral que os cuidados com a estética e a prevenção aos sinais de envelhecimento em detrimento a tantos outros olhares possíveis na velhice.

No entendimento de Py (2004) os movimentos políticos e sociais dos idosos começaram a se constituir nos anos de (19)80 e (19)90, porém, ainda tímidos em relação ao movimento de aposentados e pensionistas, já constituído *a priori*. Conforme a referida autora, até o início da década de (19)90, o movimento dos idosos ainda se realizava através de porta-vozes ou representantes, das entidades técnico-científicas, como a Associação Nacional de Gerontologia e a Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia. Realizava-se ainda por meio das tradicionais instituições de práticas sociais, desde os anos de 1960 com a Legião Brasileira de Assistência, ou até hoje nos clubes de serviços, como o SESC, ou nas associações de aposentados e pensionistas como a COBAP. Os movimentos de representação dos interesses da pessoa idosa teriam sido realizados sem uma efetiva organização sociopolítica, ou uma real participação social dos mais velhos. Na visão de Py (2004), os movimentos foram liderados pelas entidades supracitadas, com pouca participação de seu principal personagem: o idoso. Na maioria desses episódios, os idosos teriam participado como meros figurantes, ou, coadjuvantes, nos quais os protagonistas eram técnicos; especialistas e líderes das organizações e instituições em tela.

Conforme Peres (2007, p. 145) os movimentos sociais do idoso, não capitaneados pelos próprios referentes, assim como as políticas públicas deles resultantes, podem ser entendidos como "estratégias para controlar um grupo social que cresce rapidamente em virtude do envelhecimento populacional e que, por isso, passa a ser interessante do ponto de vista político-eleitoral e mercadológico".

Segundo Santos (apud PERES, 2007), a falta de participação dos idosos nos movimentos sociais e políticos que tratam de seus interesses está vinculada a três fatores fundamentais: a falta de comprometimento; o costume de esperar que os outros tomem a decisão por eles e a autoexclusão.

> A própria transformação da velhice em questão social, à medida que desperta a atenção do Estado, passa longe de ser conseqüência da ação política dos idosos, mas é resultado de um processo sócio-político que tem as organizações representativas da velhice como as principais protagonistas (PERES, 2007, p. 152).

Porém, conforme descrevemos anteriormente, outras pesquisas relacionadas ao tema (HADDAD, 1993; PERES, 2007; SIMÕES, 2007; NERI, 2005), entendem que as lutas por melhores aposentadorias foi uma realidade que constituiu, de fato, verdadeiros atores sociais na velhice, que marcaram a história dos movimentos sociais no Brasil durante as décadas de (19)80 e (19)90. A condição de aposentados e pensionistas teria feito com que os mais velhos

assumissem uma identidade e com isso, organizaram-se para enfrentar o caos imposto pelo sistema previdenciário dos mínimos sociais.

6 PESQUISA DE CAMPO

O Núcleo de Estudos e Atividades da Terceira Idade – NEATI foi o *locus* principal de realização da presente pesquisa e das entrevistas realizadas. O NEATI foi criado em 1993, sendo um serviço pioneiro de atenção à terceira idade no Município de Rondonópolis. Situa-se no campus rondonopolitano da Universidade Federal de Mato Grosso – UFMT/CUR. O NEATI oferece, anualmente, 80 vagas anuais para novos ingressantes. O programa mantém duas turmas regulares (formandos) e mais, aproximadamente, uma turma de veteranos[51], alunos que se formaram regularmente e que continuam frequentando o Núcleo. Cada uma das turmas visita o NEATI uma vez por semana, sendo que alguns usuários optam por frequentar o programa mais de uma vez por semana. O NEATI atendeu de 1993 até meados de 2012, cerca de 1900 alunos, sendo que deste total, 890 frequentaram o NEATI por dois anos ou mais.

Além dos debates e palestras ofertadas dentro da programação 'curricular', são oferecidas atividades complementares como yoga; dança de salão; oficinas de artesanatos; hidroginástica; inclusão digital; literatura; línguas estrangeiras (Inglês e Espanhol) e os alunos também participam de ações externas como olimpíadas da terceira idade; concursos de beleza da maturidade; viagens; comemorações; etc. Em parceria com o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural – SENAR, o NEATI oferta cursos técnicos, com periodicidade mensal e duração de 40 horas. Os eixos temáticos de cada curso costumam ser os seguintes:

1. Alimentação Alternativa;
2. Aproveitamento de Resíduo de Madeira;
3. Conservas vegetais – frutas;
4. Conservas vegetais – hortaliças;
5. Cultivo de plantas medicinais e fabricação de remédios caseiros;
6. Produção caseira de derivados da soja;
7. Produção caseira de derivados do leite – requeijões, queijos e iogurtes;
8. Embalagens para presentes;

---

[51] O NEATI foi idealizado, fundado e coordenado por professores do curso de graduação em Pedagogia. Por isso mesmo, o programa tem um pano de fundo educacional. Os alunos ingressam no NEATI e tem uma programação de 4 semestres para se formarem. Neste período cursam módulos educacionais distintos, atualmente dispostos da seguinte forma:
Modulo I - Educação para a Terceira Idade I – Saúde Preventiva;
Modulo II - Educação para a Terceira Idade II – Características da 3ª idade;
Módulo III - Difusão Cultural – Cultura e cidadania;
Módulo IV - Direitos dos idosos.
Os temas abordados em cada um dos quatro módulos são trabalhados por profissionais tanto da Universidade quanto da comunidade em geral. Após cursar os quatro módulos os alunos se formam em uma solenidade, assim como nas formaturas dos cursos de graduação, vestindo a 'beca' e recebendo o 'canudo'. Aqueles que criam mais vínculos com o NEATI continuam frequentando-o na turma dos veteranos, aliás a maior de todas se comparada as demais.

9. Informática básica para a 3ª idade;
10. Pintura em tela e tecido;
11. Panificação caseira;
12. Macramê e festonê;
13. Produção caseira de embutidos e defumados em carne suína;
14. Artesanato com material reciclável;
15. Produção caseira de farinha de mandioca e polvilho;
16. Jardinagem;
17. Crochê básico em barbante;
18. Artesanato com fibras sintéticas;
19. Costura especializada;

Além das atividades descritas, o NEATI atende ainda parte significativa da população idosa institucionalizada do município. Os idosos asilares frequentam o Núcleo duas vezes por semana, sendo beneficiados com atividades de dança de salão, yoga, hidroginástica e oficinas de psicologia. São contemplados com este atendimento, aproximadamente, 30 idosos.

Atualmente, o NEATI é um serviço de grande envergadura na atenção à pessoa idosa no município e região de Rondonópolis e possui parcerias com diversos órgãos da administração pública e privada, tais como:

Fundação Uniselva (gestora dos recursos de convênios da UFMT);
Prefeitura Municipal de Rondonópolis;
Secretaria Municipal de Educação;
Secretaria Municipal de Promoção e Assistência Social;
Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Lazer;
Secretaria Municipal de Saúde;
SENAR– Serviço Nacional de Aprendizagem Rural/FAMATO/ Cuiabá;
Sindicato Rural de Rondonópolis;
SESC – Serviço Social do Comércio;
CMIR – Conselho Municipal do Idoso de Rondonópolis;
Associação de Apoio à 3ª Idade – AATI;
UFMT – Reitoria; pró-reitorias; institutos; Centro de Línguas, cursos de graduação, professores e alunos do campus rondonopolitano.

Rondonópolis é um município de médio porte, situado no sudeste do Estado de Mato Grosso. É uma cidade bastante jovem, tendo completado 59 anos de fundação em 2012. A emancipação do município está atrelada ao desenvolvimento econômico da região e a migração de milhares de famílias devido à farta oferta de terras férteis e a baixo custo; oferta de trabalhos e pela falta de profissionais especializados e qualificados para o exercício de inúmeras funções, das mais às menos qualificadas (da construção civil ao exercício da medicina). Outros vieram para a região de Rondonópolis em busca de diamantes e ouro, pois

algumas cidades vizinhas (principalmente Poxoréu e Guiratinga) foram grandes polos de garimpagem há até poucos anos atrás. Com as leis ambientais o garimpo foi se tornou inviável e, muitas famílias e garimpeiros, acabaram se instalando na cidade de Rondonópolis, por ter maior porte e ser mais bem equipada. As principais atividades econômicas desenvolvidas no município nos dias de hoje é a pecuária e a agricultura extensivas, sobretudo na produção de gado de corte e de grãos. Atualmente a cidade é líder estadual e nacional na exportação de grãos e carne bovina.

Exceto no caso de três idosas, pioneiras na fundação do município, todos os entrevistados são migrantes provenientes de todas as regiões do país (sul, sudeste, norte e nordeste), que chegaram a Rondonópolis em diferentes etapas da vida. No caso dos homens, a vinda a Rondonópolis está vinculada às ofertas de trabalho nos mais diversos ramos, sendo a construção civil e a agropecuária aqueles que mais atraíram a vinda dos entrevistados, familiares e/ou conjugues. A procura de terras férteis e de baixo custo, a agropecuária também foi mencionada pelos idosos como o principal motivador para a migração ao centro-oeste. No caso das mulheres, aportaram em Rondonópolis acompanhando o marido e/ou a família. Alguns homens e mulheres se mudaram para a cidade ainda crianças, acompanhando suas famílias, porém, sempre seguindo trilha aberta por ofertas de trabalho, ou terras. Há casos isolados de idosos que buscaram Rondonópolis para tratamento de saúde, sendo provenientes de pequenas cidades da região.

> Meu marido era assim né, do tipo que não parava em um lugar, ele não tinha parada, ela tava sempre querendo mudar de um lugar pra outro. Aí ele veio trabalhar aqui em Rondonópolis e eu fiquei mais a filha uns três meis. Depois ele foi em casa, ai eu disse onde o boi vai a vaca vai atrás com o bezerrin, falei assim pra ele né. 'Vâmo pra lá? Vô, então eu vô mais a menina'. Desfazêmo de tudo que tinha lá e viemo só com a ropa do corpo. Dentro de uma mala e viemo para aqui. Ele era pedrero né daí quando chegamos aqui não tinha casa nenhuma, fiquei na rodoviária. Faz trinta e um anos que eu tô aqui (informação verbal)[52].

> Fartava de pião pra trabaiá, arruma curral, fazer serviço de prédio, casa de alvenaria e eu sou carpintero, sou pedrero trabalho de tudo um pouco. Eu vim aqui pra trabalha foi em 1982 (informação verbal)[53.]

> Por que a sua família veio pra cá?
>
> É, eu ouvia falar em comprar terra, que aquela época eu via falar no Paraná, tava a influencia do Paraná, a terra vermelha, e depois plantar, e como meu pai tinha parente já aqui que tinha vindo da Bahia, já daqui de Cuiabá pra lá e aqui, uma vez ele optou pra vir pra cá, no começo dos anos cinquenta (informação verbal)[54].

[52] Entrevista concedida pela Senhora Eluzelena, de 63 anos, no NEATI, em abril de 2012
[53] Entrevista concedida pelo Senhor Oralino, de 70 anos, no NEATI, em junho de 2012.
[54] Entrevista concedida pelo Senhor Antônio, de 72 anos, no NEATI, em abril de 2012

> E porque a senhora veio pra Rondonópolis?
>
> Ah, por que o pessoal, meus pais adotivos vieram embora pra cá, mudaram pra cá e trouxe a gente né?
> A senhora veio com quantos anos?
>
> Eu tinha quinze anos.
>
> E eles vieram pra trabalhar?
>
> Trabalhar né? [...] naquela época era estrada de chão, nós gastamos três dias de viagem, pra chegar aqui em Rondonópolis. Então eles vieram pra trabalhar né, pra ganhar a vida, começar tudo de novo (informação verbal)[55] .

> E porque a senhora veio pra Rondonópolis?
>
> Meus pais mudaram pra cá.
>
> E mudaram por quê?
>
> Veio uma irmã dele primeiro, que o marido dela é pedreiro, conseguiu serviço, aí depois ele veio, que ele tava desempregado, aí ele veio junto pra trabalhar.
>
> Veio pra trabalhar com o que?
>
> Servente de pedreiro ele era (informação verbal)[56].

Alguns idosos presenciaram o desenvolvimento da cidade e trazem relatos de um tempo passado de uma vida semiurbana, de um jovem município em desenvolvimento, que contrasta com a realidade urbana materializada no município atualmente:

> Pois é, tinha a farmácia do finado Conrado, e tinha aonde que era o 'Tubarão' hoje tinha um pé de manga, ali que os povo fazia a feirinha era ali. Aí vinha bastante cavaleiro assim do sítio, assim, amarrava aquele monte de animal assim, naquele pé de manga, ali era a feirinha. [...] Era só umas casinhas, coisinha pouca ali mesmo, tinha a loja do seu Henrique, loja de pano, tecido. Aí nos vinha de lá pra cá vender as coisas que tinha um ônibus só na linha de Cuiabá a Rondonópolis, vinha de lá cedo quando era quatro hora voltava, a gente vinha vender as coisas aqui, vinha vender e resolver tudo depressa pra pegar o mesmo ônibus pra ir embora. Aí depois essa feirinha saiu daquele lugar lá que eu to te falando aí foi pra praça dos carreiros, aí a feira já foi na praça dos carreiros, saiu de lá e foi pra praça dos carreiros. Aí foi aumentando, foi aumentando, açougue tinha uns dois açougue aqui em Rondonópolis que era açougue do Ângelo Lima, e o açougue do finado João Surdo, ixi, eu lembro de tudo (informação verbal).[57.]

---

[55] Entrevista concedida pela Senhora Elizabete, de 71 anos, no NEATI, em abril de 2012.
[56] Entrevista concedida pela Senhora Janete, de 63 anos, no NEATI, em abril de 2012.
57 Entrevista concedida pela Senhora Amilta, de 64 anos, no NEATI, em abril de 2012.

6.1 PERFIL DOS ENTREVISTADOS

Antes de tentarmos traçar um perfil dos usuários do NEATI esclarecemos que tal tarefa é um grande desafio, pois, apesar de vivenciarem experiências análogas no envelhecimento, cada entrevistado tem histórias de vidas e narrativas bastante distintas. Por não se tratar de uma pesquisa de análise quantitativa, não realizamos proporções exatas ou percentuais.

A maioria esmagadora dos frequentadores do NEATI é composta pelo público feminino, principalmente por mulheres viúvas entre 60 e 80 anos[58], como exemplo de outros programas de atenção à velhice analisados no Brasil (SILVA, 1999; NUNES, 2000; PINTO et. al., 2000; FIGUEIREDO et. al. 2007; IRIGARAY; SCHNEIDER, 2008). A maioria destas senhoras busca no NEATI a convivência com outras pessoas e atribuem ao envelhecimento uma fase de perdas afetivas, de isolamento, de solidão e depressão. Muitas vezes, "a procura pela universidade dar-se-ia pela busca da plenitude existencial, isto é, o preenchimento de um vazio interior" (MARTINS DE SÁ, 2006, apud IRIGARAY; SCHNEIDER, 2008, p. 214). Desta forma, o NEATI é considerado um potencial formador de vínculos e lugar de assentamento dos frequentadores, ta como acontece no caso de outras universidades abertas à terceira idade (SANTOS, 1997; SILVA, 1999).

> Eu vivia em casa, eu vivia só em depressão. Eu venho aqui eu converso com as pessoa, eu converso com outro, um conta uma coisa que a gente acha graça [...] e quando eu ficava em casa eu só ficava chorando, o povo só me chamava de doida, era desse jeito (informação verbal)[59].

> Depois que o meu marido faleceu se eu não viesse pra cá eu acho que eu poderia ter entrado numa depressão. Porque assim, em casa, por mais que a gente trabalha, faz uma coisa ou outra continua ficando só. A filha vai trabaiá, a neta vai pra escola, a maior parte do dia eu fico só. Então, seu não viesse pra cá, eu acho que eu poderia ter até uma depressão. Então eu me sinto muito bem quando eu venho aqui no NEATI (informação verbal)[60.]

> Vixi, de primeiro, se fosse de primeiro eu já tinha estressado, ficava só estressada, dentro de casa. Eu fico muito sozinha dentro de casa. Aí quando o pessoal falou, "ah Eroltilde, vai procurar um negócio pra você fazer", ai eu achei melhor vir aqui, vim procurar aqui, mas, achei bom. Muita coisa foi só aqui que eu consegui, minha

---

[58] Alguns entrevistados têm idade inferior a sessenta anos de idade. Legalmente não poderiam ser considerados idosos, mas, por estarem frequentando um (ou mais) programa de atenção à velhice, acabam vivenciando a mesma realidade social, política, econômica, etc. dos outros frequentadores de idade mais avançada. Ademais não se pode levar em conta, apenas critérios etários para a classificação de velhice e/ou idade avançada. A literatura aponta diversas formas de sentir e vivenciar o envelhecimento, a partir de marcos não etários, como a velhice biológica; velhice funcional e sociocultural (FERNÁNDEZ, 2009).

[59] Entrevista concedida pela Senhora Alaíde, de 69 anos, no NEATI, em abril de 2012.

[60] Entrevista concedida pela Senhora Eluzelena, de 63 anos, no NEATI, em abril de 2012.

> saúde, o "estressamento" acabou, tudo isso, acabou tudo. [...] Quase não to tendo stress, a saúde graças a deus eu to tendo (informação verbal)[61].

Salvo pouquíssimas exceções, o perfil econômico dos frequentadores é de aposentados contemplados por um salário mínino, atualmente, correspondente a seiscentos e vinte e dois reais. Esta não é uma realidade vivenciada em outras universidades abertas à terceira idade, onde a maioria dos frequentadores recebe de seis a dez salários mínimos mensais (SILVA, 1999; IRIGARAY, SCHNEIDER, 2008). A precariedade de recursos econômicos significa um grande contratempo na vida dos idosos. A busca por fontes alternativas de renda e o desenvolvimento de atividades econômicas são bastante mencionadas nas narrativas:

> Eu crio porco pra ganhar um dinheirinho. Eu que trato de porco, busco uma lavagem, busco farelo lá embaixo na máquina. Eu vô com a minha motinha eu venho e busco o saco de farelo lá embaixo e vô embora. É saco de farelo de arroz de 20 quilos pra frente eu nem amarro, Põe atrás da motinha e vô embora, já acostumei (informação verbal).[62]

> Ah, aposentadoria é o salário mínimo. Aposentei pelo fundo rural né? Como lavrador. Um salário mínimo. Mesmo assim a gente ta feliz. Por que ajuda um pouco né? [...] Eu e a mulher aposentado, a gente tem casa própria né? Mas o aluguelzinho de outra casa. Dá pra gente manter. Dá pra manter (informação verbal)[63].

Noutros casos, as próprias atividades desenvolvidas no NEATI são aproveitadas como fonte de renda, principalmente aquelas relacionadas ao artesanato e produção de mercadorias:

> O que eu sei, que eu já ganhei muito dinheiro depois que eu entrei aqui. Eu já cheguei de fazer até quatro mil reais, nas minhas toalhas de 'macranê'. É, a mulher levou um saco pra São Paulo, comprou de mim e levou. Eu já fiz muito dinheiro aqui, depois que eu entrei aqui, eu conheci as coisas que eu nunca eu vi na minha vida, eu começei a viver com os outros (informação verbal)[64].

> [...] agora eu to só na parte do artesanato, eu vendo, peguei uma freguesia muito boa principalmente na parte das bolsas, graças a deus. Muito bom. E é assim. Eu vendo bem, ensinei a Ana Romão, eu fiz um, a Izabel veio com um material dela falou pra mim: "Cida, é pra você fazer meio a meio, que ela quer umas bolsas", eu falei "Mas eu não tenho tempo, agora" né? Por que agora graças a deus eu tenho muito trabalho né? E aí eu encaixei meu marido [...]. Aí eu falei pra ele: "João, vamos aprender a cortar e costurar?", aí ele falou assim: "ah, eu não vou mexer com isso não". Eu falei: "vai, vai velho, você sabe dirigir um caminhão trinta e tantos anos da sua vida né, que é mais difícil controlar um caminhão? Uma máquina você não vai controlar? Aí ele aprendeu professor. Ele aprendeu, ele hoje que corta meus artesanato, corta meus trabalhos de pet, que eu trabalho com pet né, aqueles trabalhinho lindo (informação verbal)[65].

---

[61]Entrevista concedida pela Senhora Erotilde, de 72 anos, no NEATI, em abril de 2012.
[62] Entrevista concedida pela Senhora Eluzelena, de 63 anos, no NEATI, em abril de 2012.
[63] Entrevista concedida pelo Senhor João Messias, de 70 anos, no NEATI, em maio de 2012.
[64] Entrevista concedida pela Senhora Ana Maria, de 63 anos, no NEATI, em abril de 2012.
[65] Entrevista concedida pela Senhora Maria Aparecida, de 58 anos, no NEATI, em maio de 2012.

Os frequentadores do sexo masculino em sua maioria vêm ao NEATI acompanhar suas respectivas esposas, ou, no caso dos solteiros e viúvos, ‘procurar namoradas’. Na maioria dos casos os homens buscam no NEATI e outros programas voltados à terceira idade, principalmente, o cuidado consigo mesmo e com a saúde:

> Eu frequento o NEATI, a igreja e também vou dança no clube da terceira idade no clube da associação que eu também sou sócio, e pago 25 por mês e também lá no salão. Esses dias eu arrumei essa mulher aí.
>
> Então o senhor está namorando?
>
> To namorando, ela é daqui do NEATI também. É a Aurora, ela faz parte daqui. Ela tá aqui dentro, eu ia dança com ela hoje (informação verbal)[66].
>
> O senhor é casado, solteiro, viúvo, divorciado?
>
> Eu já casei, fiquei viúvo, casei com uma outra [...] separei faz uns três anos e mulher já tive umas oito (risos).
>
> O Sr. Arranja bastante namorada nos grupos de terceira idade?
>
> Não, agora eu to com uma companheira.
>
> Foi na terceira idade que o senhor a conheceu?
>
> É, foi ali na AATI[67].
>
> Por exemplo, assim, a gente pega, tem mais amizade, mais conhecimento, pega amizade com bastante gente. E por exemplo assim, ta desenvolvendo mais assim, por exemplo, o nervo ciático estava muito ruim e tal, e nessas atividade física aí já melhora muito. Eu acho que a saúde melhorou muito por que por exemplo assim, minha pressão ta controlada e não tenho pressão alta né? Sou uma pessoa que nunca deu diabete, nem essas coisas não, graças a deus.
>
> Está com a saúde em dia seu João?
>
> Eu, graças a deus (informação verbal)[68].

Alguns idosos relatam que frequentam o NEATI por recomendação médica. O programa tem muita visibilidade no município de Rondonópolis e tem servido de aliado da medicina para o cuidado da saúde dos longevos:

> Quando eu vim pra qui, vim mandada pelo médico né, por causa da hérnia de disco, porque, se eu ficar muito tempo sem fazer exercício o nervo vai passando por cima

---

[66] Entrevista concedida pelo Senhor Oralino, de 70 anos, no NEATI, em junho de 2012.
[67] Entrevista concedida pelo Senhor Mário, de 70 anos, no NEATI, em dezembro de 2012.
[68] Entrevista concedida pelo Senhor João Messias, de 70 anos, no NEATI, em maio de 2012.

> da hérnia de disco e vai encolhendo as minhas perna. Ai o médico falou, já que a senhora tem essa oportunidade, ai o médico deu o encaminhamento. Aqui eu sinto muita paz (informação verbal) [69].

> Aí eu fui no médico, o médico falou, "não, mas você tem que fazer caminhada". Falei pra o médico, "mas eu fui fazer caminhada", eu teimei outra vez e fui fazer de novo, aí o joelho travou. Como aqui tem hidroginástica o médico me mandou vir pra cá por causa dessa perna (informação verbal)[70].

A escolaridade dos entrevistados costuma ser o primeiro grau[71] incompleto. A infância isolada na zona rural e a necessidade de trabalhar desde os primeiros anos de vida são os empecilhos usualmente citados como justificativa da falta de uma vida escolar mais ampla.

> Eu tenho o fundamental incompleto: assim mesmo porque meu pai pagou um professor, um cuiabano velho lá, e ai pôs lá pra nós no sítio, e aí ele enfezou que não queria dar aula só prá, acho que era vinte, o pai conseguiu vinte aluno, e ele não ia dar aula só pra esse povo não. Ele ia embora, ele era de Cuiabá. Aí o pai falou: "moço, você fica moço, é nossos vizinho aqui" é turma que vinha gente de duas légua de distância. Ele disse "não vou ficar de jeito nenhum", o ganho dele era pouco. Ele foi embora e pra nóis acabou, não achou outro, ficou só nisso, e com isso eu fui, mamãe ensinando, ainda tudo errado que ela nunca também não teve aula. Ela ensinava nós a ler o "ABC", sabe como era? A, B,C,D,E, FE, G, H, JI, K, L...ah moço, quando eu fui pra escola que o professor pôs eu pra ler que eu li assim, "você não ta vendo que ta errado"? Ah, pois mãe ensinou assim, né? E ele chegou lá, "J, K, L"Ah, pra mim aprender esse "J", moço do céu, era "JI", "JI". Mas meu pai, quase que apanhava de palmatória por causa disso, eu tinha um medo dele, chega eu tremia (informação verbal)[72].

> Você já ouviu falar, quando se começa o primeiro aninho ali, e tal, tal, tal? Sim, é aquele, o primeiro aninho. Não consegui fazer o segundo o terceiro, quarto, quinto. Aquele tempo tinha, você ia fazer o primeiro né, primeiro, segundo terceiro grau, mas minha escolaridade é muito pouca. Eu tive muita prática né, fui criado numa escola do mundo, a prática especial até que ela é, ela não é tão ruim a escola do mundo, então ela deixa o cara bem esperto. Mas grau de estudo eu tenho muito pouco, é, seria o básico né? (informação verbal)[73]?

> Eu sou um cara assim, que eu tive leitura, mas não tive oportunidade na minha época. Eu vou te falar, eu não posso nem falar que série eu tenho, eu estudei uns dias com assim, naquela época uns professor, assim uns mestre falava, quinze dias e pagava, e eu to dizendo eu aprendi um pouquinho assim, eu não sou analfabeto, eu leio, escrevo e tal (informação verbal)[74].

"Tenho primeiro grau incompleto, sei ler, sei escrever, mas pouco. Pro gasto" (informação verbal)[75].

---

[69] Entrevista concedida pela Senhora Maria Conceição, de 50 anos, no NEATI, em maio de 2012.
[70] Entrevista concedida pela Senhora Alaíde, de 69 anos, no NEATI, em abril de 2012.
[71] Equivalente ao ensino fundamental atualmente.
[72] Entrevista concedida pela Senhora Izanilde, de 70 anos, no NEATI, em maio de 2012.
[73] Entrevista concedida pelo Senhor Geraldo, de 65 anos, no NEATI, em maio de 2012.
[74] Entrevista concedida pelo Senhor João Messias, de 70 anos, no NEATI, em maio de 2012.
[75] Entrevista concedida pela Senhora Iracema, de 62 anos, no NEATI, em maio de 2012.

“Não sei ler, só assino o nome” (informação verbal)[76].

“Eu tenho pouco estudo, muito mal eu leio um pouco. Mas pra mim escrever, eu escrevo faltando letra” (informação verbal)[77].

> Eu fiz a quarta série, mas, primário né? Na época não tinha quase estudo, morava no mato né? E não tinha condições de estudar, aí, quando saí do mato pra trabalhar, fui trabalhar com máquina né, operador de máquina, aprender a profissão, daí não tive tempo de estudar. Dediquei mais ao trabalho do que ao estudo. Que era obrigado né? (informação verbal)[78].

As dificuldades em frequentar a escola extrapolaram as fronteiras econômicas e territoriais, sendo reforçadas ainda por intempéries relacionadas a questões de gênero, principalmente o machismo exercido pelas autoridades paternas. Algumas idosas mencionaram que na infância, o pai não permitia que as filhas estudassem, pois o estudo só teria serventia para ‘escrever cartas para os namorados’:

> Eu não estudei, agora que eu to estudando professor. Na época meu pai mais, achava que estudo pra filha mulher era meio assim, só pra escrever pra namorado. Sabe aquelas pessoas assim que era mais antiga né? Então, eu não estudei. Eu sei algumas coisas que eu to aprendendo agora depois que meus filho casou, que eu to indo pra escola eu to aprendendo. Agora eu já leio bastante coisa, mas escrever mesmo eu não sei escrever direito. Agora que eu to aprendendo (informação verbal)[79].

> Tive um pai do tempo do lampião, foi muito ruim assim, só sabia bater, ensinava a trabalhar e apanhar. Nem estudo podia dar estudo. Meu pai é daquela época que falava assim: “a filha mulher aprendeu a fazer o nome não precisa mais estudar, porque se não, vai escreve cartinha pro namorado, então é só na roça” (informação verbal)[80].

A falta de estudos, muitas vezes, é um importante motivador para o ingresso no NEATI. Muitos idosos, nas conversas cotidianas, não utilizam à sigla NEATI ao denominar o lugar que frequentam, substituindo-a por UFMT, fazendo assim alusão ao espaço universitário, ao espaço do conhecimento. Alguns deles encontraram no NEATI uma oportunidade de materializar um projeto de vida não alcançado na juventude e na idade adulta: frequentar a universidade. Os cursos técnicos ofertados pelo NEATI, e os certificados de participação dos módulos curriculares, são condecorações que exibem com orgulho.

---

[76] Entrevista concedida pelo Senhor Valdir, de 69 anos, no NEATI, em junho de 2012.
[77] Entrevista concedida pela Senhora Alaíde, de 69 anos, no NEATI, em abril de 2012.
[78] Entrevista concedida pelo Senhor João Oliveira, de 58 anos, no NEATI, em maio de 2012.
[79] Entrevista concedida pela Senhora Maria Aparecida, de 58 anos, no NEATI, em maio de 2012.
[80]Entrevista concedida pela Senhora Maria Conceição, de 50 anos, no NEATI, em maio de 2012.

> Depois que a senhora passou a frequentar o NEATI, sua vida social mudou algum coisa?
>
> Mas demais! Mudou, mudou assim, que isso aqui pra mim é uma família que eu tenho, a melhor coisa que existe é a terceira idade e agora com esse negócio da informática melhorou mais ainda. Agora vem o curso de inglês pra nós. Eu tenho muita vontade de fazer uma faculdade [...] (informação verbal)[81].
>
> Olha, muitos e muitos cursos que eu fiz aqui, eu tenho muito diploma em casa de muitos cursos, eu fiz bastante mesmo. Acho que uns dez cursos, acho que eu fiz aqui, se vê, eu tenho dez anos aqui, muita coisa mesmo. O último curso que eu fiz foi dos derivados do leite, na época de dezembro do ano passado (informação verbal)[82].

A maioria das mulheres narraram que ao longo da vida desenvolveram trabalhos domésticos, declarando serem 'donas de casa', ou 'do lar'. Para estas mulheres a principal tarefa como donas de casa era constituir família e cuidar de sua prole. Mesmo diante de um relacionamento frustrante e, muitas vezes, extremamente prejudicial, estas mulheres não se desligavam de seus laços matrimoniais e continuavam exercendo a função de esposas e mães, conforme se pode observar na história abaixo:

> Porque meu marido era da polícia, e ele era tão assim, da polícia que quando nós viemos pra cá, as mulherada falou assim "não vai não, não vai pra lá não", mas pra onde ele ia, eu tinha que acompanhar. Eu tinha quatro criança, tudo pequeno. Eu saí da casa de meu pai, eu sozinha, pra mim largar dele, pra ficar com quatro filho pra mim e criar, não, não existia. E ele bebia muito. Escurecia, amanhecia na zona e eu criei meu filho só eu e deus, e eu trabalhava na cozinha dos outros pra criar meus filhos, meus filhos hoje em dia sabe ler, todos elas são concursada, tem seu estudo bem, bem empregada. [...] se fosse pelo pai meu filho, não sabia nem assinar o nome, que ele não tava nem aí. Ele queria saber sabe do que? De mulherada, de beber. Aí então ele vai trabalhar de noite, eu nem dormia, ele levantava de noite olhava na calçada e falava assim, "ó, ele tá morto lá na calçada", eu levantava, olhava e não tinha ninguém. Mas não é, é que vinha na minha cabeça. Aí eu ia pro hospital, tudo engrenhado de nervoso, o pé frio, a mão fria, aí o médico foi, teve que juntar médico sete médico e falou assim "é, o jeito que tem é passar pra esse remédio aqui". Mas eu não sabia que esse remédio era essa droga. E é, pra você comprar ele, ele vai, a gente vai na receita federal, telefona pra lá, aí que eles dão a ordem que é pra comprar com um chequinho azul, se não é isso eu não compro não. Então já eles me dão três caixas, já dura um ano eu tomando eles, sinto bem, eu não andava de ônibus sozinha. Não, eu não andava não. Agora eu vou, eu e deus, pra todo lugar que eu vou, eu danço, eu vou pro baile. Hoje falo pra ele assim, que ele fala assim "é, agora, essa lei que colocou agora, é uma lei ordinária que você não tem vocativa de falar com as mulher, a mulher manda nelas". É, o meu marido fala isso, fala, fala (informação verbal[83]).

Enquanto a maioria das mulheres se dedicaram à família e às tarefas domésticas, os homens relatam um passado dedicado ao trabalho.

---

[81] Entrevista concedida pela Senhora Maria Acácia, de 67 anos, no NEATI, em novembro de 2012.
[82] Entrevista concedida pela Senhora Terezinha, de 60 anos, no NEATI, em dezembro de 2012.
[83] Entrevista concedida pela Senhora Ana Maria, de 76 anos, no NEATI, em abril de 2012.

> [...] a minha vida se tornou assim que eu dediquei a minha vida ao trabalho [...]
>
> O senhor veio procurar uma atividade então nos grupos?
>
> É, eu vim caçar uma vida que eu não tive né, que foi tudo dedicado ao serviço né? Vim viver a minha vida (informação verbal)[84].

> O senhor acha que depois que ficou mais velho, ficou mais ou menos dependente, teve uma vida mais ou menos ativa?
>
> Eu acho que sim, ficou mais ativa. Porque quando eu vivia do trabalho, a gente tem hora que não participa muito das coisas, porque a gente tem os deveres né, então muita coisa você é obrigado a, não pode participar, por que "ah, tem isso pra fazer, tem isso, tem aquilo". Então hoje que ou tô mais ou menos desligado de trabalho, uma coisa e outra, a gente ficou mais livre, então essa terceira idade aqui pra gente é um canal que você pelo menos né, ta fazendo relações públicas, né? (informação verbal)[85.]

Em pesquisa recente, realizada em um grupo de convivência, Fernandes e Garcia (2010) chegaram às mesmas conclusões sobre a relação da velhice com trabalho na vida adulta. Conforme as autoras citadas, a falta de realizações vivenciadas na velhice, atrelada aos estigmas do envelhecimento, faz com que os velhos compensem esta realidade resgatando os 'feitos do passado', resgatando memórias de um tempo onde eram atores sociais ativos.

No campo, ou na urbe, o trabalho é mencionado como o principal afazer na vida adulta entre os entrevistados do sexo masculino. O trabalho material, ou braçal é sempre o mais mencionado, talvez, pela realidade vinculada à baixa escolaridade dos entrevistados. Histórias de bravura, de perigos, de coragem e destemor sempre acompanham as narrativas dos homens que afirmam sua masculinidade descrevendo tarefas perigosas e exibindo as marcas que o trabalho deixou nos seus corpos:

> Eu no sítio criava porco, engordava, olha aqui o que resultou (mostra uma cicatriz na mão), em tempo de criança eu joguei uma abóbora pra cima pra cortar e o facão desceu e pegou aqui ó. Em tempo de criança. Saiu tanto sangue que eu cheguei a desmaiar. [...] Olha aqui ó (mostra uma cicatriz na perna) os enzo de cortar alfafa pros cavalo. Olha aqui a motosserra, mas isso já é mais tarde, mas eu tenho sinais de tudo. Olha aqui (exibe a mão) que eu tava faquejando uma madeira, pra fazer uma viga, pra fazer um barracão, eu meti o machadinho faquejando. Tá vendo esta cicatriz aqui (mostra o pé), quebrei a unha, comecei a trabalhar com empilhadeira de boi de trigo e o boi pisou em cima dessa unha, ficou dentro do sapatão, mas isso eu já tinha uns 20 anos de idade já .[...] Trabalhei no DR, trabalhei em serviço de ponte, em serviço de encanamento d água, elétrica também eu trabalhei. Trabalhei no serviço de ponte, dentro do ar comprimido, olha aqui o que que o ar comprimido fez (mostra uma cicatriz na perna). Cortou um fio, eu tava de perna aberta lá, em

[84] Entrevista concedida pelo Senhor Mário, de 70 anos, no NEATI, em dezembro de 2012.
[85] Entrevista concedida pelo Senhor Luiz Gabriel, de 71 anos, no NEATI, em maio de 2012.

> cima da campana de ar e daí os cara disse: “tá apagado este refletor”. Eu fui ver o que que era. “Vocês não descascaram este fio?” ai eu escutei um “tic” e de repende ‘jukti”. Nossa Senhora! Rapaz do céu! Descia a corrente elétrica pelas veia do sangue, parecia que eu ia morrê, o zói fazia fogo. [...] Eu analfabeto mesmo fui mestre de obras, só pela sabedoria e vontade de trabaiá. Mestre de obra é difícil ser e, analfabeto, dá pra dizer que eu sô. Mestre de obra, serviço de prédio e armação de ferro. Aquela vez que eu quase cai do prédio eu desenrosquei aquela armação de ferro, joguei o gancho pra lá, joguei o cabo pra lá e o cabo enrosca de baixo da minha luva de couro, quando di um grito o cara ponho de volta. Mas olha pensei que eu ia morrê, 27 andares eu tava de altura. Três, quatro vezes já eu quase morri, mas quando não chega a hora não morre. Uma vez com o caminhão, que eu tava descendo a serra, que eu tava trabalhando em uma firma construtora de estrada, mandaram puxar uma máquina pesada com um Alfa, aquela carreta Alfa Romeu né, sucatão velho. E o Alfa quando começa a descer parece que trava a máquina. Foi em Salto Ozório, perto do Paraná, onde estava construindo a estrada. Daí encostei no barranco a máquina pendeu aí parei. No lado de baixo parecia até a foz do Iguaçu. Mas olha, se eu caísse lá adeus, não achava nem o caminhão mais, nem o trator de quarenta toneladas. Quando comecemos a descer lá em Salto Ozório o caminhão não segurava, parecia que travava a máquina. Ai eu olhava pra baixo, pelo amor de Deus! Ai a primeira pedra que eu achei eu encostei e puxei o cavalinho fora. Aí a máquina, com o peso pendeu e foi na valeta, caiu fora da carreta, mas ficou em cima, meio em cima, meio em baixo, não tinha quem guinchasse aquilo lá. Ainda o engenheiro falou: “O Oralino, não tinha um outro lugar pra você encostar, pô”. Eu falei: “Ó Dr. Benito, de graça eu encostar aqui, porque se desce lá pra baixo, adeus caminhão, adeus máquina, adeus eu com a família em Curitiba e seis crianças pequenas” (informação verbal)[86.]

6.2 ANÁLISE DAS ENTREVISTAS

Tal como foi esclarecido anteriormente, as análises se pautaram pela identificação de temas que afloraram nas entrevistas, relacionados à questão do protagonismo político e social. A seguir será discutido cada tema visando, no final, a composição de um quadro geral do protagonismo na velhice.

6.2.1 História de vida na família infância

Os entrevistados, em sua maioria, narram histórias de vida que tratam de uma infância vivida em uma grande família nuclear situada no campo. A na zona rural exigia muitos esforços dos entrevistados, sobretudo, de uma infância vivenciada no trabalho ‘na roça’. Neste contexto, a infância foi um nivelador nas narrativas, pois o trabalho sempre acompanhou a história de vida destes idosos. Muitos deles, ao se depararem com a infância vivenciada na

[86] Entrevista concedida pelo Senhor Oralino, de 70 anos, no NEATI, em junho de 2012.

atualidade, sentem que não a tiveram, comparando suas experiências das primeiras idades da vida como uma ‘não infância’.

> Ah, meu início de tempo de criança eu fui uma pessoa assim, eu não tive infância. Por que a gente trabalhava na roça né, a gente mexia com lavoura, e a gente tinha assim, uma vida muito sofrida, meu pai era separado da minha mãe, tinha as outras irmãs. Meu pai separou da minha mãe foi embora pra Bahia de volta, levou duas irmãs minhas da gente e na estrada ela ficou doente, morreu a minha irmãzinha, e eu não vi mais. Então é uma coisa assim, a gente tem uma vida muito, assim, as coisas há tempos atrás muito, como que eu vou te dizer, muito sofrida, a gente passou por muitos momentos difíceis. [...] Aí eu fui crescendo, nessa época eu já tava com onze anos, onze anos que eu vinha com a minha mãe, trazer as coisas pra vender, aí fui crescendo, crescendo. Aí a gente foi embora pra ‘Irenópolis’, você sabe ‘Irenópolis’ ao lado de ‘Juscimeira’, um patrimoniozinho assim pequenininho, aí fomos pra lá. Aí lá já foi a juventude, aí era só trabalhar na roça. Trabalhava na roça, e lavava roupa, cuidava do serviço de casa e estudava cedo, quando era de meio dia pra tarde aí a gente ia pra roça colher café na fazenda de um japonês que tinha lá. E minha mãe fazia farinha e vendia lá mesmo assim, e a gente foi vivendo através da lavoura né, e as coisinhas que ela vendia assim (informação verbal)[87].

> Trabalhava, na roça. criança, trabalhava na roça. Eu trabalhava no sítio, eu colhia, eu plantava, meu pai tocava lavoura, você sabe, fiar algodão, tecer rede, a rede pra nós deitar.
>
> Isso quantos anos mais ou menos a senhora tinha?
>
> Uns treze anos, quatorze, por aí.
>
> Então a senhora já trabalhou muito, né?
>
> Eu atravessei água, com água por aqui. Pra cortar arroz. Não tinha aquele arroz de caixinha, que cortava? Tudo isso eu fiz. Colher feijão (informação verbal)[88.]

> Meu pai era bom demais, mas quando ele bebia meu filho! Faltava matar nós tudo. Ele ciumava de mãe, ele que bebia pra lá, e mãe ficava trabalhando mais nós tudo, e ele chegava e batia em nós tudo.
>
> E ele não trabalhava?
>
> Trabalhava, ele era uma onça pra trabalhar e queria que nós trabalhasse que nem ele. Na roça, no pilão, inchada, carregar pau pra fazer cerca, olha minha cabeça como é (faz um gesto mostrando a cabeça)
>
> É chata?
>
> De pau, carregar pau pra fazer cerca, e tudo isso, não gosto nem de contar (informação verbal)[89].

> A gente morava na roça, trabalhava na roça. Ajudei meu pai capinar roça, colher milho, apanhar café, varrer café debaixo dos pé, abanar, tudo isso eu já fiz (informação verbal)[90].

---

[87] Entrevista concedida pela Senhora Amilta, de 64 anos, no NEATI, em abril de 2012.
[88] Entrevista concedida pela Senhora Ana Maria, de 76 anos, no NEATI, em abril de 2012.
[89] Entrevista concedida pela Senhora Izanilde, de 70 anos, no NEATI, em maio de 2012.
[90] Entrevista concedida pela Senhora Janete, de 63 anos, no NEATI, em abril de 2012.

Poucos dos entrevistados vivenciaram uma infância citadina. Mesmo na cidade, o trabalho foi mencionado como principal afazer na vida de criança:

> Minha infância foi na cidade, eu nunca morei em campo. [...] A minha mãe tinha pensão, a primeira pensão de Rondonópolis, ai comprava as coisa, ia mexer com roupa de cama, depósito, fazia a ficha das pessoas que ia ficar na pensão. Eu que tomava conta (informação verbal)[91].

> Como é que foi sua história de vida na infância? Foi na zona rural, ou foi na cidade?
>
> Foi cidade, zona rural, tudo misturado. Eu trabalhei em garimpo, roça e na cidade, servente, igual eu falei pra você, em vários tipos de coisas, vários tipo, empregado do comércio, vários tipos de serviços. Desde engraxate, carregador de água, quando não tinha água encanada aqui, pegava do rio e vendia as latas d'água (informação verbal)[92].

Acostumados com o modelo da família nuclear burguesa, de vínculos sólidos, lineares e perenes; de uma família composta por vários membros, a maioria dos idosos estranham os rumos que a família tem tomado no contemporâneo. As narrativas tratam que a família que estes idosos constituíram, na atualidade, se distingue muito daquela que viveram na casa de seus pais. As histórias descritas trazem à tona a realidade de uma organização familiar fragmentada, onde o idoso tem pouca importância. A dedicação ao trabalho vivenciada pelos idosos se repete na vida de seus filhos, porém, os entrevistados encaram que a falta de atenção de sua prole, para com eles, denota um profundo descaso.

> Não fico sozinha, não fico e fico, por que sai todo mundo e vai trabalhar. É no mesmo quintal, eles moram dentro do que é meu. A nora é nordestina, você sabe como que é nordestino né? Tem uns bom, outro é ignorante, é assim. Ela mesmo se eu for falar com meu filho, que eu fui falar com ele um dia que ele tava bebendo muito, ele gasta o dinheiro dele a maioria na bebida, e ela acompanha ele. Por que, se você tem sua mulher, vocês tem que combinar vocês dois né? Às vezes se tem uma coisa que você não faz do gosto dela que não tá certo, aí o que ela vai falar, ela não vai brigar com você, ela vai falar, "fulano, não é desse jeito, é assim, assim e assim que você tem que fazer". Aí você se raciocina naquilo, e fala assim "ah, minha mulher ta certa eu vou endireitar". Agora, é igual aquele ditado, dizer, quando um não quer dois não brigam, é esse o negócio. Se ele bebe, e ela não bebia, o caso dele beber ela achou que ela tinha que entrar. Tem dia que meu neto vem pedir, "vó, me dá cindo reais aí vó, que eu tenho que comprar um negócio pra mim fazer lá na escola, um trabalho e eu não tenho", "me dá dez vó", se eu tiver eu tiro e dou (informação verbal)[93.]

Em detrimento a convivência familiar experenciada na infância, adolescência e idade adulta, na velhice, alguns idosos relatam vivenciar um cotidiano recluso, solitário e isolado. O

---

[91] Entrevista concedida pela Senhora Izabel, de 60 anos, no NEATI, em maio de 2012.
[92] Entrevista concedida pelo Senhor Antônio, de 72 anos, no NEATI, em abril de 2012.
[93] Entrevista concedida pela Senhora Alaíde, de 69 anos, no NEATI, em abril de 2012.

declínio da função de mãe e, no caso de idosos a idosas, o afastamento do mundo do trabalho significa uma grande perda psicossocial e de espaços de pertencimento. A casa vazia costumava ser o *locus* de assentamento dos idosos antes de frequentar os programas de atenção à velhice. Por isso mesmo, muitos idosos relatam que buscaram o NEATI para se afastar de um estado de solidão, depressão e isolamento social.

> O que a sua participação aqui no NEATI mudou pra senhora, quais foram os ganhos, depois que a senhora entrou pra cá?
>
> A gente faz muita amizade, a gente faz muitas atividades, a gente não fica só fechada em casa, eu gosto muito. Gosto muito de vir pra cá por que eu já fiz o curso aqui da terceira idade né, eu já fiz aqui. Agora eu to retornando, então é um grupo social, do qual eu estou fazendo parte, estou me socializando (informação verbal)[94].

> Depois que o senhor passou a frequentar aqui o NEATI, o que mudou na sua vida?
>
> Aqui é bom pra você arrumar amizade, com todo mundo, e saí né? Por que se não, ficar em casa? Vai ali no baile ali um pouquinho (informação verbal)[95].

> O que a sua participação aqui no NEATI mudou na sua vida?
>
> Ah, mudou bastante sim, porque primeiramente a gente fica mais liberal, fica mais a vontade com as colegas a gente conhece uma conhece outra, passa a fazer amizade com uma, passa a fazer amizade com outro, passa a conhecer os professores. [...] E a gente sente assim, uma coisa mais útil, parece que a gente passa a conhecer mais pessoas, e parece que as pessoas dá mais valor a gente, onde encontra tem aquela amizade, e pra mim foi ótimo, pra mim foi uma mudança maravilhosa. Imagina se eu ficasse dentro de casa ali só olhando pra parede, sem agir nada. Não, a gente sai já, "ah, hoje eu vou ver fulano, eu vou encontrar com fulano aí, é muito bom, pra mim mudou bastante, eu desenvolvi bem [...] e é ótimo, ta sendo ótimo (informação verbal)[96].

> O que mudou na sua vida depois que a senhora começou a frequentar aqui o NEATI?
>
> Vixe, mudou muita coisa. Eu fiquei, arrumei mais amizade, sobre, isso, e aprendi também uns cursinhos aí também, fiz bastante curso aí, aqui no NEATI. Bastante curso. Aí gostei muito, depois que eu participei aqui, comecei conhecer bastante pessoas e senti bem melhor do que antes (informação verbal)[97].

> Quando se vai ficando muito em casa você vai sentindo, sabe quando uma pessoa ta lá no fundo do poço, ninguém gosta muito de conversar cá gente não, até os filhos tem vez que dá uma idinha lá em casa, fica um poquim e cai fora, né? Aqui não, aqui esse pessoal conversa com a gente, quando a gente faz um curso tudo junto é tão bão, a gente fica trocando ideia (informação verbal)[98].

---

[94] Entrevista concedida pela Senhora Elizabete, de 71 anos, no NEATI, em abril de 2012.
[95] Entrevista concedida pelo Senhor Valdir, de 69 anos, no NEATI, em junho de 2012.
[96] Entrevista concedida pela Senhora Valdete, de 68 anos, no NEATI, em junho de 2012.
[97] Entrevista concedida pela Senhora Izanilde, de 70 anos, no NEATI, em maio de 2012.
[98] Entrevista concedida pela Senhora Maria Conceição, de 50 anos, no NEATI, em maio de 2012.

6.2.2 As narrativas sobre o protagonismo: o que contam as histórias de vida?

Ao tentarmos direcionar nossas entrevistas ao objetivo principal da presente pesquisa, mapear o protagonismo político e social do idoso fazíamos perguntas mais estritamente vinculadas ao tema, como por exemplo: ‘ O(a) senhor(a) participa, ou já participou de algum movimento ou organização política?’; ‘Atualmente, em quais espaços da vida o(a) senhor(a) participa ativamente, como líder, como figura principal?’; ‘Qual é a sua implicação e entendimento sobre movimento e organizações políticas e sociais?’; O que o(a) senhor(a) acha do governo, dos líderes e da política em geral?’ e assim por diante.

Poucos idosos participam como protagonistas de movimentos políticos e sociais. A maioria daqueles que exercem a função de protagonistas, o fazem no espaço de suas próprias casas e nas igrejas em que frequentam. O idoso como protagonista político existe, de fato, no âmbito da literatura, principalmente naquela difundida pelos intelectuais orgânicos do governo, que difundem a noção de que os idosos têm se apoderado das instâncias de gestão de estado. Na realidade, mesmo com a refuncionalização da velhice nos espaços e atividades da terceira idade, os mais velhos tem sua força minada para ingressarem nos palcos do protagonismo político.

A participação política da maioria dos entrevistados é praticamente uma formalidade do regime democrático vigente no país e se restringe ao voto nos dias das eleições. Este é o único instante em que o idoso tem, de fato, nas mãos o poder de decidir os rumos políticos do país. Burdeau (1986, apud MONTAÑO, 2003, p. 71) denomina de ‘democracia governada’ a participação política dos cidadãos restrita ao ‘silencioso ano eleitoral’, quando a população é intimada a para votar; “uma vez cumprido este ritual, a total dominação está legitimada”.

Desta forma, o voto foi a principal menção, feita pelos entrevistados, em relação as suas participações políticas:

> O senhor já atuou, ou atua, em alguma organização política? Já ocupou algum cargo político, ou já participou de associação de bairro, de sindicato, etc?
>
> Não, não. Nunca, nada. Só dou meu voto e ninguém fica sabendo. Nem pra esposa eu não falo e também não obrigo ela a votar, ela vota em quem ela quiser [...] Não sou muito chegado nesse negócio de sindicato, negócio de bairro, e também assim de qualquer coisa política. Eu só dou meu voto pra quem, às vezes eu acho que merece, não vou dizer que merece, mas às vezes a gente acha né? Que é o menos pior (informação verbal)[99].

[99] Entrevista concedida pelo Senhor Antônio, de 72 anos, no NEATI, em abril de 2012.

> O que a senhora entende por movimento e organização político e social? O que a senhora acha que é isso?
>
> Eu francamente não entendo muita coisa, não entendo, falar a verdade, não entendo, nada. Eu sou muito isolada sobre essas coisas né, eu de política, você fala política?
>
> Política geral?
>
> Geral. Política mesmo que eu entendo é só o voto.
>
> A senhora só vai e vota?
>
> Só vou e voto e pronto. Escolho o candidato que a gente fala que é o certo e o ideal né, e a gente interessa e vota, só isso que eu entendo, né? Mas, muita coisa assim, por fora. Eu sou isolada (informação verbal)[100].
>
> O que a senhora acha que é um movimento político, um movimento social, uma organização político-social?
>
> Vixe, aí eu nem sei falar sobre política, não entendo nada de política.
>
> E o que a senhora acha da política, do governo, do estado, dos políticos em geral?
>
> Vixe, os políticos só é bom antes de ganhar. Depois que ganha? Eu, falar verdade, eu não sei falar nada sobre política, porque político às vezes eles surpreende a gente. Aí eu acabei até a vontade de votar, assim, a gente só vota mesmo porque gosta de dar o voto né? Mas, negócio de política pra mim, tô fora (informação verbal)[101].
>
> Depois que o senhor passou a vir pro NEATI, o senhor acha que a sua concepção sobre política se alterou também?
>
> Deu uma melhorada bem sim, a gente tem um bom entendimento pelas aulas, pelas explicações né e pelas palestras que a gente tem aqui.
>
> O Sr. Já teve algum tipo de atuação política durante a sua vida?
>
> Não, só participei como eleitor (informação verbal)[102].

Em alguns casos, o absenteísmo da vida política é tão estridente, que até mesmo a escolha do candidato é delegada a um terceiro:

> A senhora já atuou em alguma organização política?
>
> Nada, nada, nada.
>
> Que tipo de atuação política a senhora tem:
>
> Quando é na época de votar meus filhos, eu escolho os candidatos deles e voto. Eu vou lá e voto. Não participo de política nem por dinheiro. Eu não consigo entender este negócio de política não. Vem um fala, outro fala, eu assisto muito televisão e

[100] Entrevista concedida pela Senhora Valdete, de 68 anos, no NEATI, em junho de 2012.
[101] Entrevista concedida pela Senhora Idalice, de 59 anos, no NEATI, em maio de 2012.
[102] Entrevista concedida pelo Senhor Valdevino, de 52 anos, no NEATI, em novembro de 2012

> ouço uma falar e outro, mas não consigo entender este negócio de política não. (informação verbal)[103].

Quando questionados acerca de suas opiniões sobre a política, os idosos demonstraram rejeição a esta seara. As menções à política sempre remetem à figura do político de má fé, mentiroso, corrupto e cobiçoso, inclinado aos interesses pessoais em detrimento do interesse público. Na compreensão dos entrevistados a política está vinculada a algo ruim, desabonador, exercida por pessoas de má índole, de mau caráter, seja na administração pública, seja nos sindicatos, ou, até mesmo, nas associações de bairro, a figura do político é sempre manchada de pejorativismos, imoralidade e tantas outras máculas. Se envolver com a política, no entendimento dos idosos, é se corromper, é se envolver em uma instância satanizada. Sem dúvidas este entendimento vem de uma experiência no real, pois muitos deles citam episódios cotidianos noticiados nos meios de comunicações, ou ainda, vivenciados em suas experiências de vida que reforçam a imagem conspurcada da política. Os principais rasos vinculados à política e aos políticos são a mentira, a corrupção, as promessas enganosas, a falsidade e mortes por disputas e interesses políticos (bastante frequentes no Estado de Mato Grosso).

Em suma, a política tem um forte significado pejorativo no imaginário dos entrevistados, tanto daqueles que já se envolveram com a política, quanto daqueles que sempre se abstiveram dela. Não se envolver com a política é, na compreensão dos mais velhos, a garantia da manutenção de um bom caráter.

> O senhor já atuou em alguma instância política, antes quando o senhor era lavrador?
>
> Sim, eu atuei num partido político, chamava-se PDS, como coordenador né, daquele grupo, fazia uma parte de trabalho mesmo bem avançado ali dentro tá, aqui em Rondonópolis. Inclusive eu fui candidato a vaga do Fulô[104] hoje, você sabe quem é o vereador Fulô né? Aquela vaga do Fulô era minha. E eu dispensei por interesse, não atingi aquele grau político. Aquele tempo ou até hoje ainda mata muita gente no palanque, e eu sou muito verdadeiro, quero falar a verdade, quero levar a mensagem limpa, né e o político você sabe, ele tem que mentir feio, né? E por isso eu não participei da política, por causa da mentira. Você ta entendendo? Por que pra você ser um grande político, você tem que ser um grande mentiroso, aí to do lado errado, oposto ao do Pai, né? O Pai não quer (informação verbal)[105].
>
> Qual a sua compreensão a cerca de movimentos e organizações políticas e sociais?
>
> Eu pra te dizer a verdade né político hoje em dia dá pra dize quase nada, ta cada vez pior. Palavra do outro, ta cada vez pior. A ladroagem, tudo que for de ruim vem dos políticos, não tem compreensão não tem nada pra ajudar o povo. Eu não tenho

[103] Entrevista concedida pela Senhora Maria Conceição, de 50 anos, no NEATI, em maio de 2012.
[104] Atualmente vereador do Município de Rondonópolis reeleito por vários mandatos.
[105] Entrevista concedida pelo Senhor Geraldo, de 65 anos, no NEATI, em maio de 2012.

interesse de participar da política porque é muita malandragem e você se envolve e depois pronto, vira malandro também, o que quero tá fora disso aí também (informação verbal)[106].

O que a Senhora acha do governo, da política em geral?

Eu imagino que o político [...] promete e promete o que não tem como cumprir, né? Eu acho que 90% das coisas que promete tem que cumprir, né? Agente vota pra eles faze coisa boa né? Tem muita coisa que ta deixando a desejar, né? Eu acho que tem que mudar a lei pra quem tá roubando dinheiro público [...]. Eles tão roubando tudo, pegaram o dinheiro da precatória, passearam, compraram casa. Isso ae lá o promotor que pegou. Tinha que ser punido, tinha que devolver o dinheiro e ser preso (informação verbal)[107].

O que a senhora acha do governo, das eleições, dos políticos?

Tá bão, do jeito que vai levando né? (risos) Eu não entendo muito, eu vejo eles falar muito é só em dinheiro, dinheiro, dinheiro, mas só pro lado deles, né? (informação verbal)[108].

O que a Senhora acha da política no Brasil?

Ah, eu acho da política? Pra falar bem a verdade, eu sou bem, assim, você vai cansando esse negócio de política, porque eu falo assim de pessoas que vão lá na tua casa quando ta perto da eleição, aquela coisa, batidinha nas costas, e abraça, essas coisas. E depois, por exemplo, se você precisar conversar com uma pessoa dessas, que eles prometem tanto né, "ai, porque se eu ganhar eu vou fazer isso, por que isso, por que aquilo". Depois você não consegue, por exemplo, pra você chegar, por exemplo, no prefeito tem que passar em tantas coisas, aí eu não concordo com isso, eu acho que eles prometem o que eles não podem fazer. E muitos prometem até, só que eles esquecem disso, eles aí vão lembrar só quando que é na eleição, não todos, entendeu? (informação verbal)[109].

E o que a senhora acha da política, do governo, do estado, dos políticos em geral?

Vixe, os políticos só é bom antes de ganhar. Depois que ganha? Eu, falar verdade, eu não sei falar nada sobre política, porque político ás vezes eles surpreende a gente. Aí eu acabei até a vontade de votar, assim, a gente só vota mesmo porque gosta de dar o voto né? Mas negócio de política pra mim, to fora.

E por que a senhora nunca quis se envolver com a política?

Ah, porque não gosto mesmo. Por que eles mentem muito (informação verbal)[110].

Eu já fui assim, suplente de delegado de sindicato. Aí já fui inclusive na parte política eu já fui candidato uma vez a vereador, não aqui na cidade mas numa outra região, em Juína. Isso aí deve ter sido em 92, na primeira eleição que o Salles Moraes Souza ganhou lá eu era candidato, só que não era com ele. Inclusive eu era daquele partido PMN. Então fui um candidato muito simples, não fiz campanha, não

[106] Entrevista concedida pelo Senhor Oralino, de 70 anos, no NEATI, em junho de 2012.
[107] Entrevista concedida pela Senhora Vera, de 57 anos, no NEATI, em junho de 2012.
[108] Entrevista concedida pela Senhora Sebastiana de 63 anos, no NEATI, em junho de 2012.
[109] Entrevista concedida pela Senhora Iracema, de 62 anos, no NEATI, em maio de 2012
[110] Entrevista concedida pela Senhora Idalice, de 59 anos, no NEATI, em maio de 2012

> gastei e surpreendi, tirei uma margem de voto até boa. E se você pegar aquela época, e puxar você vê que fui um dos, to na lista dos mais votados. Então surpreendi porque teve candidato que reeleição, pastor em igreja assembleia tudo, eu tirei mais voto do que ele. E eu não fiz campanha, eu não tive assim, não tive nada nas mãos pra fazer campanha. Eu tinha um sítio, trabalhava no sítio, no dia da reunião eu vinha e tal, e não acreditei que ia tirar o voto, a votação que eu tive aí. Então surpreendeu na outra política todo mundo veio em cima de mim pra eu ser candidato e eu não quis porque você sabe como que é a política hoje em dia. E eu sou um cara muito verdadeiro e eu não gosto de mentira por meio né? E a política eu percebi que o cara pra ir tem que ter, tem que ter mentira por meio, tem que ter, não olhar o outro, quer dizer que pode se o maior amigo que é sempre puxar mais é pra o lado dele, assim eu não gostei peguei e não quis sair mais candidato. Mas todas eleição eu gosto de escolher um candidato e apoiar e se for possível até dar uma força, né? (informação verbal)[111.]

Outros idosos justificam o afastamento do mundo político por suas condições pessoais. Costumam mencionar certa incapacidade pessoal, certa desqualificação, principalmente no âmbito intelectual, para o exercício da política. Para estes idosos, a política deve ser exercida por pessoas com qualificação intelectual, arautos de discursos convincentes e enfadonhos. A política, para estes sujeitos, é retratada como algo inalcançável e distante:

> Qual é a sua compreensão sobre movimentos políticos?
>
> Ah isso aí eu não entendo nada. Só da igreja, política eu não entendo nada. Nunca fui disso não.
>
> Por que a senhora nunca se envolveu com política?
>
> Porque precisa ter uma estrutura, um grau assim de escolaridade mais elevada. Porque como vai mexer com política se você não sabe nem falar pra si próprio. Como vai comunica com as outras pessoas. Eu acho que tem que ter um conhecimento melhor conhecer mais das coisa. Eu não posso chega numa pessoa, discuti e fala sobre política se eu não sei chega como é que eu vou terminá, né? De política não, não entendo nada (informação verbal)[112].
>
> O que o senhor acha que é um movimento político e social?
>
> Ah, isso eu não entendo não. A gente não sabe ler, não. Isso é pra quem sabe ler, né? Quem não sabe, não sabe nada (informação verbal)[113].
>
> Por que a senhora acha que nunca participou de nada da política, de nenhum movimento social?
>
> [...] a escolaridade da gente também muitas vezes não ajuda. Aquela né, tem que ter capacidade pra mexer, saber conversar e pra sair bem né, e eu, isso pra mim se eu for mexer da a impressão que eu não dou conta, não desempenho bem. Então acho

[111] Entrevista concedida pelo Senhor João Messias, de 70 anos, no NEATI, em maio de 2012.
[112] Entrevista concedida pela Senhora Eluzelena, de 63 anos, no NEATI, em abril de 2012.
[113] Entrevista concedida pelo Senhor Valdir, de 60 anos, no NEATI, em junho de 2012.

> que por mim também, nunca fui atrás, e também ninguém nunca veio a minha procura, pra mim participar, né? (informação verbal)[114].

Além das mazelas vinculadas à política, o sentimento de não estarem preparados para exercerem cargos políticos e administrativos é um grande impeditivo para o empoderamento político e social dos mais velhos. Em um episódio ocorrido em outubro de 2012, buscou-se implantar um 'Conselho Gestor', para auxiliar a direção do NEATI na administração, acompanhamento e no planejamento das atividades. Todos os alunos foram convidados a participarem do Conselho Gestor do Núcleo, durante uma semana inteira e, na ocasião do convite foram feitas as devidas explanações sobre a natureza e função do referido Conselho. Na outra semana, nos dirigimos novamente a todos, solicitando que os interessados a participarem se apresentassem. Dos mais de 200 frequentadores, apenas dois deles, recém-ingressados no Núcleo, se propuseram a compor o Conselho. Mesmo aqueles frequentadores de muitos anos, que frequentam assiduamente as atividades, ou aqueles que procuram a direção para opinar sobre algo, ou fazerem alguma reclamação, não se propuseram a assumir tal função. Nos dias que se seguiram, fui procurado informalmente por alguns alunos, na condição de coordenador do Núcleo. A maioria deles vinha declarar que achava a ideia do Núcleo muito boa, mas que, apesar de apoiá-lo, não tinham condições 'intelectuais' para assumir aquela função, assim como os demais frequentadores dali. Outros disseram que poderiam assumir o cargo de conselheiros, mas que não tinham tempo para tal. Já os dois idosos que se propuseram a assumir as funções de conselheiros vieram nos procurar lamentando o fato da ideia não ter sido aderida pelos demais e, por isso, não poder se concretizar na formação de um colegiado; ao mesmo tempo em que se colocaram à disposição para nos auxiliar quando surgisse qualquer demanda. Neste episódio, descortinaram-se, mais uma vez, que a 'falta de qualificação pessoal'; o afastamento da vida pública; e o histórico de tutela política são as principais justificativas declaradas pelos idosos para a não participação e para o ostracismo em relação à sua postura dentro do próprio NEATI.

Noutros casos, o ostracismo justifica-se por outras intempéries da vida, como o isolamento da vida rural, o afastamento social imputado pelo exercício da função de esposas e mães, de pais, de trabalhadores e mantenedores da família. Em contraste com a política, entendida como uma instância prejudicial e pejorativa, a dedicação ao trabalho surge nas narrativas, como uma virtude, como um valor distinto da sujeira do mundo político.

---

[114] Entrevista concedida pela Senhora Valdete, de 68 anos, no NEATI, em junho de 2012.

> Por que a senhora nunca participou da política?
>
> Ah, porque eu nunca tive chance, sempre eu era na roça né, doméstica, de casa. O marido sempre é o que saia e eu não saia, ficava só trancada só cuidando dos filhos.
>
> A senhora nunca participou de nada de política?
>
> Nada, nada nunca. Só ia mesmo dar o voto e voltava (informação verbal)[115].

> O senhor já atuou em alguma instancia política, como sindicato, associação de bairro, conselho, ou já ocupou algum cargo político?
>
> Não.
>
> Por que o senhor nunca participou da política?
>
> Por que só vou trabalhar e pronto só (informação verbal).[116]

> A senhora já atuou ou atua em alguma instancia política, já ocupou algum cargo político, já pleiteou algum cargo político, já participou de conselho, de alguma associação de bairro, sindicato?
>
> Não, não. Nada, eu sempre fui dona de casa. Só que eu criei meus filhos dentro de casa, construí minha casa construí meu terreno aí eu fui mestre de obras, eu fui tudo. Mas no que era meu só né? E a minha profissão tem que dormir em cima, não tem como (informação verbal).[117]

Ao nos depararmos com a realidade de ostracismo político que rondava a vida da maioria dos frequentadores, começamos a indagá-los se o NEATI possibilitava a participação deles na gestão do próprio Núcleo. Desse modo, questionávamos se o NEATI possibilitava a participação do frequentador na gestão das atividades; se como aluno, o entrevistado sentia que o Núcleo possibilitava alguma forma de participação e assim por diante. Para nossa surpresa, apesar de sentirem que o Núcleo está disposto a ouvi-los em suas opiniões e aberto às suas participações, os entrevistados corroboraram o absenteísmo, mais uma vez, por justificativas pessoais, como falta de estudos e/ou a própria personalidade ‘passiva’, conforme pode se observar nos relatos abaixo:

> A senhora acha que o NEATI possibilita a participação dos alunos na gestão e administração do Núcleo?
>
> Eu acho que sim.
>
> Se a senhora tivesse que opinar em alguma coisa aqui no NEATI, alguma coisa que a senhora quisesse que mudasse aqui, o que a senhora faria? A senhora falaria com seus colegas, reclamaria na direção?

---

[115] Entrevista concedida pela Senhora Izanilde, de 70 anos, no NEATI, em maio de 2012.
[116] Entrevista concedida pelo Senhor Valdir, de 69 anos, no NEATI, em junho de 2012.
[117] Entrevista concedida pela Senhora Neuza, de 65 anos, no NEATI, em maio de 2012.

> Eu falaria com a direção e com as outras pessoas.
>
> A senhora já fez isso alguma vez?
>
> Não.
>
> Por quê?
>
> Porque eu sempre fui assim calada né? Eu vejo as coisas e eu espero alguém dá o palpite sobre tudo né? Só quando eu vejo mesmo que não dá ai eu vou e falo com a pessoa né? (informação verbal)[118].
>
> E aqui dentro do NEATI, a senhora acha que o espaço favorece uma participação ativa do aluno?
>
> Eu acho que sim.
>
> A senhora já participou de alguma forma, opinando, ou discutindo pra decidir as coisas aqui dentro?
>
> Eu acho que não, até porque eu não entendo estas coisas aí não. Eu não acho que possa ser não (informação verbal)[119].

Noutros casos, atribuiu-se a responsabilidade da gestão e da participação ativa no NEATI ao outro, a um terceiro e não a si próprio:

> O senhor acha que aqui no NEATI, existe algum espaço, existe possibilidade pro senhor fazer alguma proposição, alguma intervenção?
>
> Ah tem, aqui tem vaga pra tudo quanto há né, pra muita coisa. Depende a pessoa interessar em fazer as coisas (informação verbal)[120]

Algumas idosas aproveitaram a pergunta sobre o espaço de participação no NEATI para dar suas opiniões sobre os rumos que o Núcleo deveria dar às suas atividades, tomando a entrevista como um microespaço de participação, onde se sentiram mais à vontade para falar e serem ouvidas. De maneira geral, os anseios destas idosas expressaram uma inclinação desbravadora, colonizadora de outros espaços além daqueles das dependências da universidade. Algumas desejam sair, mas para perto; outras desejam desbravar espaços mais longínquos e desafiadores:

> Se a senhora quisesse mudar alguma coisa aqui no NEATI, o que faria?
>
> Olha, eu não posso falar isso pra você, porque eu entrei agora [...] Eu queria aprender informática avançada, por exemplo, você vai colocar uma foto lá no perfil do *Facebook*, eu não sei arrumar ela, pra colocar, eu lutei, lutei, coloquei uma

[118] Entrevista concedida pela Senhora Maria das Dores, de 54 anos, no NEATI, em novembro de 2012.
[119] Entrevista concedida pela Senhora Maria Adelaide, de 71 anos, no NEATI, em novembro de 2012.
[120] Entrevista concedida pelo Senhor Mário, de 70 anos, no NEATI, em dezembro de 2012.

> minha, saiu só aqui, metade do rosto, mas já foi bom, porque você tentou, não é? [...] o que eu gostaria é o seguinte, que tivesse passeios nas águas quentes ali da Jucimeira, da Santa Elvira, ali do vale encantado, passeios que são pertos né e são bons pra gente interagir mais (informação verbal).[121]
>
> Se você quisesse opinar aqui no NEATI, o que faria?
>
> Eu pediria pra voltar aquelas viagens, aqueles passeios, mas não pertinho, eu queria assim, mais longinho! Conhecer bonito, fazer assim, uma excursão, como a gente paga pra ir pra Aparecida, a gente fazia excursão pra estes lugar assim, pra Chapada? Fazer excursão, pagar por mês assim, até aquele tanto. A Isabel me chamou pra ir pra águas quentes, eu não vou não, águas quentes é logo aqui pertinho, eu vou com meus filhos, não quero não, quero ir pra longe (informação verbal)[122].

Apesar de se referirem ao NEATI como um espaço aberto à participação de todos os envolvidos, os idosos se situam a léguas das questões de planejamento e gestão do programa, por não se sentirem aptos para tais funções.

Por outro lado, na sociabilidade e convívio com os frequentadores, pudemos observar que, ao se estabelecer relações mais horizontalizadas com o frequentadores, estes se sentem mais à vontade para opinar nos lugares 'não oficiais', ou pouco evidentes de participação, como por exemplo, nas conversas, nos cafezinhos, nos encontros fora do Núcleo e em tantos outros cenários informais e não aparentes.

6.2.3 Algumas protagonizações

Poucos idosos têm, de fato, implicação em instâncias puramente políticas, sendo os programas de atenção à terceira idade e a igreja, os principais espaços de assentamento político e social dos entrevistados. A participação em instâncias políticas e/ou sociais, na função de protagonistas foi pouco mencionada nas narrativas. Mesmo quando os idosos ocupam assentos em canais de participação popular, costumam fazê-lo como meros participantes. Os próprios espaços de participação podem levar os idosos a adotarem esta conduta, por serem espaços criados pelo governo e terceiro setor, com vistas a minar, e não para induzir a protagonizações políticas e sociais, como já discutimos anteriormente. Conforme Andrade (2007) a criação de espaços participativos pelo governo, como forma de produzir um círculo virtuoso de confiança e de boas práticas na gestão, tem originado diversas

---

[121] Entrevista concedida pela Senhora Nestina, de 61 anos, no NEATI, em novembro de 2012.
[122] Entrevista concedida pela Senhora Lourdes Manoela, de 68 anos, no NEATI, em dezembro de 2012.

críticas. Por serem espaços criados verticalmente, levam a uma participação à reboque, pouco espontânea e efetiva. Os idosos acabam induzidos a figurar nos chamados *invited spaces*, ou 'espaços a convite', onde existe excessiva burocratização da participação e deslegitimização de outros espaços participativos espontaneamente criados por dada comunidade e/ou grupo social.

> Já atuou em alguma instância política?
>
> Associação de bairro sim, às vezes eu vou em alguma reunião mas é difícil.
>
> O que a senhora faz na associação de bairro?
>
> Eu fico quieta, eu não sei falar nada. Só escuto. Eu vou na associação de bairro por causa da casa que eu ganhei, no conjunto habitacional Cidade de Deus. Daí tem que ir nas reuniões, sempre eles qué que a gente tá indo. Se não for, não perde a casa, mas tem que estar participando. O prefeito e o presidente de bairro convida a gente (informação verbal)[123].

> Já atuou em alguma instancia política?
>
> Quando tinha lá na COHAB, associação de bairro eu participava, mas só como convidada, participava das eleições tudo, direto quando tem eleição pra escolhe o presidente de bairro. É só marca uma reunião eu participo até hoje.
>
> Como é sua participação na associação de bairro?
>
> Lá é assim, você faz pergunta, alguma coisa que a gente vê, reivindica alguma coisa que a gente que pro bairro, melhoria praça, lâmpada a gente dá sugestões no que precisa no bairro (informação verbal)[124].

> A senhora já atuou em alguma instância política ou movimento social?
>
> Não, associação de bairro até que a gente já trabalhou já. Nos já fomos fiscal de associação tudo, depois a associação acabou, acabou tudo. Parou.
>
> E o que a senhora fazia na associação de bairro?
>
> Era fiscal.
>
> A senhora era fiscal, como era a atividade?
>
> A atividade era ajudar, era olhar né, o que tava faltando, o que precisava. Aí depois o presidente não continuou, não deu conta, fez um concurso público, passou, foi trabalhar e aí não teve como, parou. Não teve quem queria assumir né, quem quisesse assumir (informação verbal)[125].

A participação como atores importantes e protagonistas é mencionada nos próprios espaços voltados para a terceira idade, como os clubes e associações do idoso, públicas e

[123] Entrevista concedida pela Senhora Sebastiana, de 63 anos, no NEATI, em junho de 2012.
[124] Entrevista concedida pela Senhora Izabel, de 60 anos, no NEATI, em maio de 2012.
[125] Entrevista concedida pela Senhora Janete, de 63 anos, no NEATI, em abril de 2012.

privadas, conforme já havia sido constatado em outros casos de grupos de idosos (BRAIDO, 2009). Apesar de não se proporem a participar ativamente da gestão do Núcleo, o fazem em outros espaços especializados, talvez por serem instâncias mais afastadas da universidade, entendida pelos mais velhos como um templo de saberes e sabedoria elevados.

> Hoje em dia o senhor participa de algum, conselho, o senhor participa de alguma reunião de comunidade?
>
> A única coisa que a gente participa é a diretoria da Associação da Terceira Idade - AATI[126].
>
> O senhor é da diretoria da AATI?
>
> Já fui, foi há dois anos, ou mais.
>
> Faz tempo?
>
> Faz, passou outra diretoria.
>
> Como é que o senhor entrou lá na diretoria da AATI?
>
> Bom, até hoje falta gente, então, aceita qualquer um quase, né? Eu não fui assim, presidente, essas coisas, assim, era do conselho fiscal. Ajudava mais com meu trabalho, eles eram mais interessado no meu trabalho. Eu sirvo pra garçom eu sirvo pra bilheteria, isso aí eu não sou ruim pra receber dinheiro, tenho vários serviços assim, serviços pesado também eu sei. Como garçom eu trabalhava bem lá, qualquer coisa, pagar outras coisas, muito serviço lá de bilheteria, venda de bebidas no bar.
>
> O senhor fazia mais isso. Mas pra tomar as decisões?
>
> Não, não, isso não. Isso aí era eles, lá e eu só ajudava.
>
> Mais no trabalho braçal?
>
> É (informação verbal)[127].
>
> A senhora já atuou ou atua em alguma instância política, conselho, conferência, associação de bairro, sindicato?
>
> Não. A única que associação que eu já trabalhei, foi na AATI, eu fazia parte da diretoria até o ano passado.
>
> E qual era o seu cargo?
>
> Segunda secretária.
>
> E o que a senhora fazia lá dentro?
>
> A gente atuava em várias atividades né, por que ali você faz desde a parte de secretária a garçonete, a tudo né? Nas festas (informação verbal)[128].

[126] Associação de Apoio à Terceira Idade.
[127] Entrevista concedida pelo Senhor Antônio, de 72 anos, no NEATI, em abril de 2012.
[128] Entrevista concedida pela Senhora Elizabete de 71 anos, no NEATI, em abril de 2012.

Em um caso isolado, uma das idosas relata ser participante do movimento social dos ‘sem-terra’, sendo frequentadora assídua do acampamento e das reuniões durante os finais de semana. O relato feito pela idosa em questão nos chama muito a atenção:

> Meu marido entrô no sem-terra. Já ta com três anos eu já tenho meu barraco lá. As veiz eu vo posa lá, eu e mais minha neta né. Poe ela na garupinha da mota e nóis vaza. Eu não sei te explicar como é que meu marido descobriu esse negócio de sem-terra, só sei que já tem três anos. A participação lá no sem-terra é assim, toda semana tem reunião. Aqueles que mora lá no acampamento até saí a terra, então lá tem um monte de barraquinho de lona. O coordenador que corre atrás dessas terra, toda semana conversa, fala com quem ele ando com quem converso, onde ele tava. Lá eu participo, todo mundo dá sua opinião. Esse negócio sempre tem um político por trás, você sabe né. A gente tem um coordenado né mas se a gente quer que a terra sai mais rápido, tem que ter um político por trás. E o nosso lá, onde é que nóis ta é o Bezerra. Eu gosto muito de dá opinião de festinha junina, das criança, dessas coisa assim. A gente faz uns eventos, dia das crianças. O povo era assim meio paradão. Aí sempre tem que ter alguém para agitar. Aí eu fui e vamô faze isso pro dia das crianças, aí todo mundo ajuda, todo mundo topa faze. A gente pede brinquedo usado, às vezes ganha usado, às vezes ganha novo. A gente pede nas casas, a gente vai de pezão. Faz assim, tal dia é dia de fazer a confraternização das crianças aí todo mundo vai pedir os brinquedos. Aí reúne, tem um barraco que é mais liberado e faz as coisas naquele barraco. Aí a gente enfeita, tira os nominhos de cada criança e põe numa caxinha. Aí faz brincaderas com elas, corrida de saco, a gente faz essa coisa lá, aí vai dando os brinquedo pra ele por nome que ta na caxinha e todo mundo ganha. E na festa junina nóis faz festa junina também. Enfeita de banderola. Eu ajudo ponho a mão na massa ni tudo. Faço pipoca, quentão, um monte de coisa, ensaia quadrilha. É assim a vida lá no acampamento, é bom, é legal. Lá sempre tem alguém que ta pedindo uma opinião minha. Agora faz um tempão que eu não vo lá, minha filha quer que eu largue de mão lá. Fim de semana eu to sempre no acampamento e dormindo de tarimba. Você sabe o que e tarimba? São quatro furquilhas no chão, joga uns pauzinhos em cima e um colchão fino e dorme lá, isso que é tarimba. A noite todo mundo se reúne, agente conta causo, a luz de lamparina viu. É assim que é a vida dos chacreros (informação verbal)[129].

O caso do Senhor Geraldo, de sessenta e cinco anos de idade é outra exceção dentre os frequentadores do NEATI. O idoso sempre atuou e ainda atua como liderança política. Durante a idade adulta foi membro e partido, líder comunitário e sindical. Atualmente é conselheiro municipal do idoso e age assiduamente na defesa dos direitos da pessoa idosa, como representante do NEATI no referido conselho. Sua participação política na velhice segue uma história de protagonizações do passado, implicada com os interesses coletivos.

> O senhor já atuou na política?
>
> Só como membro do partido viu? Eu fui membro do partido muitos anos.
>
> Sindicato, o senhor participou? Associação de bairro?

[129] Entrevista concedida pela Senhora Eluzelena, de 63 anos, no NEATI, em abril de 2012.

Sim, o sindicato. Associação de bairro, eu fazia parte mais o padre Lothar lá na vila operária.

Conta sobre isso aí pra gente.

Eu fiquei ali na Vila Mariana, então pelo conhecimento que eu tinha com o padre, aí a gente fazia reuniões e aí ele me pôs como um líder naquele bairro, naquele tempo não falava presidente de bairro não, isso tem muitos anos, isso tem uns trinta e tanto anos, quase quarenta anos, tem uns trinta e cinco anos. Ali eu puxava energia, ajudava a chegar uma rede de energia, não podia, fazia o campo de bola pro pessoal, que hoje é o colégio da Vila Mariana [...]. Eu, meu cunhado chamado José Batista, e esse José Batista quase não atuava, porque ele era o patroleiro daquele tempo, ele mexia com máquina, eu que fui o que atuava mais, nós recebemos uma quadra, reservamos aquela quadra [...] pra nós fazer um campo de bola, depois passamos pra um colégio, que hoje é o colégio da Vila Mariana. [...] Então, eu atuei uns quatorze anos como um grande líder também nesse ramo de lavoura produção nossa do Mato Grosso. Aí depois veio mudando os tipos de sindicato dos trabalhadores [...]

Como é que era no sindicato sua atuação?

No sindicato, no sindicato dos trabalhadores, quando precisou de eu entrar, no sindicato como empreiteiro que mexia com aquele 'pessoalzão' né, aí as fazendas abriram, porque não davam conta de fazer alojamento pra aquele pessoal, então nós alojava o povo debaixo de lona [...] Isso era lugar digno pro ser humano. Meu atuamento no sindicato seria esse, ta? É como se fosse, eu tava hoje no conselho do idoso, por que lá na rodoviária mesmo, eu já trabalhei umas quatro, cinco vezes na rodoviária, e mais quatro vezes saindo pra fora. Atuar ali, você tem que ter uma direção, senão você não atura não ta, ter conhecimento, uma prática.

E hoje em dia. O senhor participa em quais instâncias políticas?

Nenhuma, politicamente nenhuma.

Agora uma coisa me deixou curioso, eu perguntei pro senhor se o senhor participava de alguma instância política, o senhor disse que não. Mas o senhor não considera o conselho do idoso uma instância política?

Pois é, tô. Pois é, o conselho político. É político.

O que o senhor tem feito lá no conselho do idoso?

Eu faço, toda sexta né, a partir das sete da manhã, plantão. Então, eu pego e vou, quatro da manhã, quatro horas, isso é sem sentar, tal. Eu não sento, que a rodoviária é muito grande, embarque e desembarque, vai e volta [...] eu chego sexta-feira, já chegando na rodoviária nós temos nosso guichê pra nós, aí vou lá dentro, ajeito alguma coisa que tem que ajeitar ali no escritório e já saio pra ver o que tá acontecendo nas compras de passagem, nos embarques com os idosos, seja onde tiver [...].

O senhor fica fazendo plantão na rodoviária, fica então no embarque e desembarque?

É, estação rodoviária, vendo se a Lei 159[130] tá tendo algum problema.

O senhor chega a opinar lá, fala política do idoso?

Até agora sim, sim (informação verbal)[131].

---

[130] Provavelmente o idoso se referiu ao estatuto do Idoso, Lei número 10.741 de 01 de outubro de 2003.
[131] Entrevista concedida pelo Senhor Geraldo, de 65 anos, no NEATI, em maio de 2012.

Levando em consideração outras possibilidade de protagonismo político e social, além daquelas relacionadas com a implicação do sujeito na macropolítica e/ou nas organizações da sociedade civil, pudemos constatar que o NEATI e os programas de atenção à velhice em geral, formam 'microprotagonistas' em diversas instâncias, sobretudo no caso das mulheres. Vale ressaltar que as mudanças meliorativas provocadas no envelhecimento são percebidas principalmente pela clientela feminina, que passam a ter maior independência e autonomia nas suas próprias vidas. Seja pelo distanciamento do mando do cônjugue, seja pelo afastamento das funções maternas que cooptavam a vida em quase sua completude, ou seja, pelo advento da aposentadoria/pensão que garante maior autonomia financeira, percebe-se que as mulheres narram histórias que aludem a uma nova percepção em si, em relação com elas próprias e com o mundo em geral. Sentem-se mais ativas, mais independentes, mais protagonistas de si e de suas histórias pessoais. Assim, passamos a considerar no nosso trabalho, categorias 'micro' de protagonismo político e social, conforme as narrativas descritas pelas entrevistadas.

Nos exemplos a seguir, é possível visualizarmos que o sentimento de liberdade das funções domésticas e a dedicação a si e ao bem-estar pessoal podem ser descritos (mesmo que involuntariamente) como uma conduta de protagonismo político e social nas próprias narrativas das participantes:

> A sua visão e atuação política e social, mudou depois que a senhora entrou aqui no NEATI?
>
> Mudou muito assim né, porque eu era muito de casa, não saia pra lugar nenhum, vivia muito só pra casa mesmo, só pra cuidar de filho e tudo né? Só que agora eu vou pra tudo quanto é lugar, gosto de andar muito né (informação verbal)[132].
>
> Depois que a senhora passou a frequentar o NEATI, houve transformação na sua vida política e/ou social?
>
> Há houve né, porque os filhos casaram e eu sozinha né, sem companheiro e eu vivia aquela pessoa que não era de ir pra festa essas coisa. Então pra mim foi muito bom, muito, muito, muito bom, gostei muito, me divirto muito com o pessoal de terceira idade, gosto muito. Fiz mais amizade, é muito ótimo, gosto muito daqui (informação verbal)[133].
>
> E na vida política, sua participação no NEATI alterou alguma coisa?
>
> Como assim?

---

[132] Entrevista concedida pela Senhora Terezinha, de 60 anos, no NEATI, em dezembro de 2012.
[133] Entrevista concedida pela Senhora Nestina, de 61 anos, no NEATI, em novembro de 2012.

> Por exemplo, a senhora já foi participante de algum movimento social ou político, ou se não era passou a ser?
>
> Não, não, não.
>
> Politicamente o que o NEATI influenciou na sua vida?
> Acho que ajudou bastante, porque a gente só vê as coisas só dentro de casa. Depois que veio para cá, começou a conhecer bastante coisa, eu acho assim que melhorou? (informação verbal).[134]

> Agora meus filhos, tem hora que segura um pouco, mas eu não dou bola. Não to fazendo nada de errado, to fazendo aquilo que eu gosto e é importante pra nós todos. Eles acha que eu vou cansar, que eu vou, não entendo a criançada. O que eu não quero é ficar sozinha o dia todo, porque eu não fico parada. [...] Eu vindo pra cá eu esqueço tudo, eu só alembro de me divertir, com a turma, com os colegas e vou embora satisfeita, realizada, e é isso, eu gosto, eu gosto disso. Todos os cursos que dá pra fazer eu faço, eu já fiz bastante, eu só não gosto de fazer os doce e sabão, mas os outros se eu pudesse eu fazia tudo eu admiro muitas delas falar que não dá pra fazer os cursos, porque não dá tempo. Dá, dá tempo sim! Eu pego meu neto na escola, ele fica comigo, uma hora de manhã, a outra à tarde, mas não atrapalha. De manhã quando ele fica comigo eu fico com ele de manhã, depois deixo na escola, não atrapalha.
>
> E politicamente, mudou alguma coisa na sua vida?
>
> Politicamente também.
>
> O que?
>
> Como que eu vou dizer. Aí é tanta coisa, eu não to sabendo como responder[135]?

Em alguns casos, pequenos feitos e transformações conotam a formação de novos atores e protagonistas 'micropolíticos' e 'microssocias'. No caso da Senhora Zelina (a seguir), por exemplo, tornar-se tesoureira da turma de formandos impulsionou-a a ser mais ativa, a encarnar um personagem diante da grupalidade. Independente da postura e dos valores que sustenta fora do espaço do NEATI, dentro do Núcleo ela assumiu o papel de protagonista, cobrando a mensalidade da formatura dos colegas, organizando as contas e os eventos para arrecadação de recursos para festa de formatura e assim por diante. Não raramente flagrávamos a senhora Zelina com seu caderninho de anotações na mão, recebendo a contribuição mensal dos colegas; ou na frente da organização de almoços; vendendo cartelas de bingo, convidando as pessoas a participar, explicando que os eventos visam arrecadar recursos para a formatura de sua turma:

> A senhora já teve alguma participação ativa aqui no NEATI?

---

[134] Entrevista concedida pela Senhora Maria Adelaide, de 71 anos, no NEATI, em novembro de 2012.
[135] Entrevista concedida pela Senhora Lourdes Manoela, de 68 anos, no NEATI, em dezembro de 2012.

> Eu tô trabalhando agora, tô ajudando como tesoureira da turma. Eu nunca mexi com isso, só agora. Eu sou tesoureira da nossa turma de terça-feira. Quando tem que dar opinião eu dou, quando tem coisas relacionadas ao recebimento a gente conversa, mas eu ainda não estou muito prática nestas coisas não. Mas um monte de coisa que eu to mexendo assim, é aqui no NEATI (informação verbal)[136].

Já no caso da Senhora Yolanda (abaixo descrito) o NEATI disparou mudanças radicais no seu comportamento, na maneira em que se portava e se apresentava diante do mundo, se tornando mais socializável:

> Depois que a senhora passou a frequentar o NEATI, a senhora acha que a sua vida ficou mais, ou menos ativa?
>
> Aprendi até a falar melhor, respeitar as pessoas melhor, entender o jeito de cada pessoa, porque a gente na roça você só vive aquilo da sua família, só mandando né? E aqui não, aqui você aprende muita coisa boa.
>
> A senhora fez mais amigos?
>
> Mais amigos né? Tudo aqui. Passeei bastante, coisa que eu nunca fazia, só trabalhava[137].

Talvez uma das principais mudanças que pudemos observar nas narrativas tenha sido relatada pela senhora Zuma, que, apesar de declarar não gostar de frequentar o NEATI, tenha encontrado nele o caminho para retomar a vida universitária e cursar uma nova graduação:

> Eu detesto vir para a terceira idade. Eu venho me esforçando. Só que depois que eu venho, eu gosto. O difícil é eu sair pra vir. Não sei porque isso acontece. Eu vim através da minha irmã né, que me orientou, que me inscreveu e tudo, mas eu detesto vir pra terceira idade, detesto! É uma coisa assim, difícil e que eu não entendo! (risos)
>
> A senhora acha que há espaço para o aluno opinar e fazer gestão do NEATI?
>
> Sim, há espaço. Eu estou sendo beneficiada através daqui, por eu ter conversado com você, você está me orientando a fazer Biblioteconomia, então de alguma forma está me ajudando. Não é verdade? Está abrindo um leque na minha vida que eu não tinha que é de voltar para a faculdade, para a universidade.

Mesmo que alguns longevos assumam mais e outros menos, a função de protagonistas políticos e sociais, é importante destacarmos que o NEATI – e tantos outros programas de atenção – constituem-se como mola propulsora para transformações na vida dos participantes. Para melhor, ou para pior, são feitos desvios e novas rotas na rotina de senhoras e senhores que, na maioria das vezes, se encontravam em um verdadeiro estado de reclusão e apatia antes de frequentarem as atividades desenvolvidas pelo Núcleo.

---

[136] Entrevista concedida pela Senhora Zelina, de 52 anos, no NEATI, em novembro de 2012
[137] Entrevista concedida pela Senhora Yolanda, de 66 anos, no NEATI, em novembro de 2012

6.2.4 Os espaços especializados de circulação

Assim como o senhor Geraldo[138], o senhor João Messias e o senhor Luiz Gabriel (abaixo arrolados), também foram protagonistas nos âmbitos político, social e cultural durante suas vidas adulta. Atuaram em sindicatos, em partidos, em associações de bairro, tendo, um deles pleiteado um cargo de vereador em eleições passadas, demonstrando em sua fala, consciência da realidade vivenciada nestas instâncias. Porém, ao ingressar no NEATI e demais programas de atenção ao idoso se afastaram da vida pública, estreitando sua participação nestes referidos espaços especializados.

> Eu fui suplente e delegado no sindicato [...].
>
> Mas o que o senhor fazia lá no sindicato?
>
> Não, a gente assim, no sindicato, eu, por exemplo assim, o delegado atuava. Se tivesse assim às vezes uma reunião que o delegado não podia ir e tal a gente fazia a presença no lugar dele. Isso aí foi em 82, mais ou menos por aí assim. Naquela época, tinha uma campanha forte aqui do "Bezerrão" aqui que ganhou aquela eleição aí no papo. Ah Jesus! Mas é mesmo, a política é assim mesmo, quem quer chegar lá tem que ter garganta senão...tem que ter "guela" porque se não? Concretizar mesmo as coisas de verdade, a maioria você vê, hoje em dia você vê que a maioria é promessa e cumprir é nada, né? Você vê a situação nossa aqui do Rondonópolis agora que ta vivendo hoje, não é fácil, né? Mas o 'cabra' quer tá lá no poder e lá deve ter alguma vaca muito boa de leite. [...] Eu também fui um conselheiro da vila Cardoso que eu moro lá [...] Não, nas reuniões da associação a gente sempre ta presente, né?
>
> E como é sua participação lá nas reuniões? O que o senhor faz, o que o senhor fala?
>
> A gente vai ouvir, escutar, algumas coisas que a gente tem que dar um opinião a gente dá, por exemplo assim, que a gente vê que não ta enquadrando dentro das coisas que tem que ser justa, a gente tem o direito da palavra, a gente fala. Por exemplo, nas reuniões de lá sempre tem presença de vereador e tá tá tá, e tá tá tá. A gente tem que dar as opiniões. Não só eu, como os outros membros e o pessoal do bairro mesmo tem o direito de falar aquilo que sente.
>
> E além da associação, o senhor participa em algum outro movimento social?
>
> Não, eu agora que ta com um ano e tanto que to participando daqui da terceira idade no NEATI né? Eu to até gostando bastante por que isso aí desenvolve muito né? Porque a gente fica parado lá. Quem é acostumado na luta a trabalhar direto, ficar parado? Aí o nervo começa a ficar meio preso né? Mas agora com essa atividade aqui eu to fazendo aqui (informação verbal).[139].
>
> O senhor já atuou ou atua em alguma instância política, ou algum movimento social?
>
> Não, aqui eu já participei do, já trabalhei em política assim, como fiscal de eleição né, até em Cuiabá eu já fui trabalhar, fiscalizando assim, o partido. Agora assim, que

[138] Citado na página 169-170.

[139] Entrevista concedida pelo Senhor João Messias, de 70 anos, no NEATI, em maio de 2012.

> nem quando eu morava no bom pastor eu fazia parte lá da direção lá como, eu nunca candidatei a presidente de bairro, mais eu fui segundo tesoureiro.
>
> Da associação de bairro?
>
> Da associação de bairro, do 'Bom Pastor'.
>
> O que o senhor fazia lá na associação?
>
> Olha, você sabe que tesoureiro não faz nada, né? E eu era geralmente, trabalhava como tesoureiro.
>
> Só assinando os cheques?
>
> É, que nada, só mais com a presença mesmo, a presença nas reuniões, ideias, né?
>
> O senhor participava com ideias?
>
> Também na banda de música, quando tinha a banda também eu era do conselho deliberativo né, também, operei nela, dirigia como maestro, na banda aqui. [...]
>
> E hoje em dia o senhor participa de algum lugar como dirigente?
>
> Não, não, atualmente eu fico só em casa mesmo. Participo principalmente da terceira idade aqui. [...]
>
> Hoje em dia em quais espaços da vida o senhor participa ativamente?
>
> Praticamente, pode dizer que só na terceira idade aqui (informação verbal).[140.]

O ingresso no NEATI significa, para a maioria dos idosos um salto de qualidade de vida, significa a possibilidade de formar vínculos de pertencimento e afetividade. Sobretudo, um salto de uma vida inerte e passiva, para uma vida bastante ativa. Por outro lado, o NEATI e os programas de atenção à terceira idade formam um circuito que restringe a circulação dos idosos nos demais espaços da vida. O ingresso no NEATI leva os idosos a frequentar outros espaços especializados e vice-versa. Erige-se assim, uma dinâmica que fecha um círculo de movimentação dos idosos dentro dos espaços em questão.

> E em quais espaços da vida o senhor participa ativamente, ativamente eu digo assim, como principal agente, dirigente, como líder?
>
> Olha, liderança em nada. Agora, a única coisa que eu participo é aqui, terceira idade só.
>
> Aqui do NEATI?
>
> No NEATI.
>
> Tem mais algum outro núcleo de terceira idade que o senhor frequenta?
>
> Às vezes eu vou no SESC, né? Nas sextas-feiras (informação verbal).[141].

[140] Entrevista concedida pelo Senhor Luiz Gabriel, de 71anos, no NEATI, em maio de 2012.

> Onde a senhora participa ativamente?
>
> Ativamente você fala o que? Você fala assim, do bairro?
>
> Em qualquer lugar.
>
> Lugar mesmo onde eu mais participo é aqui.
>
> Aqui no NEATI?
>
> Isso. Aqui e lá no SESC. É os dois lugar que eu participo mais (informação verbal).[142].
>
> Quais espaços da vida que a senhora participa ativamente?
>
> Espaço? Vixe. Eu não participo quase de nada. Só fico mesmo em casa.
>
> E aqui no NEATI, a senhora participa?
>
> Ah, eu participo aqui né? Eu já me formei aqui, e participo aqui toda segunda, pra nós, toda segunda. Aí eu demoro, esse ano mesmo é a primeira vez. Hoje é a primeira vez que eu venho esse ano. Falto muito aqui, mas eu sempre venho aqui (informação verbal).[143].
>
> Em quais espaços o senhor frequenta, participa?
>
> Aqui. Só.
>
> Aqui no NEATI?
>
> Aqui no NEATI. E participo também lá no SESC, e lá na quinta feira eu vou lá na 'Metodista', mas nem toda quinta, por causa do exercício.
>
> O que tem lá na 'metodista'?
>
> Exercício.
>
> É da terceira idade também?
>
> Também (informação verbal).[144].

A imersão nos espaços restritos da velhice passa despercebida pelos entrevistados. Por se tratarem de lugares prazenteiros, de festa, lazer e diversão, nunca são percebidos como instâncias especializadas que possam fazer parte de uma trama de gestão e controle de pessoas. Em alguns casos, os idosos assumem que passaram a frequentar outros espaços especializados a partir do ingresso no NEATI, mas não costumam tomar conta que restringiram seus ciclo de circulação à espaços especializados e criados artificialmente.

---

[141] Entrevista concedida pelo Senhor Wilson, 64 anos, no NEATI, em junho de 2012.
[142] Entrevista concedida pela Senhora Erotilde, de 72 anos, no NEATI, em abril de 2012.
[143] Entrevista concedida pela Senhora Idalice, de 59 anos, no NEATI, em maio de 2012.
[144] Entrevista concedida pelo Senhor João Oliveira, de 58 anos, no NEATI, em maio de 2012.

> E a sua participação aqui, impulsionou a senhora a frequentar outros lugares?
>
> Nos bailes da terceira idade, que eu nunca tinha ido. Eu já fui no do Canadá e no outro da Associação da Terceira Idade (informação verbal).[145].

Além dos espaços especializados da terceira idade, a religião é o segundo espaço em que os entrevistados do NEATI mais vão. A religião tem muita importância na vida dos idosos desde os primeiros anos de vida até a idade mais avançada. Somente a fé e a igreja rompe com a lógica de gestão do envelhecimento fazendo desvios e rotas alternativas aos caminhos propostos pela normatização. A religião pode ser considerada um palco social e político onde os idosos se sentem protagonistas legítimos.

> Hoje eu participo de, muitos fala religião né, participo de grupo de, uma assembleia, que o povo fala igreja né, mas igreja não é, a igreja perdeu o nome, a igreja somos nós, eu, você, nós formamos um grupo, aí forma uma igreja, aqui é uma casa aonde nos reunimos pra fazer uma oração, alguma coisa né? (informação verbal).[146].

> Eu tenho as minhas amizades na igreja católica.
>
> O que a senhora faz lá na igreja?
>
> Eu sou do apostolado de oração. Então lá também é muito bom, eu gosto de ficar lá, tem as irmãs.
>
> Que tipo de participação a senhora tem na igreja? A senhora tem uma participação mais ativa, a senhora propõe, a senhora organiza as coisas, a senhora decide...
>
> Na, ainda não, só participo mesmo nas reunião (informação verbal).[147].

> Eu frequento a igreja, eu participo da paróquia Nossa Senhora da Aparecida, lá eu sou ministra. Nós somos testemunhas qualificadas do casamento, celebramos casamentos, e nos já fomos da comunicação [...]
>
> Dentro da igreja?
>
> Dentro da igreja. Tem o grupo da comunicação, que faz o programa no rádio das sete as sete e meia, antes de começar a missa, a gente participou por vinte anos.
>
> Qual igreja a senhora participa?
>
> Nossa Senhora da Aparecida, na Vila Aurora [...] a gente trabalhou também no movimento familiar cristão, não sei se você conhece, o MFC que fala, é aquele encontro que dá encontro pra noivos, pra casais. A gente trabalhou muitos anos, o movimento veio prá cá no ano que eu casei. E a gente começou participar e até hoje a gente participa, a gente já foi coordenador de cidade, já fomos da equipe estadual, já trabalhamos muito em encontro de casais, encontro de noivos. Todo mês, depois passou a ser um mês sim e outro não, e estamos até hoje no movimento, trabalhando.

---

[145] Entrevista concedida pela Senhora Zuma, de56 anos, no NEATI, em outubro de 2012.
[146] Entrevista concedida pelo Senhor Geraldo, de 65 anos, no NEATI, em maio de 2012.
[147] Entrevista concedida pela Senhora Idalice, de 59 anos, no NEATI, em maio de 2012.

> Ontem mesmo terminou um encontro aqui a nível de ‘condi’, que fala, a nível de Brasil. De cada cidade do país, do Brasil, teve um casal aqui, então foi de sexta até ontem. E isso também ajuda a gente acrescer muito, tem casais que você conhece de fora, de longe né, também ajuda a gente a crescer muito...não sei se to respondendo certo, as minhas atividades, é essa. (informação verbal)[148.]

> Quais os espaços que a senhora frequenta, além da casa e do NEATI?
>
> É só isso mesmo.
>
> Tem mais algum?
>
> A igreja.
>
> Casa, NEATI, Igreja?
>
> E igreja.
>
> Mais algum?
>
> Não. Só esse aí. E nos baile da terceira idade pra dançar (informação verbal).[149].

> Só isso mesmo, na igreja, as ‘terceira idade’ que a gente vai nessas atividades da terceira idade. Às vezes vou em bailes assim, mas de terceira idade (informação verbal).[150]

> Eu frequento só o NEATI. Eu participo das atividades, desses curso aí, às vezes eu faço ginástica, às vezes não faço porque eu sou meio preguiçosa. E eu participo da igreja, eu vô sempre no sábado, sempre põem eu em alguma coordenação em alguma coisa que tem festa da igreja eu to sempre participando, pedindo as coisa pra leilão, faze bingo, fazê galinhada essas coisa assim a gente pede. E eu fico no fogão e na hora de fazê eu vou e faço (informação verbal).[151]

Não sabemos se a assiduidade nos cultos e eventos religiosos está vinculada a um sentimento de proximidade da morte e aproximação a deus, ou se seguem uma social que lhes acompanharam durante todas as etapas da vida. O que interessa, é que a maioria esmagadora dos idosos relata ter uma participação mais ativa nas instâncias religiosas, principalmente no catolicismo e protestantismo. Seja como for, a religião é um espaço de protagonização reconhecido pelos mais velhos, onde se sentem úteis, respeitados e ouvidos, por deus, por seus correligionários e pelos seus sacerdotes. Por isso mesmo a igreja marca bastante a vida e a participação política e social dos mais velhos.

---

[148] Entrevista concedida pela Senhora Janete, de 63 anos, no NEATI, em abril de 2012.
[149] Entrevista concedida pela Senhora Ana Maria, de 76 anos, no NEATI, em maio de 2012.
[150] Entrevista concedida pela Senhora Elizabete, de 71 anos, no NEATI, em abril de 2012.
[151] Entrevista concedida pela Senhora Eluzelena, de 63 anos, no NEATI, em abril de 2012.

6.2.5 Terceira idade: uma fase de realizações pessoais e protagonismo feminino

Conforme havíamos dito, o afastamento do mundo do trabalho e das funções familiares desencadeou um verdadeiro estado de solidão, apatia, reclusão, enfim, de mal-estar nos entrevistados. Por outro lado, o afastamento destas funções e o ingresso no NEATI e outros espaços especializados da terceira idade significou uma mudança radical na vida dos frequentadores. A maioria deles, principalmente no caso das mulheres, vincula a velhice a um estágio da vida de maior autonomia, em detrimento das idades anteriores da vida, onde imperava a necessidade de trabalhar e cuidar da família. Este descortinamento, feito a partir das narrativas, elucida que, mesmo não exercendo as funções de protagonistas nos espaços de participação política e social, os idosos, com a chegada dos anos, foram se tornando mais independentes e ativos, se convertendo assim, em protagonistas de suas próprias histórias de vida. Podemos aqui visualizar o protagonismo social e político não somente no chamado espaço da macropolítica, mas também, no igualmente importante espaço da micropolítica. À propósito, convém lembrar que da perspectiva do Construcionismo Social, os saberes e práticas do cotidiano são os elementos constitutivos principais do protagonismo.

Dessa forma, a terceira idade, para o bem, ou para o mal, significou uma fase de maior autonomia e de significativas conquistas na vida dos entrevistados. Figueiredo (et. al., 2007), partindo de um enfoque da área da saúde, aborda a relação entre autonomia e envelhecimento, destacando que o sentimento de autonomia e empoderamento são mais comuns nas mulheres que nos homens, conforme os anos de vida vão se estendendo. Podemos constatar a mesma realidade no NEATI, conforme os relatos de três idosas, abaixo arrolados:

> A vida em si assim, eu acho que agora ta mais ativa. Porque primeiro eu era lá pro meu trabalho, então não fazia nada dessas coisa que hoje eu faço, que é bordado, que é uma coisa que é diferente, então hoje eu aprendi, depois que eu entrei aqui eu aprendi muita coisa. Não foi fácil por causa da minha depressão, foi difícil, difícil, mas hoje eu to bem tranquila. Hoje eu tomo meu comprimidinho, um por dia e to bem tranquila, bem calma, não to assim, nervosa, não to explosiva que nem eu era antes, e eu não tinha paciência, não aguentava. E hoje eu to bem tranquila, vamos ver até agosto que eu tenho a minha volta no médico, ele disse que quer ver se tira o medicamento. É porque é muito tempo, não pode ficar tomando assim, remédio muito tempo (informação verbal).[152].

> Não, eu fiquei mais dependente de mim. Porque eu não conhecia a universidade, eu nunca entrei na porta da universidade. Pra mim saber o que eu sei hoje? Eu dependi daqui Que eu ficava só de papo pra cima, assistindo televisão, lavando vasilha, fazendo comida, não, isso aí não era pra mim não. Eu limpava casa e marido sujava, não, eu tinha que procurar. Quando eu vim matricular aqui, eu uso aquele remédio

[152] Entrevista concedida pela Senhora Iracema, de 62 anos, no NEATI, em maio de 2012.

> ‘faixa preta’ né, aí quando chegou aqui que falaram que eu usava isso aí, aí eles ficaram tudo ‘assim’ né. Agora, eu tomava todo dia, agora eu tomo de mês em mês. Se tiver tudo bem pra mim dentro de casa, eu tomo de dois, três meses. Agora se você falar assim “tem um doente na minha família, ta pra morrer”, aí sim eu tenho que tomar remédio porque eu sou muito nervosa [...] Eu vivia toda arrastando da coluna, tudo quanto era trem, tudo enrolado, cheguei aqui, primeiro dia que eu fiz ginástica aqui, eu fui na ginástica aqui né. No domingo eu fui pro Canadá no baile, eu dancei a noite inteirinha, não tava nem aí com nada doendo. Acabou tudo aquela dor que se sentia (informação verbal).[153].

Algumas idosas passaram sua vida adulta como mães e esposas responsáveis pelo marido e pelos filhos e encontraram na velhice, a liberdade que não vivenciaram anteriormente. De acordo com Fernandes e Garcia (2010), esta realidade é própria do gênero feminino, passível de ser constatada em outros programas de atenção à velhice. As referidas autoras expressam que a adesão ao estilo de vida da terceira idade faz-se necessário para a adaptação biopsicossocial ao novo estilo e vivências a serem experenciadas na velhice pelas mulheres que tiveram uma vida reclusa e, muitas vezes, de submissão ao marido e dedicação exclusiva à família:

> E o que mudou na sua vida, conforme a senhora foi ficando mais velha, a senhora acha que ficou mais ativa ou menos ativa, mais dependente ou menos dependente?
>
> Eu fiquei mais independente, porque quando eu era mais nova eu não tinha a liberdade que eu tenho hoje.
>
> A senhora ficou mais independente então, com mais liberdade?
>
> Agora eu tenho mais liberdade.
>
> O que a senhora faz hoje em dia que a senhora não fazia antes?
>
> De primeiro o meu serviço era só trabalhar né, agora eu vou passear, eu vou na dança [...] é mais aqui e no SESC que eu vou.
>
> E aonde mais?
>
> Quando tem uma festinha lá perto de casa, assim, quando junta a turma e faz a reunião aí que eu vou. Mais onde eu venho mais é aqui, que lá no SESC tem a dança pra nós né? [...] É, depois que meus filhos cresceram eu tive mais liberdade né. Por que aí eu, como diz o outro, “cada um cuidou de si né”, ai eu cuidava só mais era de mim, e do meu marido né, ai meu marido morreu, fiquei bem dizer, cuidando de mim né, e de um filho que ta em casa (informação verbal).[154].
>
> O que mudou na sua vida com o envelhecimento?
>
> Fiquei mais ativa, porque antes, não vou dizer que eu não era ativa, mas era menos ativa, porque antes vamos dizê, era só cuidar de casa e cuidar dos filho né, dona do lar só, aí estudava chegava em casa ... continuação do serviço, aí eu era só doente,

[153] Entrevista concedida pela Senhora Ana Maria, de 76 anos, no NEATI, em abril de 2012.
[154] Entrevista concedida pela Senhora Erotilde, de 72 anos, no NEATI, em abril de 2012.

> era problemas de rins, a fui criar neto, aií era problema de saúde, aí eu entrei aqui 2001 como aluna da terceira idade, aí minha vida deslanchou [...] agora sou liberada, faço o que eu quero, vou onde eu quero, lógico, dou satisfação, lógico, eu falo assim, to indo pra tal lugar, não sei que dia que eu chego, nem a hora que eu chego. Vou fazer quarenta anos agora no mês de junho de casada. [...] só de eu ser liberta do meu nariz [...] Antes era assim dependia do marido pra tudo, "ah porque não vou em tal lugar, porque meu marido não deixa, porque tem criança pra cuidar, tem que dar satisfação pra mãe, pra pai, pra tudo." Agora não, eu só falo assim: bem eu to em tal lugar, porque também eu tenho responsabilidade, tenho que dar satisfação pra onde que eu vou, porque, do contrário? [...] Meus filho reclama é que eu chego em casa, a minha mãe não ta em casa, porque, antes eu tava lá, 'quero comer isso assim, assim!'Eu era a empregada doméstica, pra fazer tudo! Agora pronto! Agora quem quer gostoso quem quer bem feitinho fica na sua casa, vai prum restaurante. Então assim, o dia que der pra eu fazer eu tô em casa, mas não vou me prender mais pra fazer nada pra nora, pra neto, pra ninguém, eu amo todo mundo, mas respeita a minha liberdade! Depois que eu comecei a frequentar o NEATI eu tive mais liberdade, mais tempo pra mim, porque antes eu era dona de casa mesmo, escrava pra cuidar [...] dia de domingo principalmente, era todo o domingo, amontoava gente lá em casa e eu besta fazia isso, fazia aquilo. Todo mundo ia embora e nem o copo não lavava. Eu ia limpar a casa, lavar vasilha, fazer tudo! Ia todo mundo embora. Agora se chegou, a casa é serventia de todo mundo. Depois que eu entrei no NEATI a gente vai convivendo com outras pessoa, ouve palestra, né? Muita palestra educativa que levanta o astral da gente, que nem o professor Oscar, aquilo lá foi um exemplo pra mim, do meu eu, deu querer fazer as coisas pros outros, assim, primeiro eu, depois os outros. Se falar que ser egoísta neste ponto, eu sou, porque eu penso primeiro em mim eu me amo, pra depois amar o próximo. [...] A participação pra mim aqui foi ótima, é minha segunda casa aqui, quando eu chego aqui, eu não lembro que eu tenho casa, que eu tenho filho. Quando eu chego aqui eu quero participar, dialogar, conviver com todo mundo e o ganho é a aprendizagem, que cada dia eu aprendo coisas nova, porque, quando eu aprendo, eu passo pra frente, porque não adianta eu apreender e ficar pra mim, não tem serventia. Então o que eu aprendo vou ensinar, outra pessoa que não sabe, passar pra frente. A minha participação aqui contribui muito pro programa e pros outros aluno (informação verbal).[155].

Os próprios idosos, do sexo masculino, assumem que suas esposas ficaram mais autônomas na velhice:

> O pessoal respeita o senhor na sua casa, o senhor tem voz lá, ou pessoal passa muito em cima das coisas que o senhor fala?
>
> Não, não. Não passa não, a gente manda ainda. A única coisa que a gente deixa mandar um pouco é na mulher (informação verbal).[156].

A família e o casamento, tão citados (assim como o trabalho) como um empecilho às realizações mundanas da juventude e idade adulta, sempre foram compreendidos como instituições indissolúveis na cultura dos longevos entrevistados. Fernandes e Garcia (2010) constataram que, mesmo diante de condições insustentáveis e de extremo mal-estar desencadeadas pelo matrimônio, as mulheres não defletiam do casamento, suportando até a

[155] Entrevista concedida pela Senhora Izabel, de 60 anos, no NEATI, em maio de 2012.
[156] Entrevista concedida pelo Senhor Antônio, de 72 anos, no NEATI, em abril de 2012.

morte do cônjugue, as situações mais insalubres que uma relação marital pode ofertar. Conforme as referidas autoras, a viuvez pode ser encarada como uma libertação acompanhada de um sentimento de bem-estar. Em alguns casos, as idosas viúvas chegam a rechaçar relacionamentos afetivos e sexualizados devido às experiências infelizes vivenciadas no casamento. Já no caso dos homens, é comum que se casem novamente diante da viuvez, na maioria das vezes, como mulheres mais jovens que as falecidas (FERNANDES; GARCIA, 2010). Algumas idosas, casadas, sentem esta mesma sensação descrita por algumas viúvas, quando o cônjugue se encontra em um estado de dependência e passividade por conta de debilidade física desencadeada por doença ou idade avançada (FERNANDES; GARCIA, 2010). Raros casos, a separação foi a medida radical para se livrarem dos problemas conjugais. Na fala da senhora. Ana Maria pudemos constatar parte da realidade descrita de forma bastante condensada:

> A senhora já sofreu maus tratos?
>
> Deus me livre! Vou falar pra você que já sofri, pra mim largasse dele assim, eu pensei muito, falei "se eu largar dele, vou pra casa de meu pai com essas crianças, sozinha? Eu vou criar meus filhos com que? Não, eu vou ficar é aqui, aqui eu vou criar meus filhos, aqui eu vou ficar". Agora ele parou de beber, não serve mais, já ta velho, mais velho do que eu, escurece, amanhece dentro de casa, quer que eu saio daqui, eu não saio. Não. Aqui ta minha saúde, a piscina aqui. Aí ele fala assim pra mim assim "depois que você passou lá pra universidade, você não é mais aquela mulher" [...]. Homem, se eu quisesse homem eu ia caçar na rua, não ia caçar na universidade. Aqui eu venho fazer a minha atividade que eu tenho de fazer, da minha saúde, não caçar homem, pra que eu quero homem?[157]

Algumas diferenças na maneira de sentir e refletir sobre a experiência do envelhecimento são bastante díspares entre homens e mulheres e, conforme a literatura especializada, tais dessemelhanças relacionam-se à questões estritas de gênero, ou seja, pelas diferenças vivenciadas por homens e mulheres na vida cotidiana (NERI, 2001; FIGUEIREDO, et. al., 2007; IRIGARAI; SCHNEIDER, 2007; FERNANDES; GARCIA, 2010; DEBERT; BREGEIRO, 2012).

A aposentadoria e/ou pensão, por exemplo, pode significar autonomia no caso das mulheres que nunca tiveram renda e sempre foram dependentes financeiramente, seja dos pais, seja dos cônjugues, na infância, na juventude e na idade adulta. No caso dos homens que sempre se dedicaram ao trabalho e nele fincaram um lugar de afirmação de identidade e exercício de função psicossocial, a aposentadoria pode significar um estágio de decrepitude e

[157] Entrevista concedida pela Senhora Ana Maria, de 76 anos, no NEATI, em abril de 2012.

invalidez. Ainda no caso dos homens, a aposentadoria pode se vincular às noções de pobreza e perda financeira quando (não raramente) é menor que o salário da ativa.

> Sou uma pessoa altamente revoltada, pois já tive muita condição, quando eu estava na ativa e vendia muitos os produtos que representava, hoje vivo de uma aposentadoria que a cada ano perde mais o poder de compra, sempre teve o carro do ano e dei muitos carros para minha mulher, hoje vivo nas paradas de ônibus, até ainda tenho carro, mas não posso mais andar nele, por causa do preço da gasolina (FIGUEIREDO, et. al., p. 425).

Desta forma, por diferenças entre experiências do feminino e do masculino em fases anteriores da vida, a aposentadoria pode significar um ganho; um disparador da independência, das realizações; ou, como no caso dos trabalhadores homens, pode significar perdas, incapacidade, pobreza e reclusão.

Para as mulheres mais acostumadas ao lar – até mesmo para aquelas que 'trabalham fora' de casa (FIGUEIREDO, et. al., 2007) o simples fato de frequentar atividades fora do espaço doméstico – como nos casos dos programas de atenção – ou qualquer instância onde possam erigir relacionamentos, vivências e realizações pessoais, pode significar uma guinada na vida, um ato de libertação, de protagonismo político, social, cultural e assim por diante.

> Com o processo de envelhecimento, acompanhado ou não de aposentadoria de vínculos trabalhista, a mulher que já tinha uma adaptação ao espaço privado, não se recente de perda de poder, pelo contrário, as mulheres idosas de modo geral, revelaram, neste estudo, a conquista da autonomia e da liberdade (FIGUEIREDO, 2007, p. 424).

Enquanto para os homens, vívidos às realizações fora do espaço doméstico, à rotina e aos desafios do mundo do trabalho, a falta de uma tarefa pragmática pode conotar um verdadeiro estado de ostracismo político, social, cultural, etc.

> (...) a baixa autoestima e a perda da liberdade vivenciada pelo homem no processo de envelhecimento têm determinantes sociais e culturais que se estabeleceram historicamente desde a sociedade da caça, quando as relações de força e poder torna-se hegemônica para o masculino tomando para si o espaço público (FIGUEIREDO, 2007, p. 425).

Em suma, as noções de realização ou fracasso, de protagonismo ou ostracismo, de ação ou inércia estão também relacionadas à realidade histórica e as experiências do sujeito, no seu tempo e contexto.

6.2.6 Os Direitos do Idoso descumpridos e a insurgência de protagonistas

Apesar de não estarem diretamente envolvidos com ações políticas e sociais, os idosos não estão alienados da realidade em que vivenciam nestes cenários. Mesmo com os entusiasmados discursos do Estado que propagam diversos direitos específicos à população envelhecida, previstos no vasto leque de leis que compõe a legislação do idoso, o governo é apontado pelos entrevistados como principal violador dos direitos da pessoa idosa. As narrativas trouxeram à tona, que os entrevistados têm conhecimento dos referidos direitos e consciência de que, estes não vêm sendo cumpridos integralmente. Por isso mesmo, muitos idosos se tornam descrentes da política e não depositam credibilidade nos discursos dos direitos humanos dirigidos aos longevos.

O relato abaixo demonstra que além de descrente, os idosos se deparam, cotidianamente, com o descumprimento dos direitos a eles 'garantidos' por lei:

> Só que fala sobre o direito dos idosos, mas pra mim nunca vigorou essa lei. Porque eu mesmo to com a minha irmã, minha irmã ficou cega por que passou do tempo de operar, deu glaucoma no olho dela, o olho dela inflamou, o filho dela levou ela no médico particular, mas ela não tinha dinheiro pra fazer a cirurgia, né. Daí passou pro SUS, o SUS enrolou, enrolou, enrolou. O dia que marcou, eu levei ela pra marcar o dia da cirurgia, o doutor falou "ela já ta cega".
>
> Glaucoma?
>
> Glaucoma. Demorou na fila até que passou. Daí quando ela ficou cega ele me deu outro papel pra mim levar lá no centro, central de vagas.
>
> Mas a senhora sabia dos direitos da pessoa idosa, quando a sua irmã estava desse jeito?
>
> Sabia.
>
> E a senhora não pensou em procurar alguém e dizer olha, minha irmã idosa tá na fila para ser atendida e tal.
>
> Mas não adianta meu filho, não adianta. Eu levei ela no médico, só não levei ela lá no Estatuto do Idoso[158] por que ela não aguenta andar. E lá no onde é o escritório onde eles atendem, é um lugar fora da linha do ônibus.
>
> Se a senhora tivesse levado ou tivesse ligado, dizendo, olha, minha irmã...
>
> Escuta o que eu vou te falar. Aí o doutor foi e me deu um papel pra mim levar lá no postinho do meu bairro. A menina preencheu, e daí lá preencheram tudo, com os documentos dela tudo, e mandou lá pra central de vagas. Daí tá, esperamos, foi esperando. Eu fui duas vezes lá, me jogavam pra um lado, me jogavam pra o outro, eu não sabia com quem eu falava. No dia que eu fiquei sabendo com quem que eu

[158] A entrevistada, provavelmente referiu-se ao Conselho Municipal do Idoso de Rondonópolis, ou à Secretaria Municipal de Promoção e Assistência Social, ou ainda à promotoria de cidadania da comarca de Rondonópolis.

> falava foi o dia que eu fui lá no seu Lindomar[159], e ele mandou eu falar com a mulher lá por nome de Márcia[160]. Essa Márcia tava entrando de férias e ela me fez o maior pouco caso. Eu falei, "o seu Lindomar mandou o telefone dele, que é pra você ligar pra ele, que ele vai falar o que eu quero. Você pegou o número do telefone?" Aí ela falou, falou, falou, "infelizmente eu não posso fazer nada pra senhora". Primeiro ela falou assim, que ela não tinha culpa de eu não ter condição de operar minha irmã. Eu falei, 'se eu tivesse condição minha filha, eu não vinha aqui pedir esmola, nem pra você e nem pra ninguém'. Que ela tem que fazer uma limpeza no olho dela que ela já operou, né, e nesse que ela operou, que tirou a catarata, ta criando a carne de novo. E se não cuidar desse olho dela ela vai ficar cega dos dois olhos. Esse olho que ela tá cega, ainda precisa de pingar dois colírios, ainda bem que é o filho dela que dá pra ela, o colírio, eu só entrego a receita. Enquanto vida ela tiver ela tem que pingar aquele colírio no olho, por que se não faz igual essa mulher aqui, que o olho dela estourou, e ficou só o buraco. Porque quando dá o glaucoma forte mesmo, que cega a pessoa, a pessoa tem que usar aquele colírio, se não estoura o olho. Porque continua doendo se não pingar o colírio. Daí quando ela falou tudo aquilo pra mim meu filho, aquilo me acabou, foi o mesmo que me dar uma paulada, que eu tenho problema de nervo. Não é mal de Parkinson que eu tenho, é problema de nervoso, desde pequena que eu tenho, desde pequena que eu tenho essa tremedeira. Eu tenho uma neta que vai fazer 26 anos agora dia dez de junho, ela treme quase igual eu. E eu tremia desde que eu me entendi por gente que eu tremo. Não é mal de Parkinson que eu tenho. Pra mim operar essa perna, se eu quis ir em Cuiabá operar essa perna eu que paguei minha passagem de ida e de volta. Depois disso que eu fui lá, voltei depois tornei ir pra operar, depois tornei ir e ele queria que eu ficasse indo de dois em dois meses eu indo lá em Cuiabá.
>
> Então a senhora acha que os direitos não contemplaram a senhora?
>
> Pra mim não. Pode ter contemplado pra outras pessoas, mas pra mim nunca.
>
> O que a senhora pensa sobre tomar a frente e reclamar do lugar?
>
> Eu só vou só pra mim ficar mais doente. Dependendo do que eles respondem pra mim, eu fico mais ruim do que o que tava (informação verbal).[161]

No caso descrito pela senhora Alaíde é possível visualizarmos o descumprimento de um direito vital assegurado aos mais velhos pelo Estatuto do Idoso, que é bastante enfático ao priorizar sua atenção à saúde da pessoa idosa, tendo dedicado um capítulo exclusivo ao direito à saúde, além de diversos artigos sobre o tema:

> Art. 2º O idoso goza de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se-lhe, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, para preservação de sua saúde física e mental [...]
>
> Art. 3º É obrigação da família, da comunidade, da sociedade e do Poder Público assegurar ao idoso, com absoluta prioridade, a efetivação do direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, à cultura, ao esporte, ao lazer, ao trabalho, à cidadania, à liberdade, à dignidade, ao respeito e à convivência familiar e comunitária.

---

[159] Presidente do Conselho Municipal do Idoso de Rondonópolis e coordenador da central de conselhos do município.
[160] Assessora da então Secretária de Assistência Social
[161] Entrevista concedida pela Senhora Alaíde, de 69 anos, no NEATI, em abril de 2012.

> *Parágrafo único*. A garantia de prioridade compreende [...]
>
> VIII – garantia de acesso à rede de serviços de saúde e de assistência social locais.
>
> CAPÍTULO IV DO DIREITO À SAÚDE
> Art. 15. É assegurada a atenção integral à saúde do idoso, por intermédio do Sistema Único de Saúde – SUS, garantindo-lhe o acesso universal e igualitário, em conjunto articulado e contínuo das ações e serviços, para a prevenção, promoção, proteção e recuperação da saúde, incluindo a atenção especial às doenças que afetam preferencialmente os idosos (BRASIL, 2003).

Tamanho o descaso e cinismo por parte das governanças do país, que o próprio Estatuto prevê penalidades específicas em caso de violação aos direitos relativos à saúde da pessoa idosa, conforme se pode observar nos artigos abaixo:

> Art. 79. Regem-se pelas disposições desta Lei as ações de responsabilidade por ofensa aos direitos assegurados ao idoso, referentes à omissão ou ao oferecimento insatisfatório de:
> I – acesso às ações e serviços de saúde (BRASIL, 2003).
>
> Art. 100. Constitui crime punível com reclusão de (seis) meses a 1 (um) ano e multa: [...]
> III – recusar, retardar ou dificultar atendimento ou deixar de prestar assistência à saúde, sem justa causa, a pessoa idosa (BRASIL, 2003).

Quem o Estado irá penalizar pelos direitos da pessoa idosa que não são atendidos pelas políticas públicas? Quem vai parar na cadeia? Diante de contradições nevrálgicas como esta aqui descrita, como esperar que sujeitos de direitos que são publicamente conhecidos e igualmente descumpridos, assumam os papéis de protagonistas políticos e sociais? Como esperar que uma população que padece no 'paraíso do direito' enquanto espera nas filas dos serviços públicos de saúde, tenha disposição para angariar ações macropolíticas e macrosociais? Na mesma linha de raciocínio, como esperar que sujeitos que recebem um salário mínimo mensal (atualmente 622 reais) possam se munir de instrumentos para protagonizar a vida pública?

Conforme já adiantamos, a pauperização na velhice é uma das principais questões levantadas pelos mais velhos nas narrativas. Muitos idosos queixaram-se de suas parcas aposentadorias insuficientes para almejarem o tão propagado direito do envelhecimento digno e saudável difundido pela legislação do idoso:

"Você vê, o nosso salário, o tanto que nóis trabalhou, o que nós ganha? Nada! E os direito da pessoa idosa?" (informação verbal)[162].

---

[162] Entrevista concedida pela Senhora Ana Maria, de 76 anos, no NEATI, em abril de 2012.

Usualmente, a renda propiciada pela aposentadoria não é suficiente para as realizações mais comezinhas, fazendo com que os idosos procurem outras fontes de renda. Desse modo, potenciais protagonistas de grandes cenários passam a ocupar seu tempo livre em parte com as atividades oferecidas pelos programas de atenção, e em parte, em atividades de complementação de renda:

> Eu fico fazendo crochê, meus panos de prato. Mas se eu não tivesse esses panos de prato pra fazer? Eu fico pensando na arrumação da minha casa, da reforma né. E eu não quero fica pensando! O dinheiro ainda tá longe de chegar o tanto, eu to juntando dinheiro, mas não dá nunca (informação verbal)[163].

Estes relatos evidenciam que, na prática, os próprios idosos reconhecem que as leis e as políticas voltadas aos longevos, nem sempre são cumpridas como deveriam. Evidenciam ainda que as ações e serviços benefícios ofertados pelo Estado não atendem às demandas reais dos envelhecentes, sobretudo dos mais pobres, que dependem das políticas do governo para proverem a sua subsistência.

Paradoxalmente, as mais nevrálgicas contradições que poderiam minar as forças dos mais velhos, são exatamente aquelas que os impulsionam às lutas, às mobilizações. À exemplo dos 'caras enrugadas' que capitanearam o movimento dos 147% (descrito e analisado anteriormente) em protesto ao arrocho das aposentadorias no início da década de (19)90, os frequentadores do NEATI foram às ruas com faixas e cartazes protestar contra os direitos dos idosos não cumpridos na atualidade. Três episódios ocorridos entre setembro de 2011 e outubro de 2012 retrataram a indignação e a capacidade de mobilização dos idosos, sendo dois primeiros deles bastante emblemáticos.

O primeiro episódio ocorreu no desfile cívico de 07 de setembro, no qual o NEATI participa há muitos anos. Na ocasião do desfile ocorrido em 2011, a Secretaria Municipal de Cultura procurou a direção do Núcleo a fim de tomar nota do tema que iríamos levar à avenida naquele ano, para que pudessem colocar no texto cerimonial do evento. Procuramos a opinião dos idosos acerca do tema que mais lhes interessava. As opiniões se dividiram em duas: protestar sobre os serviços de saúde prestados pelo poder público municipal e protestar contra o transporte público coletivo e a violência do trânsito do município que já havia ceifado a vida de duas frequentadoras[164] do NEATI em um curto intervalo de tempo.

Resolvemos colocar os dois temas em pauta e solicitamos aos participantes que relatassem problemas que vinham sofrendo ou que já tivessem sofrido nas suas trajetórias de

---

[163] Entrevista concedida pela Senhora Lourdes Manoela, de 68 anos, no NEATI, em dezembro de 2012.
[164] Ambas idosas foram mortas por atropelamento no município de Rondonópolis.

vida, em relação aos serviços supracitados. As queixas seguiam as seguintes tônicas em relação à saúde, que foram condensadas e levadas à avenida em forma de cartazes:

"Consulta Oftalmológica: estou há um ano e seis meses na lista de espera";

"Exames ginecológicos: queremos agilidade nos resultados";

"Exame endoscopia: estou há seis meses na lista de espera";

"Cirurgia nos pés: há meses na lista de espera";

"Risco cirúrgico: mais de um ano na fila de espera";

"Consulta dermatológica: estou há dois anos na lista de espera"; etc.

Em relação ao trânsito e ao transporte coletivo algumas queixas foram avalizadas por dados da própria Secretaria Municipal de trânsito e seguiam as seguintes entonações:

"Ocorrência de atropelamento de vidas humanas: 65";

"Acidentes em Rondonópolis de Janeiro a Junho de 2011: 1669";

"Classificação do acidentado: grave = 150, óbitos = 08";

"Atenção motoristas: fui deixada no ponto de ônibus";

"Motorista de ônibus! Aguarde o idoso embarcar e se sentar antes de sair";

"JOVENS: é nosso direito usufruirmos do banco reservado ao idoso no transporte coletivo"; etc.

Cada idoso pôde registrar as suas queixas pessoais em cartazes e faixas que empunharam na avenida na data do desfile, por cada requerente. O episódio causou muito espanto aos espectadores e um grande desconforto às autoridades que compunham um 'pomposo' palanque para assistir ao desfile. Quando o chefe de cerimônias narrou o tema escolhido pelo NEATI, no momento em que o grupo passava em frente ao palanque, os representantes do poder público municipal ficaram bastante constrangidos.

A faixa de abertura e fechamento do desfile trazia as seguintes palavras de ordem:

"A 3ª IDADE REIVINDICA MELHORIAS NOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE, TRÂNSITO e TRANSPORTE COLETIVO";

"HOMENAGEM DOS AMIGOS DA 3ª IDADE AS Srªs FRANCISCA E ALICE, VÍTIMAS DO TRÂNSITO EM RONDONÓPOLIS".

Figura 9 - Faixa de abertura da manifestação no Desfile cívico de 07 de setembro

Fonte: Arquivo do NEATI (2011).

Figura 10 - Protesto contra a espera de 3 anos para um exame de ecocardiograma

Fonte: Arquivo do NEATI (2011).

Figura 11 - Faixa de encerramento da manifestação no Desfile cívico de 07 de setembro

Fonte: Arquivo do NEATI (2011).

Em retaliação ao protesto, no final daquele mesmo ano, a Prefeitura Municipal de Rondonópolis não renovou o contrato de dois monitores cedidos ao NEATI (um de hidroginástica e o outro de yoga) que tiveram que ser assumidos contratualmente pela UFMT para iniciarem as atividades de 2012.

Já no ano de 2012 o manifesto feito no desfile anterior se repetiu, desta vez em um protesto mais direto em relação à violação dos direitos da pessoa idosa. Quando consultados sobre o tema que queriam levar à avenida, por unanimidade a escolha foi ‘os direitos não cumpridos da pessoa idosa’. A dinâmica foi a mesma do ano anterior, os alunos foram consultados sobre quais os direitos da pessoa idosa estavam sendo desrespeitados e deveriam ser expostos na ocasião do desfile. Surpreendentemente várias críticas diretas ao poder público municipal foram retomadas pelos frequentadores do NEATI, que estavam reunidos em uma assembleia para discutir o tema. Palavras de ordem bastante estridentes ecoavam dos rostos franzidos que, exaltados, cobravam providências em relação ao transporte coletivo, à falta de médicos; às filas de espera nos atendimentos prestados pela saúde municipal; a falta de assistência básica dos Centros de Referência de Assistência Social e várias outras violações aos direitos da pessoa idosa. Temerosos quanto a novas retaliações das autoridades locais, tal como ocorreu no desfile de 2011, a direção do Núcleo achou melhor ‘amenizar’ um pouco as

frases que ‘desceriam a avenida’, contendo assim, um imperioso ímpeto contestador e, talvez, até revolucionário, daqueles idosos que se mostravam tão insatisfeitos com as mazelas do poder público municipal. O temor sentido pela direção do Núcleo foi exposto à assembléia e frases menos ríspidas e indiretas foram escolhidas, ao passo que outras foram reelaboradas e mescladas com trechos das leis que compõem a legislação do idoso. Vale aqui justificar o temor sentido pela direção, pois o NEATI é mantido em grande parte pelos subsídios da prefeitura de Rondonópolis, que repassa recursos e materiais de consumo ao programa; concede uma professora da rede municipal com dedicação exclusiva ao Núcleo; concede dois estagiários com bolsa de um salário mínimo e, nesta ocasião, tramitava na prefeitura um processo com vistas à firmação de convênio para recontratação dos dois monitores de yoga e hidroginástica. Não bastasse a dependência em relação ao município, o NEATI depende ainda de emendas parlamentares para a ampliação de sua infraestrutura. Diante desta infeliz realidade, as frases impressas nos banners e faixas foram mais ‘mornas’, tais como:

“Você Sabia: que para ter acesso à gratuidade ao transporte coletivo basta apresentar documento que comprove a idade igual ou superior a 60 anos?”;

“ATENÇÃO PODER PÚBLICO MUNICIPAL: QUEREMOS TRANSPORTE COLETIVO GRATUITO A PARTIR DOS 60 ANOS!!!”;

“Você Sabia? Que em casos de suspeita ou confirmação de maus-tratos, ou violação de direitos da pessoa idosa, qualquer cidadão pode denunciar? DENUNCIE: Autoridade policial: 190, Ministério Público: 3439-6500, Conselho Municipal do Idoso: 9629-4232”;

“VIOLAÇÃO DE DIREITOS É CRIME!!! ESTATUTO DO IDOSO – Artigo 100: Constitui crime punível com reclusão de (seis) meses a 1 (um) ano e multa (...): II – negar a alguém, por motivo de idade, emprego ou trabalho; III – recusar, retardar ou dificultar atendimento ou deixar de prestar assistência à saúde, sem justa causa, a pessoa idosa;” etc.

A seguir serão apresentadas ilustrações referentes ao momento de concentração do Desfile cívico realizado em 07 de setembro de 2012.

Figura 12 Faixa de abertura: ”Crianças Jovens e Adultos: Respeitem os direitos da pessoa idosa e construam um futuro melhor para vocês!”

Fonte: Arquivo do NEATI (2012).

Figura 13 - Concentração para o desfile cívico de 07 de setembro

Fonte: Arquivo do NEATI (2012).

Figura 14 -– Manifestante reivindicando o direito de assentos preferenciais no transporte coletivo

Fonte: Arquivo do NEATI (2012).

Ainda na última semana de setembro e início de outubro de 2012 um grupo de frequentadores do NEATI resolveu participar de uma campanha de trânsito local, organizada pelo poder público Municipal, intitulada: “Motorista legal respeita a terceira idade e o idoso na faixa de pedestre” Talvez as severas críticas levadas aos desfiles de 2011 e 2012 tenham impulsionado a temática da campanha de trânsito voltada aos mais velhos, mas não podemos afirmar com certeza esta hipótese. O que podemos afirmar é que, apesar da campanha ter sido capitaneada pelo município, a participação do grupo envolvido, assim como as manifestações por ele executadas foram bastante espontâneas. Por vezes, os idosos se alteraram, entoando alguns ‘palavrões’ e ‘gestos obscenos’ diante da não receptividade dos motoristas mais apressados que se negavam a parar na faixa. Por isso mesmo, essa manifestação também pode ser considerada como mais um ato de protagonização política, social e também cultural, por disparar alterações na maneira com que os motoristas e transeuntes enxergavam a velhice.

Figura 15 - Idosos atravessando a faixa vestindo a camiseta da campanha de trânsito[165]

Fonte: Arquivo do NEATI (2012).

Figura 16 - Idosos entregam panfletos da campanha aos motoristas[166]

Fonte: Arquivo do NEATI (2012).

[165] Campanha de trânsito realizada em Rondonópolis.1 out.2012.
[166] Campanha de trânsito realizada em Rondonópolis.1 out.2012.

Figura 17 - Encerramento das atividades do dia

Fonte: Arquivo do NEATI (2012).

Conforme se pode observar nos referidos episódios, assim como nas narrativas mencionadas acima, na realidade, o protagonista político e social desponta espontaneamente diante de alguma carência ou problemáticas que sente no próprio corpo. O protagonista político e social não pode ser moldado por discursos econômicos e políticos-ideológicos, ou por práticas assistencialistas capitaneadas pelo estado e terceiro setor. Ele insurge de forma inusitada e parte de reinvidicações, encenando seus atos de forma inusitada e desordeira, diante dos olhos do Estado, das autoridades e da sociedade em geral, porém, fora do controle e/ou planejamento de qualquer instância.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir de um exame da estrutura, da programação, das atividades desenvolvidas no NEATI e das narrativas dos entrevistados fica claro que se trata de um serviço de atenção voltado à 'terceira idade', conforme a explicação já dada sobre o termo. Inclinado à educação do envelhecimento, o Núcleo torna-se um *locus* de formação de idosos disciplinados conforme os anseios do Estado, do mercado, da ciência e de sociedade em geral. Assemelha-se, portanto, a um mecanismo de segurança[167], voltado ao controle de populações[168], típico da sociedade de controle[169], que distintamente da sociedade disciplinar[170], não 'trancafia', não 'isola' o corpo dos indivíduos em espaços fechados, mas controla o movimento, a circulação e o tempo da população. Integra-se a um circuito de instituições e políticas que arregimentam e disciplinam uma massa desordenada de indivíduos envelhecidos, tornando-os uma população organizada.

Sendo assim, o NEATI agrega-se a sofisticadas estratégias de controle de populações, que passa a organizar o tempo e os espaços de circulação dos envolvidos. Assim como os demais programas de atenção a velhice, que criam e modelam subjetividades e as experiências do envelhecimento, o NEATI isolou um grupo de risco, que já havia ameaçado a ordem instituída pelo governo no início da década de (19)90 – os aposentados; controlando-os dentro de espaços geridos pelo Estado e seus intelectuais. Talvez por isso, não se ouça mais falar em movimentos de aposentados e pensionistas, em mobilizações dos 'caras enrugadas', em protestos envolvendo as idades avançadas da vida. Pelo contrário, ouve-se falar muito em empréstimos financeiros com facilidades e juros especiais para esta clientela, que se afunda em dívidas por conta dos famigerados benefícios concedidos pela previdência social.

Foi neste cenário que buscamos nossos atores políticos e sociais e realizamos nossas entrevistas/conversas. Talvez, por se tratar de um lugar de gestão de populações, não encontramos protagonistas políticos em níveis macroestruturais, exceto em poucos casos

---

[167] A segurança é urna certa maneira de acrescentar, de fazer funcionar, um todo integrado à produção e consumo. Os mecanismos de segurança funcionam pela instrução, vigilância e proibição, ao invés de tomarem mão da punição como forma de modelar o comportamento. É uma tecnologia de governo, que tem essencialmente por objeto a população (FOUCAULT, 2008b).

[168] População é um termo utilizado por Foucault (2008b) para designar um todo organizado e inserido docilmente nas práticas de gestão do Estado.

[169] Sociedade de Controle é um termo utilizado por Deleuze (1992) para designar a organização política e social no contemporâneo; a forma como a sociedade é distribuída e gerida pelo Estado.

[170] Conforme Foucault a sociedade disciplinar constituiu um modo de gestão de populações durante a modernidade. As disciplinas buscavam controlar os indivíduos pela arregimentação e controle dos corpos alocados em espaço e tempo definidos. No livro 'Vigiar e Punir", Foucault dedica bastante atenção à sociedade disciplinar e às disciplinas adotadas na modernidade.

isolados. E, nestas exceções, constatou-se que os protagonistas políticos da terceira idade, já vinham exercendo esta função em etapas anteriores da vida e suas atuações políticas não estavam atreladas a experiências adquiridas no envelhecimento, tampouco nos programas de atenção à velhice. Percebemos que o ingresso nos referidos programas restringe os espaços de circulação do idoso, ocupando ainda uma parcela considerável do seu tempo. A falta de tempo livre e as atribulações da rotina da terceira idade é um importante fator para o afastamento da vida política. O protagonismo político e social dos idosos é mais constante e perceptível na esfera religiosa, sendo as comunidades católicas o principal *locus* deste exercício.

Não podemos desconsiderar os ganhos que o ingresso nos programas de atenção trazem para os idosos, sobretudo, para as mulheres, que passam a ter uma vida mais autônoma e independente na velhice, quando estão alijadas das funções de esposas e mães de família. Enfim, pode-se considerar que, mesmo não estando envolvidos em questões macropolíticas e macrosociais, esses indivíduos encontram na velhice a oportunidade de serem protagonistas de suas próprias histórias e conseguem tomar as rédeas dos rumos de suas próprias vidas. De maneira geral, o envelhecimento pode significar uma experiência de autonomia e independência para as mulheres. O mesmo pode ocorrer no caso de alguns homens que se dedicaram muito ao trabalho e não tiveram tempo na idade adulta para 'curtir a vida', tal como nos relatou o senhor Celso, bancário aposentado e frequentador assíduo do NEATI: "se eu soubesse que a terceira idade era tão boa, teria envelhecido antes" (informação verbal) [171].

O cenário global tem sido bastante otimista em relação ao protagonismo político e social na velhice. A literatura é bastante ampla e vem sendo difundida principalmente por tratados, normas e leis de governo, assim como por documentos de ONGs internacionais e organizações translaterais. O protagonismo e o empoderamento das coisas públicas, nas esferas política, social, cultural, entre outras, tem sido na verdade tomado pelo governo, que se usa de instrumentos ideológicos de persuasão de populações e da própria academia, para obter maior controle sobre seus objetos de gestão de forma refinada e camuflada. O terceiro setor também tem se beneficiado das referidas ideologias aumentando seu leque de atuação, sua legitimidade, sua 'eficácia' e sua receita, sendo representado, sobretudo, pelas ONGs de direitos humanos espalhadas pelo mundo.

Todos os textos nacionais e internacionais analisados buscam, na verdade, uma solução para um problema que recai sobre o mundo capitalista e que já foi vivenciado por tantas outras sociedades bem mais primitivas (BEAUVOIR, 1990): o que fazer com os velhos

[171] Declaração dada pelo Senhor Celso, no dia 13 de dezembro de 2012, no NEATI na ocasião das festividades de encerramento do ano.

quando não são mais produtivos, quando se tornam um peso morto? O mundo civilizado não os deixa morrer em montes ou nevascas, tampouco os enche de pompas e adorações.

O mundo contemporâneo busca refuncionalizar a velhice, transformando-a em 'terceira idade', como forma de não deixar que os mais velhos se tornem um peso morto que represente apenas gastos com as políticas de seguridade social. Os saberes e poderes hegemônicos buscam respostas, testam hipóteses, procuram promover a longevidade, o consumo e a autonomia dos envelhecentes, para que dêem conta de suas demandas de forma autônoma, sem significar nenhum incômodo. Talvez seja este o empoderamento mais almejado pelos discursos que difundem o protagonismo: não o empoderamento na macropolítica, nos níveis macrosociais; mas a independência no âmbito pessoal, que estende a vida, o consumo e a capacidade de cuidar de si. As próprias políticas públicas de saúde, difundidas no Brasil e no mundo, adotam o discurso do empoderamento e do protagonismo defendendo que a cidadania e a autonomia na terceira idade são aspectos fundamentais para uma boa saúde e uma vida mais independente. O trecho descrito abaixo, extraído de uma pesquisa realizada em instituições asilares da Índia, revela a viabilidade desta hipótese:

> Empowerment of the elderly means better physical and psychological capability in negotiating to procure their needs. This not only involves securing adequate economy but securing good health and physical fitness in order to become self-reliant, as well as to enjoy favourable social and familial inputs[172].

Apesar de os idosos, de maneira geral, não estarem assumindo o papel de protagonistas conforme alude os discursos ideológicos (controlando políticas públicas; decidindo os rumos da democracia; participando ativamente de grandes colegiados deliberativos; assumindo a frente dos programas de atenção a eles destinados), micropoliticamente e microssocialmente vêm assumindo tal papel. Por um lado realizam pequenos feitos 'macroestruturais', como nos exemplos relatados sobre as manifestações nos desfiles de 07 de setembro nos anos de 2011 e 2012, quando, espontaneamente, os frequentadores do NEATI angariaram um protesto contra as mazelas do poder público. Por outro, realizam grandes feitos pessoais, principalmente no caso das mulheres que assumem as 'rédeas' de suas próprias vidas e conquistam maior independência na velhice. Constatamos então, uma mescla de submissão e absenteísmo nas esferas macro, e empoderamento e

[172] Empoderamento dos idosos significa melhor capacidade física e psicológica para negociação na obtenção das suas necessidades. O empoderamento não só implica na segurança de uma economia adequada, mas também assegura boa saúde e aptidão física em vistas de uma vida autônoma, bem como o usufruto das relações sociais e familiares (Tradução nossa).

protagonismo nas esferas micro. Desta forma, o idoso como protagonista político e social é uma possibilidade vivenciada no real, mas que foge às linhas de força propostas pelos poderes hegemônicos que buscam disciplinar e controlar as inclinações desordeiras da velhice.

Os eventos de sete de setembro descortinaram uma realidade válida aos idosos e tantas outras categorias e grupo de direitos humanos. O protagonismo daqueles que dependem das dádivas do Estado é inviável, pois, se com uma mão o governo abre espaço para atos que anseia ser uma pálida encenação; com a outra mão ele retira suas dádivas, ou retribui com violência e desrespeito as protagonizações que colidem com os seus interesses. Em suma, o protagonismo tutelado é na verdade a negação, ou encenação da cidadania. O exemplo da não adesão, por parte dos idosos, à proposta de constituição de um conselho gestor no NEATI, composto pelos frequentadores, é um exemplo de resistências às formas de protagonismo à reboque e *invited spaces*. Os protestos de 07 de setembro servem mais uma vez como exemplo de que o protagonista político e social, o manifestante, o protestante, o insurgente, aparece de forma espontânea diante de uma carência percebida, diante de uma violação de direitos, diante de mazelas, diante de interesses e reinvidicações próprias e sentidas na realidade. Não estamos defendendo aqui que a privação e o estado de caos devem imperar para depois ser constituída a ordem pelas mãos da população, do povo, dos cidadãos deixados de lado. Porém, na realidade que vivenciamos com os idosos, percebemos que a ‘necessidade’ e a desordem assanham nos envelhecentes um verdadeiro ímpeto revolucionário.

A manifestação de sete de setembro e as transformações na vida pessoal de alguns frequentadores são exemplos de microprotagonismos aliciados pelo NEATI. Talvez, pela própria estrutura do programa e as atividades que ele se propõe a capitanear fosse até ai mesmo que as realizações políticas e sociais pudessem chegar. Por isso mesmo, acreditamos que os programas que pretendam formar protagonistas políticos e sociais em esferas maiores devam dar maior atenção aos conteúdos que visem tal formação no roteiro de suas atividades, tal como debates, cursos e mobilizações que ladeiem tais temáticas.

Enfim, gostaríamos de ressaltar que o estado de ostracismo mapeado na terceira idade, não pode ser considerado como exclusivo desta faixa etária. Pelo contrário, o desinteresse sobre as questões políticas, seguramente, marca as demais etapas da vida da população em geral.

REFERÊNCIAS

AIRÈS, P. *História Social da Criança e da Família*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

ANDRADE, G. R. *A Dinâmica da Participação da Sociedade Civil em Conselhos de Políticas Sociais no Município de Piraí.* 2007. 193 f. Tese (Doutorado em Saúde Pública). Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro.

ANTUNES, R. . O *que é sindicalismo.* São Paulo: Brasiliense, 1989.

ARENDT, H. *Da Revolução*. São Paulo: Ática, 1998.

ARENDT, R. J. J. Construtivismo ou construcionismo? Contribuições deste debate para a Psicologia Social. In: *Estudos de Psicologia*, v. 8, n. 1, p.5-13, 2003.

BAREMBLITT, G. *Compêndio de Análise Institucional e outras correntes: teoria e prática*. Rio de Janeiro: Rosa dos Ventos, 1998.

BAUMAN, Z. *O mal-estar da pós-modernidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

_____ . *Modernidade Líquida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BEALES, S. *Empowerment and older people: enhancing capabilities in an ageing world*. United Nations: 2012. Disponível em: <http://www.un.org/esa/socdev/egms/docs/2012/SylviaBeales.pdf >. Acesso em: 23 dez. 2012.

BEAUVOIR, S. *A velhice*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.

BENJAMIN, W. O narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. In: *Obras Escolhidas*. v.1, 2.ed. São Paulo, Brasiliense, 1994, p. 197-221 (escrito em 1936 sob o título Der Erzähler: Betrachtungen zum Werk Nikolai Lesskows).

BIZORDI, G. Comunidade apoia serviço médico: Conselhos de Saúde são realidade na zona leste. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 10 dez. 1981. Caderno Especial – Agenda, p. 16.

BOBBIO, N. *O conceito de sociedade civil.* Rio de Janeiro: Graal, 1982.

BÓGUS, et al. Programa de Capacitação Permanente de Conselheiros populares de Saúde na cidade de São Paulo. *Saúde e Sociedade*. São Paulo, v. 12, n. 2, p. 56-67, jul/dez. 2003.

BRAIDO, C. *A. Protagonismo de idosos em comissões gestoras*. 2009, 163f. Dissertação (Mestrado em Gerontologia). Universidade Estadual de Campinhas –UNICAMP, Campinas.

BRANCO, R. C. A saúde e o custo de vida em debate. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 27 nov. 1978. Folha Local, p. 09.

BRANDT, V. C. Da resistência aos movimentos sociais: a emergência das classes populares em São Paulo. In: SINGER, P.; BRANT (Org.). *São Paulo*: o povo em movimento. São Paulo: CEBRAP, 1983.

BRASIL. *Constituição da república Federativa do Brasil.* Brasília: Senado Federal, 1988.

_____ . Ministério da Saúde. Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990. Dispõe sobre as formas de participação da população no SUS. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 31 dez. 1990. p. 4.

_____ . Presidência da República. *Lei nº 8.742, de 1993*. Lei Orgânica da Assistência Social – LOA. Brasília:, 1993.

_____ . Presidência da República. *Política Nacional do Idoso.* Brasília, 1994.

_____ . Presidência da República. *Lei 10.741*. Dispõe sobre o Estatuto do Idoso. Brasília, 2003.

_____ .Presidência da República. *Lei nº 12.213*. Brasília, 2010.

BRÊTAS, A; OLIVEIRA, E. Interseções entre as áreas de conhecimento da gerontologia, da saúde e do trabalho: questões para reflexão. *Saúde e Sociedade. São Paulo, v. 8, no 2, p. 58-*82, 1999.

CAMARGO-BORDES, C.O. *O Construcionismo Social no contexto da Estratégia Saúde da Família:* articulando saberes e prática. Tese de doutorado não publicada. Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2007.

CARDOSO, R. Fortalecimento da sociedade civil. In: IOSCHPE, E. B. (Org.) *Terceiro Setor: desenvolvimento social sustentado*. São Paulo: Paz e Terra, 2000. p.7-13.

CENEVIVA, W. Estatuto do Idoso, Constituição e Código Civil: A Terceira Idade nas Alternativas da Lei. *Revista A Terceira Idade*. São Paulo: SESC – GETI, v. 15, n° 30, p. 7-23, maio 2004.

CHIAVENATO, I. *Gerenciando Pessoas:* o passo decisivo para a administração participativa. São Paulo: Makron Books, 1994.

COLOMBIA. *Politica Nacional de Envejecimiento y Vejez*. Bogota: Ministerio de la Protección Social, 2007.

CORREA, M. R. *Uma Cartografia do Envelhecimento na Contemporaneidade*: a velhice e a terceira idade. 2008, 148f. Dissertação (Mestrado em Psicologia), Faculdade de Ciências e Letras de Assis – UNESP, Assis.

_____ . Ensaios sobre a relação do homem com a morte. 2011, 141f. Tese (Doutorado em Psicologia), Faculdade de Ciências e Letras de Assis – UNESP, Assis.

CORREA, M. R.; FRANÇA, S. A. M.; HASHIMOTO, F. Políticas Públicas: a construção de imagens e sentidos para o envelhecimento humano. In.: *Estudos interdisciplinares sobre o envelhecimento*, Porto Alegre, v. 15, n. 2, p. 219-238, 2010.

COSTA RICA. *Política Nacional de Envejecimiento y Vejez*. San Jose: Presidencia da República, 2011.

CORTES, S. M. V. Construindo a possibilidade da participação dos usuários: conselhos e conferências no Sistema Único de Saúde. *Sociologias*, Porto Alegre, v. 7, n. 1, p. 18-49, 2002.

COSTA, J. *Ordem médica e norma familiar*. Rio de Janeiro: Graal, 1989.

COUTINHO, C. N. Cidadania e Modernidade. In: *Perspectivas*, n. 22, p. 41-59, 1999.

COUTO, C.; ARANTES, S. Constituição, governo e democracia no Brasil. *Revista Brasileira de Ciências Sociais.* São Paulo, v. 21 n. 61, p. 41-62, junho 2006.

_____ . *A Reinvenção da Velhice:* Socialização e Processos de Reprivatização do Envelhecimento. São Paulo: Edusp, Fapesp, 1999.

_____ . A Antropologia e o estudo dos grupos e das categorias de idade. In: BARROS, M. (Org.) *Velhice ou terceira idade?* Estudos antropológicos sobre identidade, memória e política. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas. p. 69-85, 2007.

DEBERT, G. G.; SIMÕES, J. A. A aposentadoria e a invenção da terceira idade. In: DEBERT, G. G. (Org.). *Textos Didáticos:* Antropologia e Velhice. Campinas: UNICAMP, 1994.

DEBERT, G. G.; BRIGEIRO, M. Fronteiras de gênero e a sexualidade na velhice. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. vol. 27, n. 80. out. 2012 .

DEBORD, G. *A sociedade do espetáculo*. Rio de janeiro: Contraponto, 2005.

DELEUZE, G. Post-Scriptum sobre as sociedades de controle. In: _____. *Conversações:* 1972-1990. Rio de Janeiro: ed. 34, 1992, p. 219-226.

DEMO, P. *Pobreza Política*. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1991.

_____ . *Cidadania tutelada e cidadania assistida*. Campinas: Autores Associados, 1995.

_____ . *Solidariedade como efeito de poder*. São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2002.

DIAS, E. *História das Lutas Sociais no Brasil*. São Paulo: Atlas Ômega, 1977.

DONZELOT, D. *A polícia das famílias.* Rio de Janeiro: Graal, 1986.

DUARTE-ALVES, A.; JUSTO, José Sterza. Saberes no cotidiano: práticas discursivas e transdisciplinaridade. In: CONSTANTINO, Elizabeth Piemonte (Org.). *Percursos da Pesquisa Qualitativa em Psicologia*. São Paulo: UNESP/Arte & Ciência Editora. 2007, p. 61-78.

ENGELS, F. *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1974.

ENRIQUEZ, E. O indivíduo preso na armadilha da estrutura estratégica. In: *Revista de Administração de Empresas*. São Paulo, 1997, v. 37, n. 1, p. 18-29.

FALEIROS, V. P. Cidadania e direitos da pessoa idosa. *Ser Social* v. 1, n. 20, p. 35-61, 2007.

FAYOL, H. *Administração industrial e geral*. São Paulo: Atlas, 1970.

FERNANDES, . G. M.; GARCIA, L. G. O Sentido da Velhice para Homens e Mulheres Idosos. In: *Saúde Social*, São Paulo, v.19, n.4, p.771-783, 2010.

FERNANDES, R. C. O que é Terceiro Setor? In: IOSCHPE, E. B. (Org.) *Terceiro Setor: desenvolvimento social sustentado*. São Paulo: Paz e Terra, 2000. p.25-35.

FERNÁNDEZ, Y. L. Aprender Disfrutando: una experiencia de ocio para adultos/mayores en la Universidad. In: *Revista Mal-estar e Subjetividade*, Fortaleza, 2009, v. 9, n. 3, p. 751-782.

FEYERABEND, P. *Contra o método*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1989.

FIGUEIREDO, M. L. F. et.al. As diferenças de gênero na velhice. In: *Revista Brasileira de Enfermagem*, Brasília, 2007, v. 60, n.4, p.422-427.

FOUCAULT, M. *Vigiar e Punir*. Petrópolis: Vozes, 1977.

_____ . *A verdade e as formas jurídicas*. Rio de Janeiro: Nau, 2005.

_____ . *Nascimento da Biopolítica.* São Paulo: Martins Fontes, 2008.

_____ . *Segurança, território, população.* São Paulo: Martins Fontes, 2008b.

FRANCO, A. *Capital Social: leituras de Tocqueville, Jacbos, Putnam, Fukuyama, Maturana, Castells e Levy.* Brasília: Instituto de Política, 2001.

FRANCO, A. *A nova sociedade civil: o terceiro setor e seu papel estratégico*. Brasília: Agência de Educação para o Desenvolvimento, 2002.

FUNARI, P. P. A cidadania entre os romanos. In: Pinsky, J.; PINSKY, C. B. (Org.). *História da Cidadania*. São Paulo: Contexto, 2010, p. 49-81.

GAULEJAC, V. *Gestão como doença social: ideologia, poder gerencialista e fragmentação social*. Aparecida do Norte: Idéias e Letras, 2007.

GERGEN, K.J. *Social Psychology as Social Construction:* The Emerging Vision. Eds. C. McGarty and A. 1996.

_____ . O Movimento do Construcionismo Social na Psicologia Moderna. In: *INTERthesis*, Florianópolis, v. 6, n. 1, p. 299-325, jan/jul. 2009.

GOFFMAN, E. *Manicômios, prisões e conventos.* São Paulo: Perspectiva, 2010.

GOHN, M. G. Abordagens Teóricas no Estudo dos Movimentos Sociais na América Latina. In: *Caderno CRH.* Salvador. v. 21, n. 54, p. 439-455, set/dez. 2008.

_____ . *O protagonismo da sociedade civil: movimentos sociais, ONG's e redes solidárias*. São Paulo: Cortez, 2008.

GROISMAN, D. *A infância do asilo*. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva). 1999, 120f. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

_____ . Asilos de Velhos: passado e presente. *Estudos Interdisciplinares sobre o Envelhecimento*. Porto Alegre, v. 2, p. 67-89, Nov.1999b.

_____ . A velhice entre o normal e o patológico. *História, Ciências, Saúde:*Manguinhos. Rio de Janeiro, v.9, p. 61-78. jan-abr, 2002.

GUANAES, C.; JAPUR, M. Construcionismo Social e Metapsicologia: um diálogo sobre o conceito de *self*. In: *Psicologia: Teoria e Pesquisa*. Ribeirão Preto. v. 19, n. 2, p. 135-143. Mai-ago. 2003.

GUARINELLO, N. L. Cidades-Estado na Antiguidade Clássica. In: Pinsky, J.; PINSKY, C. B. (Org.). *História da Cidadania*. São Paulo: Contexto, 2010, p. 29-49.

HADDAD, E.G. M. *A Ideologia da Velhice*. São Paulo: Cortez, 1986.

_____ . *Direito à velhice:* os aposentados *e a previdência social*. São Paulo: Cortez, 1993.

HARDT, M. NEGRI, A. *Império*. Rio de Janeiro: Record, 1999.

HARVEY, D. *Condição Pós-moderna*. São Paulo: Loyola, 2000.

HELPAGE INTERNATIONAL. *Empowering older citizens monitoring project, Jamaica*. Kingston, 2011.

HOORNAERT, E. As comunidades cristãs do primeiro século. In: Pinsky, J.; PINSKY, C. B. (Org.). *História da Cidadania*. São Paulo: Contexto, 2010, p. 81-97.

IOSCHPE, E. B. Prefácio. In: IOSCHPE, E. B. (Org.) Terceiro Setor: desenvolvimento social sustentado. São Paulo: Paz e Terra, 2000. p.1-5.

IRIGARAY, T. Q.; SCHNEIDER, R. H. Participação de Idosas em uma Universidade da Terceira Idade: Motivos e Mudanças Ocorridas. In: *Psicologia: Teoria e Pesquisa,* 2008, v. 24 n. 2, pp. 211-216.

JOSEPH ROWNTREE FOUNDATION. *Older people with high support needs: how can we empower them to enjoy a better life.* United Kingdom: 2011. Disponível em: <http://www.jrf.org.uk/sites/files/jrf/supporting-older-people-summary.pdf>. Acesso em: 23 dez. 2012.

JUNQUILHO, G. S. Gestão e ação gerencial nas organizações contemporâneas: para além do "folclore" e o "fato". *Gestão e Produção*. São Carlos, v. 08, n. 03, p. 304-318, dez. 2001.

JUSTO, J. S. *Dinamismos psicológicos da ideologia autoritária*. 1989, 562 f. Tese (doutorado em psicologia). Pontifícia Universidade Católica – PUC, São Paulo.

_____ . Dromopolítica contemporânea – O caso dos andarilhos. In: FRANÇA, S. et al. (Org.) *Estratégias de Controle Social.* São Paulo: Arte e Ciência, 2004. p. 9-41.

JUSTO, J. S. et al. O idoso como protagonista social. In: *A Terceira Idade, 21*(48), São Paulo: 39-53, 2010.

JUSTO, J. S.; SANCHES, R. R. ; ROZENDO, A. S. Psicologia e as tramas do social no contemporâneo.In: *Ecos*, Rio de Janeiro, 2012, v. 2, p. 32-46.

KING, N. CALASANTI, T. Empowering the Old: Critical Gerontology and Anti-Aging in a Global Context. In: BAARS, J (et al.). *Aging, Globalization, and Inequality: the new critical gerontology*. Amityville/NY: Baywood Publish Company, 2006.

KRÜGER, T. R. Participação da comunidade: 20 anos de diretriz constitucional. In: *Emancipação*. Ponta Grossa, v. 8, n. 2 p. 75-90, 2008.

KUHN, T. *A estrutura das revoluções científicas.* 4. ed., São Paulo: Perspectiva, 1996.

LABRA, M. E.; FIGUEIREDO, J. S. A. Associativismo, participação e cultura cívica: O potencial dos conselhos de saúde. In: *Ciência e Saúde Coletiva*. Rio de Janeiro, v.7, n. 03, 537-547, 2002.

LIMA, A. B. Algumas reflexões para uma práxis crítica em Psicologia Social. Mesa redonda. *Atuação do psicólogo nas instituições*: implicações éticas. (texto não publicado). IV Encontro do Departamento de Psicologia Social e Institucional e VII Mostra de Produção Científica, Universidade Estadual de Londrina. Londrina, 2005.

LODOVICI, F. M. M.; MERCADANTE, E. F. Por uma nova Cultura do Envelhecimento. In: *Kairós Gerontologia*, v. 14, n. 1, p. 01-03, 2011.

LUZ, M. T. Duas questões permanentes em um século de políticas de saúde no Brasil republicano. In: *Ciência e Saúde Coletiva*. Rio de Janeiro, v. 5, n. 2, p. 293-312, mar/jun. 2000.

LYOTARD, J. F. *A condição pós-moderna*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2000.
MARTINS, M. T. S. L. Apesar de...demos a volta por cima, um estudo sobre o empoderamento de mulheres idosas. *Revista Artemis*, Rio de Janeiro, n. 4, jun. 2006.

MARX, K. *O capital.* Livro I, Volume I. Tradução de Reginaldo Sant'Anna. São Paulo: Difiel, 1982. Obra publicada originalmente em 1843.

MARX, K.; ENGELS, F. *A ideologia alemã*. Lisboa: Presença/Martins Fontes, 1974.

MARCH, J. G. SIMON, H. A. G. *Teoria das Organizações*. Rio de Janeiro: FGV, 1970.

MERCADANTE, E. F. Velhice: uma questão complexa. In: Côrte et al. (Org.) *Velhice envelhecimento complex(idade)*. São Paulo: Vetor, 2005.

MONDAINI, M. Revolução Inglesa: o respeito ao direito dos indivíduos. In: Pinsky, J.; PINSKY, C. B. (Org.). *História da Cidadania*. São Paulo: Contexto, 2010, p. 115-135.

MONTAÑO, C. *Terceiro setor e questão social*. São Paulo: Cortez, 2003.

MORGAN, L. *A Sociedade Primitiva*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.

MORIN, E. Da necessidade de um pensamento complexo. In: MARTINS, F. M; SILVA; J. M. (Org.s). *Para navegar no século) Ql— tecnologias do imaginário e cibercultura*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1999.

_____ . *Os sete saberes necessários à educação do futuro*. São Paulo: Cortez, 2000.

_____ . *Ciência com Consciência*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

NAVES, R. Novas possibilidades para o exerício da cidadania. In: Pinsky, J.; PINSKY, C. B. (Org.). *História da Cidadania*. São Paulo: Contexto, 2010, p. 563-585.

NERI, A. L. Envelhecimento e Qualidade de Vida na Mulher. In: *Anais do* 2° *Congresso Paulista de Geriatria e Gerontologia*. São Paulo: 2001.

_____ . As Políticas de Atendimento aos Direitos da Pessoa Idosa no Estatuto do Idoso. *Revista A Terceira Idade*. São Paulo: SESC – GETI, v. 16, n. 34, p. 7-25, out. 2005.

NOGUEIRA, C. Contribuições do Construcionismo Social a uma nova psicologia do gênero. In: *Cadernos de Pesquisa*, n.112, p. 137-153, março. 2001.

NUNES, A. T. G. L. Serviço social e universidade de terceira idade: uma proposta de participação social e cidadania para os idosos. In: *Textos Sobre EnvelhecimentoUNATI/UERJ*, Rio de Janeiro, v. 3, n 5, p. 1-97, jan/jun 2000.

OLIVEIRA, G. OLIVEIRA, G. S. D. *Gestão e vivências de velhices nas repúblicas de idosos de Santos*. 2009, 153f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). Universidade de São Paulo – USP, São Paulo.

PEIXOTO, C. Entre o estigma e a compaixão e os termos classificatórios: velho, velhote, idoso, terceira idade... In: BARROS, M. (Org.) *Velhice ou terceira idade ?* Estudos antropológicos sobre identidade, memória e política. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2009. p.69-84.

PERES, M. A. C. VELHICE, POLÍTICA E AUTONOMIA: O movimento social do idoso e as políticas da terceira idade no Brasil. In: *Revista HISTEDBR On-line*, n.26, p.144 –159, jun. 2007.

PINHEIRO, O. G. Entrevista: uma prática discursiva. In: SPINK, MARY JANE (org). *Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano*: aproximações teóricas e metodológicas. São Paulo: Cortez, p. 183-214, 2000.

PINTO, M. E. B.; LAMB, M.; CNOP, J. M. Um Olhar para Mulheres Idosas: Relato de Experiência. In: *Psicologia em Estudo*, Maringá, v. 5, n.1, p. 105-113, 2000.

PRATA. M. R. S. A produção da subjetividade e as relações de poder na escola: uma reflexão sobre a sociedade disciplinar na configuração social da atualidade. In: *Revista Brasileira de Educação*. 2005, v. 28, n. 1, p. 108-116.

PRESOTO, L. H.; WESTPHAL, M. F. A participação social na atuação dos conselhos municipais de Bertioga – SP. In: *Saúde e Sociedade*. v.14, n.1, São Paulo, jan./abr. 2005.

PY, L.*Tempo de Envelhecer:* Percursos e dimensões psicossociais. Rio de Janeiro: Nau, 2004.

RABELO, F. M. Programas Participativos e Gestão da Qualidade. In: *Gestão e Produção*. v. 2, n. 2, p. 116-133, 1995.

RASERA, E.; JAPUR, M. Contribuições do Pensamento Construcionista para o Estudo da Prática Grupal. In: *Psicologia: Reflexão e Crítica*, Ribeirão Preto, v.14, n.1, p. 201-209, 2001.

ROSA, A. R.; TURETA, C.; BRITO, M. J. Práticas discursivas e produção de Sentidos nos estudos organizacionais: a contribuição do Construcionismo Social. In: *Revista Contemporânea de Economia e Gestão.* Fortaleza, v.4, n.1, p.41-52, jan-jun. 2006.

ROZENDO, A. S. *Construção social do envelhecimento e experiências da velhice.* 2009, 113 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia), Faculdade de Ciências e Letras de Assis – UNESP, Assis.

SADE, D. A. F. *Os 120 dias de Sodoma*. São Paulo: Aquarius, 1983.

SADER, E. *Quando* novos personagens entraram em cena. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SALAMON, L. Estratégias para o fortalecimento do terceiro setor. In: IOSCHPE, E. B. (Org.) Terceiro Setor: desenvolvimento social sustentado. São Paulo: Paz e Terra, 2000. p.89-113.

SAMPER, L. R. M. Atención del personal de enfermería en la gerontología comunitaria en Cuba. In: *Revista Cubana Enfermeria*, 2007, n. 23, v. 1, p. 01-16.

SANCHES-JUSTO, J. *Olhares que contam histórias: a fotografia como memórias e narrativas da família.* 2008. 139f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Psicologia - Universidade Estadual Paulista, UNESP, Assis, 2008.

SANTOS, B. S. *Para um novo senso comum:* a ciência, o direito e a política na transição paradigmática. Conteúdo: v. 1. A crítica da razão indolente: contra o desperdício de experiência. São Paulo: Cortez, 2001.

SANTOS, C. J. *Universidade aberta para a terceira idade*: um caminho de vida. Santos: Leopoldianum, 1997.

SANTOS, D. P. B. Formação de educadores para o terceiro setor. In: *Olhar de Professor*, Ponta grossa/PR, v.9, n. 1, p. 79-95, 2006.

SILVA, F. P. *Crenças em relação à velhice, bem-estar subjetivo e motivos para freqüentar universidade da terceira idade*. 1999, 106f. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade de Campinas – UNICAMP, Campinas.

SILVA, G. E. ; HASHIMOTO, F. Gestão Estratégica: a toxicomania organizacional e a naturalização do sofrimento no trabalho. In: *Enfoques*, Rio de Janeiro, v. 11, n.1, p. 29-48, 2012.

SILVA, L. R. Da velhice à terceira idade: o percurso histórico das identidades atreladas ao processo de envelhecimento. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos,* Rio de Janeiro, v.15, n.1, p.155-168, jan.-mar. 2008.

SIMÕES, J. A. *Entre o lobby e as ruas:* movimento de aposentados e politização das aposentadorias. 2000, 273f. Tese (doutorado em ciências sociais). Universidade Estadual de Campinhas - Unicamp, Campinas.

_____ . A maior categoria do país: o aposentado como ator político. In: BARROS, M. (Org.) *Velhice ou terceira idade?* Estudos antropológicos sobre identidade, memória e política. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas. p.13-34, 2007.

SINGER, P. Partidos políticos; movimentos sociais em São Paulo: traços comuns e perspectivas. In: SINGER, P.; BRANT (Org.). *São Paulo*: o povo em movimento. São Paulo: CEBRAP, 1983.

SOARES, L. ARAÚJO, M. A força normativa da constituição de 1988 e a cultura política brasileira: como enfrentar o problema da força simbólica dos direitos fundamentais? In: XVII Congresso Nacional do CONPEDI, Brasília. In: *Anais do XVII Congresso Nacional do CONPEDI*. Brasília: UnB, 2008, p. 7067.

SOUSA, J. K. L. L. Caiu na net é jovem? O exercício do protagonismo do idoso na internet no Brasil e na Espanha. In: *Sociedade e Estado*, Brasília, v. 24, n. 2, p. 613-623, mai/ago. 2009.

SOUZA, C. Regras e Contexto: As Reformas da Constituição de 1988. In: *Revista de Ciências Sociais.* Rio de Janeiro, v. 51, n. 4, p. 791-823, 2008.

SPINK, Mary Jane Paris; MEDRADO, Benedito. Produção de sentidos no cotidiano: uma abordagem teórico-metodológica para análise das práticas discursivas. In: SPINK, Mary Jane P. (Org.) *Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano*: aproximações teóricas e metodológicas. São Paulo: Cortez, 2000, p. 41-61.

_____ . A individualidade frente às metanarrativas – polissemia e intersubjetividade no debate epistemológico contemporâneo. In: PASSOS, M. C. (Org.). *Fonoaudiologia:* recriando seus sentidos. São Paulo: Plexus, 2002.

SPOSATI, A.; LOBO, E. Controle Social e Políticas de Saúde. In: *Cadernos de Saúde Pública*. Rio de Janeiro, v.8, n. 4, p. 366-378, out/dez. 1992.
STOTZ, E. Trajetória, limites e desafios do controle social do SUS. In: *Saúde em Debate.* Rio de Janeiro, v. 30, n. 73/74, p. 149-160, maio/dez. 2006.

TAYLOR, F. *Princípios da administração científica*. São Paulo: Atlas, 1995. Obra publicada originalmente em 1914.

TEIXEIRA, M. B. *Empoderamento de idosos em grupos direcionados à promoção da saúde*. 2002, 144f. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública). Escola Nacional de Saúde Pública da Fundação Oswaldo Cruz – Fiocruz, Rio de Janeiro.

THOMPSON. A. S. Do compromisso à eficiência? Os caminhos do Terceiro Setor na América Latina. In: IOSCHPE, E. B. (Org.) Terceiro Setor: desenvolvimento social sustentado. São Paulo: Paz e Terra, 2000. p.41-49.

TÓTORA, S. Apontamentos para uma ética do envelhecimento. *Kairós*, São Paulo, vol. 11, n. 1 p. 21-38, jun. 2008.

TRAVERSO-YÉPEZ, M. Os discursos e a dimensão simbólica: uma forma de abordagem à Psicologia Social. In: *Estudos de Psicologia*, 4 (1), p. 39-59, 1999.

UNITED NATIONS. *Woman empowerment principles: equality means business*. UN WOMAN: 2011a. Disponível em http://www.unglobalcompact.org/issues/human_rights/equality_means_business.html. Acesso em: 23 dez. 2012.

_____ . Promoting gender equality and women's economic empowerment on the road to sustainable development: good practices from the UNECE region. UN Economic commission for Europe: 2011b.Disponível em: < http://www.unece.org/fileadmin/DAM/publications/gender/PromotingGenderEqualityBrochure_EN_web.pdf>. Acesso em 23 dez.2012.

VERAS, R. P.; CALDAS, C. P. Promovendo a saúde e a cidadania do idoso: o movimento das NBR 6023:2002 da terceira idade. In: *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v.9, n. 2, p. 423-432, 2004.

VIRILIO, P. *Velocidade e Política*. São Paulo: Estação Liberdade, 1996.

ZAMBON, D. Z.; OGATA, M. N. Configurações dos Conselhos Municipais de Saúde de uma região no Estado de São Paulo. In: *Rev. Esc. Enferm*., 2010, v. 4, n. 45, p. 890-897.

WALTER, U. et al. Empowerment for the elderly. In: *Epub*, Geseundheitswesen, 2008, v. 70, n. 12, p. 730-735.